

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

ADEIR ARCHANJO DA MOTA

**A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ:
A DINÂMICA REGIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO**

MARINGÁ – PR
2007



ADEIR ARCHANJO DA MOTA

**A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ
A DINÂMICA REGIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes.

MARINGÁ – PR

2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

M917g Mota, Adeir Archanjo da
A geografia do ensino superior de Maringá : a dinâmica regional e as transformações no espaço urbano. / Adeir Archanjo da Mota. - Maringá, PR : [s.n.], 2007.
264 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2007.

1. Geografia - Ensino superior - Maringá e região. 2. Espacialização - IES - Maringá. 3. Noroeste do Paraná - IES - Desenvolvimento. 4. Geografia urbana - IES - Transformações - Espaço urbano. 5. Capital imobiliário - Metamorfoses geoeconômicas - IES - Maringá, PR. I. Universidade Estadual de Maringá. |Programa de Pós-graduação em Geografia. II. Título.

CDD 21.ed.910.01

TERMO DE APROVAÇÃO

ADEIR ARCHANJO DA MOTA

A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ
A DINÂMICA REGIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes
Universidade Estadual de Maringá
Orientador

Prof^a Dr^a Sonia Regina Romancini
Universidade Federal do Mato Grosso

Prof^a Dr^a Ângela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá

Maringá, 12 de março de 2007.

A meu filho Gabriel, o presente e o futuro de uma vitória.

A Tatiana, amiga inigualável, pelas compreensões em todos os momentos que vivenciamos.

Ao pai e a mãe, dos quais herdei valores e a persistência para transformar as dificuldades em estímulos para novas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho é fruto de uma construção coletiva, mesmo que receba uma autoria, por isso que agradeço a todos professores, colegas e familiares que contribuíram com esse estudo, sobretudo e nomeadamente:

À Deus, pela vida espiritual, pela saúde e pelo fortalecimento da estrutura psicológica nos momentos que não havia saída para as múltiplas dificuldades;

Ao professor orientador Dr. Cesar Miranda Mendes, tanto pela disponibilidade, estímulos e cobranças, quanto pela amizade e dedicação nas atividades científicas que desenvolve;

Ao Grupo de Estudos Urbanos – GEUR, pelas discussões coletivas que contribuíram na execução desse estudo;

Ao Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, sobretudo a professora Ana Lúcia, a Silvia e ao Altair, pelos intercâmbios de idéias e ajudas mútuas;

À professora Ângela Endlich, pela disponibilidade para o diálogo e a seus materiais bibliográficos, bem como pelas contribuições recebidas na qualificação;

Aos funcionários da Universidade Estadual de Maringá, pela disponibilidade e atenção dada a solicitação e ao manuseio dos diversos pedidos de informações, com destaque ao DGE, a DGE, ao DAA, a CVU, a PPG, a CCS, a BCE e o Protocolo Geral;

Ao professor Sandro Izumi pelas correções da língua portuguesa;

Ao IBGE, ao IPARDES, a Prefeitura Municipal de Maringá e o Ministério da Educação, pela disponibilidade de seus bancos de dados;

Às imobiliárias maringaenses que contribuíram com esse estudo, por responderem o questionário e pelas demoradas conversas durante as entrevistas;

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro a essa investigação científica; e,

À Universidade Estadual de Maringá – UEM, pela oportunidade e apoio institucional na realização da graduação e pós-graduação.

El punto de partida es el reconocimiento de la verdad relativa del otro y de la relatividad de mi propia verdad como único camino posible para establecer un diálogo mutuamente enriquecedor (GONZÁLEZ, 2000, p. 64).

RESUMO

Esse estudo apresenta as mudanças que as instituições de ensino superior proporcionaram ao espaço urbano de Maringá, principalmente a partir da expansão do ensino superior privado devido à inserção do neoliberalismo no Brasil. Essas mudanças foram apreendidas através da identificação dos agentes formadores e transformadores desta cidade, utilizando-se as categorias de análise: Estado, Capital Imobiliário e Espaço Urbano, no referencial teórico-metodológico. No referencial empírico se fez pesquisas “in loco” nos bairros limítrofes às instituições de ensino superior. No referencial técnico, foram elaborados mapas temáticos, fotografias, gráficos, quadros, organogramas e tabelas. A partir de um diálogo transdisciplinar foi possível iniciar a sistematização do tema Geografia do Ensino, focalizando nesse estudo a Geografia do Ensino Superior, a qual se encontra intimamente relacionada com as Geografias Urbana, Cultural, Econômica, Regional, Populacional e a outras disciplinas geográficas e científicas, abrindo dessa forma múltiplas possibilidades de estudos com o foco nessa importante instituição, sobretudo nas espacialidades inseridas no meio técnico-científico-informacional. Ao buscar compreender os impactos das instituições de ensino superior de forma processual, observou-se a relação entre a universidade e o espaço urbano desde o século XI, quando simultaneamente ocorriam a origem das universidades e o renascimento urbano. No contexto de origem da universidade priorizou-se a compreensão do desenvolvimento da universidade em Portugal, por ser a colonizadora do Brasil, para entender o retardamento da inserção dessa importante instituição no Brasil e os principais conflitos que ocorreram para a implantação das faculdades e universidades no país, no estado do Paraná, e no interior paranaense, para posteriormente compreender as forças políticas e sociais que contribuíram para criação da Universidade Estadual de Maringá em 1970, a qual tem sido importante para o desenvolvimento da cidade estudada e da região noroeste do Paraná. Com o aumento de IES a partir da década de 1990, Maringá passou a ter uma forte tendência de se consolidar como um pólo educacional e cultural, trazendo profundas mudanças no espaço urbano e seus respectivos, conteúdos. Com o aumento do número de IES, de uma em 1970 para duas em 1990 e dez até 2006, e a constante ampliação da quantidade de cursos, essa cidade atraiu vestibulandos e acadêmicos de diversas cidades do Paraná e de outros Estados do Brasil. Nessa cidade, os estudantes utilizam: serviços, moradia, infra-estruturas, comércio e áreas de lazer, desencadeando transformações econômicas, sociais, políticas e geoespaciais, que se materializam nesse espaço. As principais consequências destas mudanças são a distribuição espacial das classes sociais, na direção da expansão territorial, na especulação imobiliária impulsionada pelo capital imobiliário, nas mudanças na lei de uso e ocupação do solo, na (re) distribuição e ampliação das infra-estruturas, principalmente viárias, de acordo com interesses e alianças do Capital e Estado, concentrando capitais e excluindo os “não-solváveis”. Frente a estes novos fluxos intra-urbanos, o Capital imobiliário vem realizando ações e estratégias para retirarem o maior lucro possível da busca de acessibilidade por parte dos acadêmicos e funcionários da universidade.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Instituições de Ensino Superior. Geografia do Ensino Superior. Maringá.

ABSTRACT

This study presents the changes that the higher education institutions provided to the urban space of Maringa-PR, mainly emerging from the expansion of the private higher education, due to the insertion of neo-liberalism in Brazil. Such changes were apprehended through the identification of agents that form and transform the city, by using analysis categories, such as: the State, Real estate Capital and the Urban Space, regarding the theoretical-methodological referential. In the empiric referential, researches were made 'in locus', in the bordering neighborhoods of the higher education institutions. In relation to the technical referential, thematic maps, pictures, graphs, photos, charts and tables were elaborated. Starting from a transdisciplinary dialogue, it was possible to begin the systemization of the theme Geography of Teaching, by focusing in this study Geography of Higher education, which is closely related to the Urban, Cultural, Economical, Regional, Populational Geographies, as well as to other geographical and scientific subjects, thus opening multiple possibilities of studies focusing on higher education institutions and on spaces inserted in the technical-scientific-informational middle. Trying to understand the impact of those institutions in a procedural way, it was observed the relationship between the university and the urban space since XI century, when the origin of the universities happened simultaneously with the urban rebirth. Concerning the context concerning the origin of the university, the understanding of the university development was prioritized in Portugal, since the colonization of Brazil, in order to understand both, the retardation of the insertion of that important institution in Brazil, as well as, to understand the main conflicts that happened with the implantation of universities in this country, mainly in the state of Parana, inside the state, to understand later, the political and social forces which contributed to the creation of the State University of Maringa in 1970, considered an important institution for the development of Maringá and of the Northwest area of Parana. With the increase of HEI, starting from the decade of 1990s, Maringa began to have a strong tendency for consolidating itself into an education and cultural pole, consequently, bringing deep changes to the urban space and its respective contents. With the increase in the number of HEI –one in 1970, two in 1990, ten in 2006 - and the constant enlargement in the amount of courses, Maringá has attracted new academics from several cities in Parana and from other States of Brazil. The students living in the city make use of services and facilities, such as: home, infra-structure, trade and leisure, consequently bringing economical, social, political and geo-spatial changes, which are materialized in that space. The main consequences of those changes are the space distribution of the social classes towards the territorial expansion, in the real estate speculation impelled by the real estate capital, in the changes in the laws for the occupation of the urban area, in the new distribution and enlargement of infrastructure, mainly roads, in agreement with interests and alliances of Capital and State, thus concentrating capitals and excluding the 'non-solvable'. Facing those new intra-urban flows, the real estate Capital has been accomplishing actions and strategies to have great profit from the search for facilities on part of academics and employees from the university.

Key words: Urban Space. Higher Education Institutions (HEI). Geography of Higher education. Maringa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Áreas de Atração das Universidades	51
Mapa 2: O Estado do Paraná, a mesorregião Norte Central Paranaense, a microrregião geográfica de Maringá e a AMUSEP – 2006	58
Mapa 3: Os múltiplos recortes espaciais ou institucionais relacionados à centralidade da cidade de Maringá – PR – 2006	59
Mapa 4: As áreas físico-espaciais do Aglomerado Urbano de Maringá na década de 1990	75
Mapa 5: Espacialização da condição de renda das cidades de Paiçandu, Maringá e Sarandi	77
Mapa 6: Áreas de Ponderação do Aglomerado Urbano de Maringá – PR em 2000	78
Mapa 7: A Institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998 – 2005)	99
Mapa 8: Os perímetros urbanos da região metropolitana de Maringá – PR em 2000	101
Mapa 9: Principais movimentos pendulares interurbanos relacionados ao Aglomerado Urbano de Maringá - PR – 2000	117
Mapa 10: Municípios com movimento pendular de 0,5% ou mais da população com 15 anos ou mais para trabalhar e/ou estudar na cidade intermediária de Maringá – 2000	119
Mapa 11: Municípios da Área de Influência de Maringá (1993) – População em 2000	124
Mapa 12: Níveis de Influência da Cidade Intermediária de Maringá – 2006	127
Mapa 13: Número de Instituições de Ensino superior por campo e extensões por município do Paraná – 2005	154
Mapa 14: Localização da residência permanente dos aprovados nos vestibulares da Universidade Estadual de Maringá de verão e inverno de 2000	171
Mapa 15: Localização da residência permanente dos aprovados nos vestibulares da Universidade Estadual de Maringá de verão e inverno de 2006	174
Mapa 16: Área de influências das instituições de ensino superior de Maringá – sub100 imóveis – março de 2006	207
Mapa 17: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Arca – março de 2006	214

Mapa 18: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Cidade Verde – março de 2006	215
Mapa 19: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Granado Imóveis – março de 2006	216
Mapa 20: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Lélo Imóveis – março de 2006	217
Mapa 21: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Opção Imóveis – março de 2006	218
Mapa 22: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Paiaguás – março de 2006	219
Mapa 23: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Pedro Granado Imóveis – março de 2006	220
Mapa 24: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Peralta Imóveis – março de 2006	221
Mapa 25: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da Empreendimentos Imobiliários Sandri – março de 2006	222
Mapa 26: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Shimizu Imóveis – março de 2006	223
Mapa 27: As instituições de ensino superior de Maringá (2006) e as áreas de maior interesse para verticalização (2002)	232
Organograma 1: Organograma Teórico-metodológico	13
Organograma 2: Algumas possibilidades de relação transdisciplinares entre a Geografia do Ensino Superior e as disciplinas afins, geográficas e outras disciplinas científicas	18
Gráfico 1: Distribuição das dissertações relacionadas à Geografia do Ensino por Estados	54
Gráfico 2: Evolução da Divisão Político-administrativa – Paraná – 1900/2000	64
Gráfico 3: Periodização e evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil (1908-2005)	130
Gráfico 4: Número de professores, alunos, funcionários e de área construída da UEM entre 1970 e 2004	170

Gráfico 5: Renda familiar dos acadêmicos matriculados nos vestibulares de 2000 e 2006 da Universidade Estadual de Maringá	176
Gráfico 6: Motivo principal dos acadêmicos matriculados para a escolha de um dos cursos da Universidade Estadual de Maringá nos vestibulares de 2000 e 2006	177
Gráfico 7: Significância na comercialização ou locação das imobiliárias para alunos ou servidores das instituições de ensino superior de Maringá – 2006	211
Gráfico 8: Origem dos clientes acadêmicos e servidores das instituições de ensino superior das imobiliárias da cidade de Maringá – 2006	212
Gráfico 9: Influência das instituições de ensino superior no preço das locações comerciais no espaço urbano de Maringá – 2006	213
Quadro 1: Interpretação comparativa entre as cidades universitárias de Salamanca (Espanha) e Coimbra (Portugal)	49
Quadro 2: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação em Educação que tem como tema às influências de Instituições de Ensino Superior no espaço	53
Quadro 3: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação em Geografia que tem como tema às influências de Instituições de Ensino Superior no espaço	53
Quadro 4: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação de Sociologia ou de Economia que o tema são às influências de Instituições de Ensino Superior no espaço	54
Quadro 5 : Genealogia e os desmembramentos do Município de Maringá – PR	61
Quadro 6 : Os cursos de graduação, pós-graduação, número de alunos e professores das instituições de ensino superior da cidade de Maringá em 2005	153
Quadro 7: Número de professores, alunos, funcionários e de área construída da UEM entre 1970 e 2004 ..	169
Quadro 8: Justificativas para abertura de cursos de graduação na UEM (1992-2006)	178
Quadro 9: Imóveis ofertados pelas imobiliárias da cidade de Maringá nos loteamentos da área de influência das instituições de ensino superior – fevereiro e março de 2006	208
Quadro 10: Ano em que as instituições de ensino superior começaram a dinamizar o mercado imobiliário da cidade de Maringá	210

Figura 1: Universidade de Paris I – Sorbonne	22
Figura 2: O Perspectiva interna da sede histórica da Universidade de Bolonha.....	23
Figura 3: Universidade de Bolonha e a cidade “espontânea”.....	23
Figura 4: As universidades européias em 1500.....	25
Figura 5: A Universidade do México, fundada em 1553	29
Figura 6: Faculdade de Medicina da Bahia, onde funcionou o Curso Médico de Cirurgia da Bahia	33
Figura 7: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, demolida na década de 1960	33
Figura 8: Escola Militar no Rio de Janeiro em 1856, onde funcionava o Curso de Engenharia	34
Figura 9: Curso Jurídico da Província de São Paulo, instalado no Convento de São Francisco em 1827	34
Figura 10: Escola de Minas, em Ouro Preto, em edificação do século XIX	34
Figura 11: Universidade do Paraná, em 1912, no edifício da atual Universidade Federal do Paraná	37
Figura 12: Universidade do Brasil – Praia Vermelha	39
Figura 13: Sede da Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1946	40
Figura 14: Planta da Viação do Estado do Paraná – 1908 (com destaque para os municípios relacionados na genealogia da cidade de Maringá)	62
Figura 15: Mapa do Estado do Paraná – 1948 (destaque para a <i>Vila Maringá</i>)	63
Figura 16: Localização da cidade universitária da Fundação Universidade Estadual de Maringá no espaço periurbano de Maringá em 1972	148
Figura 17: Concentração de vans e ônibus no campus da UEM de transporte acadêmico de cidades da região noroeste do Paraná para as instituições de ensino superior de Maringá, em dezembro de 2006	175
Figuras 18, 19: Ônibus de transporte de vestibulandos de outras cidades e estados estacionados na Avenida Colombo para embarque, em frente a um dos locais de prova	191
Figura 20: Reportagem da capa com nove dias de antecedência ao vestibular de inverno da UEM de 2006 pela mídia regional sobre o impacto econômico na cidade de Maringá	192

Figura 21: Restaurante na Rua Lauro Werneck com superlotação devido aos vestibulandos de janeiro de 2006, convidados por faixas expostas com preço e desejando boas vindas	193
Figuras 22, 23: Concentração de vestibulandos de janeiro de 2006 na Rua Lauro Werneck, em frente a bares e lanchonetes	193
Figura 24: Matéria em destaque na capa do jornal O Diário no principal dia de circulação (domingo), que discuti o conflito entre a população acadêmica e não-acadêmica nos bairros próximos as IES	194
Figura 25: República Assombradão, uma das repúblicas mais conhecidas da Zona 27, relativamente próxima ao Cesumar, reconhecida pela população acadêmica por suas freqüentes festas	194
Figura 26: Um dos materiais de propaganda do mercado imobiliário de Maringá, onde se percebe a focalização dessa imobiliária no atendimento a acadêmicos e servidores das IES	209
Figuras 27, 28, 29: “Condomínio horizontal de kitnets” lançado próximo ao Cesumar e em fase de construção em janeiro de 2005, lar “para atender a carência de moradia universitária”	225
Figura 30: A segunda etapa do empreendimento imobiliário próximo ao Cesumar: “Condomínio vertical de kitnets” Cesular	225
Figura 31: Apartamentos de pequena área construídos para atender a necessidade de moradia acadêmica	225
Figura 32: Plantas de apartamentos com pequenas áreas privativas construídas para o público acadêmico, situado próximo a UEM	226
Figura 33: Planta de apartamento com área privativa com 68 m ² , acessíveis e de interesse de servidores universitários de renda média e alta	226
Figura 34: Material de propaganda de lançamento da 2 ^a etapa de vendas de loteamento no espaço periurbano noroeste de Maringá, destacando a valorização devido à proximidade a Faculdades Nobel	227
Figura 35: Lançamento de loteamento no espaço periurbano nordeste de Maringá, afirmando que essa área é uma “região” de ótima valorização. Av. Guaiapó. Próximo da futura PUC	227

Figura 36: Área de valorização dos imóveis pela instalação da Faculdades Nobel, localizado na Av. Mandacaru (alta vertente), “atrativo” para o mercado imobiliário especular no preço do solo nas médias e baixas vertentes leste e oeste da faculdade	228
Figura 37: Área de valorização dos imóveis pela ampliação do número de vagas e cursos da UEM	229
Figuras 38 - 43: Novo tipo de configuração das kitnets, a maioria com cerca elétrica, interfone e garagem, padrão de construção distinto das antigas kitnets de “meia água”	230
Figura 44: Área de especulação imobiliária, com diversos empreendimentos direcionados a comercialização de imóveis para acadêmicos e servidores do Cesumar	234
Figura 45: Vista aérea do campus do Cesumar, na qual destaca a verticalização de blocos com salas de aula de 4 e 5 pavimentos	234
Figura 46: Paisagem parcial das Zonas 8, 27 e 28 de Maringá, com destaque em primeiro plano da verticalização da Zona 27 e de grandes vazios urbanos em segundo plano da Zona 28	235
Figura 47: Aproveitamento de antigas instalações industriais pela Faculdade Uningá, em área de uso não residencial	236
Figura 48: Faculdade Maringá, com aproveitamento das instalações do Colégio Paraná ...	237
Figura 49: Uma das instalações do Centro Universitário Campos de Andrade – Uniandrade, no centro tradicional de Maringá	238
Figura 50: Localização da Unifamma, na área pericentral leste, próxima ao Shopping Avenida Center, na Av. Mauá	238
Figura 51: Requalificação de armazém na Zona 09 de Maringá em janeiro de 2005, para transferência da Unifamma da Avenida Colombo para Avenida Mauá (área pericentral)	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A população com 15 anos ou mais que trabalha e/ou estuda do Aglomerado Urbano de Maringá e a mobilidade pendular para outros municípios e para a cidade-pólo	72
Tabela 2: Cidade de residência dos funcionários das empresas localizadas em Maringá – 2002 ...	74
Tabela 3: Cidades norte paranaense e do centro-ocidental com mais de mil estabelecimentos com emprego formal e a proporção de participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) – 2000	120
Tabela 4: Cidades brasileiras com maior número de estabelecimentos do ramo de comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico – 2003	122
Tabela 5: Vagas oferecidas e alunos matriculados no curso de educação a distância – Normal Superior – por municípios em 2006	173

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACIM – Associação Comercial e Industrial de Maringá
- AED – Área de expansão demográfica
- AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense
- ANPEGE – Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia
- BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
- CIDERMMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá
- CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
- CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá
- FCV – Faculdade Cidade Verde
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FPM – Fundo de Participação Municipal
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICET – Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INSEPE – Instituto Superior de Educação do Paraná
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- METROPLAN – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu
- NTIC – Novas tecnologias de informação e comunicação
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNUD – Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas

PUC – Pontifícia Universidade Católica
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
REGIC – Região de Influência das Cidades
RM – Região Metropolitana
RMM – Região Metropolitana de Maringá
SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SMSA – Standard Metropolitan Statistical Area
SUS – Sistema Único de Saúde
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFAMMA – Faculdade Metropolitana de Maringá
UNINGÁ – Faculdade Ingá
UNIANDRADE – Centro Universitário Campos de Andrade
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR	14
2.1 A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES E O URBANO.....	19
2.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E GEOPOLÍTICAS	29
2.3 ALGUNS ESTUDOS SOBRE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS E REGIONAIS A PARTIR DA FUNDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO	42
3 OS MÚLTIPLOS RECORTES ESPACIAIS E INSTITUCIONAIS RELACIONADOS À CIDADE DE MARINGÁ	56
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ	61
3.2 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE MARINGÁ E A MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE	68
3.3 O AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ	71
3.4 A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE – AMUSEP	82
3.5 A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	85
3.5.1 Múltiplas conceitualizações do processo espacial de metropolização e a institucionalização de regiões metropolitanas e de “regiões metropolitanas”	86
3.5.2 A institucionalização e a multiplicação do número de municípios da Região Metropolitana de Maringá	95
3.5.3 Conceitos, processos e escalas: questionamentos e dúvidas na temática urbana ...	103
4 OS PAPÉIS URBANOS E OS DIVERSOS NÍVEIS DE POLARIZAÇÃO INTERURBANA DA CIDADE MÉDIA DE MARINGÁ	107

4.1 A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - PERÍODO ESTATAL (1959-1989)	125
5 A MULTIPLICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA E AS METAMORFOSES NO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ - PERÍODO PRIVADO (1989-2006)	151
5.1 A POLÍTICA ECONÔMICA NEOLIBERAL E A EXPANSÃO DAS FACULDADES NO BRASIL	155
5.2 O “BOOM” DO ENSINO SUPERIOR DÉCADA 1990: O CASO DE MARINGÁ	168
5.3 IMPACTOS GEOECONÔMICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE MARINGÁ	185
6 ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ	196
6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E OS NOVOS ESPAÇOS DE CONCENTRAÇÃO E EXCLUSÃO DECORRENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS	245
ANEXO	262

1 INTRODUÇÃO

A cidade é considerada historicamente, como o espaço dos acúmulos, tanto de objetos como de ações, acúmulos dos mortos, dos templos, das festas, das moradias, das mercadorias, das infra-estruturas, dos serviços, das indústrias, das riquezas, das carências, dos poderes políticos e econômicos e das instituições, sendo todos influenciados por determinados tipos de conhecimentos. Nas cidades acumulam-se conhecimentos diversos, com acessibilidades diferenciadas, tanto por diferenças étnico-culturais, como por classes sociais distintas. Dos conhecimentos banais aos utilitários, das técnicas de trabalho envolvidas nos circuitos inferiores às relacionadas aos circuitos superiores, dos “gratuitos” aos sobrevalorizados – um universo de conhecimentos, tão complexo quanto mais numerosa as culturas e classes sociais em um determinado espaço geográfico.

O renascimento da cidade e o nascimento da universidade ocorreram simultaneamente a partir do século XI. O re-nascimento da Univer-cidade está intimamente relacionado com o declínio do modo-de-produção feudal e ascensão do capitalismo e das sociedades modernas. Se o ambiente urbano possibilitou o desenvolvimento de tal instituição no período medieval, na atualidade ocorre o contrário, são as cidades, principalmente as cidades médias, que possuem importantes instituições universitárias que se desenvolvem, porém, mais economicamente que socialmente, como as demais cidades latino-americanas.

Os desenvolvimentos urbanos e regionais decorrentes da presença de tais instituições se dão por diversos motivos, dentre eles: - a dinamização dos setores econômicos existentes na cidade, do comércio e de serviços, em geral; - a demanda por novos tipos de comércios e serviços; - pela disponibilização de um amplo estoque de estagiários, sinônimo de mão-de-obra barata e

qualificada, amplamente utilizado por empresas privadas e instituições públicas; - atração das classes médias e altas e exclusão socioespacial das classes baixas, mediadas por diversos custos, como os de serviços públicos e do preço do solo; e, - a atração de empresas, principalmente transnacionais, em busca de força de trabalho qualificada e barata – o homem visto pelo capital apenas como “recursos humanos” ou “capital humano”, originando pólos tecnológicos.

Neste estudo, discutiremos sobre o ensino e os conhecimentos formais e sistematizados, o ensino institucionalizado. Este ensino é dividido em dois níveis: o ensino básico, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e médio; e, o ensino superior, que compreende a graduação e pós-graduação. Pode-se dividi-los ainda em ensino público e ensino privado, além das diversas subdivisões de cada nível de ensino.

Tais divisões e subdivisões não foram sempre às mesmas, tendo origem na Idade Média, como corrobora Pinto e Buffa (2006, p. 1);

Estamos tão habituados com uma certa organização do ensino em graus sucessivos – elementar, médio e superior, ainda que com diversas denominações, que pensamos ter sido essa a seqüência histórica de sua criação. Não foi. [...] Na Idade Média européia, a cultura letrada, privilégio do clero, era transmitida aos oblatos (crianças que os pais entregavam a um convento para o serviço da ordem religiosa), e nem mesmo a todos eles, nos mosteiros. Um mosteiro medieval situado longe das poucas e pequenas aglomerações urbanas era uma unidade auto-suficiente, uma pequena cidade.

Com o declínio do modo-de-produção feudal, o conhecimento passou a ser demanda de comerciantes e de gestores públicos, devido ao aumento da complexidade da vida urbana em ressurgência, como se abordará, sinteticamente, no item “A origem das universidades e o urbano”.

A priorização de determinado nível de ensino sobre os demais, da estatização ou da privatização do ensino, dependerá muito das políticas públicas adotadas ou impostas a cada país, regiões e estados, dependendo da concepção político-ideológico dos governantes de cada porção

territorial e de cada gestão, da participação efetiva, representativa ou “teatral” da sociedade civil, que negará, permitirá ou atrairá a atuação dos instrumentos do capital internacional.

Para se compreender, em linhas gerais, as influências de pensamentos e financiamentos externos nas políticas brasileiras, as tendências de cada período que elucidam os diversos interesses envolvidos no embate público (estatal e gratuito) e privado, fundamentando-se na periodização de Cunha (1980), como se abordará em “O ensino superior no Brasil: considerações históricas e geopolíticas”.

Na impossibilidade de se apreender o Real, foram criadas diversas realidades, de acordo com as disponibilidades de conhecimentos, de técnicas, de signos envolvidos, concebendo múltiplas perspectivas, com objetivos e interesses distintos, como as distintas disciplinas científicas. Focando-se em um único campo disciplinar ou em uma especialização de determinada disciplina, corre-se o risco de não compreender nem a realidade nem o Real, ter apenas reflexões equivocadas. E mesmo sendo equivocadas, muitas delas se tornam hegemônicas, um exemplo seria a compreensão econômica neoclássica, que sem aceitar os interesses coletivos, comprometem o direito à vida da maioria da sociedade.

O ensino, assim como a política, a história, a geografia, a sociologia, se relaciona a tudo, sobretudo a economia a partir da segunda metade do século XX, com a elaboração da teoria do capital humano pelo neoliberal Theodore W. Schultz. A racionalidade economicista de Schultz tem influenciado diversos documentos elaborados pelo Banco Mundial, que por sua vez condicionam o acesso aos recursos financeiros, produzidos coletivamente e apropriados individualmente, a adotarem sua ideologia, que não corresponde à realidade de nenhum país.

As instituições de ensino superior privada foram, em quase todos períodos históricos brasileiros, estimuladas ou financiadas pelo Estado, sobretudo a partir do final da década de 1980

até o momento atual (2006), com a “publicização” de vagas de instituições privadas em troca de isenção de impostos destas instituições.

Decorrentes dos estímulos e financiamento do privado com recursos público, o número de instituições de ensino superior privada têm se multiplicado a cada ano, o que Tratemberg (1992, p. 30) já deixava nítido, ironicamente, quando o número destas instituições correspondia, aproximadamente, a apenas 1/3 de meados da primeira década do “Século XXI”;

Nos últimos anos o que cresceu foram motéis e Universidades. Uns, pela taxa de lucro, preferiram criar motéis e outros criaram Universidades. Quantas cidadezinhas do interior não transformaram colégios em faculdades [...] São títulos desse tipo que nada mais são do que comércio, mercado de diploma. Hoje, 80% das Universidades brasileiras são particulares. Mas a grande pesquisa brasileira é feita pelos 20% das Universidades estaduais e federais. São elas que mantêm a pesquisa no Brasil.

A universalização do ensino superior, exigida pelas manifestações estudantis dos anos de 1960, alcançou a todos grupos sociais com alguma representatividade, nem sempre percebida, “talvez tenha sido esta a mais profunda das transformações que viveu o século” (ROSSATO, 2002, p. 12).

Na cidade de Maringá, este processo de multiplicação de instituições de ensino superior (doravante IES’s) começou a ocorrer em 1989. Até esse ano, Maringá possuía apenas uma IES – uma universidade pública. A partir da consolidação da política neoliberal nas políticas educacionais brasileiras, a cidade de Maringá passou a contar com maior quantidade de IES’s, chegando em 2006 com dez IES’s. Esse rápido aumento trouxe significativos impactos no espaço geoeconômico de Maringá, como se discutirá nos itens 5.3 e 6.

A partir da relevância dos processos geográficos desencadeados pelas instituições de ensino, apreensíveis nesse momento histórico, procurou-se teorizar, a partir de uma abordagem geográfica o tema ensino superior, originando a Geografia do Ensino, da qual será estudado o

ensino superior do espaço urbano de Maringá. Entretanto, extrapolou-se o recorte temporal para apreensão, mesmo que de forma genérica, do processo, na perspectiva da longa duração, como incita Braudel (1982).

Na perspectiva de um tempo construído socialmente é que se desdobra o olhar geográfico por hora lançado. O passado, intangível diretamente, sempre foi parte constitutiva do método geográfico, mesmo sendo negligenciado ao longo da construção epistemológica deste fazer científico, elaborado de forma dual, entre a impossibilidade do desmembramento tempo-espaço e a afirmação de ser a geografia, uma ciência do presente.

A geografia transpôs os limites deste pensamento e elaborou a geografia histórica, pois “[...] transforma-se o espaço ao transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é o que vive a sociedade particular a cada momento” (NICOLAS, 1994, p. 85).

Para compreensão dos processos, deve-se abordá-los a partir da relação espaço-tempo, como corrobora Santos (1986, p. 205) ao afirmar que “para compreender qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal”. Entretanto, deve-se estar ciente, que a história não é linear, há encaixes, desencaixes, diacronia (movimentos sucessivos) e sincronia (movimentos simultâneos), ligações e rupturas no processo temporal.

A complexidade inerente ao termo espaço e as próprias variedades de definições e conceitos que este pode assumir dependem do ponto de vista e da perspectiva teórico-metodológica assumida para compreendê-lo. No entanto, uma coisa interliga as diversas concepções: o vínculo deste com o tempo.

De acordo com Corrêa (1995, p. 23), Lefebvre conceitua o espaço como o “lócus da reprodução das relações de produção”, não como o ponto de partida (espaço absoluto), nem como o ponto de chegada (espaço como produto social).

Milton Santos é um dos que vai chamar a atenção dos geógrafos para a importância do espaço e de sua relação com a sociedade, evocando a necessidade de compreender a dinâmica deste através dos movimentos, responsáveis diretos pelo caráter metamorfoseador do espaço. Para Santos (1977, p. 81), “se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem”.

Nessa perspectiva, Santos nos fornece um significado de espaço mais abrangente, pois o intercala em sua indissociabilidade com o tempo, através dos eventos e dos movimentos em sua totalidade que compreende as seguintes categorias analíticas: “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” assim como os debates dos problemas com os recortes espaciais: “da região e o do lugar; o das redes e das escalas” (SANTOS, 1996, p. 19). Para Santos (1997, p. 77) “a evolução que marca a etapa do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos”.

Dessa forma, o espaço transformado pelas inúmeras relações sociais – políticas – econômicas e culturais, produzidas pela sociedade ao longo do tempo faz parte da totalidade relacional quando se refere à ação social. Por ser abstrato em sua essência – impossível de ser apreendido enquanto matéria – o espaço é concretizado (produzido e consumido) no jogo dialético feito pela sociedade em diferentes escalas (horizontais e verticais).

A Geografia do Ensino Superior, assim como as demais abordagens científicas da Geografia e das Ciências Humanas e Sociais têm diversas formas de abordar uma determinada temática, mas para compreender a realidade dos fenômenos deve-se adotar a abordagem histórica, sobretudo na

perspectiva da longa duração, pois somente o tempo longo (tempo das estruturas) e o entendimento do tempo como duração, como medida, deixa evidenciar os fenômenos (BRAUDEL, 1982).

A partir dessa abordagem, tem-se por objetivo geral nesse estudo a caracterização das mudanças geo-econômicas no espaço urbano de Maringá, conseqüentes da instalação das Instituições de Ensino Superior (IES's), do qual os objetivos específicos são:

- ✓ Mapear as áreas de influências das IES's no mercado imobiliário da cidade de Maringá;
- ✓ Entender as transformações geoeconômicas nos bairros limítrofes as IES's de Maringá;
- ✓ Aprender as demandas e os fluxos acadêmicos da região e de outras localidades polarizados pelas IES's da cidade de Maringá;
- ✓ Identificar os agentes sociais que produzem o espaço urbano, assim como as estratégias e ações que estes desenvolvem na cidade de Maringá, relacionadas à demanda de acadêmicos, funcionários e docentes das IES's.

Esta pesquisa torna-se relevante para ampliar o conhecimento geográfico de Maringá – PR e para entender como as Instituições de Ensino Superior modificam o espaço urbano dessa cidade.

Entender as lógicas espaciais do ponto de vista político, social, histórico, econômico e cultural é um grande desafio, pois possibilitam novas compreensões da realidade e uma complementação dos conhecimentos adquiridos na vida, principalmente na graduação em geografia, pois no espaço geográfico se materializam, através da “re-produção das relações de produção” (LEFEBVRE, 1973), os conflitos entre classes sociais e as políticas conduzidas pelo

Estado. Estas relações podem permitir uma melhor inserção do indivíduo no mundo como cidadão, com o direito e o compromisso de planejar para o bem comum.

Se até 1989 a cidade de Maringá só contava com uma universidade – a Universidade Estadual de Maringá, a partir 1989 surgiram as IES's privadas em Maringá, chegando no final de 2006 com nove instituições privadas: CESUMAR, NOBEL, UNINGÀ, UNIFAMMA, UNIANDRADE/ ALVORADA, MARINGÁ, CIDADE VERDE, INSEP e um campus de extensão da Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR.

Embora procurarmos entender nesta pesquisa o contexto político e econômico no qual as IES's foram criadas, não teremos por objetivo estudar ou analisar os métodos de ensino e os recursos didáticos utilizados para se ministrar aulas no Ensino Superior, assim como nos demais níveis de ensino.

A **Geografia do Ensino Superior** versará sobre a espacialização das IES's e as implicações que estas instituições promovem no espaço urbano.

O interesse pelo que se denominou, provisoriamente ou não, de Geografia do Ensino, surgiu de múltiplas reflexões no período da graduação em Geografia, sobretudo durante a elaboração e desenvolvimento de um projeto de iniciação científica em 2003/2004, sob orientação do professor Dr. Cesar Miranda Mendes. Nessa pesquisa, estudou-se os impactos nos loteamentos adjacentes ao Cesumar – as Zonas 8, 27 e 28 da cidade de Maringá. Entretanto, além dos impactos no espaço urbano, que políticas permitiram a criação de tal instituição privada? Quais os impactos socioespaciais decorrentes de sua implantação e do aumento do número de cursos, de discentes, de professores, de funcionários e das infra-estruturas?

A criação de IES's na cidade de Maringá se divide em dois períodos: o primeiro, com a expansão do setor público na década de 1970, que se discutirá no item 4.1; e o segundo período, com a expansão do setor privado, a partir de 1989, abordado na seção 5.

Neste contexto, tornam-se necessárias as pesquisas que venham suprir as lacunas do conhecimento geográfico, no entorno de cada lugar que ocasionam mudanças espaciais pela acessibilidade as instituições, tanto públicas como privadas, que trazem e/ou concentram fluxo de pessoas para determinadas áreas, zonas ou direção da cidade e para algumas cidades, implicando em mudanças na sociedade, na economia e nos interesses de cada agente produtor e transformador do espaço urbano.

Assim, a **questão norteadora** desse estudo é: quais as transformações geoeconômicas, os interesses, as ações e as estratégias dos agentes que produzem o espaço urbano decorrentes da instalação destas IES's ou do aumento de cursos, acadêmicos e funcionários destas instituições em Maringá?

A partir de tais conjecturas, observou-se que o projeto extrapolava a temática espaço urbano, no entanto, continuava intrinsecamente relacionado a essa temática, por ser, essencialmente, uma instituição urbana, mas não era mais uma pesquisa de Geografia Urbana, semelhantemente à relação entre a Geografia Urbana e a Geografia da Saúde.

Na busca de compreender a origem da instituição estudada, começou-se a adentrar em outros campos disciplinares, como a História da Educação, as Políticas Educacionais, ao Marketing Educacional, e foi percebendo-se que o trabalho se relacionava a Geografia, porém, formando uma nova perspectiva, discutida na seção “A Geografia do Ensino Superior”, mais uma das possibilidades de estudo do espaço. Esta multivariabilidade de estudo do espaço, sobretudo do espaço urbano, é considerado por Corrêa (1997) uma riqueza, ao refletir que:

O espaço enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade apresenta várias facetas que permitem que seja estudado do modo multivariado. Esta multivariabilidade constitui-se em riqueza que foi gestada, de um lado, pela própria realidade e, de outro, pela prática dos geógrafos (CORRÊA, 1997, p. 152).

Como **hipóteses** para essa pesquisa, reflete-se que:

- ✓ Nos bairros próximos de IES's que possuem quantidade significativa de estudantes e funcionários, o mercado imobiliário se dinamiza, transformando o perfil dos moradores e suas condições sócio-econômicas, desenvolvendo um comércio especializado em serviços e produtos relacionados às atividades acadêmicas e ao perfil destes;
- ✓ As IES's vêm contribuindo para transformação geo-econômica do espaço urbano de Maringá, acentuando assim, sua qualidade de meio técnico-científico-informacional;
- ✓ Os agentes do capital imobiliário e/ou as IES's pressionam os governantes para mudar a legislação urbana e/ou implantar infra-estruturas que os favoreçam.

A metodologia empregada nesse estudo fundamentou-se nos referenciais teórico-metodológico, empírico e técnico, conforme a metodologia de Mendes (1992).

No referencial teórico metodológico serão estudadas as categorias de análise: Estado, Capital e Espaço Urbano, com o objetivo de compreender a produção do espaço urbano de Maringá e as implicações ocorridas com a implantação de Instituições de Ensino Superior.

Devido à temática pesquisada ser uma abordagem nova na Geografia, criou-se uma ansiedade para encontrar possíveis trabalhos existentes ou verificar-se que ainda não haviam produzido nada sobre a relação ensino superior e o espaço urbano, a partir de uma abordagem geográfica. Realizaram-se diversas pesquisas bibliográficas, nas quais se encontrava apenas a relação ensino superior e globalização, mas nunca relacionada ao espaço urbano.

Em abril de 2006, realizou-se busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no qual foram encontradas 2.389 teses/dissertações na procura por “ensino superior”. Com a leitura dos

títulos encontrados, selecionou-se 252 teses/dissertações relacionadas a políticas públicas educacionais, as formas organizacionais, a influência do marketing sobre a atração de discentes, a história das instituições de ensino superior, por períodos ou estudo de caso, a partir de uma abordagem geográfica, entre outras.

No referencial empírico estão incluídas várias visitas as IES's e bairros ou zonas limítrofes, onde se aplicou um questionário e entrevista com a finalidade de captar as estratégias e ações dos agentes do mercado imobiliário, que utilizam estes espaços de acordo com seus interesses. Para a escolha das imobiliárias mais relevantes na produção do espaço urbano maringaense relacionadas à atividade acadêmica, realizou-se uma pesquisa no Sub100 - Portal de Imóveis, no mês de fevereiro de 2006. Neste portal reuniram-se 45 imobiliárias, aproximadamente um terço das imobiliárias de Maringá, incluindo as imobiliárias, historicamente, mais dinâmicas. Nesta página da internet (<http://www.sub100.com.br>), tem-se a opção de pesquisar as ofertas imobiliárias por “imóveis universitários”, disponíveis para cinco das onze instituições de ensino superior: UEM, CESUMAR, UNINGÁ e NOBEL.

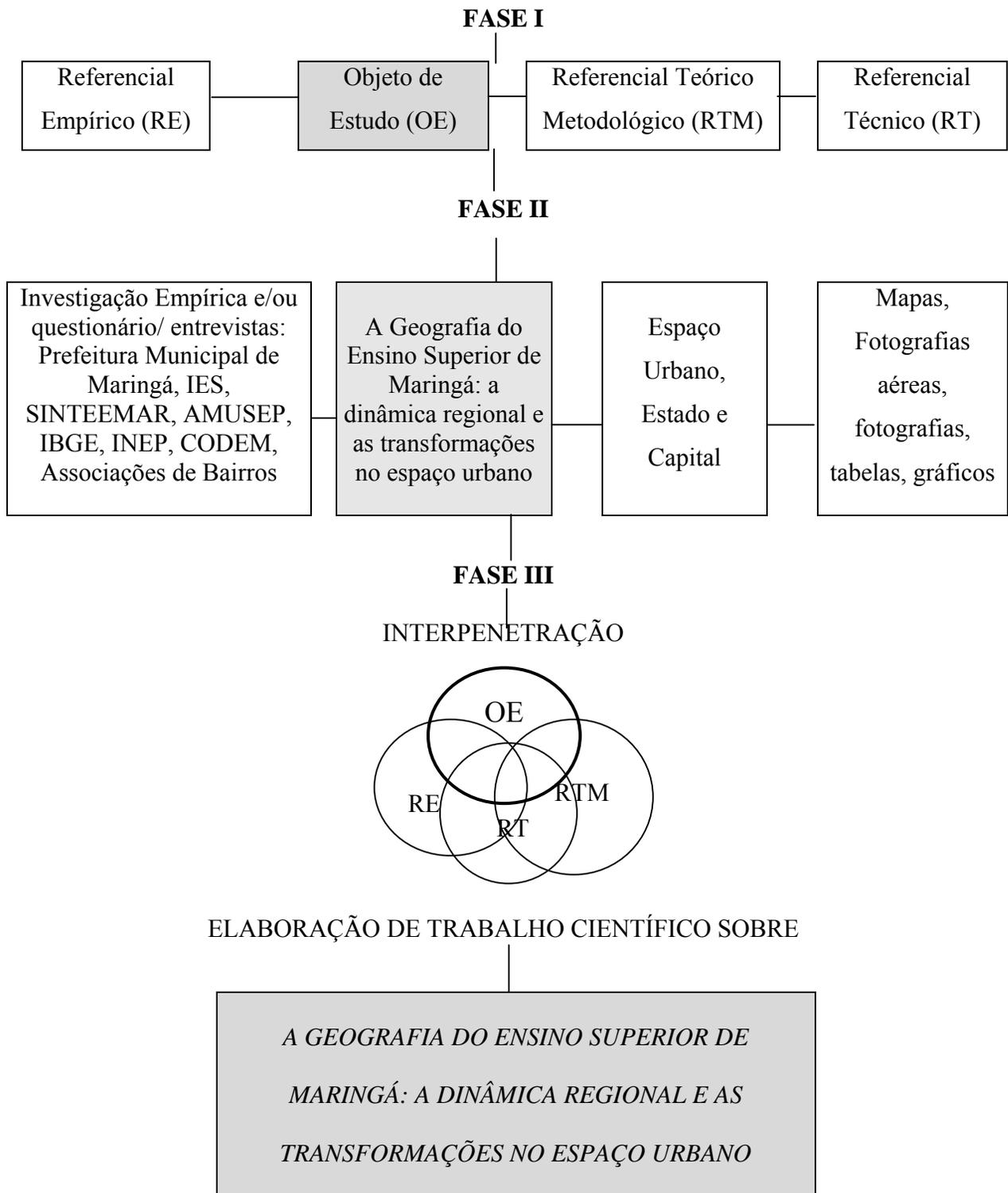
Para cada uma destas instituições, foi criado um agrupamento de bairros, sendo, a proximidade a instituição o elemento principal. Para as outras instituições pesquisadas, verificou-se nesta mesma associação de imobiliárias, a oferta de imóveis residenciais, tendo a proximidade dos bairros a instituição como o principal critério.

Após selecionar-se a espacialidade, realizou-se a pesquisa, por instituição ou por agrupamento de bairros, localizando em cada oferta de imóvel à imobiliária anunciante. A partir desta, foi possível criar um *ranking* das imobiliárias que ofertavam mais imóveis. Com a intenção de encontrar as imobiliárias mais representativas para a pesquisa, criou-se um banco de dados que trouxe informações relevantes, como o número de imobiliárias, de imóveis a venda e a locação para cada instituição ou grupo de instituições de ensino superior próximas.

No referencial técnico, foram elaborados mapas, tabelas e gráficos, para facilitar o tratamento de dados e fotografias para permitir a melhor visualização dos resultados.

Na fase seguinte, foi realizada a interpenetração dos três referenciais (técnico, empírico e teórico) com o objeto de estudo, levando-se em consideração os objetivos (geral e específicos), o problema e as hipóteses da pesquisa, tornando possível a elaboração do trabalho científico.

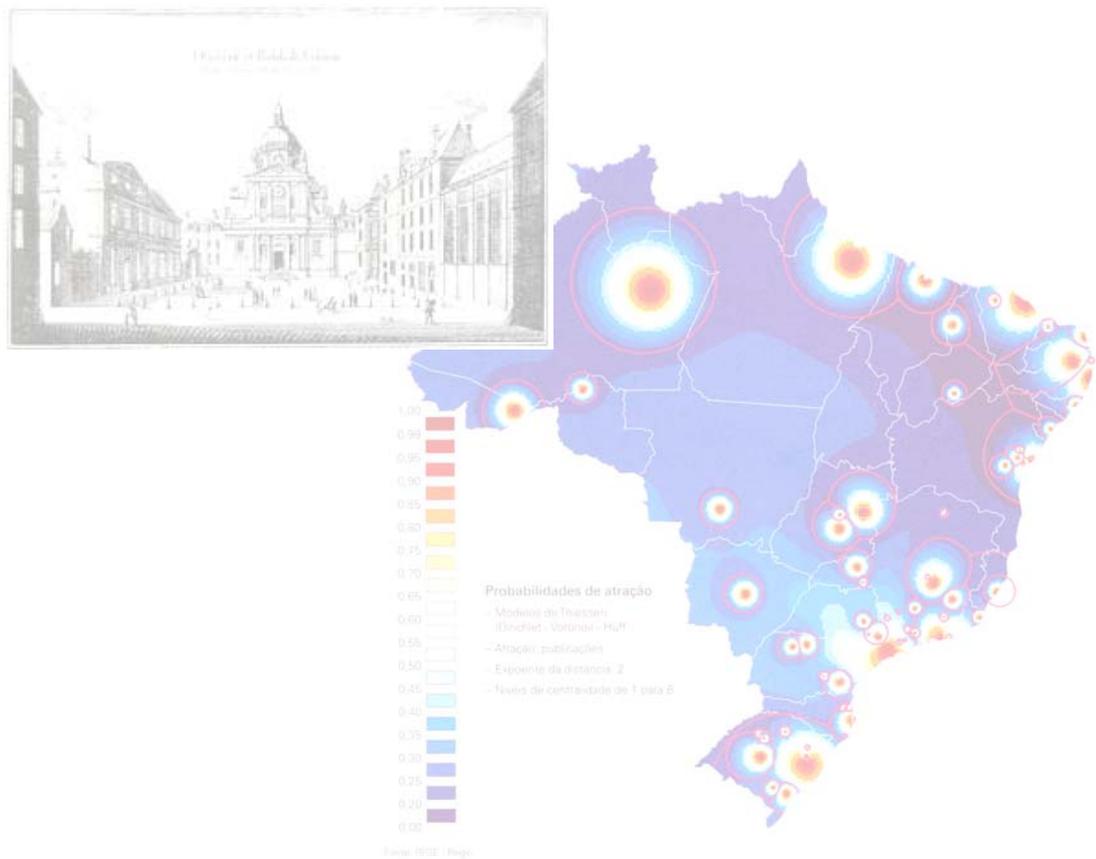
Conforme o seguinte Organograma 1:



Organograma 1: **Organograma Teórico-metodológico**

Fonte: Adaptado de Mendes (1992).

A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR



Fonte: Théry; Mello, 2005.

2 A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR

Pretende-se neste item estabelecer algumas relações entre a Geografia do Ensino e as disciplinas afins, geográficas e de outras disciplinas científicas, buscando fundamentar esta abordagem de forma transdisciplinar, sem deixar à perspectiva geográfica – a análise espacial da implantação e desenvolvimento das diferentes instituições de ensino, o que realmente traria contribuição às diversas disciplinas relacionadas com a temática.

As relações disciplinares para elaboração desta abordagem temática foram construídas em quatro etapas: - nesta introdução de seção, apontaram-se sumariamente as disciplinas científicas relacionadas à Geografia do Ensino, destacando as relações do ensino superior; - no item 2.1, fazer algumas considerações sobre as origens e evolução das instituições de ensino superior no contexto urbano; - no item 2.2, entender a criação destas instituições no Brasil, os avanços, os retrocessos e os contextos geohistórico de cada período; e, - no item 2.3, sistematizar as pesquisas científicas desenvolvidas sobre o tema ensino superior a partir de uma abordagem geográfica.

O diálogo entre a Geografia e a História como campos disciplinares distintos são aceitos na atualidade, o que possibilitou, como exemplo do aprofundamento desse diálogo, a origem de novas palavras, como a composição por aglutinação espaço-tempo, discutido no item anterior. Da mesma forma, pode-se dizer que há várias décadas existem geógrafos trabalhando com a temática urbana, discutindo, dentre outros, com urbanistas, sociólogos, cientistas políticos, administradores e economistas. No entanto, pouco se relacionou até o presente os impactos no espaço urbano de instituições de ensino superior, o que abriria uma ampla discussão com a Pedagogia, essencialmente com o que denominam de Fundamentos da Educação. Os efeitos do marketing e propaganda sobre a atração de pessoas envolvidas com instituições de ensino,

permitem o aumento de fluxos sobre as infra-estruturas existentes e demandam novas infra-estruturas, que possibilitem e potencializem o constante aumento da hinterlândia das IES's, principalmente das que objetivam lucro e aumento de consumidores.

A ciência é fragmentada, contendo tantas realidades quanto for seus fragmentos: áreas, cursos, disciplinas e intra-diciplinares, ao variar as posições ideológicas, os métodos, as metodologias de análise e os próprios interesses e objetivos de cada pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa.

Isto não é uma apologia à fragmentação da ciência, como foi proposto por Augusto Comte, mas como fundamental para estabelecer as delimitações do objeto de estudo na etapa inicial de uma pesquisa. Em momento posterior/superior de uma pesquisa devem-se extrapolar tais fragmentações em busca do “real” – composto por múltiplas realidades/totalidades.

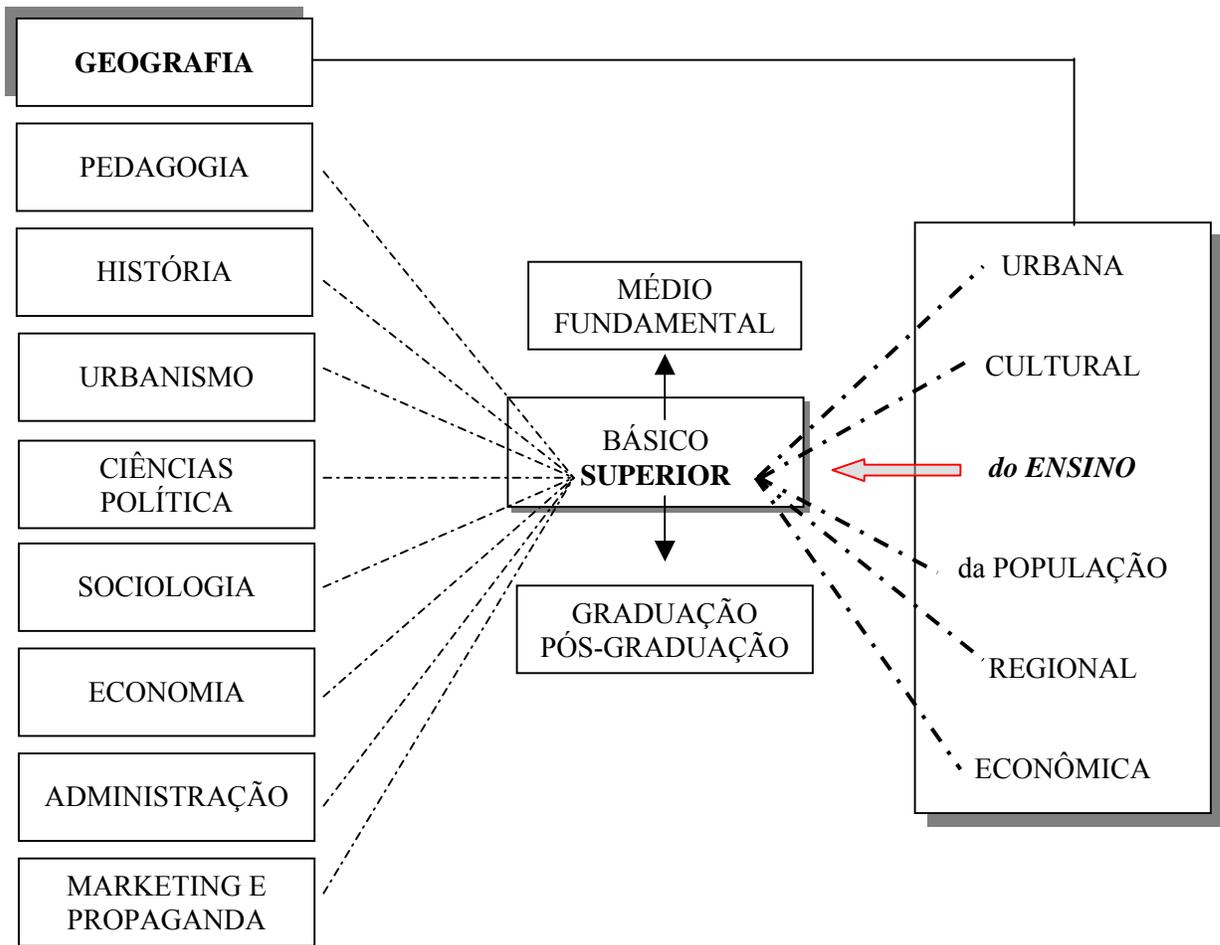
A Geografia do Ensino é um hibridismo sobrecarregado de contribuições, pois, da primeira exige-se no mínimo, os conhecimentos da atuação da sociedade sobre a superfície terrestre, na qual a distribuição dos fenômenos e processos e as estratégias políticas implícitas nestas distribuições são imprescindíveis para compreensão das relações de poder inerentes aos distintos processos materiais e imateriais e, da segunda, exige-se, como afirma Nóvoa (2005), que tenha a capacidade de refletir sua ação nas continuidades do tempo, participando de forma crítica na renovação da escola e da pedagogia.

Para que um trabalho possa fazer parte dessa abordagem deve conter as duas partes, tanto os referenciais teórico-metodológicos da geografia como da pedagogia, num movimento dialético em que a síntese é a **Geografia do Ensino**.

Um esclarecimento importante, como destaca Nóvoa (2005, p. 9), é que “nas ciências humanas são históricas por natureza, tanto pelos seus objetivos como pelos seus modos de conhecimento”, o que permite se propor em uma Geohistória do Ensino, em que a Geografia se

ocupasse em discutir as instituições de ensino institucionalizadas e as práticas educacionais não institucionalizadas a partir de uma abordagem espacial transescalar, para que se possibilite conhecer as especificidades de cada lugar e, ao mesmo tempo, ou nos diversos tempos, nas escalas regionais, estaduais, macrorregionais, nacional e dos blocos econômicos, além das relações que cada lugar consegue estabelecer com as políticas e estratégias com os capitais globais. Destarte, evidencia-se a necessidade de uma Geohistória do Ensino ou, pelo menos, a Geografia do Ensino, o que se pretende com esse estudo.

A Geografia, como as demais disciplinas científicas, possui especializações em diversas temáticas, o que facilita a compreensão didática, mas coloca em risco sua ontologia. Neste estudo, propõe-se a Geografia do Ensino como mais um fragmento dessa disciplina, mas que busca se relacionar com outras disciplinas científicas afins, como: a Geografia Urbana, a Geografia Cultural, a Geografia da População, a Geografia Econômica, a História, a Pedagogia, a Sociologia, o Urbanismo, como se organizou no Organograma 2.



Organograma 2: Algumas possibilidades de relação transdisciplinares entre a Geografia do Ensino Superior e as disciplinas afins, geográficas e outras disciplinas científicas

Fonte: O autor.

2.1 A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES E O URBANO

A universidade e a cidade do final do século XX e início do século XXI são multiformes, multifuncionais, múltiplas, crescentemente adjetivadas, de difícil conceituação. A compreensão da gênese e desenvolvimento histórico desses fenômenos, de forma não linear, admitindo permanências e rupturas, permite-se ter uma percepção ampla e mais complexa da contemporaneidade, na qual pode-se, como corrobora Cambi (1999, p.35), “[...] ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível”.

A história das universidades está na história da educação, que no presente é plural, geral ou especializada, para formar um saber denso, porém, rico em sugestões e resultados “para o conhecimento das sociedades na sua história” (CAMBI, 1999, p.33).

O fim da história é o fim do futuro. [...] É um mundo sem futuro.
A questão central e as posições mais condenáveis são as do fatalismo e da acomodação, que são as posições daqueles que acham que os homens são incapazes de comandar o seu destino, que os homens não fazem a sua história e que, portanto, há problemas para os quais não mesmo solução (VILLAÇA, 2003, p. 41).

Nesse item, *não* se tem por objetivo resgatar minuciosamente a história da educação, da pedagogia ou da universidade, já realizada de forma global e detalhada por diversos autores, como nas obras “*História das Universidades*” de Christophe Charle e Jacques Verger (1996), “*Les universités au Moyen Age*” de Jacques Verger (1999), “*História da Pedagogia*” de Franco Cambi (1999), “*500 anos de Educação no Brasil*” organizado por Lopes, Filho e Veiga (2000), entre outros, mas apenas fazer algumas considerações sobre a origem da relação entre o urbano e a educação, sobretudo no contexto do surgimento da universidade.

Esses processos de desenvolvimento da cultura humana estão correlacionados desde suas origens, como destaca autores de diferentes áreas de estudo: “na história, os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorreram quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (ROLNIK, 1995, p. 16); como em Tucídides, citado por Cambi (1999, p. 79), “a cidade é uma empresa educativa”; Vegetti, também citado por Cambi, ao analisar as atividades comunitárias da realidade ateniense, conclui que essas atividades “faz[em] da *pólis* inteira uma ‘comunidade pedagógica’”; Cambi (1999, p 37), deixa evidente a correlação desses fenômenos ao afirmar que:

[A Antiguidade]... Consigna ao Ocidente as estruturas mais profundas: a identidade da família, a organização do Estado, a instituição-escola, mitos educativos (...) e ritos de passagem (da infância, da adolescência), um rico mostruário de modelos socioeducativos, que vão desde a *pólis* grega até a *res publica* romana, características que se sobrepõem, se entrecortam, se entrelaçam até formar o riquíssimo tecido da educação ocidental.

No centro da vida social, conforme o último autor citado, entre Egito e Grécia, núcleos constitutivos de alguns elementos caracterizantes principais da tradição ocidental, a instituição escola consolida-se, acolhendo os filhos das classes dirigentes e médias e dando-lhes uma instrução básica que se transformaram no tempo, da *tyasos* (cenáculo de amigos) em “colégio”, a escola propriamente dita, que ora são estatais ora particulares. A educação no mundo antigo era também dividida por classes sociais: diferenciada por papéis e funções, por grupos sociais e pela tradição, separadas em dois modelos: de um lado a educação retórica (dos que se empenham no governo da *pólis*) e a educação antitécnica, a dos “excelentes”; do outro, a educação do “povo”, um modelo inferior, utilitário, de educação técnica, profissional e produtiva.

No curso da baixa idade média, segundo Cambi (1999), é todo um espaço cultural, que se foi construindo entre fé cristã, cavalaria e feudalismo, depois, entre realismo burguês e exaltação da cidade.

Na transição do primeiro para o segundo contexto econômico-cultural-geográfico europeu, se desenvolve a **universidade**, por motivações, sistemas pedagógicos e institucionais e em “nações” diversas, de forma contemporâneas e simultâneas, de acordo com as forças dominantes de cada espaço geográfico, porém, alguns aspectos são comuns, como afirma Verger (1999, p. 20) “... la naissance des universités est indissociable de la renaissance des villes, das certaines régions d’Occident, a partir de la fin du XI^e siècle”.

A renovação econômica, o crescimento das cidades, a aceleração das trocas foram fatores importantes para a evolução das escolas, mas também pelo fato da Igreja, de forma mais nítida na França e Inglaterra, e os “poderes leigos e as classes dirigentes”, sobretudo na Itália, sentirem a necessidade de apelar a “letrados competentes”, para gerir seus negócios (CHARLE, VERGER, 1996, p. 15), e, no caso particular da Igreja, “espalhar a Teologia, para cercar a fé católica com uma muralha intransponível de guerreiros” (GILES, 1987, p. 82).

A denominação universidade surgiu da palavra *universitas*, que significa corporação. A princípio, no século XII, tal organização de ensino superior foi denominada *Studium Generale*¹ (Estudos Gerais), e no século seguinte *Universitas Magistrorum* (Corporação dos Mestres).

Nesse período, conforme Charles e Verger (1996, p. 13), a forma mais alta de saber intelectual que um homem livre almejava era: as “Artes Liberais” (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Astronomia, Geometria) formando “sua base” e a ciência sagrada (mais tarde denominada Teologia), “seu coroamento”.

A maioria das catedrais do norte da França – Angers, Orléans, Chartres, Lion, Reims etc; possuíram uma escola permanentemente de bom nível onde eram ensinadas as Artes Liberais e a Sagrada Escritura, desde a primeira metade do século XII. Já as primeiras escolas de Direito e

¹ O *studium generale*, segundo Loureiro (1975, p. 399), não designava “...um centro de instrução para todos os ramos do conhecimento, mas sim uma escola aberta aos alunos dos mais diferentes lugares...”.

Medicina, se desenvolveram desde o final do século XI na Itália, em escolas particulares e “nitidamente mais laicas”, aonde se destacavam as cidades de Bolonha e Salerno.

Na segunda metade do século XII, ocorreu uma “reclassificação”, enquanto parte significativa dos centros escolares ativos sofreu declínio brusco, outros centros se reafirmaram, como **Paris** (Figura 1), **Bolonha** (Figura 2 e 3) e **Oxford** (VERGER, 1999).



Figura 1: Universidade de Paris I - Sorbonne
Fonte: Internet, 2006.

A localização geográfica destas cidades, de acordo com Verger (1999, p. 11-12), é reveladora desta reclassificação:

« D'une part, ils étaient tous dans des villes d'une certaine importance ; c'étaient donc le plus souvent des écoles cathédrales ; les seules abbayes à conserver une école active étaient également situées dans les villes ; c'étaient généralement des abbayes de chanoines réguliers... D'autre part, ces centres étaient très inégalement répartis dans l'ensemble de l'Occident ; certaines zones, comme l'Allemagne, étaient à peu près vides, ce qu'on a essayé d'expliquer par la médiocrité de l'épiscopat germanique. Les mieux pourvues étaient l'Italie du Nord où écoles laïques (...) et écoles ecclésiastiques se développaient côte à côte, et, plus encore, la région comprise entre Loire et Rhin, grâce aux écoles cathédrales de Laon, Reims, Orléans, Tours, Chartres, etc., et surtout Paris ; le développement économique précoce de cette zone, l'ordre assuré dans leur domaine par les Capétiens contribuaient à y drainer les étudiants. »



Autor: Paolo Granata.



Figura 2: Perspectiva interna da sede histórica da Universidade de Bolonha
Fonte: Internet, 2006.

Figura 3: Universidade de Bolonha e a cidade “espontânea”
Fonte: Internet, 2006.

Nesses centros escolares originaram-se as primeiras universidades, que apesar de possuírem alguns traços comuns, não seguiram um modelo único, como assegura Charle e Verger (1996, p. 18):

Desde o início, estamos diante de dois sistemas pedagógicos e institucionais bastantes distintos. Na região norte da Europa (Paris, Oxford), as universidades eram antes de tudo associações de mestre ou, se quisermos, federação de escolas. [...] Nas regiões mediterrâneas, as universidades foram antes de tudo associações de estudantes, das quais os mestres eram mais ou menos excluídos.

Paris recebia grande fluxo de estudantes, que mais tarde se reagruparam por origem geográfica (ingleses, alemães, provençais, lombardos, toscanos etc), passaram a administrar os conteúdos e a desempenhar papel de docentes nas faculdades concluídas, pois, ao término da faculdade de artes liberais, passava-se para as três faculdades superiores (Teologia, Direito, Medicina), o que ocasionavam contínuos conflitos entre as corporações estudantis e as dos docentes das três corporações superiores (CHARLE, VERGER, 1996; VERGER, 1999).

Charle e Verger (1996, p. 28), afirmam ser difícil reconstituir a origem social dos estudantes, mas ao analisar que os custos e a duração dos estudos (de cinco a sete anos) afastavam a grande massa populacional e que os estudos universitários não eram de interesse para os nobres, pelo tipo de cultura e de carreira que esse grupo social desejava, levanta uma hipótese: “É bem provável, portanto, que o maior número dos estudantes e dos graduados viesse das ‘classes médias’ sobretudo urbanas (notários, comerciantes, artesão abastados etc.)”.

Das duas primeiras **idades-pólo culturais** (Paris e Bolonha), a *universita* se difundiu na Europa: no século XIII, fundadas por parte dos soberanos da Península Ibérica, instituindo universidades em León, Castilla, Portugal, Aragón (entre 1218 e 1300). Em 1300, existiam apenas 12 ou 13 universidades ativas na Europa. Tal ritmo de fundação de universidades modificou-se substancialmente após o Grande Cisma (1378-1417), passando o número de universidades realmente ativas no ano de 1500 (Figura 4), para, aproximadamente, “62, mais cinco ou seis casos discutíveis”, fundadas principalmente na Alemanha, Espanha, França e Itália (VERGER, 1999).

O rápido aumento do número de universidades na Baixa Idade Média foi caracterizado como “vertiginoso e constante”, interpretando o novo dinamismo civil e cultural da sociedade europeia (CAMBI, 1999).

Ao se observar « l’implantation géographique de ces universités et les processus que leur ont donné naissance », “historiadores modernos” distinguem em três tipos de universidades: “espontâneas”, “nascidas por migração” e as “criadas” (VERGER, 1999, p. 41 - 46).



Figura 4: As universidades européias em 1500
 Fonte: CHARLES, VERGER, 1996.

As **universidades espontâneas** são aquelas que surgiram do desenvolvimento das escolas catedralícias ou particulares, como os casos de Paris, Bolonha e Oxford. Nos dois primeiros casos, esse desenvolvimento ocorreu em grandes cidades da época, porém, a situação de Oxford se difere geoeconomicamente, “sem que se saiba por que essa cidade secundária tornou-se um centro escolar tão ativo” (CHARLE, VERGER, 1996, p. 18).

Oxford surgiu na última década do século IX, tendo seu nome mencionado pela primeira vez na “Crônica Anglo-saxônica” em 912. Saqueada e incendiada em 1009, Oxford recupera-se lentamente até desfrutar de uma prosperidade comercial no início do século XII. A prosperidade foi passageira, “... el ocaso de un aspecto de la vida de Oxford iba a verse compensado por el crecimiento

de la universidad; una de las razones que más incidieron en su desarrollo fue la existencia de un núcleo de profesores de escuelas monásticas...” (MORRIS, 2004, p. 123).

As **universidades nascidas por migração** surgiram por certos conflitos (internos ou com as autoridades externas), que por desmembramento davam origem a novas universidades, como a de Pádua, fundada em 1222 pelos doutores e estudantes foragidos de Bolonha, e a de Cambridge, nascida em 1208 por migração oxfordiana (VERGER, 1999).

Cambridge, um dos centros urbanos mais importantes da Inglaterra em 1279, possuía uma população superior a 2.500 habitantes. Essa se desenvolveu como importante centro de estudos superior quando o papel comercial da cidade foi diminuindo lentamente no século XIV por conta da obstrução da via fluvial por sedimentos. Devido à “disponibilidad de edificios vacantes en la zona del viejo puerto fluvial”, passou por um processo de readequação urbana na metade do século XV por influência da construção do King’s College, quando Henrique VI foi obrigado adquirir de forma “‘forzosa’ y a emprender la demolición de una zona compuesta por una masa compacta de callejuelas y edificios medievales y sus correspondientes muelles fluviales” (MORRIS, 2004, p. 124).

As **universidades criadas** são aquelas que em suas origens recebem do papa ou do imperador uma bula ou uma carta de fundação que define *a priori* seus estatutos e privilégios (VERGER, 1999), como as universidades fundadas Península Ibérica pelos soberanos no século XIII. Dessas, se destacou o caso de Portugal para fazer algumas considerações, pelo fato desse país ser a “metrópole” do Brasil a partir dos últimos anos do século XV, o que influenciará no tipo de ensino permitido na colônia e no período de implantação de cursos de nível superior.

A universidade portuguesa foi criada no fim do século XIII (1288) por D. Diniz e seu diploma de fundação do Estudo Geral data de 1290. O contexto cultural-histórico de implantação era diferente dos de outras universidades, como expõe Loureiro (1975, p. 154):

Portugal não podia deixar de seguir a fermentação geral com que os espíritos por toda a Europa, desde o século XII, forcejavam por sair da apatia e ignorância dos séculos anteriores. [...] Os progressos, porém, eram tão lentos, que nas crônicas dos primeiros tempos da monarquia não se faz menção a nenhum homem esclarecido que, ou não fosse de países estrangeiros, ou lá não tivesse ido aprender; e, ainda depois do século XIII, a cada passo se encontravam presbíteros, cônegos, párocos, que nem sabiam escrever, não obstante ser o clero a classe mais ignorante. [...] D. Afonso III trouxe de França o gosto das letras e homens ilustrados, para que o desenvolvessem entre os portugueses; e encarregou a instrução de seu filho D. Diniz aos melhores sábios de seu tempo. Nisto fundou-se a fortuna da nação.

Porém, essa fortuna deve ser redimensionada, tanto por ter sido criada no ano em que o cardeal Bento Gaetani, futuro Bonifácio VIII, “esmaga” com a violência de suas palavras o direito a discussão e o princípio da liberdade intelectual de ensino, como pela continuidade do atraso intelectual, evidenciado por Mattoso (1997, p. 18 - 24) ao ressaltar que:

Não pode, portanto, deixar de se acentuar o contraste entre o que em ambiente universitário europeu ou hispânico se produziu, e a esterilidade dos Estudos Gerais portugueses. Um dos poucos domínios em que se nota algum trabalho, apesar de pouco original, é o do Direito.

[...] os mais interessantes autores neste domínio tinham produzido as suas obras antes da implantação da Universidade de Lisboa. Mestre Silvestre, Vicente Hispano e João de Deus, para só citar os mais conhecidos, tinham estudado e ensinado em Bolonha e vieram aplicar os seus conhecimentos em Portugal...

(...)

Não admira, portanto, que nas outras matérias a debilidade da Universidade portuguesa fosse ainda maior. Esta inferioridade explica, e de certa maneira comprova-se também, pelo facto de os estudantes portugueses, sobretudo aqueles que depois desempenharam papel intelectual, político ou eclesiástico de relevo, terem freqüentado preferentemente universidades estrangeiras, sobretudo Salamanca e Bolonha, mas também Paris e Oxford (os franciscanos, pelo menos) e muitas outras universidades italianas.

Tal universidade apresenta uma peculiaridade, foi transferida cinco vezes de cidade: em 1290, foi criada em Lisboa; em 1308, a bula de Clemente V a transferiu para Coimbra; retorna a Lisboa em 1338; em 1354 é novamente implantada em Coimbra; em 1375 é transferida para Lisboa, ficando até 1537, quando foi definitivamente transferida por D. João III para Coimbra.

A urbe é uma “comunidade pedagógica” que precede em séculos a universidade, porém é nesta que a universidade surge, pela concentração de poder, capital e conhecimentos, da necessidade da burguesia urbana em ascensão gerir seus negócios e da Igreja combater as Reformas. Tal instituição, não surge pela evolução linear das escolas e dos conhecimentos e de uma determinada “nação”, pelo contrário, é marcada por múltiplas rupturas e permanências, de uma mistura cultural riquíssima, da qual se pode destacar a greco-romana, influenciada por tantos outros povos.

2.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E GEOPOLÍTICAS

A instituição universidade é algo relativamente recente no Brasil ao se comparar com a origem das primeiras universidades européias, ou mesmo a criação de instituições universitárias na América espanhola no período colonial.

A primeira universidade na América foi criada em São Domingos no ano de 1538, no lugar mais antigo do **Novo Mundo**, porém, com vida efêmera. Nesse ano, não existia nenhum tipo de instrução no Brasil. Em 1553, foi instituída uma universidade no México (Figura 5), com o mesmo privilégio que a famosa Universidade de Salamanca. Depois, a de São Marcos (Peru), São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina), com 26 ou 27 universidades na América espanhola no ano da “independência” do Brasil (CUNHA, 1980).



Figura 5: A Universidade do México, fundada em 1553
Fonte: Universidade do México, 2006.

As primeiras letras e o ensino secundário foram às preocupações iniciais na nova terra portuguesa, sobretudo dos jesuítas, começando com a criação de um colégio jesuítico em Salvador, no ano de 1549, junto com o início do governo-geral de Tomé de Sousa. Esse colégio serviu de modelo para criação de outros 17 colégios jesuítas no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes; nestes, haviam quatro graus de ensino sucessivos e propedêuticos: o curso elementar, o curso de humanidades, o curso de artes e o curso de teologia (LOUREIRO, 1975; CUNHA, 1980; 2000).

O ano de fundação dos **primeiros cursos de ensino superior** no Brasil é polêmico: Loureiro (1975) afirma que começaram em 1572; na mesma obra, Loureiro (1975, p. 419), afirma que “a maioria dos luminares da cultura brasileira fazia seus cursos superiores na Europa, principalmente em Coimbra, Montpellier e Paris, pois até a vinda de D. João VI não possuíamos estabelecimentos de grau acima dos cursos de humanidades”; Cunha (1980) em sua periodização aponta que os cursos de Artes e Teologia iniciaram-se em 1572; em outra obra, Cunha (2000) afirma que tais cursos começaram a funcionar no Brasil em 1553; Souza (1991, p. 10) reflete que, indiretamente, “o Brasil deve a Napoleão a instituição de seus primeiros cursos superiores surgidos em 1808”, pois, as aulas de níveis universitários dos conventos brasileiros era de uso de padres e seminaristas, “...não eram faculdades abertas...”; Fávero (2000), fundamentando-se em Ribeiro, afirma que no momento da independência, “o Brasil ministrava”. apenas na Bahia cursos propedêuticos para o sacerdócio e para estudos de direito e medicina [...]”.

Tal divergência de datas ocorre, principalmente, pelas diferentes concepções de ensino superior e universidade adotada pelos autores, porém, se adotou o ano de 1572, pois, de acordo com Loureiro (1975, p. 417) “em 1575, em Salvador foram conferidos os primeiros graus de bacharel aos alunos que começaram o curso em 1572”. Segundo Cunha (1980), os cursos não eram somente para os “internos” – os da Companhia de Jesus, mas para as crianças e jovens “externos” também, para os

quais ofertava os cursos elementares e os de humanidades. Esses cursos funcionavam como um mecanismo de seleção e recrutamento de religiosos, que completavam sua formação nos cursos superiores; entretanto, não se destinavam apenas aos que seguiam à carreira eclesiástica.

A função principal da Companhia de Jesus era a catequese dos índios, sendo a atividade educacional nos colégios secundária, exercidas apenas “nos **centros urbanos mais importantes** da faixa litorânea” [grifo nosso]. Percebe-se também, nessa análise, a relação entre a hierarquia do ensino com a hierarquia das cidades no Brasil desde o período colonial.

Planos e tentativas de instituir universidade na colônia foram muitos, mas todos frustrados pela estreiteza de visão dos governantes de Lisboa e do Rio de Janeiro (SOUZA, 1991). Portugal, além de não incentivar, proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil, com receio que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, sobretudo a partir do século XVIII (CUNHA, 2000).

Todos os esforços de criação de universidades no período colonial e monárquico foram malogrados, diferindo da América espanhola, o que denota “uma política de controle por parte da Metrópole a qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2000, p. 19).

Outros aspectos devem ser considerados ao se comparar às instruções, os níveis e instituições ofertados por Portugal e Espanha em suas colônias, principalmente em relação à quantidade e a qualidade de recursos docentes disponíveis em cada Metrópole para transferência para as Colônias. As quantidades, segundo Faria (1952), também eram significativas, enquanto a Espanha possuía oito universidades famosas no século XVI, como a Universidade de Salamanca (de grande porte para época, com 6 mil estudantes e 60 cátedras), possuía uma população, de aproximadamente, nove milhões de habitantes, Portugal possuía uma população de 1,5 milhão, pouco letrada, e apenas a

Universidade de Coimbra. Com relação à qualidade, já se fez algumas considerações ao se discutir o caso da universidade portuguesa entre as “universidades criadas”.

A educação no Brasil, segundo Souza (1991, p. 9-10), “nunca esteve na cogitação dos governantes, dáquem e dalém-mar”, as prioridades, durante trezentos anos foram a fiscalidade e a defesa, até a chegada da família real em 1808.

No entanto, o ensino no Brasil contemporâneo, principalmente o ensino superior, não são fruto da evolução “do enorme edifício erigido” dos colégios jesuítas, pois, em 1759 foram expulsos de Portugal e de suas colônias, por “determinações econômicas e políticas que acabaram por levar ao confronto entre o Estado e a Companhia de Jesus” (CUNHA, 1980, p. 37). Os pertences dessa Companhia, junto com os colégios, receberam diferentes destinos. Alguns colégios passaram a ser dirigido pelos franciscanos, outros a serem explorados comercialmente, os colégios do Rio de Janeiro e da Bahia passaram a ser utilizados como hospitais militares, outros permaneceram fechados até 1808.

Enquanto no período colonial (1500 – 1808) o ensino foi clerical, no **período imperial**, que se iniciou em 1808, conforme a periodização de Cunha (1980), o ensino público foi estatal, sendo dever do Estado: a nomeação dos catedráticos, a decretação dos currículos de todos os cursos e a nomeação dos respectivos diretores, bem como a iniciativa de criação dos estabelecimentos e sua manutenção material.

No início do período imperial, o ensino superior era organizado de forma extremamente simples: aulas e cadeiras, conforme o modelo napoleônico, consistindo num professor com seu próprio material que ensinava seus alunos em lugares improvisados (hospitais ou em sua residência). Essas unidades podiam estar aglomeradas em “Cursos”, com reduzida burocracia. Este “novo ensino superior”, nasceu dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França (CUNHA, 2000, p. 153).

Em 1808, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil, foram criados dois cursos: o Curso Médico de Cirurgia na Bahia (Figura 6) e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro (Figura 7), ambas instituídas nos hospitais militares criados nos antigos colégios jesuítas, com um dos principais objetivos: atender à formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha, contribuindo para o bom desempenho da defesa da sede da Monarquia (FÁVERO, 2000).



Figura 6: Faculdade de Medicina da Bahia, onde funcionou o Curso Médico de Cirurgia da Bahia
Fonte: Universidade Federal da Bahia, 2006.

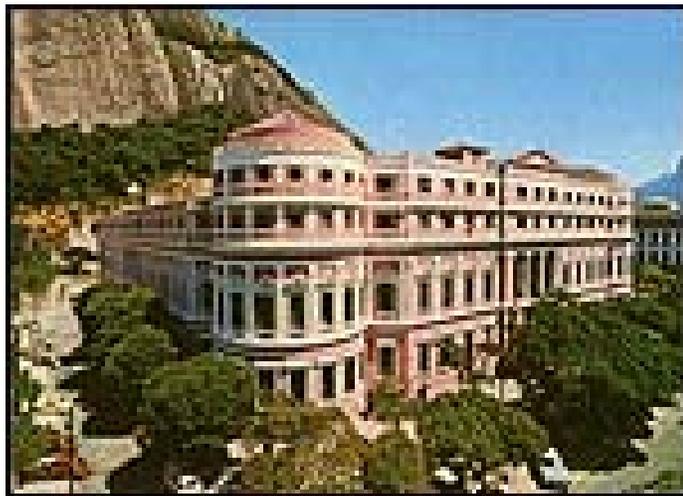


Figura 7: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, demolida na década de 1960
Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

O Curso de Engenharia foi criado em 1810 na Academia Real Militar. As inúmeras reformas e modificações nos programas do ensino militar, durante o período imperial, refletiram também na denominação da Academia Real Militar, fundada por D. João VI, posteriormente denominada Academia Militar da Corte, Escola Militar (Figura 8), Escola Central, ao permitir o acesso de civis a partir de 1860, e Escola Politécnica.

Cinco anos depois da independência política, no ano de 1827, foram criados os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo (Figura 9); em 1875, foi criada a Escola de Minas em Ouro Preto (Figura 10); em 1880, inaugura-se a Escola de Belas Artes da Bahia; em 1887, a instalação da Escola Politécnica da Bahia.



Figura 8: Escola Militar no Rio de Janeiro em 1856, onde funcionava o Curso de Engenharia

Fonte: <http://www.senado.gov.br>, 2006.



Figura 9: Curso Jurídico da Província de São Paulo, instalado no Convento de São Francisco em 1827
Fonte: <http://www.prodiam.sp.gov.br>, 2006.



Figura 10: Escola de Minas, em Ouro Preto, em edificação do século XIX
Fonte: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

Durante o período imperial (1822 – 1889), de acordo com Cunha (2000, p. 155), “o ensino superior ganhou mais densidade. Cátedras se ajuntaram em cursos que, por sua vez, viraram academias, mas o panorama não se alterou substancialmente”.

Fávero (2000, p. 20) faz uma observação da distribuição espacial dos cursos superiores fundados por D. João VI no Brasil, que excluindo algumas cadeiras que ofereciam saberes mais desinteressados, como Matemática Superior, em Pernambuco (1809), Desenho e História, em Vila Rica (1817), e Retórica e Filosofia, em Paracatu, Minas Gerais, o ensino superior “foi marcada pelo caráter utilitário e pragmático...; e ficou circunscrita, a rigor, ao Rio de Janeiro e à Bahia, deixando a descoberto a maior parte das Províncias”.

Como se pode observar, o ensino superior desenvolveu-se no Brasil pela multiplicação das faculdades isoladas. Inicialmente as de Medicina, Direito e Engenharia, posteriormente, as faculdades ou escolas de Odontologia, Economia, Arquitetura, Serviço Social, Filosofia, Ciências e Letras.

O terceiro período (1889 – 1930), de acordo com a periodização de Cunha (1980), tem início com o governo provisório de Deodoro e termina com a instalação do governo provisório de Vargas, denominada **primeira república**, república velha ou república oligárquica.

As reformas educacionais de 1981 equipararam os estabelecimentos de ensino secundário estaduais e o de ensino superior estaduais e particulares aos mantidos pelo governo federal. Estes poderiam outorgar diplomas que garantiam o privilégio do exercício das profissões regulamentadas em lei, desde que tivessem os mesmos currículos e se submetessem à fiscalização do governo federal (CUNHA, 2000, p. 157 - 158).

No período, as transformações econômicas e institucionais aumentaram a demanda por vagas no ensino superior e multiplicou-se o número de faculdade, sobretudo das particulares, alimentada pela facilitação das condições de ingresso. Segundo Cunha (2000), de 1891 até 1910,

foram criadas 27 escolas superiores, destacando-se: a área de Saúde (com nove escolas ou faculdades), Direito (com oito) e Engenharia (com quatro).

A primeira instituição brasileira com *status* de universidade foi criada em 1909, na cidade de Manaus, denominada Universidade de Manaós, durante o curto período do ciclo da borracha, que teve seu período áureo entre o final do século XIX e a década de 20 do século XX. Essa instituição, iniciativa de grupos privados, foi passageira, assim como a prosperidade econômica, tendo em 1926 suas faculdades desintegradas, das quais restou apenas a Faculdade de Direito, anexada em 1962 a Universidade Federal do Amazonas.

Tal expansão veio determinar outra reforma do ensino em 1911, a qual recebeu o nome do ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Rivadávia Corrêa e tinha por finalidade conter o rápido aumento do número de faculdades e estudantes. Essa reforma, introduziu os exames de ingressos às escolas superiores para todos os pretendentes e retiraram o direito de exclusividade das faculdades federais de emitirem diplomas conferidores de exclusividade profissional.

Sob forte influência positivista, as escolas superiores estatais eram estimuladas a ficarem isentas de toda e qualquer fiscalização oficial, a partir da autonomia financeira, conquistada com a criação de taxas, como a serem cobradas dos candidatos aos exames de admissão, além das já pagas pelos estudantes (de matrícula, de curso, de biblioteca e de certificado).

A abolição dos controles sobre ginásios e faculdades, segundo Cunha (2000, p. 160), não foi capaz de resolver os problemas apontados pela expansão do ensino superior, pelo contrário: “mais faculdades foram criadas, as quais se encheram de alunos”.

Outra universidade “passageira” foi a Universidade de São Paulo, criada em 1911 pela iniciativa privada. Deve-se observar que essa instituição não possui vínculo histórico com a atual Universidade de São Paulo (USP). Esta instituição privada sofreu grande impacto com a instituição por parte do governo paulista da Faculdade de Medicina e o reconhecimento oficial apenas dos

diplomas emitidos por instituições estatais, o que levou ao esvaziamento da Universidade de São Paulo e posterior dissolução em 1917.

A terceira universidade surgiu no sul do país, na capital do Estado do Paraná (Figura 11), em 1912, por iniciativa de profissionais locais, e foi viabilizada por parte do governo estadual, do qual recebeu apoio financeiro e reconhecimento dos diplomas.



Figura 11: Universidade do Paraná, em 1912, no edifício da atual Universidade Federal do Paraná
Fonte: Universidade Federal do Paraná, 2006.

Em 1915, foi à vez da Reforma Carlos Maximiliano, novo ministro do Interior. De acordo com Cunha (2000), essa reforma retomou a equiparação dos ginásios estaduais, mas não a dos ginásios privados, exigindo dos últimos, que realizassem exames nos estabelecimentos públicos para receberem certificado de aprovação das matérias do curso ginasial, além dos exames vestibulares. Essa reforma também retirava a equiparação com as instituições de ensino superior federais das instituições criadas em cidades com menos de 100 mil habitantes, além de limitar o número de equiparações possíveis em cada estado. Porém, é a primeira vez que aparece disposição a respeito da instituição de uma universidade num documento oficial, determinando no art. 6º, que:

“O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (BRASIL, 1915).

No mesmo ano, segundo Cunha (1980, p. 188), foi realizado um recenseamento e a cidade de Curitiba contava com apenas 66 mil habitantes, “como a instituição visava à equiparação de seus cursos aos das federais, e entre estas só havia escolas isoladas, a Universidade do Paraná não teve alternativa senão dissolver-se”.

Cinco anos após a Reforma Maximiliano, foi criado em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, a partir de autorização do governo federal por meio do Congresso Nacional. Essa universidade serviu de modelo para a quase totalidade das que a procederam: “a reunião das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito”, a reunião da faculdade de Direito foi o “resultado da fusão e federalização de duas instituições privadas existentes na capital do país [na cidade do Rio de Janeiro até 1960]” (CUNHA, 2000, p. 163).

A segunda universidade duradoura foi instituída em Belo Horizonte no ano de 1927, por iniciativa do governo estadual, a partir da aglutinação das faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia, Direito e Farmácia.

O quarto período, denominado **era de Vargas**, tem início com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório e termina com a deposição por um golpe militar em 1945. Ao início, conforme Cunha (1980, p. 206), havia três universidades: a Universidade do Rio de Janeiro, que passou a ser denominada Universidade do Brasil em 1937 (Figura 12), a Universidade de Minas Gerais “e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, essa sem o nome de universidade”. Esta, em 1928 tinha 1.200 alunos e oferecia, além de Engenharia, os cursos de Agronomia, Veterinária e Química.



Figura 12: Universidade do Brasil – Praia Vermelha
 Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

É interessante destacar neste período, que no ano de 1935, muito antes da elaboração da teoria do valor econômico da educação desenvolvida pelo estadunidense Theodore Willian Schultz na década de 1960², o presidente Vargas na **Mensagem** ao Poder Legislativo, já destacava a influência da educação e, em particular, do crescimento do número e da qualidade das instituições de ensino superior sobre o crescimento econômico do país;

O incremento do ensino superior não pode constituir, por enquanto, motivo de alarma. Estamos ainda longe de alcançar o grau de saturação que, noutros países, vem transformando profissionais diplomados numa classe parasitária e sem aproveitamento econômico. É indispensável, entretanto, elevar cada vez mais a qualidade do ensino, por ser ele o principal instrumento de formação das nossas elites intelectuais e dos técnicos das profissões de maior responsabilidade na vida social (BRASIL, 1987, p. 133).

No fim desse período, de acordo com o mesmo autor, eram cinco as universidades, em meio a dezenas de faculdades isoladas. Em 1934, sobre forte influência do **Manifesto dos Pioneiros da**

² A teoria do Capital Humano é de fundamental compreensão para expansão da iniciativa privada na educação, essa teoria foi mais bem discutida no item 5.1.

Educação Nova – de 1932, foi criada a Universidade de São Paulo e em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram as Faculdades Católicas, cujos cursos das Faculdades de Direito e Filosofia começaram a funcionar no ano seguinte, embrião da primeira universidade privada no país reconhecida pelo Estado, denominada Universidade Católica do Rio de Janeiro (Figura 13), criada em 1946 pela reunião das Faculdades Católicas e a Escola de Serviço Social, conforme o modelo da Universidade do Rio de Janeiro.

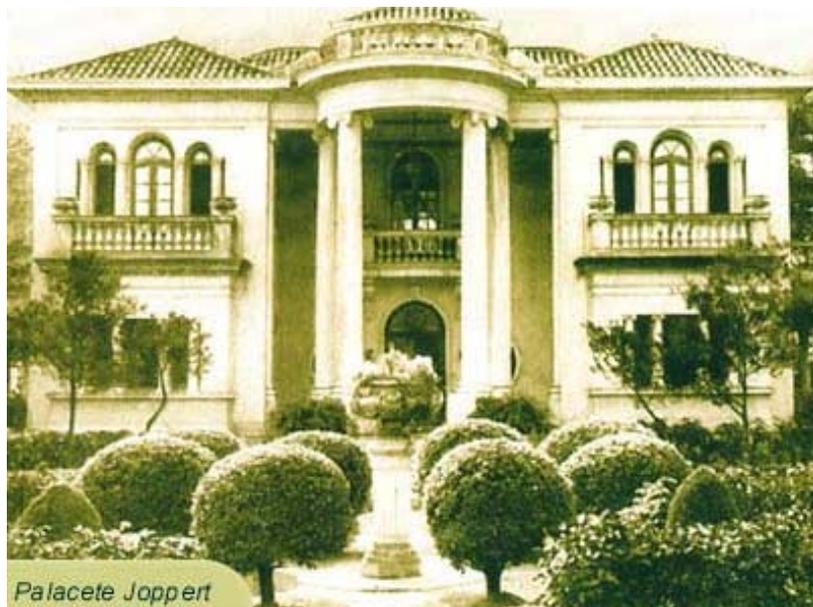


Figura 13: Sede da Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1946
Fonte: Pontifícia Universidade Católica – RJ, 2006.

Neste período o ensino primário era exigido pelas camadas populares, o ensino médio pelas classes médias em ascensão e o ensino superior, controlado por uma elite minoritária, viam ameaçados seus privilégios na proposta de escola pública e gratuita para todos.

Para se compreender esse período, é importante mencionar também que a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931 foi o desdobramento no campo do ensino superior da centralização político-administrativa iniciada com a criação do Ministério da

Educação (CUNHA, 2000) e de um sistema educacional em nível nacional – Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). No Estatuto das Universidades, instituíram o modelo organizacional das universidades, que deveria ser a partir da reunião de pelo menos três das seguintes faculdades: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Embora esse Estatuto facultasse a criação de escolas isoladas, pressupunha como ideal, a organização universitária, sendo um dos principais fatores que explicam essa distância entre o proclamado e o real, no qual legalizou também, além da fundação de universidades estaduais, a criação de universidades particulares (SHEEN, 2000).

Os períodos posteriores, denominados período da **redemocratização** e período da **ditadura militar**, correlacionados ao processo de criação da Universidade Estadual de Maringá, serão discutidos no item 4.1 e o período **neoliberal**, relacionado à expansão das distintas modalidades de IES privadas, bem como das influências dessas políticas sobre a produção do espaço urbano, onde as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado desempenham papel primordial, se discutiu na seção 5.

2.3 ALGUNS ESTUDOS SOBRE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS E REGIONAIS A PARTIR DA FUNDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Antes do início do estudo de caso, de se pesquisar as transformações que ocorreram no espaço urbano de Maringá a partir da criação de instituições de ensino superior, realizou-se uma revisão bibliográfica para saber se existia outros estudos precedentes. A hipótese era de que não existia nenhum trabalho sobre tal relação, pois até o início deste estudo não se tinha encontrado nenhum título de artigo – de múltiplas revistas, de livro ou de capítulo de livro que abordassem a relação entre espaço geográfico e instituição de ensino.

Tinha-se o conhecimento de poucas reflexões, dispersas em textos com outros objetos de estudo, como: a evolução urbana, a verticalização urbana e o território brasileiro. A primeira, de Singer (1974), ao analisar o desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo, na obra “Desenvolvimento econômico e evolução urbana”, afirma que um dos fatores que possibilitaram o desenvolvimento dessa cidade foi à criação da Faculdade de Direito, em 1828;

Inicialmente o pequeno número de estudantes pouco afetou a vida da cidade. Mas, pouco a pouco, este número foi crescendo, pois tratava-se de uma das únicas escolas superiores então existentes no país. O número de formados passou da média anual de 16 entre 1846 e 1851 a 35 entre 1852 e 1856, alcançando 111 em 1863. Neste ano deveriam estar inscritos nos diversos cursos da Faculdade cerca de 600 estudantes, 80% dos quais de outras províncias do Império. Não é de se desprezar inteiramente a adição de várias centenas de novos consumidores, muitos de apreciável poder aquisitivo, a uma população de cerca de 15.000 almas, grande parte da qual produzia o seu próprio sustento diretamente. O impulso que a localização da Faculdade de Direito em São Paulo deu ao comércio e ao setor de serviços da cidade deve ter sido relativamente ponderável (SINGER, 1974, p. 27).

Singer deixou evidente a influência de uma IES no desenvolvimento econômico de uma cidade, que tinha uma população discente de 4% da população total do município. Se esse nível percentual, muito avançado para época, trazia significativo impulso para os setores de comércio e serviços, quais as mudanças sociais, econômicas e culturais ocorrem em algumas cidades brasileiras com mais de 10% da população municipal composta por estudantes de nível superior?

A segunda reflexão é de Santos e Silveira (2001, p. 229), ao discutirem a expansão e diversificação dos consumos imateriais;

A educação junto com a saúde, viagens, manifestações artísticas, congressos, feiras e todo um leque de formas de turismos vêm impor novos ritmos e novos padrões de consumos à sociedade brasileira contemporânea, sendo importante para as condições de vida [...].
Mesmos comandados, cada dia mais, pelas lógicas do mercado, certos bens e serviços, como a educação e a saúde, passam a fazer parte de uma vocação de consumo que, graças à informação e aos transportes, se alastra na sociedade e no território.

Posteriormente, fazem comparações temporais e regionais da quantidade de instituições e alunos de nível superior, para demonstrar, além do fenômeno de interiorização do ensino superior, a concentração de IES's e acadêmicos na Região Concentrada e, sobretudo, em São Paulo, que superava, em 1996, cada uma das regiões brasileiras e representava 32,5% do número de alunos do Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 230). A elaboração de quatro cartogramas na obra desses autores, nos quais apresentaram a distribuição geográfica de instituições públicas e particulares e de cursos de ensino superior em 1996 e a de instituições universitárias comunitárias em 1998, contribuem para se compreender as possíveis relações dessas distribuições com o processo de urbanização e ciclos econômicos brasileiro da segunda metade da década de 1990.

A respeito do estudo de caso da cidade de Maringá, através de uma busca aprofundada por estudos que citassem a importância das IES's em transformações no espaço urbano dessa cidade,

encontraram-se algumas reflexões, como a de Mendes (1992, p. 231-232), ao analisar a produção do espaço urbano a partir da ótica da verticalização, cita a importância que o fluxo de pessoas relacionadas à Universidade Estadual de Maringá teve para a verticalização da Zona 7 da cidade estudada;

A aludida zona [Zona 7] foi uma área até pouco tempo (anos setenta), como zona periférica pela falta de infra-estrutura, moradores da classe média e baixa e ao fato da ferrovia cortar seus limites no sentido leste/oeste.

Com a criação da Fundação Universidade Estadual de Maringá – FUEM, por volta de 1970, o mercado imobiliário começa a se questionar sobre o futuro da zona, e das novas necessidades emergentes como residências e quem sabe edifícios para atender os alunos e funcionários da Instituição de Ensino Superior.

Neste período já existia uma outra IES em Maringá, uma instituição privada com dois cursos, criada em 1989, o Centro de Ensino Superior de Maringá (Cesumar), que não foi citada por Mendes (1992), provavelmente por ter pouca influência sobre a produção dessa cidade.

Outro estudo, um artigo de Barreto e Mendes (1999, p. 70), intitulado “Uma forma inovadora de morar: a verticalização no Jardim Universitário – Maringá PR”, é um trabalho “pioneiro” em destacar a relação entre uma IES e a produção do espaço urbano. Neste artigo, destacaram uma das estratégias do capital imobiliário relacionado à proximidade de uma IES, apreendida através de entrevista com um agente do mercado imobiliário, o que deixa nítido também o papel exercido pelo marketing imobiliário: “... o marketing em relação ao empreendimento é voltado exclusivamente às pessoas ligadas à Universidade Estadual de Maringá”. Nas considerações finais desse trabalho, se encontra uma reflexão que sintetiza a influência da UEM sobre o espaço urbano de Maringá:

Durante o decorrer da pesquisa, percebeu-se com bastante nitidez a importância da Universidade Estadual de Maringá no desenvolvimento do jardim Universitário. Podemos dizer que a referida instituição tem sido a grande mola propulsora do desenvolvimento da área, e, mais precisamente mola propulsora a verticalização deste espaço urbano (BARRETO; MENDES, 1999, p. 71).

Ainda sobre os estudos da realidade maringaense, pode-se destacar um capítulo de livro de MORO (2003), que destaca as contribuições de diversas dissertações, teses e artigos sobre a cidade e sintetiza a importância dos diversos setores da economia no desenvolvimento de Maringá. Um dos setores destacados foi o educacional universitário, no qual aponta que:

[...] o setor educacional universitário, assim como ocorreu com o comercial, amplia-se, qualifica-se e diversifica-se. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) cria novos cursos de graduação e implanta diversos cursos de pós-graduação, buscando a verticalização do conhecimento e do ensino. Ademais, outras instituições de ensino superior instalam-se na cidade: Centro de Estudos Superior de Maringá (Cesumar); Faculdades Nobel; Faculdade Metropolitana de Maringá; Faculdade Ingá; faculdade Uniandrade e Faculdades Maringá. Os alunos nelas matriculados, somados aos da UEM – cerca de 12.600 – compõem uma população em torno de 20.000 estudantes, afora os alunos dos cursos de pós-graduação. Desse modo, a expansão numérica e qualitativa do ensino superior concorre para consolidar Maringá, também como um equipado pólo educacional (MORO, 2003, p. 83).

Os estudos até aqui apresentados apontaram a importância das IES's públicas e privadas para o desenvolvimento do espaço urbano, essencialmente dos loteamentos mais próximos das mesmas, o que instiga uma análise em que este tema seja o objetivo principal da pesquisa.

Durante o desenvolvimento do presente estudo, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica, porém não exaustiva, pelas diversas dificuldades de acesso às obras, sobretudo a produção internacional. A partir dessa pesquisa foram encontrados dois artigos, um subcapítulo de livro e dezessete trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* (teses e dissertações brasileiras), que possuíam uma abordagem geográfica ou uma das categorias de análise dessa disciplina relacionada ao tema Ensino Superior. A maioria dos trabalhos encontrados se relacionam à Geografia Urbana e Regional.

Os artigos versavam sobre estudos de casos ibéricos: um sobre readequação urbana de uma cidade média da Espanha, do geógrafo López (1999), intitulado “*Transformación urbana y cambio funcional en el suroeste de Burgos: de espacio industrial a campus universitario*”, o

outro, da geógrafa Pião (2000), que fez a comparação de duas cidades universitárias – Coimbra em Portugal e Salamanca na Espanha, denominado “*Cidades de dinâmica cultural decorrente da actividade universitária: análise comparativa dos casos de Salamanca e Coimbra*”.

O primeiro, de López (1999), tem por objetivo analisar os fenômenos de mudanças intra-urbanas de Burgos, uma cidade com pouco menos de 170 mil habitantes. Começa discutindo a importância das cidades médias espanholas, onde se percebe, mais nitidamente, os processos de transformação e renovação urbana, devido a valorizações sistemáticas, proporcionais ao tamanho das cidades, como por exemplo das capitais de província de Castilla e León. Em linhas gerais, comenta os períodos econômicos, de crescimento urbano e populacional e, posteriormente, de desindustrialização, que deu origem a espaços abandonados e degradados na cidade de Burgos na década de 1970. Com a cessão da corporação municipal de Burgos de terrenos dessa área para instalação do *Colegio Universitario Adscrito de Burgos*, surgiu a possibilidade, que em seguida se tornou opção: dotar Burgos de uma especialização funcional, formando um conjunto plenamente universitário, o que foi legalizado pelo Plano Geral de Burgos de 1992. Outra preocupação é com a memória urbana, que levou a criação do Plano Especial do Centro Histórico de Burgos em 1995, delimitando espacialmente níveis diferenciados de proteção do patrimônio edificado (Integral, Estrutural e Ambiental), conforme a importância de cada edifício.

Essas transformações e renovações urbanas dinamizaram o espaço urbano de Burgos, ao trazer o significado de um novo espaço na estrutura geral da cidade, conforme López (1999, p. 23):

El suroeste de la ciudad ha sido siempre un espacio en el que los usos peculiares con una personalidad específica han sido el rasgo distintivo. En los años 90, el nuevo desarrollo de este espacio y las necesidades de construcción de la Universidad han explicado una nueva estrategia de actuación de los agentes urbanos.

El nuevo planeamiento de Burgos ha permitido la construcción de viviendas en el Suroeste pero lo cierto es que este hecho sólo ha llegado cuando la Universidad de la ciudad ha definido su estrategia espacial y los intereses de la promoción inmobiliaria han entendido a este agente público como un elemento de nueva centralidad urbana. La Universidad está siendo capaz de generar algunos efectos multiplicadores y ha centrado la atención de una parte importante de la promoción inmobiliaria en estos últimos años. La profusión de iniciativas para la construcción de edificios destinados al funcionamiento de la instalación académica (centros docentes y de investigación), al servicio de la misma (residencias, apartamentos estudiantes...) y en el marco de un nuevo espacio de Burgos polarizado en la idea del campus (viviendas), constituye la realidad que explica tanto las actuaciones de transformación como las de renovación (LÓPEZ, 1999, p. 23).

López (1999, p. 27), conclui o trabalho apontando a possibilidade de interferência de geógrafos no posicionamento em relação aos processos de transformação e renovação urbana, e cita o exemplo de Burgos, "se rige por los parámetros adecuados o va a generar un espacio demasiado rígido y con una función muy concreta dentro del núcleo", enfatiza também a importância de participação da população nas decisões e convida ainda para uma reflexão sobre o uso do solo, trânsito cotidiano, entre outros impactos.

[...] no es menos cierto que este sector ha manifestado con frecuencia los problemas inherentes a la marginalidad en el uso del suelo. La inseguridad ciudadana, el asentamiento de grupos sociales marginales, la degradación de algunos espacios... han sido un rasgo tan perteneciente al Suroeste como su entidad histórica vinculada al barrio de Huelgas o al Hospital del Rey. La renovación de usos aquí analizada supone una nueva función directora del devenir urbano, la de la Universidad, que, irreversiblemente, va a ser la nueva seña de identidad de este conjunto. De la actividad industrial, que tradicionalmente aportaba personalidad a este sector, se ha pasado a la enseñanza superior como elemento más importante del espacio urbano.

Su significado en Burgos ha de permanecer pues se trata, al fin y al cabo, de una sustitución de funciones en un espacio que sigue estando al servicio de la ciudad y que tiene un peso histórico muy fuerte. Ahora bien, los problemas de un uso específico, y la enseñanza universitaria lo es, no han desaparecido. La creación de grandes unidades urbanas a través de edificios docentes reproduce la rigidez de los tradicionales usos industriales y genera porciones urbanas que propician una importante falta de articulación dadas sus dimensiones. A esto hay que sumarle el incremento de movimientos de tráfico diario que esta nueva actividad genera en un conjunto todavía no preparado para recibir importantes intensidades de vehículos dada su tradicional rigidez organizativa.

La clave de este proceso está, sin duda, en la población, en los propios habitantes ya que, a la postre, son estos que dotan de vida al espacio urbano. (LÓPEZ, 1999, p. 27-8).

O segundo artigo, de Eugénia Pião (2000, p. 1), tem por objetivo analisar o grau de influência da atividade universitária nos contextos social e cultural das cidades de Salamanca e Coimbra, “aos níveis da produção e consumo de actividades culturais, enquanto marcos geográficos dos seus desenvolvimentos e funções dominantes nos seus espaços”. O estudo desenvolvido trata de uma comparação entre as disparidades e singularidades entre estas duas cidades universitárias, buscadas no “âmbito dos quadros de produção e consumo nos planos social e cultural”. Para atingir o objetivo proposto no estudo, Pião (2000) destaca diversas informações relevantes, como: - a situação geográfica no país; - a proporção de habitantes universitários em relação à população urbana não-universitária; - os setores econômicos desenvolvidos; e, - os principais setores de ocupação e nível de formação da população. De início, destaca que não é, unicamente, a quantidade de instituições e acadêmicos que possibilitará denominar uma cidade de **cidade universitária**, o que vale também para as cidades americanas.

Em muitas cidades europeias, a presença de uma universidade traduz-se, sobretudo, no âmbito da economia urbana. Em alguns dos casos nem será mesmo possível considerar destacadamente as repercussões urbanísticas ou demográficas da função universitária, uma vez que esta se dilui na grandeza mobilizadora dos demais factores que transformam e arrastam multidões para a sua cidade. Em termos culturais, muito embora se avancem iniciativas que convocam ou partem da natureza do público universitário, estas coexistem, sem grande impacte, com as demais produções culturais totalmente alheadas da consideração deste universo de potenciais consumidores. Este cenário poderá ser observado em grandes centros urbanos como Barcelona, Lisboa ou Roma, onde os elevados contingentes universitários não produzem um especial efeito na imagem externa das suas cidades, para as quais ‘valores mais altos se levantam’.

Após apresentar a metodologia (pesquisa bibliográfica e empírica) e as dificuldades encontradas para executar a pesquisa, apresenta um quadro interpretativo, contendo para cada cidade: - a concepção de cultura; - os tipos de produção cultural; o público-alvo para cada tipo de produção cultural; - temporalidade dos fluxos; - tipo de relação cidade/universidade; - participação acadêmica; e, - outras atividades culturais desenvolvidas, como apresentou na forma do Quadro 1.

Quadro 1: Interpretação comparativa entre as cidades universitárias de Salamanca (Espanha) e Coimbra (Portugal)

Salamanca	Coimbra
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cultura: <ul style="list-style-type: none"> - estratégia de desenvolvimento urbano - lógica economicista ✓ Produção cultural vocacionada para consumidores estrangeiros (universitários e turistas) ✓ Homogeneidade de consumos culturais ✓ Sazonalidade de públicos. Manutenção dos níveis de mercado. ✓ Interdependência cidade/universidade expressa sobretudo nos níveis de consumo ✓ Irrelevância das acções das associações de alunos. ✓ Visibilidade de acções de animação de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cultura: <ul style="list-style-type: none"> - especialização de mercado - lógica promocional ✓ Produção cultural para públicos indiferenciados ✓ Heterogeneidade de públicos e consumos ✓ Sazonalidade de mercado. Férias letivas reflectem quebra de produções e ausência de públicos. ✓ Interdependência cidade/universidade expressa essencialmente nos níveis produtivos ✓ Protagonismo da Associação Académica ✓ Maior dotação de infra-estruturas e equipamentos.

Fonte: Pião (2000, p. 3).

Após este quadro, a autora expõe “algumas considerações finais”, como “a fundamentação e dependência econômica da cidade de Salamanca com relação ao mercado cultural é bem mais significativa do que para o caso de Coimbra” (p. 4), e conclui que as duas cidades são “mercados culturais estruturados em função das especificidades históricas, das dinâmicas sociais e identitárias locais, o que remete irrevogavelmente para a velha presença e incisiva influência da actividade universitária” (p. 4).

Outro trabalho, de Théry e Mello (2005, p. 183), denominado “*Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território*”, traduzido do original em francês publicado em 2004 “*Atlas du Brésil*”, faz uma breve descrição do ensino superior em nível nacional, no entanto é relevante, tanto pela falta de estudo nessa escala espacial, quanto pela clareza e método de

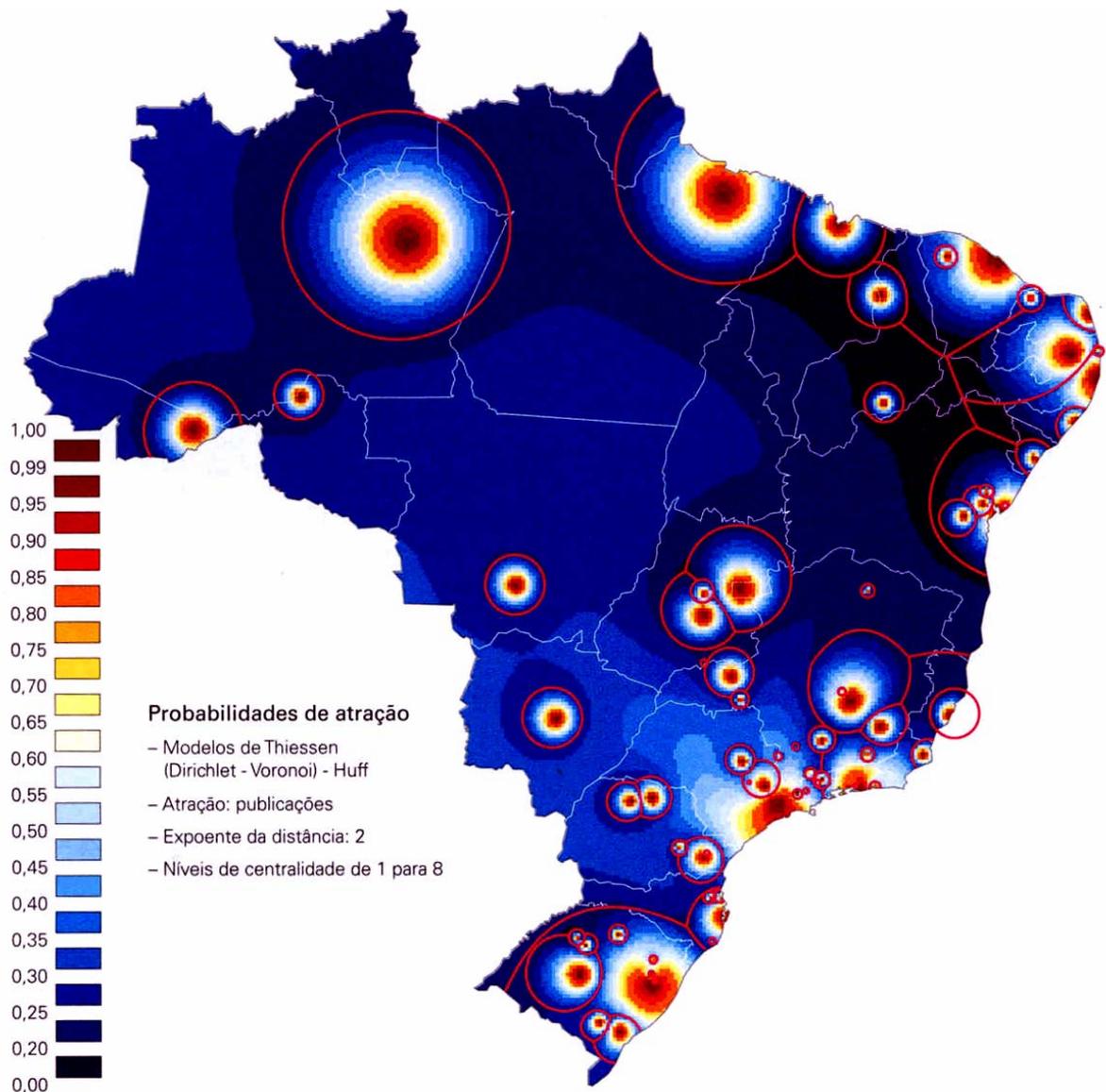
especialização da influência das IES's. No sétimo capítulo “Dinâmicas Urbanas”, desse atlas comentado, o subcapítulo “Atrações e equipamentos culturais”, inicia evidenciando a forte influência das atividades educativas e culturais na dinâmica de diversas cidades especializadas, como os casos das cidades inglesas Oxford e Cambridge e das cidades alemãs Heidelberg e Tübingen, que têm “áreas de atração mais vastas e menos previsíveis que a sua massa econômica justificaria”, ou seja, em nível nacional, essas cidades médias concentram maior número de IES e discentes que cidades com situação geoeconômica e política muito superior, como capitais políticas e econômicas . Afirma em seguida, que não é esse o caso brasileiro, “onde a hierarquia universitária segue, grosso modo, a das massas urbanas”.

São Paulo, com o seu conjunto de universidades públicas (principalmente a USP, com mais de 40 mil estudantes) e privadas (católicas, como a PUC, ou empresariais, como o Mackenzie) impõe-se aqui também e domina o país inteiro. No entanto, outras cidades têm universidades de boa dimensão e de boa reputação. Se o modelo gravitacional [...] premia as cidades amazônicas que à distância “protege” da influência do sul, de fato são as outras cidades do Sudeste e Sul as rivais de São Paulo. Considerando como critério básico às publicações científicas, Rio de Janeiro “pesa” a metade de São Paulo, e Porto Alegre, um quinto. E as *cidades que podem ser classificadas como universitárias* têm um papel de polarização regional não desprezível: Campinas, São José dos Campos e São Carlos, no Estado de São Paulo; Uberlândia, Juiz de Fora e Viçosa, em Minas Gerais; Londrina, *Maringá* e Ponta Grossa, *no Paraná*; e Santa Maria e Pelotas, no Rio Grande do Sul. Fora do Sudeste-Sul e das capitais, aparecem apenas Campina Grande, na Paraíba, e, em menor escala, Cruz das Almas, na Bahia [Mapa 1]. É para essas cidades que convergem muitos estudantes do interior, às vezes de muito longe, dando a elas um ritmo de vida específico, pontuado pelas férias e pelas provas. Em geral, os estudantes permanecem naquela cidade apenas o tempo de sua formação, mas alguns conseguem, em seguida, um emprego em novos setores nascidos da própria universidade. (THÉRY e MELLO, 2005, p. 183-4, grifo nosso).

A hierarquia universitária espacializada é reveladora da concentração de IES's em cidades metropolitanas, geralmente capitais, sobretudo das maiores e das melhores universidades do país, acumulando também esse importante papel urbano que não necessitariam de se configurarem de tal forma ao possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico de cidades pequenas e médias, como

ocorreu a criação de cinco universidades estaduais, todas com sede em cidades média, nenhuma sediada pela capital do estado – Curitiba. Essa política é distinta da política de instalação de IES's de outros estados, das PUCs e das IES's federais, concentradas nas capitais estaduais, obedecendo a uma lógica hierárquica, implantadas dos principais **nós** da rede urbana brasileira para base (capitais de estados de porte médio e outras cidades médias com significativos fluxos econômicos).

Mapa 1: **Áreas de Atração das Universidades**



Fonte: IBGE - Regic

Fonte: Théry; Mello, 2005.

A pesquisa sobre teses e dissertações relacionadas à Geografia do Ensino foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, em diversas bibliotecas digitais e no Banco de Teses e Dissertações da Capes (2006). De um universo de 2.595 teses e dissertações resultantes de uma busca por “ensino superior” no Banco de Teses e Dissertação da Capes, encontrou-se dezesseis trabalhos. A identificação dos estudos sobre a relação dos temas pesquisados se deu pelo critério de apresentar alguma categoria de análise geográfica (região, espaço, lugar e território), alguma reflexão geográfica no resumo ou algum processo espacial, como os que apareceram: descentralização, expansão e interiorização de IES’s. Esse banco de teses e dissertações disponibiliza as seguintes informações: - nome completo; - título do trabalho; - data da defesa; - número de volumes e páginas; - tipo de pós-graduação (mestrado ou doutorado); - instituição e programa; - orientador; - Biblioteca depositaria; - palavras-chave; - área do conhecimento; - banca examinadora; - linhas de pesquisa; - agências financiadoras; e, - resumo.

Os outros dois trabalhos foram encontrados pelo professor Cesar Miranda Mendes, sendo um de sua orientação, a de Melo (2001), e outra de contato em evento nacional (ANPEGE) com a professora Marlene Teresinha de Muno Colesanti, que enviou uma dissertação da qual foi orientadora, de Souza (2003).

Em uma breve caracterização, pode-se separar entre tese e dissertação, por disciplinas científicas, por dependências administrativas e por estados onde foram defendidos esses trabalhos. Dos trabalhos selecionados, 14 são dissertações de mestrados e 4 são teses de doutorados. Dos dezoito trabalhos defendidos em programas de pós-graduação, oito em Educação (Quadro 2), sete em Geografia (Quadro 3), dois em Sociologia e um em Economia (Quadro 4). Desses trabalhos, 15 foram realizados em universidades federais, duas em universidades privadas religiosas e uma em universidade estadual.

Quadro 2: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação em Educação que têm como tema as influências de Instituições de Ensino Superior no espaço

Pós-graduado	Títulos	Categoria Geográfica	Defesa IES/ano
Angélica M. P. Ramos	A interiorização do ensino superior no Ceará: os casos de Limoeiro do Norte e Quixadá.	Espaço	UFC/1990
Carlos U. S. Santos	Regionalização: Alternativa para uma política de educação superior.	Região	PUC-RJ/1995
Maria A. P. Freitas	Universidade e Desenvolvimento Regional. O caso da URRN.	Região	UFRN/1995
Maria I. S. S. Carvalho	Uma viagem pelos espaços educacionais do município de Santo Antonio de Jesus: Possibilidades, atualizações...	Espaço	UFBA/2001
Marli N. Silva	A educação em Teixeira de Freitas – Bahia: Relação escola e cidade.	Espaço	PUC-SP/2002
Moema M. M. Midlej	Universidade e Região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC.	Região Território	UFBA/2004
Nadia H. Fialho	Universidade Multicampi - Modalidade Organizacional; Espacialidade e Funcionamento.	Espaço	UFBA/2000
Rosilene L. R. Cardozo	O Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia: um projeto para o desenvolvimento e a integração regional/nacional.	Região Território	UFG/1991

Fonte dos dados: CAPES, 2006.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Quadro 3: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação em Geografia que têm como tema as influências de Instituições de Ensino Superior no espaço

Pós-graduado	Títulos	Categoria Geográfica	Defesa IES/ano
Bianca S. Oliveira	Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000.	Espaço	UFU/2003
Débora A. Cunha	Democratização da Universidade Amazônica: A Experiência de Descentralização e Participação nos Campi da UFPA.	Espaço	UFPA/2003
Miratan B. Souza	Planejamento urbano e escola pública.	Espaço	UFU/2003
Romana F. C. Leite	Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re)configuração da rede urbana regional.	Espaço Região	UFU/2003
Sônia M. R. Tomasoni	Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no espaço baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antonio de Jesus.	Território Espaço	UFBA/2000
Yvaldine M. C. Melo	Considerações sobre os câmpus públicos e a verticalização como reprodução do câmpus e espaço resposta para a saturação e a fragmentação do espaço físico do Campus Sede da UEM - Maringá/PR	Espaço	UEM/2001
Wanderley V. Medeiros	Ensino Superior no interior de Pernambuco: uma abordagem geográfica.	Espaço	UFPE/1987

Fonte dos dados: CAPES, 2006.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Quadro 4: Teses e dissertações defendidas em Programas de pós-graduação de Sociologia ou de Economia que o tema são as influências de Instituições de Ensino Superior no espaço

Pós-graduado em Sociologia	Títulos	Categoria Geográfica	Defesa IES/ano
Enio W. Silva	O ensino superior regional: a região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.	Região	UFRGS/1994
José V. Sousa	O Ensino Superior Privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente expansão (1995/2001).	Espaço	UnB/2003
Pós-graduado em Economia	Títulos	Categoria Geográfica	Defesa IES/ano
Agnaldo B. Silva	O ensino superior no Vale do São Francisco como fator de desenvolvimento regional.	Região	UFC/2003

Fonte dos dados: CAPES, 2006.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

As dissertações foram desenvolvidas em diversos estados, principalmente no Nordeste e Sudeste brasileiro, conforme podemos observar no Gráfico 1, o qual aponta que das 18 pesquisas, 4 foram defendidas no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Ceará, 1 em São Paulo, 1 Rio Grande do Sul, 1 no Distrito Federal, 1 no Rio Grande do Norte, 1 em Goiás, 1 no Pernambuco, 1 no Rio de Janeiro, 1 no Pará e 1 no Paraná.

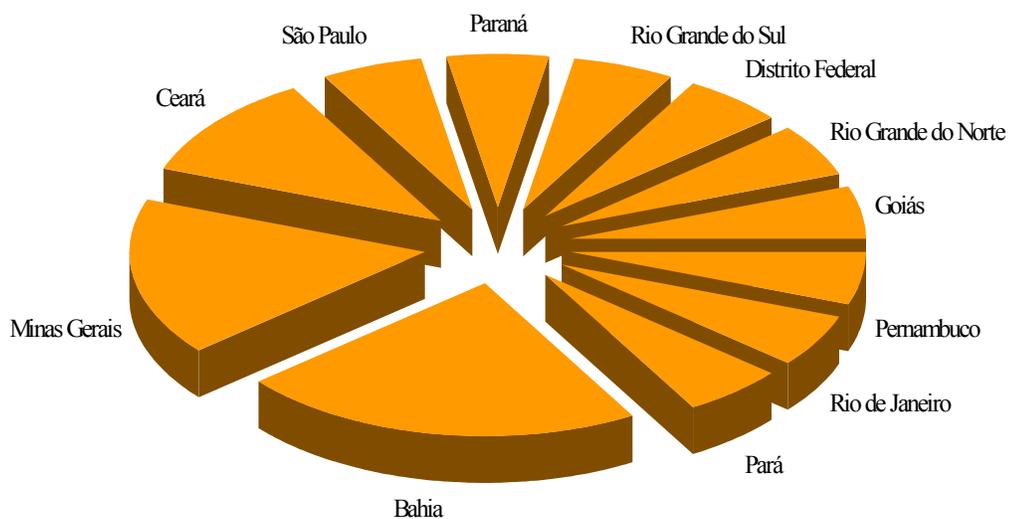


Gráfico 1: Distribuição das dissertações relacionadas à Geografia do Ensino por Estados

Fonte dos dados: CAPES, 2006.

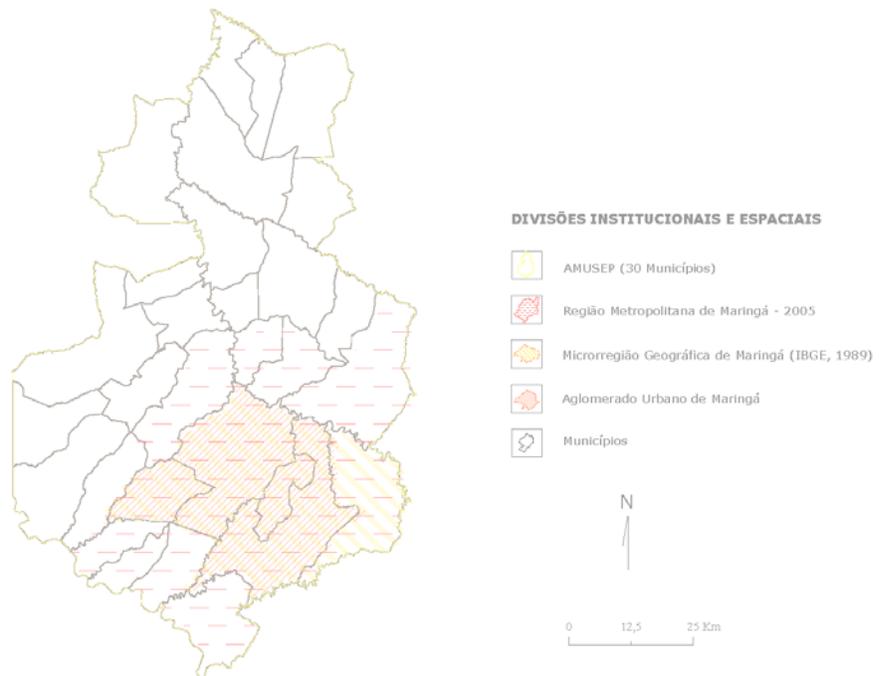
Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

O ano de defesa também é uma informação importante, pois a partir dele se percebe o período em que o processo de expansão do número de IES's e de cursos passa a chamar a atenção de pesquisadores de diversas disciplinas científicas. No final da década de 1980 se tem o primeiro trabalho defendido sobre a temática (das que foram encontradas nessa pesquisa), na década de 1990 o número se eleva para cinco, pois nestes anos o Brasil passa a dinamizar a política liberalizante em curso, mas a partir do ano 2000, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que permitiu a criação de diversos tipos de IES's, permitindo a desvinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, onde a iniciativa privada através da permissão governamental tem o seu "boom", refletindo no interesse pelo tema e na defesa de onze trabalhos, estando seis concentrados no ano de 2003, que provavelmente iniciaram em 2000 ou 2001.

Na maioria dos estudos encontrados, os autores escolheram a abordagem espacial para realizarem suas análises, das quais dez optaram apenas pela categoria espacial, um optou pela relação espaço e região e outro espaço e território. A abordagem regional foi adotada como categoria de análise em quatro trabalhos, além de aparecer associada à categoria de análise espacial em um e associada à abordagem territorial em outros dois estudos.

O levantamento dessas teses e dissertações é importante para o desenvolvimento dessa nova abordagem, porém, no presente estudo se teve acesso apenas as dissertações de Melo (2001), que discute o espaço interno do câmpus de uma IES (UEM-PR) e Souza (2003), que discute o raio de abrangência no espaço urbano de Uberlândia das escolas de ensino fundamental e médio. Tais contribuições são bastante limitadas à pretensão desse estudo, pois ambas possuem uma preocupação mais técnica, pois as mestrandas em geografia possuíam uma formação em Arquitetura e Urbanismo, pesquisas relevantes, mas que não contemplam a relação com as ciências humanas e sociais de forma interdisciplinar e a relação com a produção da cidade pelos distintos agentes produtores desse espaço e suas práticas e ações.

OS MÚLTIPLOS RECORTES ESPACIAIS E INSTITUCIONAIS RELACIONADOS À CIDADE DE MARINGÁ



3 OS MULTÍPLOS RECORTES ESPACIAIS E INSTITUCIONAIS RELACIONADOS À CIDADE DE MARINGÁ

Maringá, cidade que recebeu o nome de uma canção de Joubert de Carvalho: “*Maringá*”, de uma “cabocla retirante” para uma cidade importante da rede urbana do Paraná.

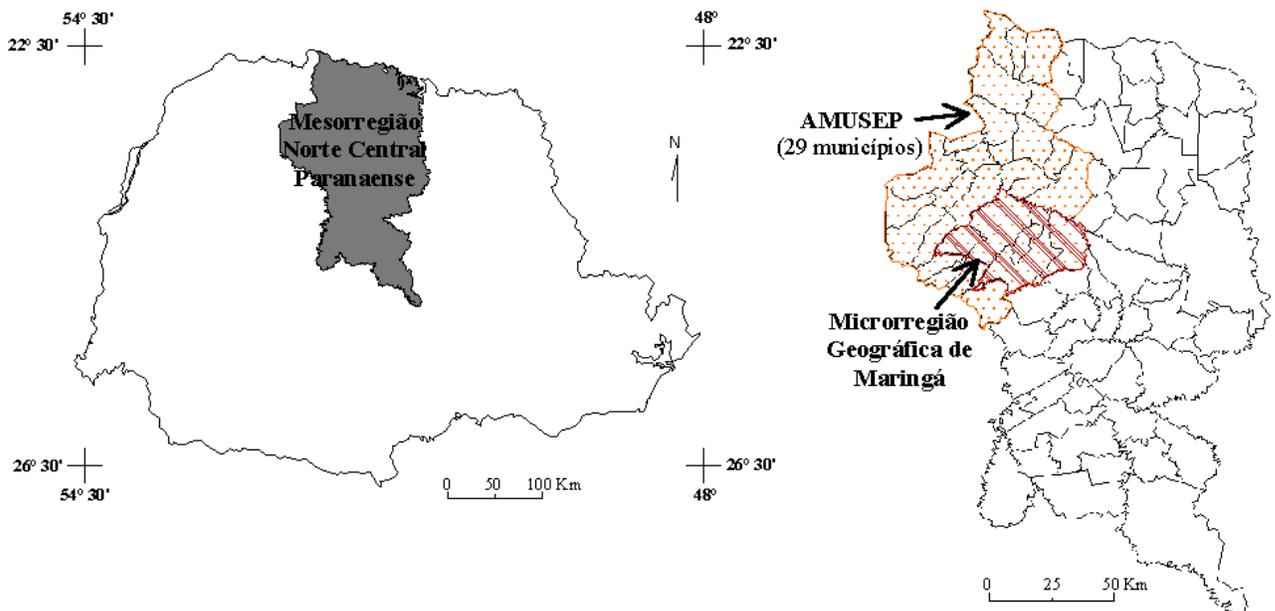
A história do surgimento dessa cidade, no contexto da mesorregião Norte-Central do Paraná, evidencia o desenvolvimento diferencial dessa cidade em relação às outras cidades norte-paranaense, com exceção da cidade de Londrina, pois em suas origens já tinham sido planejadas para serem pólos comerciais, mais tarde consolidadas pelos desempenhos políticos, fundamentados na lógica da centralização econômica, das infra-estruturas e dos serviços especializados.

Neste trabalho não se fará uma retomada detalhada do processo de ocupação e reocupação, ou da colonização e recolonização do Norte do Paraná, pois estas já foram objeto de estudo ou parte significativa de diversos estudos, artigos, dissertações e teses, das quais as obras de Müller (1956), Souza (1971), Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), Luz (1980; 2001), Moro (1980; 1991; 1995; 1998), Padis (1981), Alegre e Moro (1986), Barnabé (1989), Mendes (1992), Serra (1992; 1993), Endlich (1998, 2006), Carvalho (2000), Noelli e Mota (2001), Mota e Noelli (2001), Tomazi (2001), Tommasino (2001), Mota (2006), no entanto, algumas pontuações serão feitas quando o processo em análise requerer informações históricas do processo de reocupação que os elucidam.

É importante afirmar também que a perspectiva desse item e do próximo é a de situar a cidade de Maringá no contexto regional, ou seja, de **encontrar um recorte regional global que evidencie o papel do espaço urbano estudado**, não tendo como finalidade criar ou discutir a região de polarização das instituições de ensino superior de forma específica.

A Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), embora um recorte institucional, possui a maior representatividade em relação à centralidade da cidade de Maringá, situada entre a mesorregião Norte Central Paranaense e a microrregião geográfica de Maringá (Mapa 2), conforme a regionalização elaborada pelo IBGE (1990).

Mapa 2: O Estado do Paraná, a mesorregião Norte Central Paranaense, a microrregião geográfica de Maringá e a AMUSEP – 2006

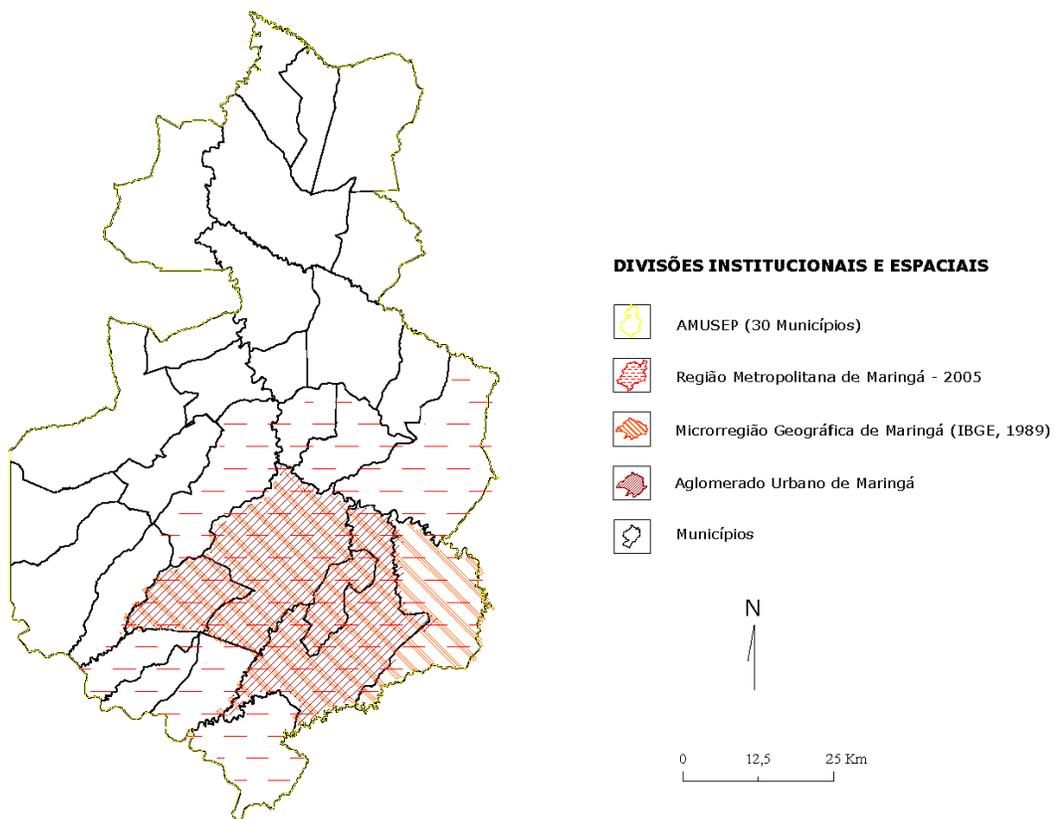


Base Cartográfica: Paraná, 2004.
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Nas escalas superiores – do estado, da macrorregião e do país, o Município de Maringá possui um nível de centralidade de relativa significância se comparada aos papéis desempenhados pelas metrópoles, configurando-se como um Centro Sub-regional 01, conforme a “*Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*” (IPARDES, 2000). Em nível da mesorregião, Maringá disputa com um centro regional, a cidade de Londrina, que possui uma área de influência nitidamente maior, conforme se pode observar nos estudos de Moura e Werneck (2001).

A sobreposição de recortes político-administrativos (municípios), aos recortes institucionais “sem governo” e os recortes geoespaciais (microrregião geográfica e o aglomerado urbano) realizadas no Mapa 3, se apresentam com legibilidade menor do que se os mapas fossem elaborados separadamente. No entanto, o objetivo era a construção de um mapa que evidenciasse a complexidade dos recortes relacionados à centralidade da cidade de Maringá garantindo o máximo de nitidez ao leitor, para posteriormente se apresentar algumas considerações sobre cada um desses recortes.

Mapa 3: Os múltiplos recortes espaciais ou institucionais relacionados à centralidade da cidade de Maringá – PR – 2006



Base Cartográfica: Paraná, 2004.
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Essa complexidade espacial requer um pensamento geográfico transescalar, pois a escolha de um recorte espacial deve se relacionar com a temática em estudo, como evidencia Corrêa (2003, p. 12) ao afirmar que o tema de determinado estudo geográfico possui “[...] uma nítida relação com a escala cartográfica e conceitual. O recorte espacial significa a aderência a uma dada problemática, não se tratando de uma escolha arbitrária”.

Como corrobora Villaça (2002, p. 713) na discussão das escalas de abordagens dos processos sociais e econômicos, ao analisar que esses processos não se enquadram mais à unidade territorial de um município e afirmar que praticamente qualquer cidade média já transbordou seus limites municipais, exemplificando com as cidades médias de Londrina, Maringá, Campinas, Americana e Jundiaí, casos que o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano.

O fenômeno urbano como um processo social, condicionante e condicionado pela espacialidade da atuação desse processo sobre o substrato físico, é limitado e limitante das divisões político-administrativas como se pode observar no caso da cidade de Maringá, onde os limites territoriais municipais não correspondem mais, neste cenário político mediado por complexas relações transescalares, aos limites reais do espaço urbano circunscrito ao Município de Maringá.

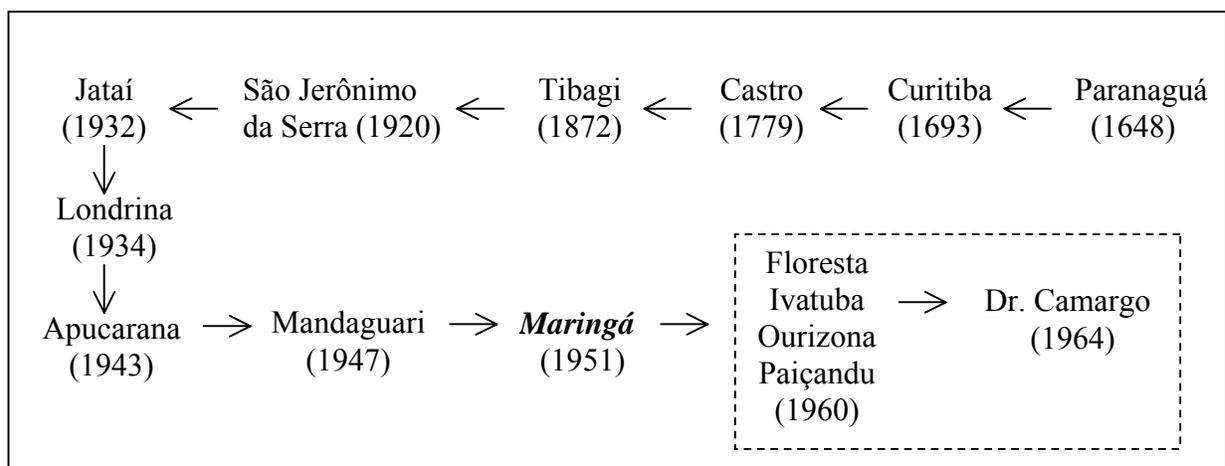
Adotou-se, no início dessa seção, o recorte institucional da AMUSEP, por corresponder ao espaço onde Maringá já se consolidou como centro principal, mas sabe-se que nem todos municípios desse recorte têm alto ou médio nível de integração social e econômica com a cidade estudada e que alguns municípios das mesorregiões noroeste e centro-ocidental paranaense possuem maiores fluxos de população e de mercadorias com Maringá do que alguns dos municípios da AMUSEP.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná se emancipou politicamente da Província de São Paulo em 19 de dezembro de 1853, passando à condição de Província do Brasil Imperial. Essa autonomia foi concedida como uma estratégia geopolítica, criando um recorte territorial e a formação de fronteiras como forma de manutenção do poder imperial para controlar os movimentos republicanos das Províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Em meados do século XIX, circunscrito aos limites dessa nova província existiam apenas duas cidades (**Paranaguá e Curitiba**), sete vilas (Antonina, Morretes, Guaratuba, São José dos Pinhais, Lapa, **Castro** e Guarapuava) e seis freguesias (Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, **Tibagi** e Rio Negro). Além dos municípios em destaque, a genealogia de Maringá (Quadro 5) vincula-se, no início do século XX, aos núcleos urbanos de **São Jerônimo da Serra e Jatay** (Figura 14).

Quadro 5: **Genealogia e os desmembramentos do Município de Maringá – PR**



Fonte dos dados: Paraná, 2000 (Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná).
Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

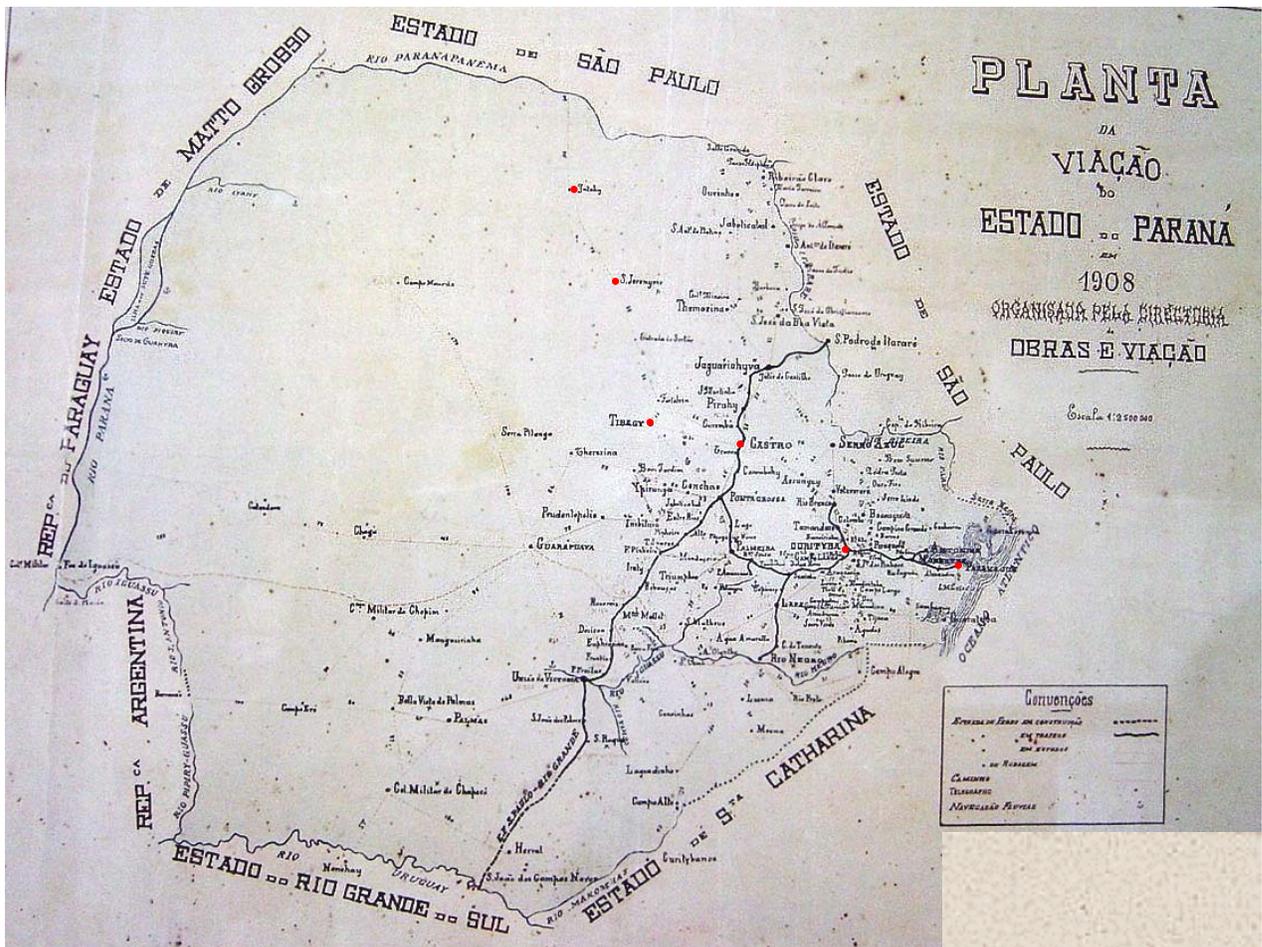


Figura 14: Planta da Viação do Estado do Paraná – 1908 (com destaque para os municípios relacionados na genealogia da cidade de Maringá)
 Fonte: Coletânea de Mapas Históricos do Paraná, 1988.

Muitos municípios foram criados, porém, outros foram criados e extintos, como o Município de São Jerônimo da Serra, criado em 1920 e extinto em 1945, sendo anexado ao Município de Congonhinhas. Em 1924 o estado possuía 56 municípios, em 1940, apenas 49 (PARANÁ, 2000). Cigolini (2000) aponta a centralização de poder do Estado como uma vertente explicativa, pois tanto em 1930 como em 1937, sob o governo de Getúlio Vargas, foi abolido o princípio de autonomia dos municípios e da eletividade dos prefeitos.

No fim da década de 1940, em 10 de maio de 1947, o núcleo urbano de Maringá foi fundado como Distrito do Município de Mandaguari, esse município estendia-se por amplo

território do atual mesorregião noroeste (Figura 15). Em 1948, Maringá foi elevada a categoria de Vila. Até 1950, a maioria dos municípios se encontrava no Primeiro e no Segundo Planaltos.

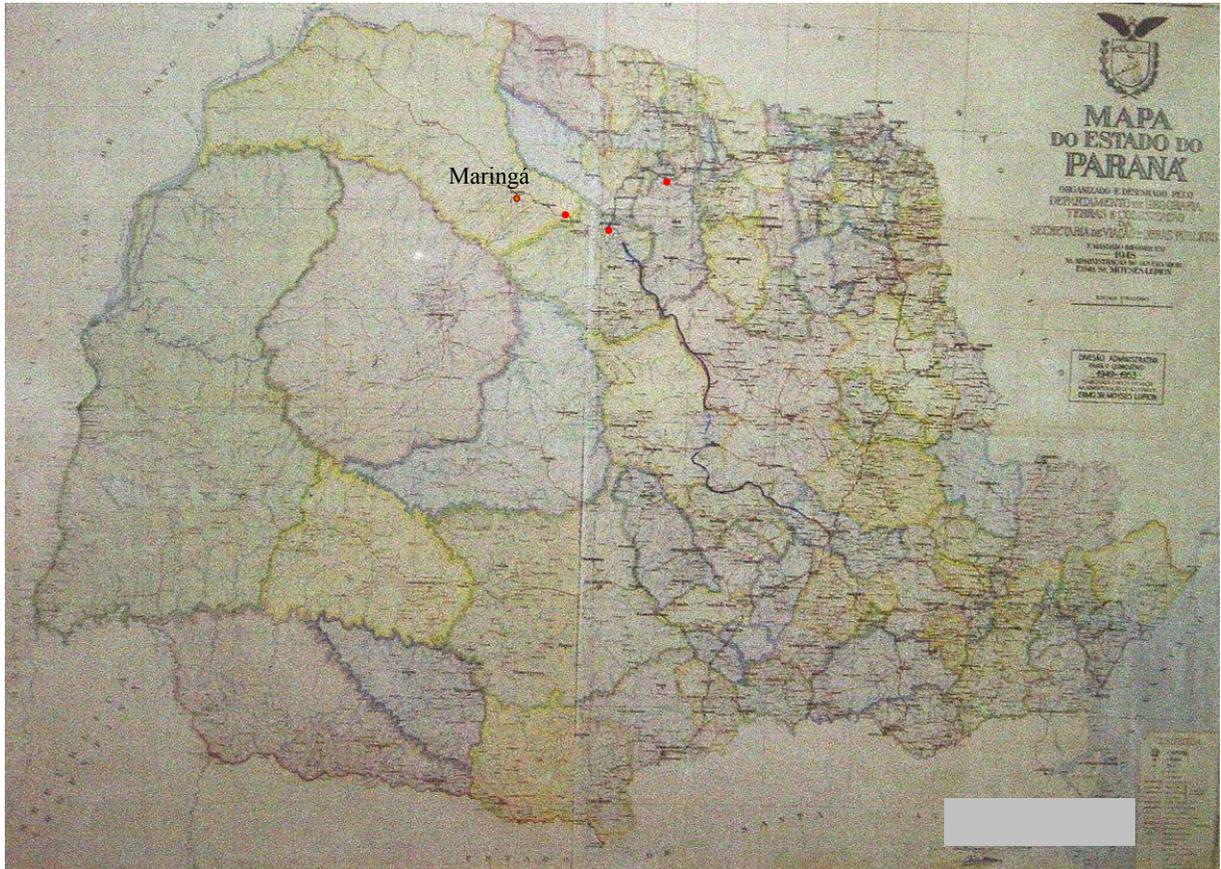


Figura 15: Mapa do Estado do Paraná – 1948 (destaque para a **Vila Maringá**)
 Fonte: Coletânea de Mapas Históricos do Paraná, 1988.

Em 1950 já eram 81 municípios, norteando-se o avanço da ocupação, segundo a observação de Alegre e Moro (1986), como ponta de lança que atinge Maringá e Paranavaí, somente a capital contava com população superior a 50 mil habitantes. O censo de 1960 encontrou 162 municípios, a maior parte criados na porção norte, exatamente onde estava em grande evidência a cultura cafeeira.

Ao pesquisar as áreas dos estabelecimentos e as áreas dos municípios entre 1950 e 1970, Alegre e Moro (1986) identificou uma significativa redução de ambas as áreas, o que resultou num

grande parcelamento de terras na região, o que refletiu também na divisão administrativa do estado com o surgimento de elevado número de municípios (Gráfico 2), a maioria de pequena dimensão.

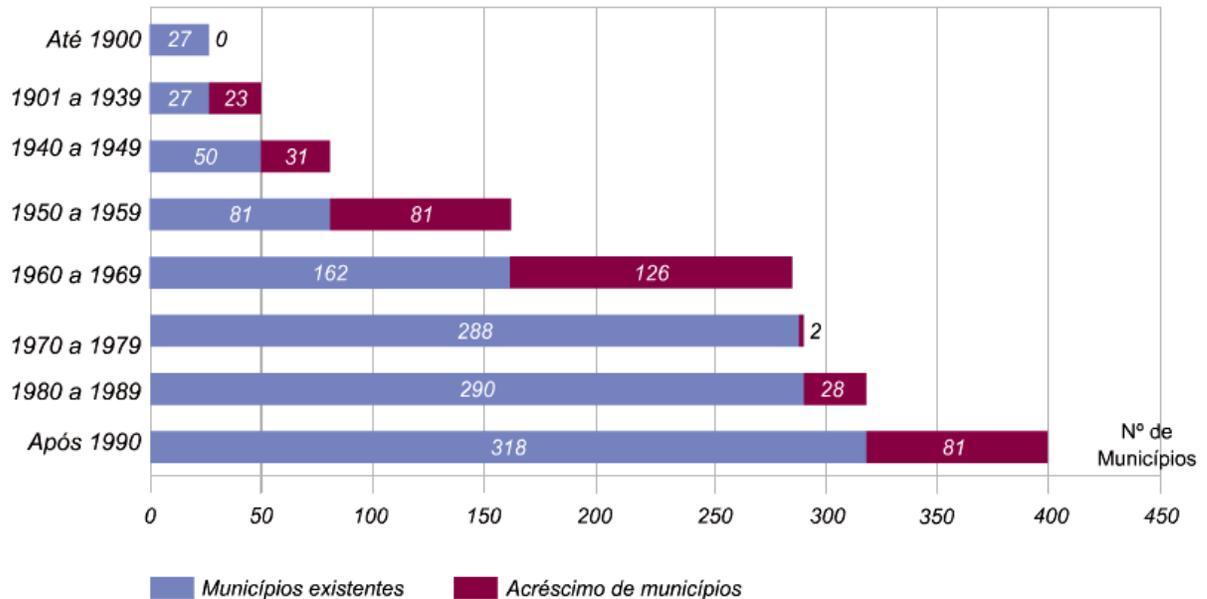


Gráfico 2: **Evolução da Divisão Político-administrativa – Paraná – 1900/2000**

Fonte: IPARDES, 2003.

O processo de emancipação municipal no Paraná foi intenso nas décadas de 1950 e 1960, apresentando um período de estabilidade nas décadas de 1970 e 1980, devido às restrições aplicadas pelos governos militares. Nessa discussão, Alegre e Moro (1986, p.42) contribuem ao elencar outros fatores para a estagnação do número de municípios nas décadas de 1970 e 80: o início da decadência de muitos municípios, a decadência da cultura cafeeira, o avanço de culturas pouco exigentes quanto à mão-de-obra, à concentração de terra e mecanização, expansão das pastagens e o conseqüente esvaziamento populacional. Nesse período (décadas de 70 e 80) foram fundados 30 municípios, dos quais 28 na década de 1980, sobretudo na segunda metade dessa

década, no período de descentralização política, quando a Constituição Federal de 1988 passou a considerar os municípios como entes federativos.

Os fenômenos de criação, estagnação e extinção do número de municípios não podem ser explicados de forma generalizada, pois os desmembramentos territoriais passam pela particularização do processo em cada estado, no entanto, confunde-se com a própria história política brasileira (CIGOLINI, 2000).

Pode-se compreender os avanços e estagnações no número de desmembramentos municipais a partir dos processos de centralizações de poder (Revolução de 1930, Constituição sob o regime do Estado Novo, Governo Militar), com significativas quedas do número de criação de municípios e os processos de descentralizações (Constituições de 1934, 1946 e 1988), com elevados números de fundação de municípios no Brasil. Esses processos também dependem do nível de desenvolvimento econômico, dos setores em avanço e em retrocesso na economia brasileira, como se observou através do estudo de Alegre e Moro (1986) no estado do Paraná.

Nos anos 90, com o término do regime militar, reiniciou-se os processos de descentralização política e de fragmentação político-administrativo. Esses processos geram polêmica, pois, de um lado é visto como a duplicação de estruturas administrativas, o que contribui para aumentar os gastos com administração e investir menos em manutenção ou implantação de infra-estruturas novas e na prestação de serviços públicos, por outro lado é interpretado como “mais democrático”, ao resultar em melhor partilha dos recursos federais e estaduais, pois os repasses são feitos às sedes de municípios, distribuídos de forma desigual entre a sede e os distritos.

Na década de 90 foram emancipados 81 municípios somente no Paraná, desmembrados de outros 69 municípios. Tais emancipações ocorreram essencialmente nos anos de 1990 a 1996, quando se atingiram os 399 municípios, permanecendo estagnado até o momento (2006), conforme a evolução demonstrada no Gráfico 02. Essa estagnação pode ser explicada, de forma

geral, pela promulgação da Emenda Constitucional nº 15 em 1996, que ao dar nova redação ao § 4º do Art. 18, estabeleceu que:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Ao estudar as justificativas que constam nos processos de criação de municípios do estado do Paraná, Cigolini (2001, p. 54) afirma que “as comissões locais de emancipação cuja, representatividade e os interesses a ela associados, estão diretamente vinculados às bases eleitorais de caráter local”, pois encontrou, na eleição de 1998, 50% dos 33 deputados autores dos projetos de emancipação de 76 novos municípios entre o primeiro e segundo colocado em número de votos nos respectivos municípios criados. Para se compreender o processo de fragmentação do território em unidades administrativas no estado do Paraná, Cigolini (2001, p. 55) deixa nítido que “além dos motivos apresentados nos projetos de emancipação, existem interesses, ligados à representação política, à formação de núcleos de poder local e ao controle de recursos [...]”.

Essas motivações contribuem, assim como as mudanças das diversas cadeias produtivas, para a compreensão da grande proporção de municípios, bem como heterogeneidade entre os mesmos, que pode ser percebido quando dividimos os municípios em três diferentes níveis, inversamente proporcionais: a) 80% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes e concentram apenas 28% da população; b) 17 % dos municípios com população entre 20 e 100 mil habitantes, concentram 30% da população paranaense; e, c) 3% dos municípios com população acima de 100 mil habitantes, concentravam 42% da população paranaense.

Ambas as partes fazem afirmações coerentes, no entanto deve-se controlar a fragmentação do território, para que os desmembramentos municipais ocorram somente até um nível onde os gastos com administração não inviabilizem ou diminuam os investimentos públicos com as necessidades sociais prioritárias ou até quando o município a ser fragmentado possua área muito superior aos demais municípios da unidade federada em que estiver inserido.

3.2 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE MARINGÁ E A MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

A preposição de regionalização do território brasileiro³ em mesorregiões homogêneas foi realizada pelo IBGE em 1968, pois as análises em nível das macrorregiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul ficavam muito genéricas. Em 1988, por conta de uma reestruturação estadual do território brasileiro (um dos motivos), surge à necessidade de uma nova regionalização do território brasileiro, ficando sob a supervisão de Aluizio Capdeville Duarte a nova divisão do território em mesorregiões e microrregiões geográficas.

Nesse processo de regionalização, o conceito de **organização do espaço** foi interpretado como às diferentes estruturais espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial (IBGE, 1990). Essa regionalização, por ter fins estatísticos, tem como limitação à divisão político-administrativa, tanto das Unidades da Federação quanto dos Municípios, o que limita a compreensão de fenômenos que não respeitam os limites institucionais, como diversos fenômenos e processos de ordem natural, social e humana, por exemplo: a ocorrência de determinado tipo de rocha, solo, clima; os fenômenos de urbanização, da metropolização e de movimentos pendulares.

As mesorregiões geográficas foram estabelecidas com a finalidade de identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, a partir de determinações mais amplas a nível conjuntural, com base em três dimensões, que possibilita uma identidade regional: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 2006).

³ Não é objetivo desse estudo fazer um revisão de todas regionalizações do território brasileiro ou paranaense, apenas de entender a regionalização proposta pelo IBGE em 1989, que criou a Microrregião Geográfica de Maringá (IBGE, 1990). Diversos autores fizeram estudos sobre as várias propostas de regionalização, dentre os quais Guimarães (1941), Bezzi (1996) e Mendes (1996).

Um nível de análise com maior especificidades sobre a organização espacial são as microrregiões geográficas, que são parte das mesorregiões. Segundo o IBGE (1990), essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer a mesorregião, à unidade da Federação, quer à totalidade nacional. As especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, que podem resultar da ocorrência de relações sociais e econômicas singulares ou de elementos do quadro natural, como litologia, clima, vegetação e relevo.

A organização do espaço microrregional é identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção local de beneficiamento e pela distribuição de bem e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para a identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990, p. 08).

A partir desses conceitos e critérios foram estabelecidas dez mesorregiões e trinta e nove microrregiões no estado do Paraná, das quais a microrregião geográfica de Maringá e a mesorregião Norte Central Paranaense. Diversos estudos têm adotado tais recortes regionais, porém, poucos apontam os critérios que foram utilizados para o estabelecimento dessa regionalização, isto é, partem para um estudo temático sobre uma ou mais regiões sem saber a significância do recorte espacial atualizado, que pode ter sofrido profundas mudanças do ano de sua proposição para atualidade. Os estudos que propuseram essa regionalização já estão próximos de duas décadas, o que requer, talvez, uma nova regionalização, pois a discutida nesse item se fundamentou essencialmente na produção, que por sua vez sofreu mudanças nas últimas décadas. Seria necessária também a inclusão de outros elementos na análise, como dos fluxos populacionais e das condições sócio-ambientais.

Se poucos citaram os critérios e já partiram para a análise temática, em nenhum dos estudos que utilizam estes recortes espaciais foi encontrado a caracterização da microrregião geográfica de Maringá ou da mesorregião geográfica Norte Central Paranaense, talvez pelo fato dos Tomos III, IV e V, correspondentes as macrorregiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Volume II da “*Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*” (IBGE, 1990) não terem sido editados.

Com isso, não se está aqui questionando a regionalização realizada pelo IBGE (1990), mas sim o uso dessa sem reflexão que indique o grau de sua significância, tanto para a temática a ser analisada quanto a sua relevância para o ano da pesquisa. Como estudar um tema de determinado recorte espacial sem sequer saber os critérios que foram utilizados para o estabelecimento do recorte usado, os resultados obtidos que indicaram que tais municípios compõem uma micro ou uma mesorregião e qual a validade dessas para quase duas décadas depois de terem sido elaboradas?

O disponibilizado é que a microrregião geográfica de Maringá é composta por cinco municípios: Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá e Paiçandu (Mapa 3), parte da mesorregião Norte Central Paranaense, composta por oito microrregiões, localizadas no norte do estado do Paraná, bem como os respectivos códigos.

3.3 O AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ

Os municípios do aglomerado urbano de Maringá tiveram sua colonização inserida num contexto maior, no processo de colonização projetado pelo interesse do capital inglês em significativa área do norte paranaense, analisada por outros como uma reforma agrária privada, por predominar a comercialização das pequenas e médias propriedades.

O aglomerado urbano de Maringá, segundo múltiplos estudos, é composto pelas cidades de Paiçandu, Maringá, Sarandi e Marialva. Desta forma, preliminarmente se fez considerações sobre os quatro municípios, para posteriormente (seção 4), discutir sobre os espaços urbanos que compõe esse aglomerado.

Segundo estimativa do IBGE de 2006, estes quatro municípios possuíam juntos 483.434 habitantes; no entanto, somente o município de Maringá contava com 324.397 habitantes, ou seja, 67,10% da população de todo o aglomerado. De acordo com a mesma projeção, o Município de Sarandi possuía 88.747 habitantes; o Município de Paiçandu, 37.096 habitantes; e, o Município de Marialva, 33.194 habitantes.

Nesse aglomerado urbano a integração dos municípios apresenta diferentes graus de intensidade, sobretudo com a cidade-pólo. Esse fato pode ser apreendido através do movimento pendular, principalmente pelo deslocamento pendular para trabalhar e estudar, o que já foi sistematizado num estudo coordenado por Ribeiro (2005), que contou com a participação, dentre outras, do IPARDES, com base nos dados do censo demográfico do IBGE (2000). Este estudo, a partir da intensidade e da proporção do contingente populacional que realizam movimento pendular para trabalhar e/ou estudar, da taxa média geométrica de crescimento populacional (1991-2000), da densidade demográfica e da proporção de emprego não-agrícola, aponta o **nível de integração social e econômica** entre o pólo e os demais municípios. A partir desses critérios, constatou-se que

apenas Sarandi e Paiçandu apresentam alto nível de integração com o pólo, como evidencia a quantidade de pessoas que se deslocam desses para outros municípios - mais de 26%, dos quais mais de 92% se dirigem à cidade de Maringá. Marialva revela uma situação bastante distinta, com um baixo nível de integração, podendo-se afirmar que esta cidade possui uma baixa integração na dinâmica do aglomerado, com apenas 7,09% da população que se desloca para outros municípios, justificada por sua característica econômica, voltada para o setor primário, sobretudo o cultivo da uva (Tabela 1).

Tabela 1: A população com 15 anos ou mais que trabalha e/ou estuda do Aglomerado Urbano de Maringá e a mobilidade pendular para outros municípios e para a cidade-pólo

Municípios	População	População* que	População* que se	Quantidade de pessoas*		
	com 15 anos ou mais	trabalha e/ou estuda no próprio município	desloca para outros municípios**	%	que se dirigem à cidade- pólo (Maringá)**	%
Maringá	217.892	213.148	4.744	3,10	–	–
Marialva	21.216	13.416	1.504	7,09	1.095	72,80
Paiçandu	21.740	7.977	5.654	26,01	5.302	93,77
Sarandi	50.298	18.158	14.467	28,76	13.315	92,03

* População com 15 anos ou mais de idade; ** Movimento pendular para trabalhar e/ou estudar.

Fonte dos dados: IBGE (Microdados do Censo Demográfico 2000), 2002.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Em outra parte desse mesmo estudo, foram considerados mais elementos que caracterizam a relevância dos principais espaços urbanos brasileiros: papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; a complexidade e diversidade de funções e a sua abrangência espacial; o mercado de trabalho diversificado; a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados; o tamanho populacional e econômico e o progresso tecnológico. Desses dados foram elaborados diversos relatórios de atividades, dos quais um, intitulado “*Identificação dos espaços metropolitanos e*

construção de tipologias”, apresentou uma classificação por posição na hierarquia, grau de integração na dinâmica da aglomeração, grau de concentração, condição social e classificação na rede urbana. Nesse estudo, a “Região Metropolitana de Maringá” - RMM, foi classificada na 28ª posição no *ranking*, entre os 37 principais espaços urbanos brasileiros analisados, ocupando a última categoria 6, que junto com a categoria 5 (ocupada pela RM de Londrina) são denominadas de “região metropolitana de caráter não-metropolitano”. Ao se analisar a RMM, na seção que caracteriza os espaços urbanos que configuram aglomerações (não metropolitanas), Ribeiro (2005, p. 76), enfatiza que:

Maringá, Paiçandu e Sarandi constituem os municípios de maior integração nesta aglomeração, como confirmam o fluxo de movimento pendular e a densidade demográfica. Nesta área localiza-se a maior parte das agências bancárias (39), dos empregos em atividades de ponta (5.571), dos empregos formais (92.315) e também uma sede de empresa dentre as 500 maiores do país [Cocamar]. O número de domicílios carentes (2.484) se contrapõe a um número bem mais expressivo de domicílios deficientes, num total de 55.575. O conjunto desta RM é constituído por 12 municípios, dos quais 11 estão classificados em condição social média e o pólo, Maringá em situação muito boa.

Com a finalidade de apreender os níveis de empregabilidade no mercado de trabalho formal e informal dos dois municípios que possuem alto nível de integração com a cidade-pólo, fez-se uma modesta descrição comparativa entre Sarandi e Paiçandu a partir dos dados do Censo Econômico 2002 realizado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá – ACIM (2002). A primeira cidade, **Sarandi**, mostra-se menos dependente de Maringá e com menor percentual de população economicamente ativa no mercado informal (56,86%) que **Paiçandu**, que possuía apenas 38,30% dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho formal, enquanto os restantes (62,70%) estavam na informalidade ou eram empresários (microempresários) e/ou proprietários rurais. Dos 43,14% trabalhadores do mercado formal de Sarandi (13.404), 50,40% trabalham em empresas de

Maringá e 49,60% trabalham na cidade em que residem, possuindo esse município maior percentual de população trabalhando na própria cidade que o Município de Paiçandu, que dos 5.369, tinha 60,46% (3.246) dos que estavam empregados trabalhando em empresas de Maringá.

Outro dado relevante para esta discussão refere-se à quantidade de trabalhadores de outros municípios ocupados nos distintos setores econômicos da cidade-pólo. O setor industrial maringaense destaca-se pelo fato de 35% (7.729) dos seus trabalhadores serem moradores de outras cidades, enquanto o comércio emprega 3.230 pessoas (13,2%) e o setor de serviços mais 4.433 trabalhadores (12,5%), o que evidencia mais uma vez a integração de Sarandi, em primeiro plano, e de Paiçandu (Tabela 2).

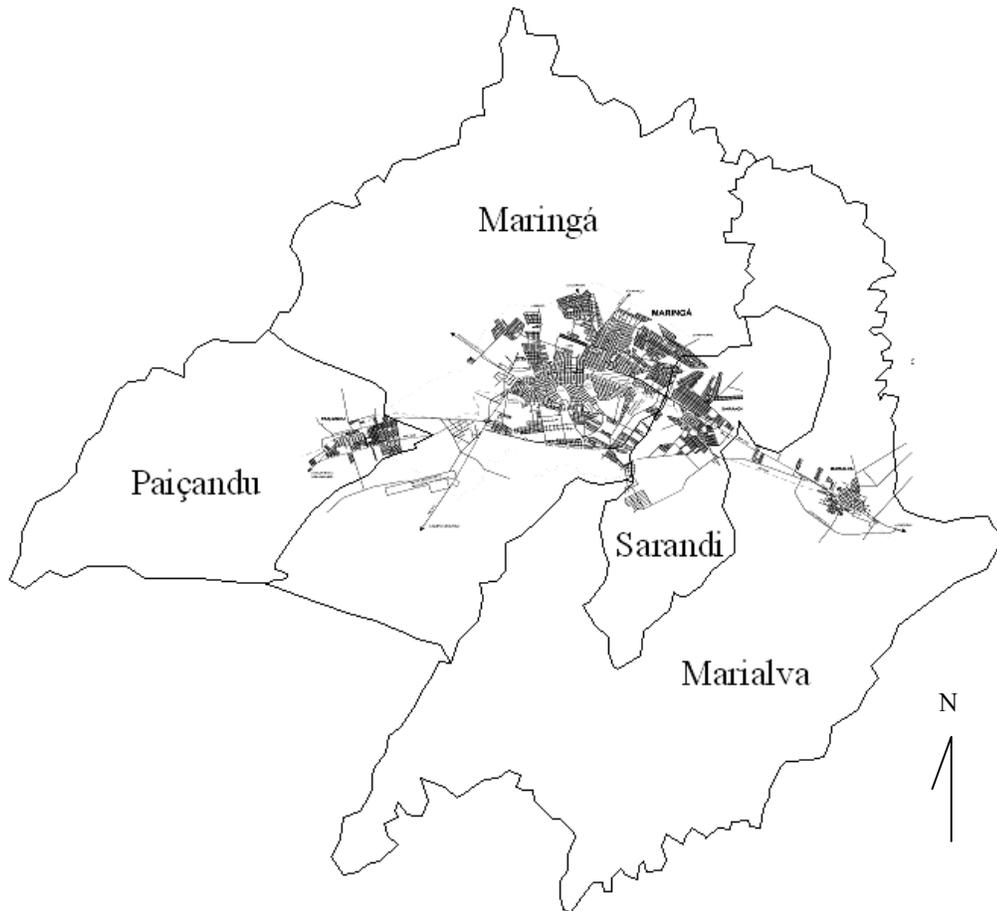
Tabela 2: **Cidade de residência dos funcionários das empresas localizadas em Maringá – 2002**

MUNICÍPIOS	% RELATIVO			
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇO	TOTAL
	65,0	86,8	87,5	83,0
Sarandi	14,9	6,2	5,7	7,7
Paiçandu	7,9	2,9	2,7	3,7
Marialva	1,5	0,6	0,5	0,7
Outras cidades	10,7	3,5	3,6	4,9

Fonte: ACIM (Censo Econômico, 2002).

A cidade tem sido divulgada por diversas revistas e programas de abrangência nacional (Veja e Época, Globo Repórter, etc.) como Cidade Canção, Cidade Verde, Cidade sem favelas, Cidade ecológica, Dallas brasileira, a cidade mais segura do Brasil, uma das 10 melhores cidades do país para se viver. Tais publicações focalizam o município de Maringá e ignoram as dificuldades geoeconômicas e socioambientais do aglomerado urbano, como Sarandi que se encontra conurbada ao espaço urbano de Maringá e Paiçandu em via de conurbação (Mapa 4).

Mapa 4: As áreas físico-espaciais do Aglomerado Urbano de Maringá na década de 1990



Fonte: Adaptado de PARANÁ, 2004; MARINGÁ, 2000.

Os conselhos e associações profissionais relacionados ao mercado imobiliário, alguns técnicos, imobiliários e outros agentes privados ignoram que a expansão populacional dos municípios do aglomerado urbano – as cidades de Sarandi e Paiçandu, seja reflexo da atração exercida pelo pólo sub-regional, que atua como força centrípeta nas mesorregiões Noroeste e Norte Central do Paraná.

A produção das cidades de Sarandi e Paiçandu recebeu e recebe “contribuições” dos agentes do pólo, pois, mesmo no setor imobiliário, fica evidente ser mais importante analisar o espaço urbano do que os limites administrativos municipais. Este fato se percebe pelo número e

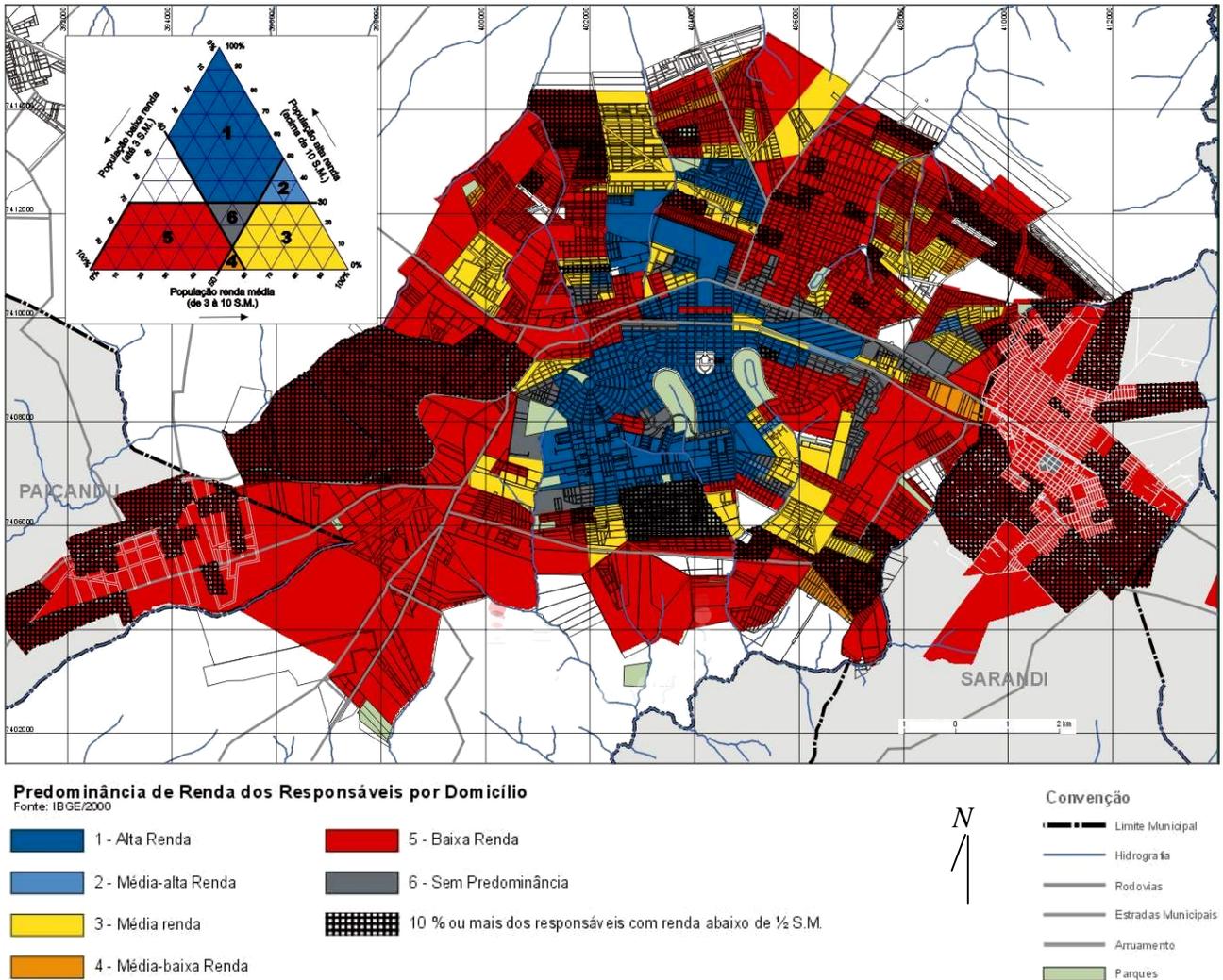
proporção de empresas de Maringá que atuam nas outras cidades do aglomerado, conforme observa Negri (2001, p. 144):

A atuação dos agentes privados de Maringá e seus papéis na expansão urbana de Paiçandu, temos [...] as principais empresas incorporadoras/ construtoras do espaço urbano de Paiçandu. Percebe-se que em momentos distintos há uma variação dos investimentos de uma ou outra empresa na cidade, mas constata-se que dos 44 loteamentos aprovados, 33 são de apenas quatro empresas do ramo [setor] e, com suas matrizes na cidade de Maringá.

A cidade-pólo, Maringá, não possui favelas, de forma geral, tem nível elevado de renda, alto índice de desenvolvimento humano (IDH), educação, uma moderna arquitetura, diferenciando-se da cidade a ela conurbada e em via de conurbação, as quais são muito carentes em infra-estrutura e serviços básicos urbanos, configurando-se um contraste geoeconômico entre Maringá e as mesmas (Mapa 5).

Tal disparidade não se verifica apenas entre os municípios, como já foi dito, mas também entre os diversos loteamentos do espaço urbano. Corrêa (1997, p. 21) contribui com essa reflexão ao incorporar a teoria das localidades centrais na discussão, “o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais tanto em nível regional como intra-urbano”.

Mapa 5: Espacialização da condição de renda das cidades de Paicandu, Maringá e Sarandi

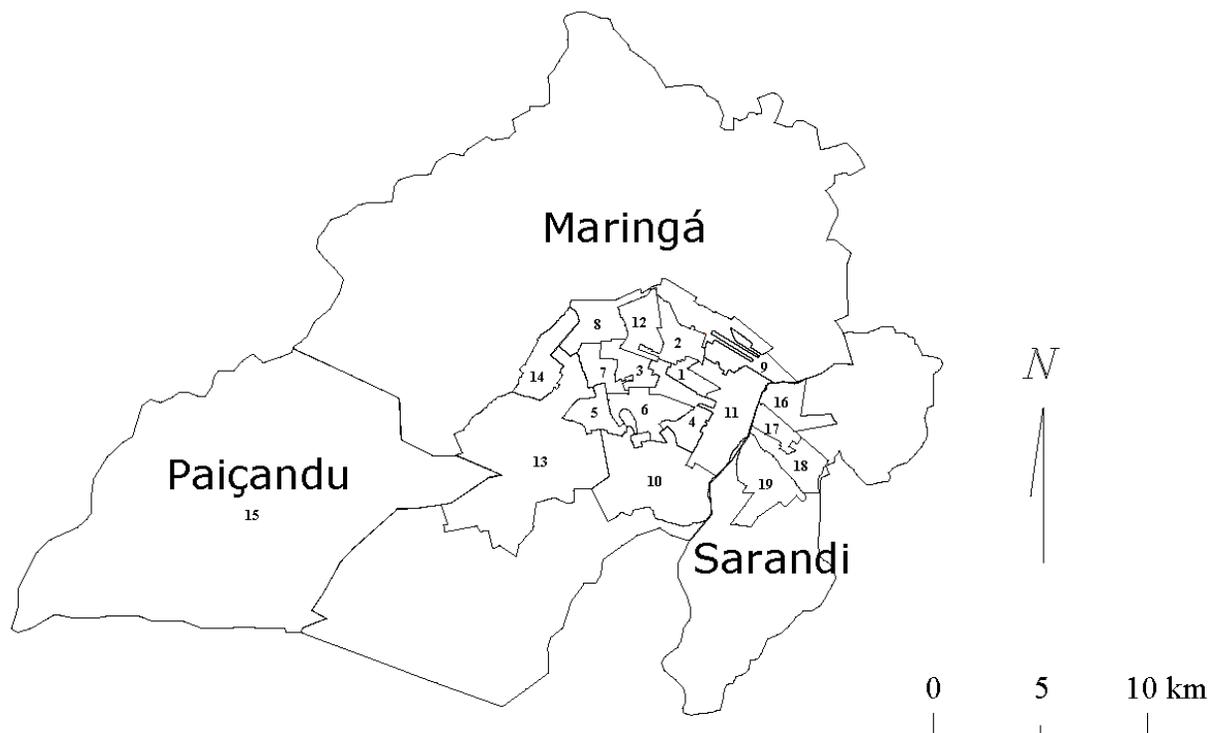


Fonte: Adaptado de AMBIENS; Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

O nível de **adequação geral** (indicador calculado apenas para os domicílios urbanos, com adequação no abastecimento de água, adequação no escoamento sanitário, adequação na coleta de lixo e adequação na densidade por dormitório) é um bom indicador para se refletir o caso da aglomeração urbana de Maringá. Generalizando, Sarandi possuía 10,24% das residências permanentes com adequação geral, porém, se ampliar à escala para o nível intra-urbano, através da divisão feita pelo IBGE em áreas de ponderação – municípios ou áreas de expansão demográfica

(AEDs) para o aglomerado urbano de Maringá, conforme a espacialização apresentada no Mapa 6 – observa-se uma maior diferenciação de acesso às adequações mínimas para reprodução social com qualidade. Percebe-se, que a AED mais central do Sarandi (AED 17), possuía 17,08% das moradias com adequação geral, enquanto as outras três (16, 18 e 19) possuíam em média 8,22% das residências nessa condição (METRODATA, 2004).

Mapa 6: Áreas de Ponderação do Aglomerado Urbano de Maringá – PR em 2000



Identificação das Áreas de Ponderação

1. Vila Morangueira	4115200001001	11. Liberdade – Aeroporto	4115200001011
2. Jardim Alvorada	4115200001002	12. Jd. Imperial – Pq. das Grevileas	4115200001012
3. Zona 7 – UEM	4115200001003	13. Zona Industrial	4115200001013
4. Zona 8 – Vila Sto. Antônio	4115200001004	14. Olímpico	4115200001014
5. Zonas 5 e 6	4115200001005	15. Paiçandu	4117503001001
6. Zonas 1, 2, 3 e 4	4115200001006	16. Sarandi – Pq. Alvamar	4126256001001
7. Av. Mandacaru – Vila Sta. Isabel	4115200001007	17. Sarandi – Centro Norte	4126256001002
8. Contorno Norte	4115200001008	18. Sarandi – Centro – Jd. Verão	4126256001003
9. Conjunto Requião – Jd. Oásis	4115200001009	19. Sarandi – Linha do Trem	4126256001004
10. Cidade Alta - Condomínios	4115200001010		

Fonte dos dados: IBGE; Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

O mesmo acontece com a cidade de Maringá, que, na média, aparece com 57,91% das residências com adequação geral, porém, ao se analisarem os dados para 14 AEDs, a cidade pode se classificar em 3 níveis de adequação geral, representados por duas AEDs com os menores percentuais de adequação geral - 14,75% (AED 13) e 18,09% (AED 14); seis AEDs cuja adequação varia entre 42% e 64% (AEDs 2, 8, 9, 10, 11 e 12); e seis AEDs com os maiores percentuais de adequação, entre 76 e 82% (AEDs 1, 3, 4, 5, 6 e 7). Como os demais municípios não dispõem de mais de uma AED, incluiremos, para comparação no nível intermunicipal, Paiçandu, com 19,46%, e Marialva, com 54,40% das residências com adequação geral (METRODATA, 2004).

Quando se investiga o crescimento de Maringá, como confirma Negri (2001, p. 123), “logo se percebe a dinâmica da absorção da cidade de Sarandi e da periferação de Paiçandu”. Os migrantes do campo ou de outras cidades que almejam viver na “cidade grande” – geograficamente cidade média –, pelo fato de não conseguirem comprar um lote, nem meio lote, e muitas vezes não dispõem de recursos para pagar os altos aluguéis e serviços urbanos em Maringá, deslocam-se “espontaneamente” para as cidades vizinhas para morar; porém, continuam mantendo seus empregos, subempregos, estudos, compras e lazer em Maringá, como acontece com grande parte dos habitantes de Sarandi e Paiçandu.

Refletindo sobre a realidade de Paiçandu, Negri (2001, p. 203) afirma que “enquanto Maringá possui o papel de cidade pólo da região, resta a Paiçandu o papel de cidade ‘dormitório’, fornecedora de mão-de-obra não especializada”.

As populações destes municípios produzem e até consomem em Maringá, mas moram longe e na maioria das vezes em locais sem infra-estrutura e serviços urbanos básicos; ou seja, os que mais precisam não dispõem adequadamente dos equipamentos e serviços públicos. É o que Figueiredo (1997, p. 108) deixa evidente ao observar que: “grande parte dessa população de

baixa renda, acabou buscando nas cidades próximas, de menor porte (mas que dispõem de um mínimo de serviços), um custo de vida mais barato do que em Maringá”.

Maringá é apresentada como o lugar perfeito para viver e produzir, sem conflitos sociais, mesmo por estudiosos que deveriam ter uma visão analítica e crítica das contradições que nos saltam aos olhos, como aparece, por exemplo, em fragmento de texto do historiador Antenor Sanches (2004, p. 3), que sinteticamente aponta algumas das dificuldades dos pioneiros, o processo de emancipação do município e termina afirmando que:

Maringá também é a cidade mais arborizada do Brasil; possui aeroporto de padrão internacional; maior indústria de gelatina do mundo; parque internacional de exposições; edifícios de alto porte, com arquitetura moderna; entroncamento rodoviário regional; cooperativa mais industrializada do país; centro de referência na área de saúde da região e muitas outras grandiosidades, que projetam nossa Cidade Canção para o país e para o mundo.

O comércio desta cidade encontra-se num contexto específico: o da mundialização econômica, o das flexibilizações e do aumento da complexidade da nova economia mundial, onde as cidades passam a adotar a mesma administração utilizada por empresas, ou seja, a constante competição por consumidores e investimentos.

A cidade aos poucos vai adotando a forma de empresa privada. No século XX, através do planejamento utilizado pelo urbanismo modernista, tendo como modelo ideal os princípios de organização da produção, a fábrica taylorista implantou a racionalidade, a funcionalidade, a regularidade e produtos standardizados; porém, sob a égide do paradigma pós-modernista, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios, inserindo os elementos: produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica de mercado (VAINER, 2000).

Destarte, torna-se incoerente o discurso dos “empresários” da “Cidade Verde”, pois, negando sua periferia e exaltando os “mais e maiores da Cidade Verde” eles não percebem que o aumento no número de arrombamentos, homicídios e outras violências e microviolências, também bastante explorados pela mídia local, mas de forma desconectada, é reflexo das constantes ações do capital. Tais ações também condicionam as fragmentações sociais e espaciais, possibilitando se pensar num outro **devir**, ao mesmo tempo em que abrem novas fronteiras para o mesmo capital, como os investimentos cada vez maiores na “arquitetura da violência”, a exemplo das cercas elétricas, portões eletrônicos, serviços de segurança particular, blindagens, guaritas...

3.4 A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE – AMUSEP

A Amusep é uma associação de municípios que se originou no contexto da crise do café e da modernização agrícola, onde 29 municípios, com pequenas receitas próprias e poucos recursos repassados pelo Estado e pela União, evasão rural e falta de vocação econômica, se reuniram para reivindicar de forma homogênea soluções para problemas comuns. O primeiro registro de uma ação integrada dos municípios que formaram anos mais tarde a Amusep é de 1972, que foi oficializada somente em 1997 (AMUSEP, 2006).

Essa associação é responsável pela representação dos interesses comuns dos municípios associados, funcionando como um centro de informações comuns, de onde parte assessoria técnica, jurídica e contábil às prefeituras. Os principais objetivos, segundo o estatuto social da Amusep (2006), são:

- I – Ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica social dos municípios participantes nas atividades meio e fim das prefeituras;
- II – Promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental;
- III – Promover o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná, órgão de expressão estadual do municipalismo Paranaense.

Conforme a Amusep (2006), seu papel foi relevante no desenvolvimento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional nos anos de 1997 a 2000. Neste período, essa associação alterou o seu Estatuto Social, passando a se constituir numa entidade sem vínculo político-partidário, com personalidade jurídica pública, livre administração de seus bens e de utilidade pública estadual, aberta a filiações, tendo como política de atuação e institucionalização uma administração de planejamento do desenvolvimento urbano municipal e regional e com processo contínuo.

O Paraná foi dividido originalmente em 18 associações de municípios, criadas pelo governo estadual, no entanto, os agrupamentos se mostram bastante flexíveis, com a saída de municípios de uma para outra associação, conforme as afinidades políticas e interesses de participação nas que proporcionam melhores retornos.

Na Amusep, acrescentou-se mais um município – Paranacity, reunindo, até o ano 2006, 30 municípios associados, que totalizam uma população de 705.323 habitantes (IBGE, 2006), ocupando uma área de 6.629,42km², equivalente a 3% da área total do Estado do Paraná (199.708,34 km²), abrangendo os municípios de Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, São Jorge do Ivaí, Santo Inácio, Sarandi e Uniflor, conforme os Mapas 03 e 04 demonstrados no início do item.

A Amusep tem apoiado a criação e o desenvolvimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde (Cisamusep), a consolidação do Programa de Desenvolvimento da Região da Amusep (Pró-Amusep), a criação da Região Metropolitana de Maringá e a maior integração regional.

O Pró-amusep teve início em 2002, conseguiu em 2005 um montante de 20 milhões de reais para investir no desenvolvimento da atividade econômica e empresarial da região (AMUSEP, 2006). Este recurso é proveniente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID/Banco Mundial), através do Programa **Paraná Urbano** da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Capital externo para manter a sustentabilidade do modo-de-produção capitalista, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A atual diretoria da Amusep, partindo de uma pauta municipalista, afirma que um dos maiores desafios em sua gestão é o aumento do Fundo de Participação Municipal (FPM), pois, as responsabilidades dos municípios têm sido cada vez maiores e os repasses governamentais

relativamente menores. Porém, assim como a tendência de esvaziamento populacional dos pequenos municípios paranaense, também é a redução dos coeficientes do FPM, “relativamente” proporcional ao número de habitantes por município.

É interessante notar que, embora admitam ser uma associação sem vínculo partidário, todos os presidentes da Amusep das três últimas gestões (2004, 2005, 2006) são de partidos de direita (PSDB, PP e PSDB), se é que existe partido dito de “esquerda”. Conforme Engels (1984), o Estado não é um poder imposto de fora à sociedade; é a confissão de que essa sociedade se embaraça numa insolúvel contradição consigo mesma, tendo se dividido em oposições inconciliáveis. Assim, “impõe-se à necessidade de um poder que, colocado aparentemente, acima da sociedade, deve esfumar o conflito, mantê-lo nos limites da ‘ordem’” (ENGELS, 1984, p. 178), atuando em duas vertentes: de um lado, a de proporcionador das condições gerais de reprodução do capital, e de outro, a de “gerenciador” das crises sociais (CARLOS, 1994).

3.5 A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

O avanço das técnicas corroborou com a evolução da divisão social do trabalho e contribuiu para a formação de núcleos urbanos. A Revolução Industrial do século XVIII permitiu o surgimento das grandes aglomerações humanas em meados do século XIX, como as cidades de Londres, com mais de dois milhões, e Paris, com aproximadamente um milhão de habitantes.

O fenômeno da urbanização se deu de forma intensa no século XX, sobretudo nos continentes americano e europeu. Na segunda metade do século XX e início do século XXI, são os continentes asiático e africano que passam por rápido processo de concentração urbana, sobretudo nas capitais destes países.

Nos continentes com mais de 70% de população vivendo em espaço urbano (Europa, América e Oceania) há uma tendência de continuidade do processo, porém, de forma moderada, pois já atingiram altos índices de urbanização. Nestes, principalmente na América do Norte e na Europa, a metropolização já consolidada e sobre as influências da mundialização econômica e das “novas tecnologias de informação e comunicação” possibilitam a desconcentração produtiva concomitantemente ao reforço da centralização de poder (VELTZ, 1996; DE MATTOS, 2004).

Esta desconcentração/centralização faz que se reduz a relação entre crescimento da população e expansão territorial, levando Veltz (1996) afirmar que a própria natureza da cidade se transforma, na qual as metrópoles modernas deixam de ser sistemas autocentrados para se transformar em potentes entrecruzamentos de redes múltiplas. Partindo desta reflexão, se buscou compreender os processos que ocorrem na, institucionalizada, Região Metropolitana de Maringá.

3.5.1 Múltiplas conceitualizações do processo espacial de metropolização e a institucionalização de regiões metropolitanas e de “regiões metropolitanas”

A renovação da discussão sobre o tema metrópole e região metropolitana no Brasil tem como referência o início da década de 1990, sobre forte influência das mudanças econômicas no contexto mundial e do apoio técnico-financeiro de um dos **instrumentos internacionais do capital** – o Banco Mundial. Como corrobora Davidovich (2004, p. 201), ao afirmar que “na agenda de política urbana do Banco Mundial para a década de 1990, destinada a países como o Brasil, a metrópole foi focalizada como motor do crescimento econômico”. Tal retomada do tema foi denominada por Veltz (1996) como a “volta da metrópole”, tendo como características os processos de recentralização do poder e de reconcentração da riqueza.

Diversos autores apontam o processo de globalização como o motivo da retomada processual da temática metropolitana, como Sassen (1991, 2002), Barrios (2000), Scott et. al. (2001) e De Mattos (2004). Outros questionam, afirmando que não se deve adotar este processo como “el paradigma explicativo de un proceso mayor de dualización de la estructura social y espacial de las metrópolis” (SCHAPIRA, 2002). De Mattos (2004), assim como Schoumaker (1998), acreditam que o processo de metropolização é consequência direta de uma nova lógica de organização das empresas, denominada, por De Mattos, “rede transfronteiriça - RDT”, estando ela mesma ligada “a importantes mutações tecnológicas e econômicas que têm perturbado o mundo industrial desde há uns vinte anos: inovação contínua, automatização da produção, terciarização da economia, internacionalização dos negócios, concorrência exacerbada” (SCHOUMAKER, 1998, p. 07).

Diferentes fatores têm influenciado este processo no Brasil, como destaca Ribeiro e Silva (2004, p. 38):

A grande concentração espacial de população e de investimentos públicos e privados corresponde a tendências históricas da urbanização brasileira, associadas às origens coloniais do país, à forma de comando do território, à dinâmica da industrialização; à centralização do capital, à configuração da rede urbana e à dinâmica seletiva do mercado de trabalho (Cf. Singer, 1973; Santos, 1993; Souza, 1994; Oliveira, 1988). Estas tendências somam-se, atualmente, a tentativas de acomodação da sociedade aos ajustes da economia a fluxos financeiros mundiais e à reestruturação produtiva, o que modifica a mobilidade espacial da população e a localização das firmas, assim como, a agenda dos governos.

Os processos de urbanização e metropolização são estudados por diversos autores nas diferentes escalas espaciais, formações socioespaciais e históricas, possibilitando afirmar que a complexidade do tema aumentará nos próximos anos, tanto pelas novas conceitualizações e institucionalizações, como pelas transformações funcionais, estruturais e morfológicas dos espaços geográficos.

A discussão teórico-conceitual que envolve a temática metropolitana tem recebido múltiplas contribuições, como a proposição de novas denominações⁴ que objetivam responder aos novos arranjos espaciais emergentes, como o de *metápole* proposto por Ascher (1995).

Etimologicamente, a metrópole é a antiga cidade grega, mãe de suas colônias, que “exporta” seus guerreiros, seus comerciantes e seus deuses. Esta cede lugar para a imagem da “grande ville moderne, qui se définit plus par le rayonnement international de ses entreprises, de ses capitaux, de ses universités, que par des fonctions traditionnelles régionales et par un arrière-pays dont elle tirerait ressources et puissance” (ASCHER, 1995, p. 15).

Castells (1983) contribui com a formulação do conceito de metrópole, afirmando que esta espacialidade, além de uma mudança quantitativa, é definida pela transformação qualitativa em relação a outras formas urbanas. Também conceitua região metropolitana (RM) como extensão

⁴ Das quais cita-se: cidade informacional (CASTELLS, 1989), cidade difusa (INDOVINA, 1990), cidade global (SASSEN, 1991), cidade pós-moderna (AMENDOLA, 1997), metrópole desbordada (GEDDES, 1997), cidade reticular (DEMATTEIS, 1998), cidade dispersa (MONCLUS, 1998), megacidade (CASTELLS, 1999), exópolis e pós-metrópole (SOJA, 2000) e cidade-região (SCOTT et. al., 2001).

de domínio econômico de uma metrópole que não sofre interferências decisivas de outra metrópole em sua ordem e em seus circuitos de distribuição.

O conceito de metrópole, segundo Ghabot (1970) citado por Schoumaker (1998, p. 5), é utilizado desde os anos de 1960 para denominar “uma grande aglomeração dotada de equipamentos terciários superiores, comandando uma rede urbana e uma zona de influência extensa”.

No “*Vocabulário inglês-espanhol-português-francês de Geografia Urbana*”, de Snyder et al. (1971, p. 135), tal conceito, além de contemplar a discussão de um “sistema urbano espacial que inclui ao menos um núcleo (*cidade central...*) densamente povoado e uma área ocupada contígua” [grifo do autor], já incluía a noção de que “... consideradas em conjunto, evidenciam alto grau de interação e interdependência social interna”.

Outra definição relevante foi apresentada por Santos (1965), por destacá-la como um organismo urbano que pressupõe uma complexidade de funções capazes de atender a todas as formas de necessidade de uma população urbana nacional ou regional. Para Ascher (1995, p.16), a **noção de metrópole:**

[...] est nos jours abondamment utilisée, généralement pour qualifier les principales agglomérations urbaines d’un pays qui comptent quelques centaines de milliers d’habitants, qui sont multifonctionnelles et qui entretiennent des relations économiques avec plusieurs autres agglomérations étrangères.

A partir desses múltiplos conceitos de metrópole é possível entender a grande quantidade de classificações e tipologias elaboradas para identificação de metrópoles no Brasil e nos demais países, pois são tão genéricas que dão amplas margens para se intitular de metrópole muitas aglomerações urbanas que não possuem tal espacialidade, são cidades intermediárias, como o caso em estudo, a cidade intermédia de Maringá.

De acordo com Ascher (1995, p. 19), o processo de metropolização se opera por dilatação das principais zonas urbanas e pela integração das cidades periféricas, através “de l’ensemble d’une région, dans le fonctionnement métropolitain (migrations alternantes et relations économiques quotidiennes à l’intérieur d’un même espace métropolitain)”. Leroy (2000, p. 79) afirma que ocorre a partir do “processo de concentração e urbanização massivos [...] reforça as funções econômicas superiores em matéria de decisão, de direção e de gestão dos sistemas econômicos e de sua concentração em alguns centros urbanos maiores”.

Outro conceito, o de região metropolitana, exige uma contextualização, pois possui origens e finalidades diferenciadas, inviabilizando comparações entre países e mesmo entre estados, como no caso do Brasil. Duas concepções bastante distintas, por exemplo, influenciaram, na década de 1970, as origens e escolha dos critérios adotados para instituição das RMs brasileiras: as “metrópoles de equilíbrio” francesas e as *Standard Metropolitan Statistical Area* (SMSA) estadunidenses.

[Nos Estados Unidos e na França,] desde os anos 50 e 60, foram criadas entidades metropolitanas, seja com o objetivo de organizar informações estatísticas, no caso americano, seja com o objetivo de promover a ordenação territorial, no caso francês (FIRKOWSKI; MOURA, 2001, p. 30).

Os critérios adotados nos Estados Unidos para delimitar as SMSA eram: ter pelo menos uma cidade com 50.000 habitantes e as cidades vizinhas terem pelo menos 75% da população ocupada em atividades não-agrícolas e com, no mínimo, densidade demográfica de 60 hab/km². Tais critérios se assemelham aos adotados pelo IBGE em 1973 para realizar a regionalização metropolitana, como o mesmo índice de densidade demográfica e a exigência de elevada proporção da população dedicada às atividades urbanas, além de estabelecer RMs sem metrópole, como as SMSA estadunidenses.

As “metrópoles de equilíbrio” foram criadas para contrapesar a rede urbana francesa, sob influência da teoria dos pólos de desenvolvimento, de François Perroux, para evitar que a França se tornasse “Paris e o deserto francês”. No Brasil, segundo Davidovich (2004, p. 198), a criação das “primeiras regiões metropolitanas no país, a partir de nove ‘pólos de desenvolvimento’, definidos no seminário ‘Pólos de desenvolvimento’, realizado em Recife, em 1966”, deixa nítida a influência do planejamento urbano e regional francês no processo de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, como nos estudos de geografia, economia e sociologia, com destaque nas décadas de 50, 60 e 70.

No Brasil, a preocupação com as regiões metropolitanas ganha destaque em dois períodos: na década de 70, sobre o poder centralizado do período de Regime Militar, e nos anos de 1990 até a atualidade (2006), pela criação político-institucional de diversas regiões metropolitanas, das quais muitas não possuem espacialidade, integração econômica e social correspondente a uma verdadeira metrópole e, respectiva, região metropolitana. Isso se deve à falta de critérios em nível nacional e o fato da institucionalização de tais RMs, a partir da Constituição Federal de 1988, ficar facultada aos estados federados.

De acordo com o entendimento de Temer citado por Sabóia (1998), a região metropolitana não é dotada de personalidade, isto é, não há possibilidade de ter administração ou governo próprio, e explicita:

Não é pessoa política nem administrativa. Não é centro personalizado. Não é organismo. É órgão. Para encontrar a natureza desse órgão é preciso verificar qual sua fonte criadora. É a lei complementar estadual, di-lo o art. 25 §3º da CF/88. É preciso, ainda, examinar sua composição: é composta por Municípios. Embora composta por Municípios, as suas decisões não obrigam àquelas, tendo em vista a autonomia municipal. A agregação municipal é feita pela lei complementar. A boa exegese do texto constitucional leva à convicção de que a Região Metropolitana nada mais é do que o órgão de planejamento, dele derivada a execução de funções públicas de interesse comum.

Davidovich (2004) aponta que as críticas formuladas às RMs, como a falta de critérios específicos de caracterização da metrópole, estaria relacionada ao pró-localismo. Também afirma que existem 26 RMs no Brasil, ao comparar a quantidade existente na década de 1970, “quando não passavam de nove”, ao distinguir por critérios de tamanho populacional e crescimento médio populacional entre 1991 e 2000, as criadas na década de 1970 e, as mais recentes, diferenciando as espacialidades, mas sem separar as RMs institucionalizadas que possuem espacialidade metropolitana das que não possuem tal espacialidade. O que fica evidente ao argumentar que: “com respeito à forma metrópole, aqui privilegiada, a diferenciação da espacialidade pode ser logo observada por meio da diversidade do tamanho populacional” (DAVIDOVICH, 2004, p. 206-207) para classificar as 26 “metrópoles”. Portanto, “les métropoles ne sont pas seulement des territoires, ce sont aussi des modes de vie et des modes de production” (ASCHER, 1995 p. 33-34), concentrando parte crescente das atividades estratégicas:

[...] identifiées par des fonctions (information, recherche, recherche-industrie, commerce de gros, commercial-industriel), des secteurs d'activité (presse-édition, études conseil et assistance, administration publique, recherche et enseignement supérieur, industrie, commerce interindustriel) et des professions (chefs d'entreprise, cadres, journalistes, chercheurs, ingénieurs, architectes, médecins, cadres commerciaux, etc.) (ASCHER, 1995, p. 22).

Essa autora contraria a idéia de recentralização da riqueza de Veltz, que adotou o nível nacional como escala de abordagem, e propõe outro sentido para reflexão do mesmo:

O movimento de recentralização tem sido assumido como reação antilocalista, a partir da idéia de que o localismo beneficia apenas setores dominantes da sociedade, tradicionais e emergentes, favorecidos por interesses político-partidários (DAVIDOVICH, 2004, p. 204-5).

Davidovich (2004), faz uma análise do discurso de Veltz a partir do nível de escala intrametropolitano, afirmando contrariar sua reflexão. No entanto, entende-se que as duas afirmações são corretas, pois a escala metropolitana de gestão é “democrática” somente no nível interno, pois deixa à margem do desenvolvimento geoeconômico o externo.

Outro estudo intitulado “*Tendências da metropolização brasileira: ação e território*”, de Ana Clara Torres Ribeiro e Catia Antonia da Silva (2004, p. 41), tem reconhecido a institucionalidade. Cientes de que a composição das RMs se dão “através de critérios basicamente políticos e pressão exercida pelas localidades”, ignoradas as questões socioespaciais e geoeconômicas. Este estudo, com o objetivo de identificar as diferenças entre a antiga e a recente metropolização, também afirma existirem 26 RMs.

A intensidade e a dispersão relativa da metropolização brasileira foram reconhecidas através de um conjunto de regiões metropolitanas institucionalizadas em diferentes períodos do planejamento econômico e territorial [...]. Este reconhecimento expressa, no nível político-jurídico, a atualização das relações sociedade-economia-território, o que envolve diferentes intenções administrativas e estratégicas (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 39-40).

Ribeiro e Silva (2004, p. 40) aceitam Maringá e Londrina como metrópoles, ao afirmarem que “o reconhecimento formal da efetiva regionalização econômica do Paraná, distante da valorização exclusiva da capital” constitui um dos processos relevantes para a composição do conjunto das regiões metropolitanas.

Até mesmo a Região Metropolitana do Vale do Aço, em Minas Gerais, e a Região Metropolitana Carbonífera, em Santa Catarina, de caráter não-metropolitano, conforme pesquisa elaborada pelo Observatório das Metrópoles sob coordenação de Luiz César Queiroz Ribeiro (2005), foram reconhecidas como parte da **nova metropolização** que “parece expressar, com especial nitidez, a regionalização produtiva do país”, explicada pela “difusão extensiva-concentrada-seletiva da metropolização brasileira” (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 42).

[...] a cidade da globalização, que é a dos carros e das NTIC, ocupam um território que continua se dilatando de forma dispersa e descontínua, ultrapassando e acabando com os limites e a morfologia preexistentes, o que leva à formação de uma estrutura policêntrica de fronteiras móveis. Nesse incontrolável processo de expansão, ela incorpora ao seu funcionamento cotidiano um crescente número de centros urbanos vizinhos e, ao mesmo tempo, ocupa de maneira parcial e incompleta as áreas adjacentes ou intersticiais, onde surge uma mescla híbrida de urbano e rural (DE MATTOS, 2004, p.190).

Estas NTICs, a liberalização econômica e a reestruturação produtiva têm possibilitado, de forma complementar e contraditória, a dispersão e concentração, impondo, como no caso brasileiro, São Paulo como metrópole onipresente e irrecusável para todo o território.

A simultaneidade entre os lugares não é apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas (SANTOS, 2005, p. 101).

Morfologicamente, a metrópole é reestruturada espacialmente ao se tornar “dispersa e descontínua”, ultrapassando e englobando a *polis*. Isso Ascher (1995, p. 34) denominou metápoles, definida como:

L'ensemble des espaces dont tout ou partie des habitants, des activités économiques ou des territoires sont intégrés dans le fonctionnement quotidien (ordinaire) d'une métropole. Une métropole constitue généralement un seul bassin d'emploi, d'habitat et d'activité. Les espaces qui composent une métropole sont profondément hétérogènes et pas nécessairement contigus. Une métropole comprend au moins quelques centaines de milliers d'habitants.

Les métropoles se forment à partir de métropoles préexistantes très diverses, et intégrant dans un ensemble hétérogène des espaces nouveaux variés, sont elles-mêmes nécessairement très variées. Elles sont mono ou polynucléaires, plus ou moins agglomérées ou éclatées, hétérogènes, polarisées ou segmentées, denses ou étales; elles suivent des dynamiques de croissance radio-concentriques, en doigts de gants, linéaires, en grappes, ou encore ‘métastatiques’[grifo do autor].

Essa e outras reflexões sobre a morfologia fragmentada espacialmente convergem para a idéia da metrópole como um espaço aberto e não como um espaço fechado, tecnicamente arbitrado, alimentando a idéia da fragmentação do espaço, assimilada como uma ruptura da unidade de uma escala desejada para práticas de poder (DAVIDOVICH, 2004).

Destarte, concorda-se com Firkowski e Moura (2001, p. 38), ao relativizar a questão do **espaço aberto e fechado**, afirmando que “não se trata, contudo, de acreditar que a rigidez dos limites resolverá o problema, mas sim de se estabelecer critérios coerentes, que levem à inclusão de municípios que, mesmo distantes, estabeleçam interações metropolitanas”.

Autores, como Santos (2005), no livro “*A Urbanização Brasileira*”, ao comparar os censos demográficos de 1980 e 1991, além da Contagem Populacional de 1996, questionavam o aumento do número das cidades intermediárias e das respectivas populações, com índices de crescimento superiores aos das “aglomerações grandes e muito grandes” – metrópoles, e questiona:

Pode-se, aqui, desde logo, falar em desmetropolização? O que, em todo caso, está se verificando é a *expansão da metropolização* e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações à categoria de cidade grande e cidade intermediária (SANTOS, 2005, p. 93, grifo nosso).

Como explica Ascher (1995, p. 19): a perda populacional das “cidades centrais” é “interprétée à tort comme le déclin des grandes villes, n’est en rien contraire à la métropolisation, mais exprime plutôt la recomposition fonctionnelle et sociale des espaces métropolitains”.

3.5.2 A institucionalização e a multiplicação do número de municípios da Região Metropolitana de Maringá

A primeira iniciativa político-institucional que envolve Maringá com a intenção de realizar um planejamento intermunicipal foi o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Paiçandu, Sarandi e Marialva (METROPLAN), criado em 1989, com a preocupação de resolver problemas comuns, na gestão de Ricardo Barros (1989 – 1992). Uma das iniciativas deste consórcio foi, em 1991, subsidiar a elaboração dos Planos Diretores Integrados de Desenvolvimento, unificando os pressupostos das cidades participantes, como a continuidade da malha viária.

Posteriormente, este consórcio foi extinto por motivos políticos, como é de praxe, por mudança de gestão, da administração de Barros para a de Said Ferreira (1993 – 1996). Na administração de Jairo Gianoto (1997 – 2000) foi criado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá (CIDERMMA), o qual posteriormente evoluiu para a instituição da Região Metropolitana de Maringá, explicado por Rodrigues (2004, p. 101) como resultante da evolução temporalmente contínua do Metroplan para a RMM, ao discutir sobre a elaboração dos planos diretores dos municípios consorciados do METROPLAN:

Em 1991, a reformulação do Plano Diretor de Maringá pautou-se pela busca de integração do desenvolvimento do município ao da região. Para tal, constituiu-se o Consórcio Intermunicipal, aprovado pela Lei 2592/89. Da mesma forma, estabeleceram-se os planos diretores, com os mesmos pressupostos, em cada uma das municipalidades que compunham o consórcio [METROPLAN], inicialmente constituído por Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva, ao qual se incorporou, posteriormente, em 1997, os municípios de Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu e Mandaguari, cujo objetivo principal visava à promoção de “formas articuladas de idealização do desenvolvimento regional”. Foi com essa formação que se instituiu a Região Metropolitana de Maringá, em 1998.

O consórcio que integrou os quatro municípios posteriores não foi o Metroplan, mas o CIDERMMA, criado sob a forma jurídica de Associação Civil, com os objetivos de representar a pretendida Região Metropolitana de Maringá diante de outras entidades, promover formas articuladas de desenvolvimento regional e desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados. Atualmente esse consórcio (CIDERMMA) vem atuando apenas na área da saúde, em atendimento especializado e cirurgias de pequeno porte, por ser a saúde entendida como área prioritária pelos municípios integrantes, não atuando nas áreas de transporte coletivo e meio ambiente e demais bens e serviços urbanos (VERCEZI, 2001).

Em 1998 foi apresentado pelo deputado estadual Joel Coimbra o Projeto de Lei Complementar 253/98, que propunha a criação legal da Região Metropolitana de Maringá, formada pelos oito municípios integrantes do CIDERMMA: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Iguaraçu e Ângulo. O projeto de lei apresentava como justificativa

Dentro da perspectiva de desenvolvimento levando em conta as afinidades histórico-culturais e geográficas de uma determinada comunidade, para que os resultados sejam efetivos é necessário um planejamento e organização integradas com a finalidade única de que o *crescimento seja harmônico e racional*, sem desperdício de estrutura e recursos.

[...]

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Maringá tem uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da Universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim todo um universo convergente que habilita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados [destaque nosso] (PARANÁ, 1998).

Questiona-se assim à custa de qual classe social seria possível o “crescimento harmônico e racional”. Se for pela racionalidade econômica e pelo crescimento consensual, pregados pelos neoliberalistas e contidos nas “sugestões” aos “emergentes”, sabem-se os resultados: aumento da desigualdade socioespacial e geoambiental, conduzida autoritariamente (“democracia burguesa”).

Antes de aprovar esta lei complementar, foi solicitado o parecer da Coordenação de Integração Regional da Secretaria de Estado do Paraná, que se manifestou favorável à instituição da RMM, porém contrária à inclusão de dois municípios, por possuírem “escala urbana de reduzida dimensão, em torno de 3.000 habitantes em 1996, e com baixa densidade demográfica (abaixo de 30 habitantes/km² e menor que a média estadual)”, não possuindo áreas conurbadas nem expansão populacional. Desta forma, concorda-se que “não há razões de ordem técnica para a inclusão de Ângulo e Iguaraçu na Região Metropolitana de Maringá” (PARANÁ, 1998).

Não obstante, a RMM foi instituída incluindo estes dois municípios, através da Lei Complementar n.º 83/98, desconsiderando-se o parecer técnico, o que torna perceptível o caráter puramente institucional de tais “regiões”, desconectas de espacialidade que as justifique, como ressaltam Firkowski e Moura (2001, p. 28):

O mapa das novas unidades regionais não define contornos conexos ao fato urbano de aglomerações, sejam contínuas, sejam descontínuas mas integradas econômica e socialmente. Sequer confere aderência à precisão conceitual que identifica a unidade metropolitana diante das demais aglomerações urbanas.

No parecer (PARANÁ, 1998), foi enfatizada a concentração econômica existente em Maringá, ao se afirmar que há “baixa complementaridade produtiva entre este município-pólo e os municípios vizinhos”. Maringá representa “76,8% do PIB [...], 76,9% dos empregados registrados [...] e 75,6% do Valor Adicionado Industrial [...] Maringá assume o papel de centro comercial, de serviços e industrial da região, cabendo reduzida função complementar aos municípios vizinhos”.

Estas são características predominantes de cidades intermediárias, não de regiões metropolitanas. Nestas últimas, predomina a multifuncionalidade e complementaridade funcional entre a metrópole e as demais cidades, como observa Castells (1983, p. 29):

O que distingue esta nova forma das precedentes não é o seu tamanho (que é a consequência da sua estrutura interna) mas também a difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica [continuidade espacial].

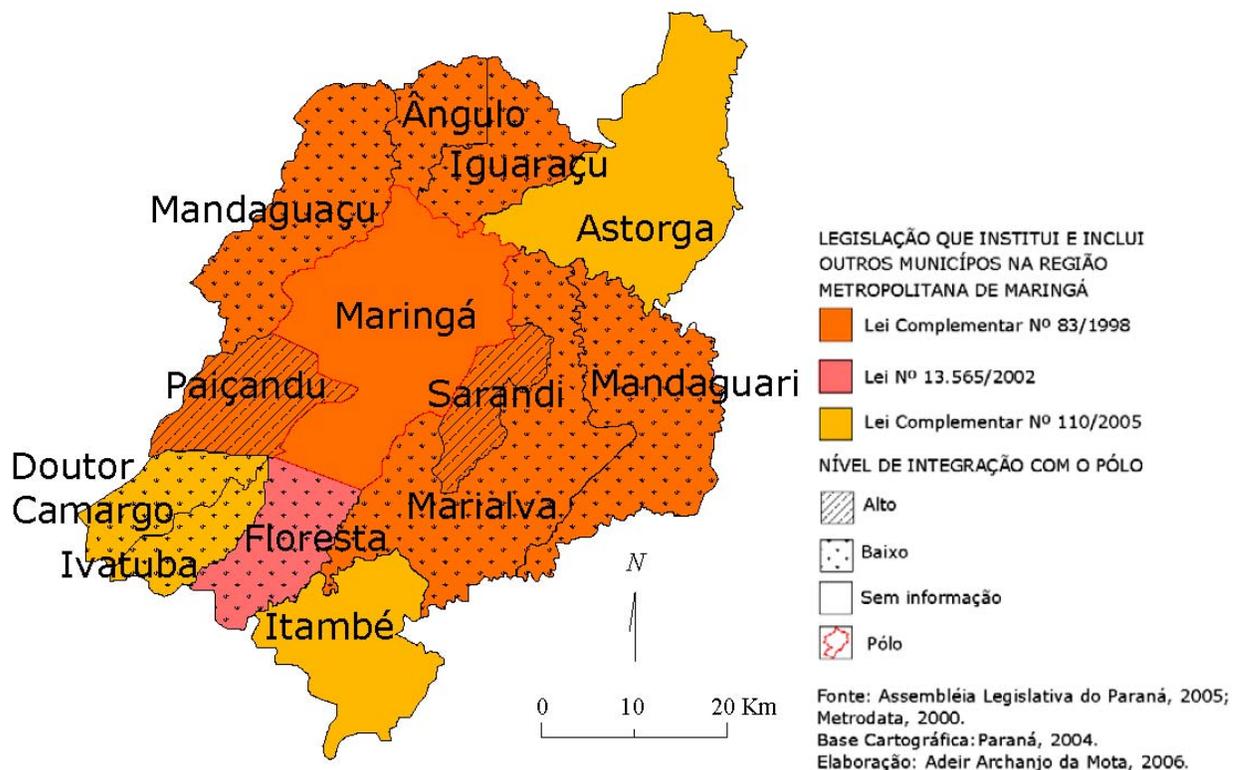
Em 2002 foi aprovado, através da Lei Complementar nº 13.565/2002, o Projeto de Lei nº 313/99, de autoria do deputado estadual Ricardo Maia, incorporando o município de Floresta à RMM, tendo como justificativa a localização, estar a 35 quilômetros de Maringá, e ter sido desmembrado do município de Maringá, além de afirmar que “grande parte da população” de Floresta trabalha em Maringá.

Em estudos do Observatório da Metrópole, sob a coordenação de Ribeiro (2005), fundamentados nos dados estatísticos do IBGE, o município de Floresta aparece como de baixa integração com o pólo, por possuir apenas 16,34% (575) pessoas que trabalham ou estudam em outro município, além da baixa densidade demográfica (32 hab/km²), com taxa de crescimento populacional de apenas 1,38% ao ano entre 1991 e 2000, e de possuir significativo percentual (25,1%) de população ligada a atividades agrícolas.

Em 2003, a deputada estadual Cida Borghetti (PP), esposa do deputado federal Ricardo Barros (PP, ex-prefeito de Maringá e irmão de Silvio Barros [PP, atual prefeito da cidade]), apresentou lei complementar para incorporar mais quatro municípios na RMM. Tal lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas vetada pelo governador Roberto Requião (PMDB) em julho de 2004. Em reportagem do O Diário, em 4 de maio de 2005, a deputada estadual “diz ter conseguido apoio de 32 deputados que, segundo ela, entenderam a importância do projeto como exigência constitucional” (OLIVEIRA, 2005, p. 3). Em maio de 2005, os deputados derrubaram o veto do governador e o projeto foi devolvido ao Palácio Iguaçu. Como o governador não se manifestou, o presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão (PSDB), decidiu promulgar a lei.

Com a aprovação da lei complementar nº 110/2005 foram incorporados os municípios de Astorga, Ivatuba, Itambé e Doutor Camargo à RMM (Mapa 7). O primeiro possuía 23.637 habitantes (IBGE, 2000), enquanto os outros três municípios juntos, totalizavam 14.519 habitantes (IBGE, 2000). A incorporação destes municípios transformou-se em motivo de ironia e sátira por parte da maioria da população, principalmente da comunidade acadêmica, pelo fato de a RMM estar quase chegando ao rio Paranapanema, na divisa do Estado do Paraná. Contudo, é motivo de grande esperança e entusiasmo por parte de prefeitos destes municípios, pois **crêem** que o fato de pertencerem à “Região Metropolitana”, suas cidades, como Ângulo, que contava com 2.840 habitantes; Iguaraçu, com 3.598 habitantes; Ivatuba, com 2.796 habitantes (IBGE, 2000), passarão a **atrair indústrias**. Outros vêem a oportunidade de empréstimos diretos das agências internacionais.

Mapa 7: A Institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998 – 2005)



Na divulgação da aprovação do último projeto de lei, já se tinha a intenção de integrar outros municípios, sendo enviado para a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, de autoria da deputada Cida Borghetti, buscando integrar à RMM os municípios de Presidente Castelo Branco, Lobato e Santa Fé. Esse projeto foi rejeitado na Assembléia Legislativa, mas, com isso, encontra-se em elaboração outro projeto a ser enviado para votação com os três municípios do anterior e outros dois.

Tais projetos de lei demonstram, de acordo com Firkowski e Moura (2001, p. 32-33), que:

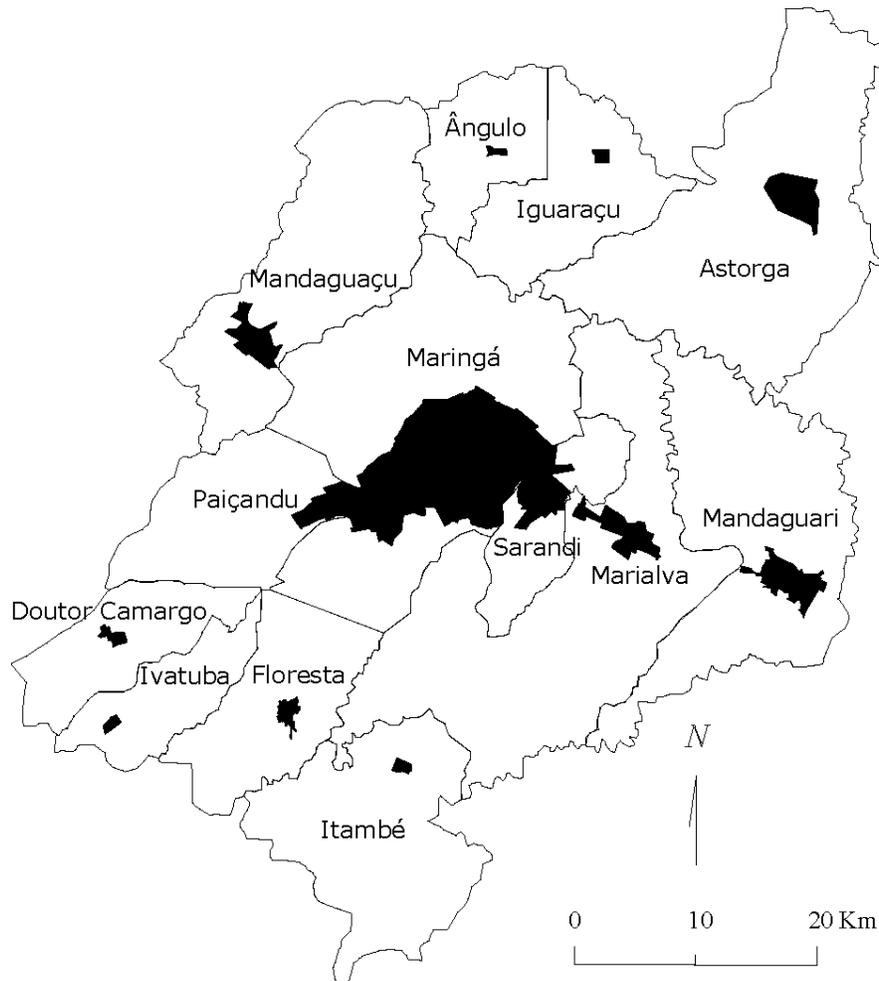
o profundo desconhecimento quanto ao fato urbano-metropolitano por parte do legislativo e da própria sociedade, permitindo que, com a agilização do processo, se imponham projetos meramente formais. Vislumbram, também, resquícios da crença de que possam ser retomadas linhas de financiamentos voltadas a unidades regionais metropolitanas, presentes no início dos anos de 1970.

Porém, o que prevalece é o desejo do *status*: mais que criar regiões, se instituem metrópoles, associadas ao peso simbólico que as relaciona ao “progresso” e à “modernidade”.

No processo de incorporação de municípios, fica nítido o interesse político sobre a espacialidade do fenômeno, pois municípios com características semelhantes não são integrados de forma igualitária na RMM, como os municípios de Munhoz de Mello e Flórida, entre outros municípios adjacentes, como se observa nos projetos de lei encaminhados a Assembléia Legislativa (Mapa 8).

A intenção de Borghetti é ampliar a base eleitoral para as futuras eleições, assim como de seus familiares e aliados, como o deputado estadual Luiz Nishimori (PSDB), prometendo aos prefeitos da AMUSEP, a integração dos municípios associados na RMM (2005), constituída por treze municípios.

Mapa 8: Os perímetros urbanos da região metropolitana de Maringá – PR em 2000



Fonte: IBGE (Cartogramas dos setores censitários para o Censo Demográfico 2000).
 Base Cartográfica: Paraná, 2004.
 Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Outros objetivos, talvez os principais, aparecem nas entrelinhas de entrevistas realizadas com os prefeitos da RMM divulgadas em textos do jornal *O Diário*, como a integração do transporte coletivo metropolitano, como afirma o prefeito de Ivatuba, Adolfo Semprebom (PDT): “É uma vitória formidável há muito esperada pelos municípios da região”, sendo em sua concepção “impossível enumerar aqui todos os benefícios que isso pode nos trazer”, como as “melhorias no transporte de passageiros com implantação da RMM”, pois acredita que a regulamentação da RMM fará concessão para outras empresas de transporte coletivo intermunicipal – “metropolitano”, ao

afirmar que “com a integração, virá à concorrência e acaba a superlotação” (OLIVEIRA, 2005, p. 3). Sempre bom deixa transparecer o fato de estar preocupado com a melhoria da qualidade, enquanto o deputado federal Ricardo Barros concorda que “o transporte coletivo deverá ser um dos projetos na linha de frente da RMM”; porém seu objetivo é outro ao expor que a implantação da tarifa metropolitana vai “facilitar para o empregador, que quando contrata alguém que mora num desses municípios não tem que pagar o vale-transporte duplo para cada cidadão” (PUPIM, 2005b, p. 3).

Tal raciocínio se completa com as palavras do presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná (CACINOR), Antônio Fermenton, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá – ACIM, ao deixar claro que “cerca de 30% da mão-de-obra formal de Maringá é ocupada por moradores de Sarandi e Paiçandu”. Fermenton aposta numa saída para o transporte a ser negociada pelos prefeitos dos 14 municípios: “Poderá haver uma otimização do transporte, com a redução do número de ônibus e o barateamento da passagem”, acredita (PUPIM, 2005a).

Este objetivo, o de baixar o preço do transporte coletivo, transparece tanto na proposta de campanha política como no primeiro ano da gestão de Silvio Barros, em nível municipal. Coerentemente, tem o mesmo objetivo para a RMM, pois, diminuindo os custos para o empregador, aumentará o lucro e a satisfação destes em relação a sua gestão, além de ser um anseio popular. A questão transparece em alguns discursos como apenas de interesse popular. Como Silvio afirma, “A política de transporte coletivo metropolitano, com a integração das tarifas, será, sem dúvida, a de maior impacto perceptível pela população” (PUPIM, 2005b, p. 3), como transparece em outras partes:

Na opinião do prefeito de Iguaçu, Ângelo Celso Zampieri (PDT), a RMM vai estreitar os laços entre os municípios, proporcionando a execução de projetos importantes, a exemplo do transporte coletivo metropolitano... O prefeito de Sarandi, Cido Spada (PT), vê na criação da Região Metropolitana a oportunidade de integrar o transporte coletivo com Maringá “[...] porque tudo que se fizer a partir de agora vai facilitar a vida dos municípios [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Outros interesses são a ajuda dos deputados federais da região, “capazes” de trazer verbas do Governo Federal, e a busca de soluções para o lixo urbano. Porém, sem a regulamentação do governador Roberto Requião (PMDB), a RMM não terá recursos no orçamento do Estado para o seu funcionamento.

No discurso político e a justificativa de implantação e ampliação da Região Metropolitana de Maringá, relacionados ao planejamento e execução de “serviços comuns” de interesse metropolitano apontado como: planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública; uso do solo metropolitano; transportes e sistema viário; aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Na prática, existe apenas o CIDERMMA, uma associação civil, atuando na área da saúde com repasses do SUS, e a discussão em torno da constituição do transporte coletivo metropolitano/ tarifa metropolitana, no qual tem por objetivo principal a diminuição dos custos de empregadores que contratam funcionários de outros municípios.

3.5.3 Conceitos, processos e escalas: questionamentos e dúvidas na temática urbana

Os diversos processos espaciais que se sobressaem no final do século XX estão relacionados a neoliberalização econômica apregoada pelos instrumentos do capital internacional, aos diversos avanços tecnológicos, principalmente nos setores de transportes e comunicação, a reestruturação produtiva, a reestruturação do capital e a mundialização econômica. Esses permitem a desconcentração populacional e produtiva, de forma simultânea à continuidade de concentração de poder, o que tornam as fronteiras do capital móvel e requer **análises transescalares** para a apreensão dos mais diversos fenômenos.

No caso da cidade de Maringá, que pode ser considerada metrópole, sendo caracterizada como centro sub-regional 1 (IPARDES, 2000), competindo com a cidade de Londrina pela centralidade norte-paranaense (escala sub-estadual), situada entre duas metrópoles relativamente próximas, São Paulo com sua influência sub-continental e Curitiba, que por sua vez compete com Porto Alegre a centralidade da região Sul do Brasil? Deve-se aceitar a Região Metropolitana de Maringá como recorte espacial para análise dos processos geográficos, para além da consideração de apenas mais uma institucionalidade? Existe região metropolitana de um centro submetropolitano ou de cidade média? Existe cidade média metropolitana, cidade média de aglomeração urbana ou aglomeração urbana intermediária?

Uma cidade média, ao se aglomerar com outras cidades, ao passar a ter forte integração econômica e social, ou se aglomerar a uma metrópole ou a uma RM, deixará de ser cidade média (intermediária) com existência própria, para fazer parte da RM ou aglomerado urbano ou não?

O neoconceito **região metropolitana de caráter não-metropolitano**, digo, “é o que não é”, expõem de forma satisfatória as contradições que envolvem a temática. Denominarem institucionalmente um certo número de municípios com centralidade restrita espacialmente, muitas vezes sub-mesoregional, e situada num contexto de múltiplas disputas, entre cidades médias e entre essas e as metrópoles, de região metropolitana. Negá-las é extremamente complicado, pois, em geral, a mídia ligada às elites econômicas e políticas, além de estudiosos menos atentos ou de áreas de estudo que não se preocupam com a ocorrência ou não do processo de metropolização, acabam por confirmarem e (re) afirmarem cotidianamente a institucionalidade das RMs, símbolo de poderio das elites locais.

Um aglomerado urbano para ter uma **espacialidade de região metropolitana** necessita possuir, no mínimo, uma relevante centralidade numa escala sub-nacional (macrorregião, por exemplo), ou seja, possuir pelo menos uma metrópole, mono ou policentralizada, tendo sua

relevância compreendida mais por sua situação geográfica do que pelas categorias demográficas (a clássica cidade milionária). A metrópole, além das quantidades, deve possuir a complexidade funcional capaz de atender todas as formas de necessidade da população urbana nacional ou macrorregional (SANTOS, 1965).

Questiona-se qual conceito melhor corresponde a espacialidade para se compreender a cidade de Maringá: cidade intermediária, aglomerado urbano, metrópole ou parte da metápole Londrina-Maringá?

Há consenso entre os diversos estudiosos da cidade e de outras instituições de pesquisa que Maringá não é uma metrópole consolidada, entendida pela maioria que esse processo esteja numa etapa inicial.

O Complexo Urbano Londrina – Maringá não compõe nem uma metrópole, nem uma metápolis, devido o baixo nível de integração econômica e social dos pólos e a fragmentação espacial do complexo urbano por alguns municípios predominantemente agrícolas, como Cambira e Marialva.

Com a proposição de Ascher (1995, p. 35), de que « beaucoup de villes intermédiaires trouvent difficilement leur ‘place’ entre d’une part les métropoles et d’autre part les petites villes patrimoniales et les zones rurales profondes, agricoles ou/et touristiques », facilita uma resposta provisória: que a cidade de Maringá é uma cidade intermediária, relativizando, desta forma, as análises que apontam Maringá como metrópole e que essa já possui espacialidade de uma região metropolitana. No entanto, para alguns estudiosos que adotam uma escala de abordagem maior, como o Complexo Urbano Londrina – Maringá, afirmam que juntas seriam uma única metrópole, sendo uma só “bacia de empregos, de habitantes e de atividades”. Partindo das novas noções de metrópole: dispersa, fragmentada, descontínua, policêntrica etc. e não levando em consideração a proximidade a uma metrópole global (São Paulo) e uma metrópole macrorregional (Curitiba), o

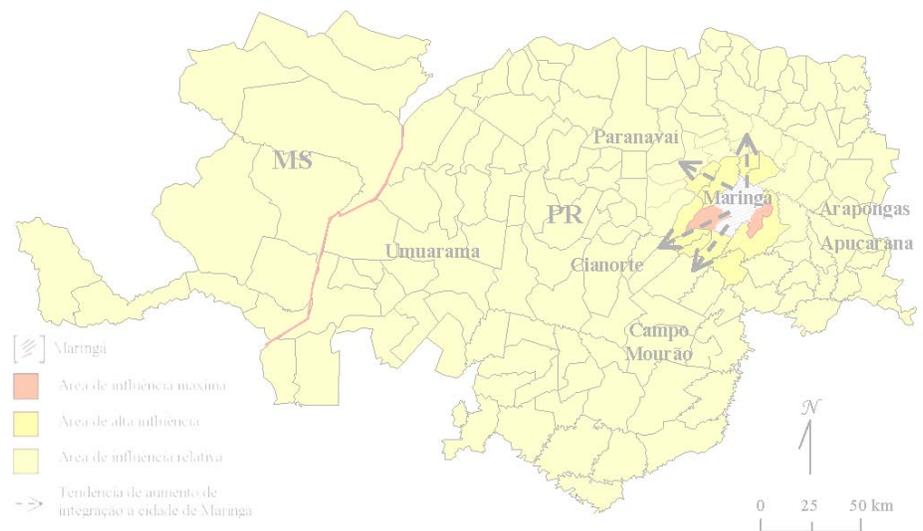
processo de colonização do norte do Paraná – sobretudo da formação dos núcleos urbanos através de um planejamento regional (entre 10 e 15 km as cidades pequenas, para abastecer o campo, e de 100 em 100 km os centros principais, para atender as demandas regionais), além do processo de modernização da agricultura como impulsionador do processo de concentração nas cidades de Londrina e Maringá –, a resposta é afirmativa.

Maringá é uma cidade intermediária, que busca estar conectada, através de equipamentos modernos – “efeito túnel”, como a construção de um novo aeroporto regional, em busca da internacionalização –, a “metrópole onipresente” – São Paulo, conectadas a redes internacionais, reforçando assim, as estruturas e as redes antigas pelas novas dinâmicas metropolitanas (ASCHER, 1995).

Destarte, afirma-se que o processo de *difusão extensiva-concentrada-seletiva* ocorre na produção - *desconcentração produtiva* -, influenciada pelo desenvolvimento de *novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC)* e os altos custos de reprodução na metrópole (preço do solo urbano, a pressão sindical, transtornos no trânsito pelos congestionamentos, poluições), aumentando em número, quantidade e densidade populacional as *cidades intermediárias* e aglomerações urbanas, essencialmente na *região concentrada*.

Este estudo, não teve por finalidade esgotar tal discussão, devido à contemporaneidade dos processos estudados e a complexidade conceitual, institucional de gestão e pelas transformações funcionais, estruturais e morfológicas dos espaços geográficos, que vem sendo estudados em diferentes escalas espaciais, formações socioespaciais e históricas.

OS PAPÉIS URBANOS E OS DIVERSOS NÍVEIS DE POLARIZAÇÃO INTERURBANA DA CIDADE MÉDIA DE MARINGÁ



4 OS PAPÉIS URBANOS E OS DIVERSOS NÍVEIS DE POLARIZAÇÃO INTERURBANA DA CIDADE MÉDIA DE MARINGÁ

Uma região necessita de uma cidade-pólo e de uma elite local ou regional, assim como uma cidade-pólo não pode ser compreendida somente através de uma análise intra-urbana, pois são os fluxos interurbanos, além dos urbanos, que explicam a distribuição espacial dos estabelecimentos, dos processos e das formas espaciais. Essa reflexão auxiliará a compreensão da complexidade de papéis exercidos pela cidade média de Maringá, assim como a concentração de pessoas, conhecimentos, riquezas e mercadorias, além da centralização de poder econômico, político e social.

A cidade de Maringá, conforme as principais classificações e tipologias de cidades, aparece como **cidade média**, tanto pela quantidade de habitantes e densidade demográfica, quanto pelos papéis que desempenha a nível regional.

O número de cidades médias no Brasil tem se multiplicado nas últimas décadas e o processo de aglomeração tende a continuar, como fica evidente na pesquisa realizada pela revista *Suma Econômica* (2004, p. 14-18), que se fundamentou nas bases estatísticas do IBGE e nas contas nacionais dos últimos 50 anos. Procurando indicar as oportunidades de investimentos e avaliar o mercado de consumo, de logística e de distribuição, apontaram a cidade de Maringá e microrregião como o 23º maior potencial de crescimento econômico no período de 2004 a 2010 dos 50 municípios ou microrregiões de maior potencial brasileiro, abaixo de Londrina (13º) e Cascavel (20º) e acima de Curitiba (29º) e Ponta Grossa (43º), em comparação com outras centralidades paranaenses.

Outra pesquisa, do IPARDES (2005), fazendo projeções das populações municipais paranaenses de 2000 a 2010, também apontou as cidades e aglomerados que continuariam a se densificar, as quais denominou “espacialidades de concentração urbana”, e municípios que continuariam a perder população, denominadas “extensas áreas de esvaziamento”. Tal pesquisa apontou como resultado a continuidade de concentração populacional na Região Metropolitana de Curitiba e nos aglomerados de Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, em oposição a 84% dos municípios inseridos nas espacialidades de esvaziamento, exigindo um “reequilíbrio” econômico e populacional.

Estas pesquisas vêm confirmar um desenvolvimento socioespacial desigual no estado do Paraná, que segue, de forma genérica, a tendência brasileira e dos demais países latino-americanos. Nos quais, a concentração e acumulação de aspectos positivos e negativos do modo de vida urbano se dão nas regiões metropolitanas e aglomerações, isto é, as melhores situações de infra-estruturas e serviços urbanos, provenientes dos recursos públicos, são investidos nas cidades de porte médio e grande, geralmente, nas áreas centrais dessas cidades, o que permite a apropriação dessas localizações privilegiadas, financiadas pela sociedade, por poucos indivíduos, famílias ou grupos. As apropriações lhes garantem maior possibilidade de concentrar poderes, dando lhes maior capacidade de realizem novos investimentos, o que contribui para a finita lógica de reprodução do capital.

A consequência desta lógica, num período de reestruturação produtiva (flexibilização e desregulamentação do trabalho), é o aumento da diferenciação das classes quanto à acessibilidade aos serviços básicos, como educação, saúde, habitação, saneamento básico, enfim, o direito à cidade. Estes setores básicos, como não interessam ao mercado, por terem baixa dinâmica econômica, ficam sob a responsabilidade do Estado. No entanto, este último também passou a administrar estes serviços como mercadorias, e não como direitos adquiridos pelos cidadãos, conquistados constitucionalmente após

muitos conflitos entre as distintas classes sociais e que obtiveram investimentos maiores antes do avanço da ideologia neoliberal sobre as políticas brasileiras.

Nesse sentido, concordamos com Santos e Silveira (2001, p. 21), ao afirmarem que a concentração de pessoas em um número cada vez menor de lugares reflete uma maior complexidade na divisão do trabalho e uma imobilização relativa, ao resultar em uma maior fluidez do território e originar as “regiões do mandar e regiões do fazer”.

O desenvolvimento sócio-econômico continua de forma concentrada espacialmente, acumulados nas cidades que oferecem as melhores condições de infra-estrutura e serviços para os empresários realizarem novos investimentos. As cidades e microrregiões que interessam aos investidores são cidades médias e grandes, contribuindo com a lógica do capital de concentrar os investimentos em pólos de prosperidade e ampliar as desigualdades geoeconômicas.

A **cidade média** nesse trabalho não se enquadra em uma hierarquia a partir de patamares demográficos, o que se denomina de **cidade de porte médio**, pois esses variam de acordo com a situação regional, o que não permite o estabelecimento de critérios em níveis nacional e internacional, ou mesmo, macrorregional, pois de estado federativo para estado federativo existem grandes diferenças demográficas, econômicas, sociais e culturais. Em algumas tipologias são consideradas cidades médias os espaços urbanos com população de 20.000 a 100.000 habitantes (DAFU, 1972), em outras, como a Conferência “Habitat II”, realizada em Istambul, cidades entre 100.000 e 2 a 3 milhões de habitantes, só para citarmos as duas classificações mais díspares.

Destarte, compreende-se cidade média como **cidade intermediária** (GAULT, 1989), por possuir a noção de relações, mediações e integrações, por sublinhar, segundo Lavigne citado por Gault (1989, p. 77), “a importância de aspectos dinâmicos, a noção de estratégia, de posição a conquistar, de espaço a construir, de posição a ocupar, de mediações a criar entre os homens, os capitais, as sinergias a desenvolver [...]”.

A discussão sobre o tema cidade média remonta ao VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975) do governo francês, que com o auxílio de diversos pesquisadores, principalmente geógrafos e economistas, passaram a adotar políticas para reforçar as cidades médias, para contrabalançar a primazia de Paris, como continuidade da política de desenvolvimento das “metrópoles de equilíbrios” já discutidas no item 3.5.

Durante essa discussão o brasileiro Oswaldo Bueno Amorim Filho desenvolvia sua tese de doutoramento na Universidade de Bordeaux III, defendida em 1973, na qual estudou duas cidades médias de Minas Gerais, sendo o primeiro a discutir essa temática no Brasil, além de propor critérios gerais que possibilitam caracterizar, identificar e classificar as cidades médias, como os sete critérios apresentados no II Encontro Nacional de Geógrafos em 1976:

- 1- a cidade média deve ser capaz de manter **interações** constantes e de um nível razoável de intensidade e de qualidade, tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- 2- a cidade média deve ter as condições necessárias para estabelecer **relações de dinamização** com o espaço rural micro-regional que a envolve;
- 3- uma cidade só deve ser considerada média na medida que já apresente uma certa autonomia na criação de pelo menos uma parcela de seus **equipamentos de relações externas**;
- 4- o **sistema**, ou **rede**, de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de **conectividade** tais que facilitem as já referidas **interações** com o espaço micro-regional e com os níveis superiores da hierarquia urbana;
- 5- a **estrutura morfológica interna** da cidade média, em consonância com sua posição no processo de evolução, deve apresentar: - um **centro funcional principal** já relativamente complexo [...]; - um número variável de **sub-centros**, espalhados pelas **zonas pericentral e periférica** [...]; - uma **periferia** que evolui muito mais através de saltos [...], do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a **coroa periférica do tecido urbano**;
- 6- por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como **tamanho demográfico, estrutura interna e relações externas** das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais da formação de cada uma dessas regiões;
- 7- finalmente, a noção de cidade média não deve ser confundida necessariamente com a noção de centro de polarização regional ou micro-regional. A coincidência não ocorre sempre. Além disso, as **relações** da cidade média com seu ambiente nem sempre são relações apenas **de dominação**, podendo haver, com este ambiente, também **relações de complementaridade, estímulo, dinamização** e, em certos casos, até **de dependência** (AMORIM FILHO, 1976, p. 7-9, grifos do autor).

Maringá é cidade-pólo de múltiplos papéis urbanos, o que dificulta afirmar o setor econômico propulsor da economia local. Compreendida como pólo médico-hospitalar (MACHADO, 2004), grande centro de prestações de serviços especializados de Ensino Superior em consolidação ou pólo educacional em consolidação (MENDES, 2002; MORO, 2003), pólo do setor terciário (GHIZZO, 2006), pólo atacadista de confecções (ASALIN, 2006), pólo financeiro (concentração do setor bancário da região noroeste⁵ paranaense), além de outros equipamentos e atributos urbanos culturais, informacionais, de transporte e serviços, impossibilitando a compreensão, principalmente a partir da década de 1960, do norte do Paraná de ignorar essa cidade.

Essa diversidade de papéis desempenhados por Maringá impede de denominá-la, como nos casos de Coimbra (Portugal) e Salamanca (Espanha), de cidade universitária, pois mesmo possuindo diversas IES de alcance regional e nacional, com significativa variedade de cursos e número de acadêmicos, as atividades acadêmico-culturais não são hegemônicas como nos casos das duas cidades européias.

Compreende-se por **cidade universitária** nesse estudo, não como sinônimo de campus, mas os espaços urbanos nos quais as instituições de ensino superior desempenham a principal atividade econômica e social e seja referência em nível nacional ou internacional tanto pela quantidade de instituições, de acadêmicos e de publicações, quanto por suas respectivas qualidades.

Essa complexidade funcional crescente vai traduzir-se, entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. “Uma constituída por localidades centrais e na qual cada centro tem uma posição (metrópole, capital regional, centro sub-regional,

⁵ A região noroeste do Paraná corresponde as mesorregiões Norte Central, Noroeste e Centro-ocidental paranaense, conforme o recorte inicial do estudo de Endlich (2006) e não exclusivamente a mesorregião Noroeste do Paraná.

centro de zona, centro local) e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e / ou complementar com outros centros” (CORRÊA, 1997, p. 100).

A concentração dessas instituições de ensino superior na cidade deve ser entendida como um dos principais papéis urbanos, que contribui de forma relevante para diminuir os impactos recessivos da primeira metade da década de 1990 e a mudança de perfil econômico e socioespacial do município.

A escala espacial de abordagem é ferramenta essencial para compreensão da discussão dos distintos processos, pois a ocorrência de um processo numa determinada escala pode se apresentar ausente, relativizado ou consolidado em outra escala, como se pode perceber ao discutir os conceitos de metrópole e região metropolitana, que ao adotar um recorte espacial amplo – como o recorte estadual para a temática urbana, levou vários pesquisadores a afirmarem que o Complexo urbano Londrina-Maringá compõe um único espaço metropolitano, mesmo com a ausência de espacialidade desse processo, como se buscou demonstrar nos itens anteriores;

o fenômeno da metropolização vai muito além da denominação legal [...] Hoje, na verdade, a elas [as nove primeiras regiões metropolitanas brasileiras] podem acrescentar-se outras ‘regiões urbanas’ que mereciam idêntica nomenclatura. A primeira delas é Brasília, com suas cidades satélites [...] O mesmo se pode dizer dos conjuntos urbanos comandados por Campinas e Santos [...] *As cidades que, no norte do Paraná, têm funções interdependentes, facilitadas pela proximidade e fluidez dos transportes, também aspiram à mesma classificação como metrópole* (SANTOS, 2005, p. 84, grifo nosso).

Outros autores, como Mendes (1999, p. 397-398), afirmam que estas passam pelo processo de metropolização separadamente: “as transformações estruturais da economia nos últimos 50 anos alteraram significativamente a rede urbana brasileira, e surgiram novas metrópoles e vários aglomerados urbanos em processo de metropolização (no Paraná, dois exemplos são Londrina e Maringá)”. Ou consideram que já são duas regiões metropolitanas, que

balizam o fortalecimento do Norte do Paraná, visando competir com a hegemonia exercida no estado pela metrópole de Curitiba (DAVIDOVICH, 2004).

Fora do consenso sobre as cidades pertencentes ao referido aglomerado, tem-se um capítulo de Moro (2003), intitulado “*Maringá: Espaço e Tempo*”, que após analisar o desenvolvimento geoeconômico, utilizando-se de diversas dissertações elaboradas sobre o espaço urbano e interurbano, Moro admite que espacialmente, a interconexão física-territorial contígua entre esses três núcleos urbanos – Sarandi, Maringá e Paiçandu – configuram um aglomerado urbano.

Funcionalmente, as interações socioespaciais, no quadro desse aglomerado urbano, dão início a um processo de metropolização, envolvendo, diretamente, as cidades do aglomerado – Maringá, Sarandi e Paiçandu e, pontualmente, as cidades próximas, ainda não conurbadas por Maringá, mas funcionalmente articuladas, como Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu e Iguaraçu. Todavia, a forte centralidade exercida por Maringá dificulta e inibe as interações socioespaciais da metropolização, devido a diversidade e qualidade do seu equipamento e atributos urbanos [...] (MORO, 2003, p. 69).

O fluxo populacional entre Mandaguaçu e os demais municípios da RMM, 25,45% (1.968) em 2000, direcionado principalmente para o pólo (86,47%), e a proporção de 76,55% de população não-agrícola, coloca Mandaguaçu em posição mais elevada, em termos de características de integração, que Marialva, com apenas 7,09% que se deslocam para outros municípios e com 66,26% de população não-agrícola, ambas com densidade demográfica semelhante (57 hab./km²). O nível de integração do município de Marialva ao aglomerado nas décadas de 1970 e 80 apresentou-se maior que na última década do século XX, pois com a ampliação do cultivo da uva esta cidade tornou-se mais autônoma e com número reduzido de novos loteamentos em direção a Sarandi - Maringá. Marialva, tradicionalmente tem sido incorporada nos estudos urbanos como parte do Aglomerado Urbano de Maringá, entretanto, nos últimos quinze anos (1990-2005), Mandaguaçu tem apresentado indicadores de integração social e

econômica na aglomeração urbana mais elevados. Outros municípios limítrofes a Maringá, como Ângulo, Iguaçu, Astorga, Ivatuba, Doutor Camargo, como o município não-limítrofe de Itambé, apresentam, também, baixo nível de integração, com baixa mobilidade populacional para trabalhar ou estudar em outro município (menos de 18%), dos quais menos de 55% se deslocam para a cidade-pólo de Maringá (IBGE, 2000). Assim, concorda-se com a assertiva de Corrêa (1997), ao refletir que a complexidade na hierarquia das localidades centrais aparece como resultante também da localização diferenciada das classes sociais no mesmo espaço.

A área de polarização das cidades se fundamenta na **Teoria das Localidades Centrais** de Walter Christaller, elaborada em 1933, conforme Berry (1971), estuda a localização, o tamanho, a natureza e a distribuição espacial das aglomerações de atividades, e é, portanto, a base teórica de grande parte da geografia urbana e da geografia do comércio varejista e das empresas de serviços.

A teoria dos lugares centrais se encontra atualmente bastante questionada e relativizada. Dessa forma, concorda-se com Camagni (1993) e Corrêa (1997), que não se deve aceitar os modelos formais de Christaller e de Lösch como referências universais. Porém, o acesso às redes velozes e as metrópoles não são acessíveis a todas classes sociais, fazendo com que a maior parte da população busque escalonadamente os bens e serviços, de acordo com a acessibilidade de cada classe social, pois os produtos alimentares básicos se encontram em qualquer distrito, enquanto estabelecimentos atacadistas, aeroportos internacionais, universidades com uma gama variada de cursos e pós-graduação (mestrado e doutorado), dentre outros, não se encontram em qualquer cidade de porte médio.

Oportuno lembrar também, que nas cidades pequenas, é predominante a classe pobre e dos que estão abaixo da linha da pobreza, limitando ainda mais o desenvolvimento do comércio dessas cidades, como por exemplo, as compras de produtos intermediários, que são eventuais, são feitas numa cidade com polarização restrita, que por sua vez vai a uma cidade-pólo superior em busca de produtos e

serviços de maior complexidade, caso não seja encontrado, o destino é uma metrópole. Pela internet, compra-se qualquer informação, serviço ou objeto em qualquer ponto da superfície terrestre, porém, essa tecnologia ainda é acessível a poucos, os custos de transportes, o acesso ao crédito nessas transações e a segurança, são outros limitantes de compras de objetos por essa rede informacional.

No circuito superior, o alcance espacial mínimo assume certa expressão espacial, tanto na metrópole como nas cidades intermediárias. Na cidade local é hipotético pois, efetivamente, a pequena localidade central não desempenha funções vinculadas a esse circuito (CORRÊA, 1997, p. 76).

A cidade média, segundo Corrêa (1997, p. 77) possui centralidade variável:

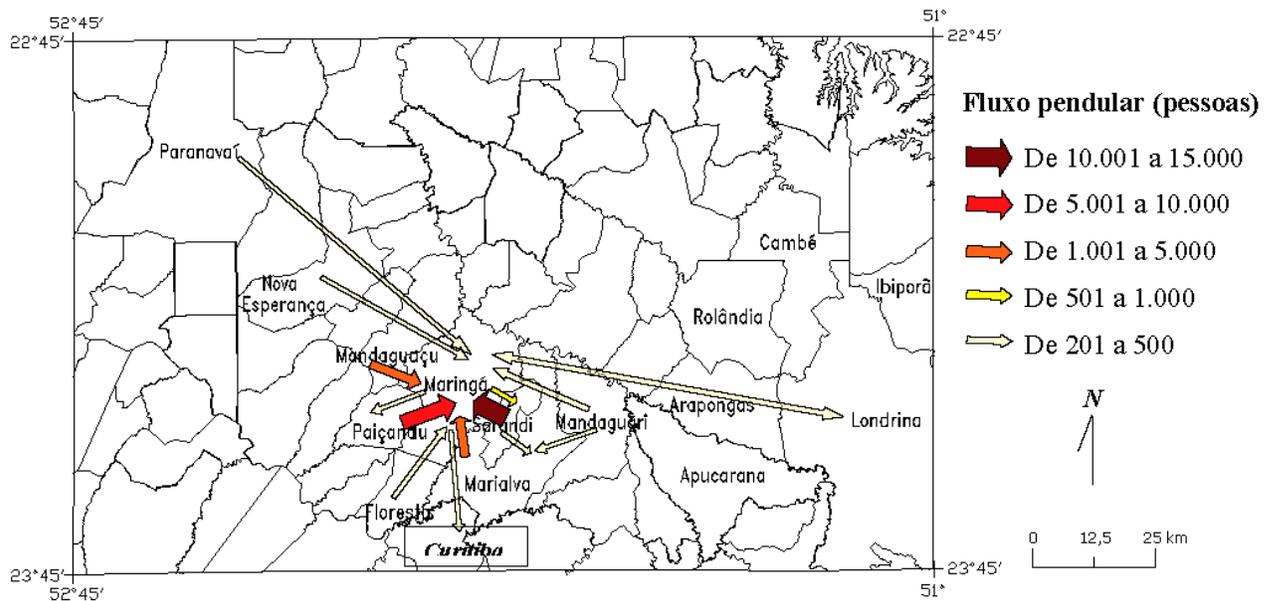
A cidade local atua, efetivamente, através do circuito inferior, enquanto a metrópole o faz através do superior. As cidades intermediárias desfrutam uma centralidade que lhes é fornecida pelos dois circuitos, ora um tendo maior importância, ora o outro (CORRÊA, 1997, p. 77).

Essa teoria, ao seguir um princípio gravitacional no qual a fricção espacial é representada pelos custos dos transportes, segundo Camagni (1993, p. 111-116) se aplica muito bem a três atividades: a produções e mercados agrícolas; a administração e as funções governamentais; e, “les services publics et privés pour lês personnes, les activités traditionnelles comme la vente en gros et au détail, la santé et *l'éducation*, [...] et en général les activités dont le consommateur supporte les frais de transport [grifo nosso]”. Conforme o mesmo autor, esses setores são preponderantes das atividades econômicas, mas por outro lado, essa teoria apresenta diversos elementos de fraqueza, pois se superestima o papel das despesas de transporte, negligenciam-se as relações de *inputs* e *outputs* e não considera as “externalidades externas”.

As três maiores cidades do estado receberam, conjuntamente, 57,8% dos movimentos pendulares em 2000, de um total de 360 mil pessoas que realizaram tal fluxo, nos quais aparecem

Curitiba, como capital do Paraná, receptor de 154,6 mil pessoas (42,9%), posteriormente, Maringá, receptora de pouco mais de 8% dos fluxos populacionais, e, Londrina, com um afluxo de quase 6,9%, menor que o maringaense por ter menor contingente populacional na estagnada mesorregião norte tradicional paranaense, em que se destacam apenas seis municípios. Maringá recebe um contingente populacional significativamente maior do que Londrina, pois enquanto essa última recebe 24,8 mil pessoas, para a primeira se destina um fluxo populacional de 28,9 mil, de 89% dos municípios da mesorregião Norte Central, de onde sobressaem os fluxos de Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu e Marialva com destino a Maringá e o de origem do pólo para Sarandi (Mapa 9). Cabe ressaltar também, pelas distâncias percorridas até Maringá, os movimentos pendulares de Nova Esperança e Paranavaí (IBGE, 2002).

Mapa 9: Principais movimentos pendulares interurbanos relacionados ao Aglomerado Urbano de Maringá - PR - 2000



Fonte dos dados: IBGE (Microdados do Censo Demográfico 2000).

Base Cartográfica: Paraná, 2004.

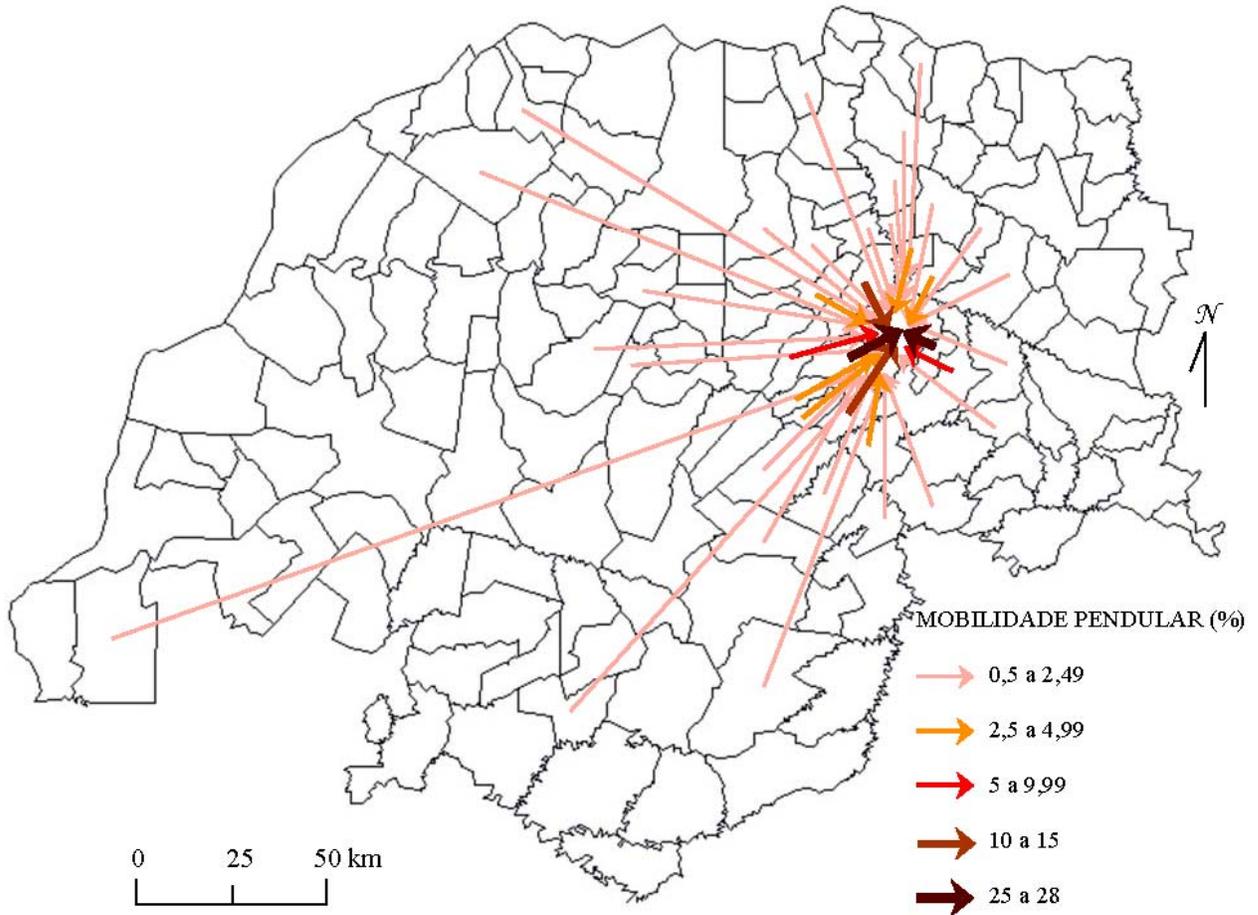
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Os deslocamentos de Maringá e Londrina são recíprocos, com 330 pessoas que se deslocam cotidianamente para Londrina e dessa para Maringá 203 pessoas, com ampla disponibilização de horários das duas empresas de transporte rodoviário de passageiros entre ambas cidades (18 horários de embarque diariamente que fazem a linha Maringá-Londrina, e 22 horários na linha Londrina-Maringá, dos quais 4 são diretos nas duas linhas), que ficam hipersaturadas em feriados, férias (escolares e fim de ano) e vestibulares das duas universidades estaduais (UEM e UEL). Com relação à quantidade de habitantes de Maringá e Londrina, os fluxos entre essas são, relativamente insignificantes, menos de 0,1% da população, na qual a maioria, especula-se, estudantes de pós-graduação das duas principais universidades paranaense (UEM e UEL – estaduais) e visitas a familiares.

Maringá e Londrina apresentam grande importância quanto às atividades econômicas no estado do Paraná, tanto pelos números de estabelecimentos, quanto pelos valores adicionados fiscais (VAF). Estas cidades se beneficiam da estrutura rodoviária (BRs e PRs) e do posicionamento geográfico em relação a essas rodovias, que, por um lado fragmentam espacialmente, mas, por outro as articulam as demais cidades de seus respectivos aglomerados urbanos e as demais cidades do norte, oeste e leste paranaense, além das ligações com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul e o Paraguai e Argentina – países limítrofes ao Paraná. Essas cidades não compõem um único espaço de concentração e atração, mas dois, no qual a mesorregião Noroeste tem fluxos predominantes para Maringá e a mesorregião Norte Tradicional para Londrina, havendo sobreposição dos fluxos de pessoas e mercadorias na mesorregião Norte Central Paranaense.

A população de baixo *status* [sócio-econômico] possui limitada mobilidade espacial. Para ela, não existe de fato hierarquia urbana, utilizando apenas os centros locais para satisfação de sua reduzida demanda: na realidade, a hierarquia de localidades centrais existe apenas em função da população de médio e alto *status* (CORRÊA, 1997, p. 80).

Mapa 10: Municípios com movimento pendular de 0,5% ou mais da população com 15 anos ou mais para trabalhar e/ou estudar na cidade intermediária de Maringá – 2000



Fonte dos dados: IBGE (Microdados do Censo Demográfico 2000).

Base Cartográfica: Paraná, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Em estudos da rede urbana brasileira realizada pelo IPARDES (2000), denominado “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, Londrina é classificado como Centro Regional, enquanto Maringá foi classificado como Sub-Centro Regional 1, no entanto, as duas possuem níveis de centralidade **muito forte**⁶. Dados relevantes, como os movimentos pendulares, ainda não haviam sido realizados no ano desse estudo, o que provavelmente, elevaria Maringá ao

⁶ Nível de centralidade predominante de Centros submetropolitano, na nomenclatura da classificação do mesmo estudo realizado em 1978.

nível de Centro Regional (Submetropolitano). Contribuindo para isso os dados do número de estabelecimentos em Maringá, a participação dessa no valor adicionado fiscal do Paraná, onde se destaca o setor de **serviços**, único indicador superior ao da cidade de Londrina, no entanto 69% maior que dessa (Tabela 3).

Todos municípios da Tabela 3 possuíam mais de cinquenta mil habitantes, exceto Rolândia (que já ultrapassou esta cifra, segundo estimativas populacionais do IBGE) e Sarandi, com população que ultrapassa a quantidade dos cinquenta mil pessoas, mas tem características de cidade-periferia do aglomerado, número relativamente menor que as cidade- pólo, possuindo apenas 600 estabelecimentos.

Tabela 3: Cidades norte paranaense e do centro-ocidental com mais de mil estabelecimentos com emprego formal e a proporção de participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) – 2000

Municípios	População (habitantes)	Estabelecimentos com emprego formal	VAF do Total do PR (%)	VAF Primário (%)	VAF Secundário (%)	VAF Comércio (%)	VAF Serviços((%)
Londrina	447.065	11.736	4,35	1,09	3,25	7,59	3,90
Maringá	288.653	8.808	2,94	0,44	1,76	5,49	5,68
Apucarana	107.827	2.279	0,82	0,41	0,92	0,93	0,28
Umuarama	90.690	2.207	0,49	0,35	0,22	0,94	0,74
Arapongas	85.428	1.755	0,87	0,47	0,14	0,68	0,46
Campo Mourão	80.476	1.751	0,48	0,67	0,26	0,77	0,30
Paranavaí	75.750	1.723	0,44	0,54	0,35	0,50	0,68
Cianorte	57.401	1.642	0,34	0,32	0,31	0,38	0,33
Cambé	88.186	1.261	0,73	0,57	0,80	0,76	0,21
Rolândia	49.410	1.154	0,49	0,64	0,49	0,43	0,47

Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico 2000; Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa – PR).
Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Conforme o número de estabelecimentos disponível na BRASIL (2003), Maringá se destaca em diversos setores econômicos, ocupando a 22ª posição, com 1.465 de estabelecimentos de indústrias de transformação, a 26ª posição, com 108 estabelecimentos de representantes comerciais e agentes do comércio e principalmente no comércio atacadista por possuir 352 estabelecimentos, sendo uma das principais **referências nacionais** em atacados de produtos intermediários não agropecuários e de artigos de uso pessoal e doméstico, no qual ocupa a 16ª posição em número de estabelecimentos, à frente de muitas capitais estaduais (Tabela 4).

Outros dados relevantes, referentes à funcionalidade são destacados em pesquisa de Silva (2005, p. 7), na qual afirma que Maringá atinge níveis semelhantes à Londrina, mesmo com número de população e de estabelecimentos menores⁷:

[...] em Londrina, tem-se um número maior de estabelecimentos menores e que, em Maringá, tem-se estabelecimentos que, mesmo em número menor, possuem participação econômica significativa, que chega a se aproximar proporcionalmente a alguns indicadores dos movimentos de Londrina [...]. Tal fato que possibilita afirmar que, em Maringá, se tenha uma quantidade maior de estabelecimentos de maior porte.

Silva (2005), também fez um levantamento de dados da circulação de objetos postais, obtendo como resultado a tendência de diferenciação entre Londrina e Maringá, “numa outra magnitude”:

de tal sorte que confirmam que o número elevado de estabelecimentos na cidade de Londrina se refere, sobretudo, aos pequenos, pois quando se observa o volume de correspondências simples distribuídas no ano de 2003, se tem o número de 31.466.226, para Londrina, e de 25.270.162, para Maringá. Porém, quando se verificam as correspondências registradas, que se pressupõe que sejam referentes às empresas e/ou pessoas com poder aquisitivo de médio a elevado, encontram-se dados que contrastam, pois se tem um volume maior em Maringá, mesmo com o número menor de habitantes e de estabelecimentos, sendo de 1.637.711 para Londrina e 1.702.459, para Maringá, o que representa uma média de 3,66 e 5,89 correspondências por habitante/ano, sendo uma diferença significativa (SILVA, 2005, p. 6-7).

⁷ Neste trabalho, Silva (2005) utilizou os dados fornecidos pelas prefeituras municipais de Maringá e Londrina, muito discrepantes em relação ao número de estabelecimentos encontrados na RAIS (2003), Plano Diretor de Maringá (2000).

Tabela 4: Cidades brasileiras com maior número de estabelecimentos do ramo de comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico – 2003

Nome do Município_UF	Número de estabelecimentos
São Paulo_SP	3.823
Rio de Janeiro_RJ	1.244
Goiânia_GO	832
Belo Horizonte_MG	734
Fortaleza_CE	624
Porto Alegre_RS	509
Recife_PE	409
Salvador_BA	277
Brasília_DF	273
- Curitiba_PR	251
- Maringá_PR	213
Belém_PA	173
Campinas_SP	162
Manaus_AM	159
Natal_RN	132
Blumenau_SC	132
Cuiabá_MT	127
Ribeirão Preto_SP	125
Divinópolis_MG	124
Brusque_SC	121
São José do Rio Preto_SP	120
Feira de Santana_BA	115
- Londrina_PR	104
Caruaru_PE	100
Aracaju_SE	100

Fonte: BRASIL, 2003.

Uma pesquisa referência para o estudo da rede urbana brasileira, denominada “Regiões de Influência das Cidades” é realizada em média a cada quatorze anos (1966, 1978 e 1993), a última, porém, divulgada somente no ano 2000. Nesse estudo, aplica-se um questionário por município que apresente, no mínimo, três das seguintes características: a) ser sede de comarca; b) contar com agência bancária; c) dispor de médico residente na cidade; e / ou, d) dispor de emissora de

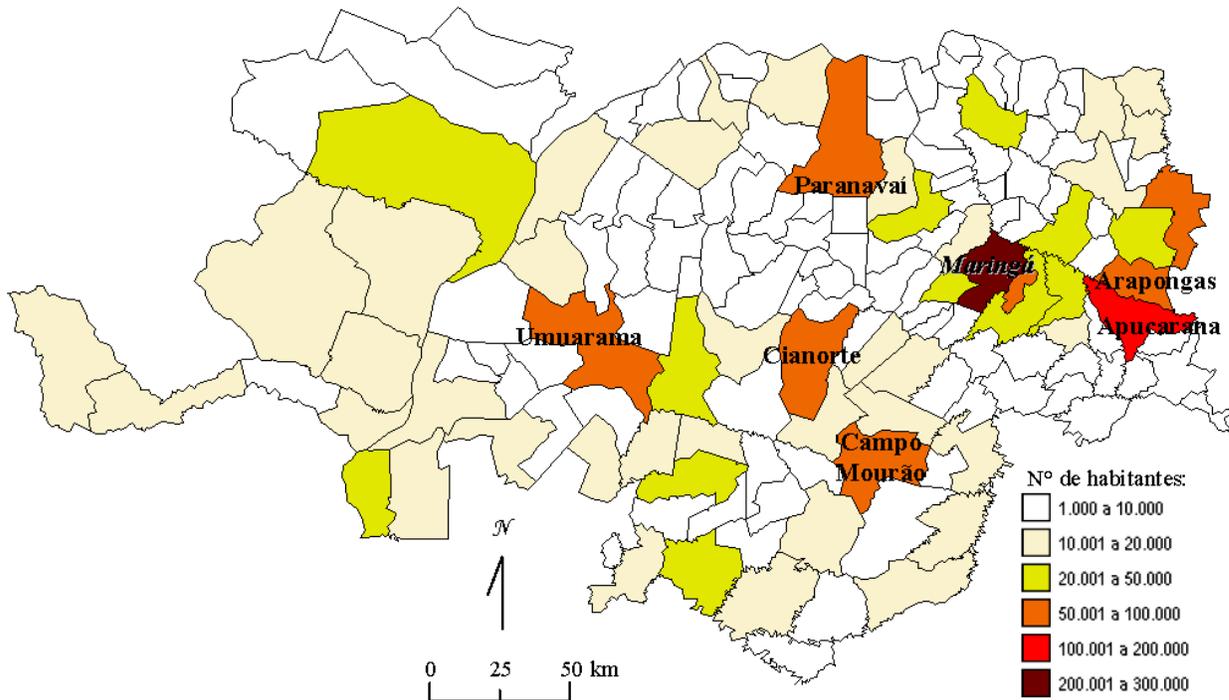
rádio AM. Caso não possuísse as três características requeridas, mas contasse com uma população acima de 20 mil habitantes, enquadrava-se na pesquisa.

O resultado dessa pesquisa é a área de influência de cada cidade e a disponibilidade de equipamentos funcionais, separados em bens e serviços de baixa e alta complexidade, o de baixa complexidade refere-se aos seguintes produtos e serviços: produtos para agricultura e pecuária; ferragens e louças em geral; aparelhos eletrodomésticos em geral; filmes fotográficos e serviços de revelação; móveis e estofados; automóveis novos; óculos com receita médica; hospital geral; laboratórios de análises clínicas; cirurgiões dentistas; agências bancárias; serviços gráficos; serviços de contabilidade e serviços de advocacia. Os produtos e serviços de média a elevada complexidade: tratores, arados mecânicos e seus acessórios; caminhões novos; aviões de pequeno porte; motores e bombas hidráulicas em geral; serviços autorizados de eletroeletrônicos; persianas, cortinas e tapetes; prataria, cristais e objetos de decoração; artigos importados (perfumes, bebidas e eletroeletrônicos); instrumentos musicais; móveis para escritório; máquinas de escrever; computadores, microcomputadores e periféricos; médico pediatra; médico oftalmologista; médico cardiologista; médico oncologista e/ou médico nefrologista; cirurgias especializadas; serviços especializados de saúde; equipamentos e instrumentos médico-cirúrgicos; serviços de ortodontia; material e equipamentos para dentistas; oxigênio para hospitais; instrumentos óticos de precisão; agências de turismo; escritórios e agências de publicidade; serviços de engenharia; escritórios de consultoria e planejamento; cursos de nível superior; cursos de pós-graduação (somente mestrado e doutorado) e livros técnicos e/ou importados (REGIC, 1993).

A área de influência de Maringá nessa pesquisa abrange as mesorregiões Noroeste e Centro-ocidental paranaense, uma parte do norte-central e alguns municípios do Mato Grosso do Sul, com abrangência de 155 municípios (Mapa 11), contando com os cinco municípios desmembrados após

a realização da pesquisa em 1993. Ao se comparar os níveis de centralidade com a quantidade de habitantes em 2000, há uma forte correlação, inclusive do escalonamento.

Mapa 11: **Municípios da Área de Influência de Maringá (1993) – População em 2000**



Fonte dos dados: IBGE (REGIC), 1993; IBGE (Censo Demográfico), 2000.
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Para cada produto ou serviço, os fluxos populacionais gerariam um mapa diferente, com escala diferente, como, por exemplo, o de busca por cursos de nível superior, objeto desse estudo, mas que deve ser compreendido no contexto geral, tanto regional, quanto da centralidade da cidade pesquisada, pois senão, corre-se o risco de subestimar ou sobreestimar a real significância que um determinado serviço ou bem gerado em termos de transformações no espaço e na rede urbana na qual está inserida.

Para se compreender a cidade de Maringá, é fundamental conhecer seu contexto de colonização e ocupação, pois a lógica de implantação das cidades no norte-paranaense possui características singulares, além da formação do Aglomerado Urbano Paiçandu-Maringá-Sarandi, onde ocorre uma relação cotidianamente em conjunto, para além da econômica, da vida, da sociedade, que ora se opõem, mas ora se ajuntam para resolver as dificuldades mais emergentes. A centralidade dessa cidade é outro item a ser elencado, principalmente para compreensão da década de 1990 e início do século XXI, quando a mudança de paradigma econômico do desenvolvimentista para o neoliberalismo sobrevaloriza o econômico em relação à vida, ou seja, a passagem do antropocentrismo para o *moneycentrismo*, dinamizado pelas organizações econômicas supranacionais, apregoadas como doutrina redentora para os outros e não executadas por aqueles que as pregam (Estados Unidos).

A partir dos movimentos pendulares, do estudo da região de influências das cidades (IBGE, 2003), das taxas de crescimento urbano (1991-1996 e 1996-2000) e das mudanças nas densidades demográficas, é possível prever os vetores de crescimento da integração socioespacial e geoeconômica da cidade intermediária de Maringá. A leste dessa cidade, o Complexo Urbano Londrina – Maringá, onde a competição se sobrepõe à cooperação, principalmente entre os dois pólos desse complexo urbano.

A rede urbana tornou-se mais complexa e intensa devido à complexidade funcional, o que implica em diversos tipos e graus de integração dos centros, incorporando interações de complementaridade, cooperação e inovação. Essa complexidade da integração envolve o fato de cada centro urbano fazer parte de várias redes de cidades (CAMAGNI, 1993; CORRÊA, 1997). Como se percebe na integração de Maringá com os municípios situados em direção norte, que além de apresentarem baixa dinâmica econômica influenciada pelas condições naturais, principalmente do solo (Arenito Caiuá), a principal cidade, Colorado, encontra-se entre três áreas

de influências: a de Maringá, a de Londrina e a de Presidente Prudente – SP, além de possuir municípios com taxas negativas de crescimento populacional.

Porém, em direção ao quadrante noroeste da cidade de Maringá, em direção aos municípios de Mandaguaçu, Nova Esperança e Paranavaí (PR-376), as taxas de crescimento populacional são superiores a média estadual, de onde partem importantes fluxos populacionais em direção a Maringá. Conforme o (IBGE, 2003), a área de influência da cidade de Cianorte é polarizada exclusivamente por Maringá, contribuindo para isso a rodovia PR-323, saída de Maringá para Paiçandu. Uma outra tendência é em direção a cidade de Campo Mourão (PR-317), que possui centralidade média para forte, conforme a hierarquia estabelecida pelo Regic. De outros municípios, como de Engenheiro Beltrão, partem fluxos menores, mas relativamente significantes para o pólo. Tais tendências, caso continuem com a atual dinâmica econômica e populacional, podem ser extrapoladas, afirmando uma futura integração intensa com as cidades de Umuarama e Goioêre, com suas respectivas áreas de influências.

Corrêa (1997, p. 24) sintetiza que:

a rede de localidades centrais cumpre simultaneamente dois papéis que são complementares: de um lado constitui-se em um meio para o processo de acumulação capitalista, e de outro, constitui-se em um meio para a reprodução das classes sociais. Isto significa que a rede de localidades centrais constitui-se em um meio através do qual a reprodução do modo de produção capitalista se verifica.

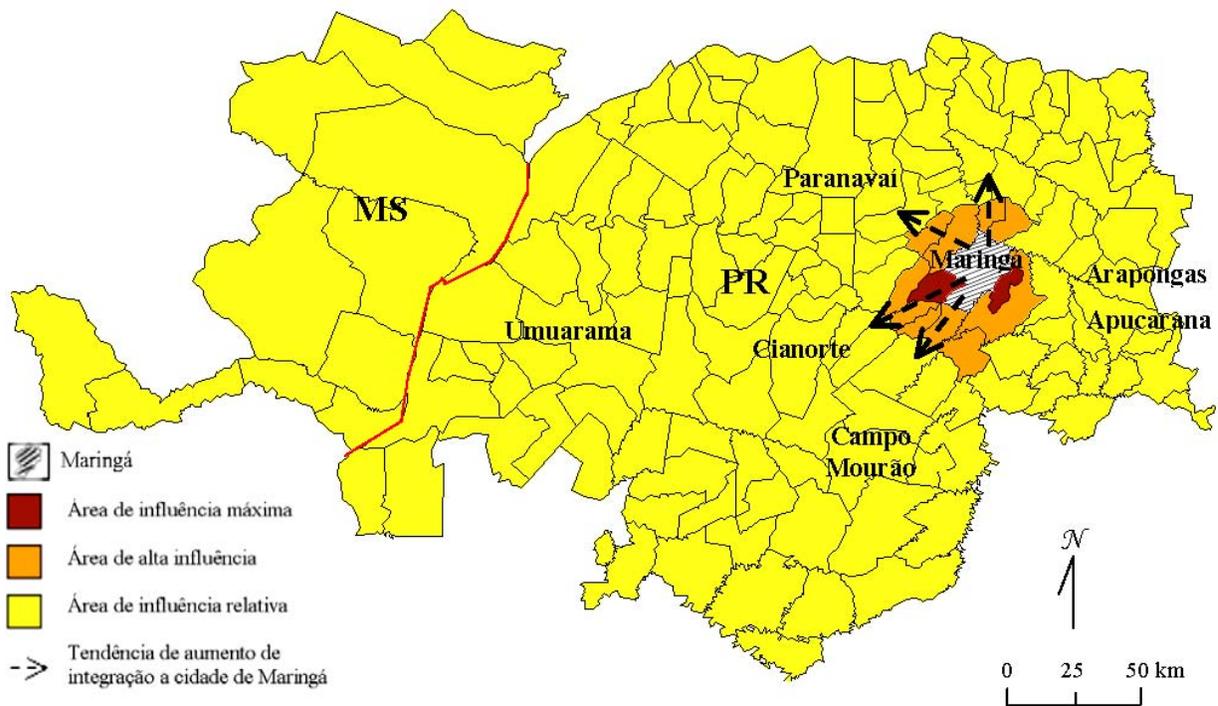
Retornando, se propõem três níveis de escalas de influência que se autocompletam para a compreensão da centralidade da cidade de Maringá (Mapa 12):

I – área de influência máxima, a aglomeração urbana;

II – área de alta influência, abrangendo os municípios de Ângulo, Doutor Camargo, Floresta, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Marialva, Ourizona e Presidente Castelo Branco; e,

III - área de influência relativa, o quadrante noroeste⁸ do Paraná e o sul do Mato Grosso do Sul.

Mapa 12: Níveis de Influência da Cidade Intermediária de Maringá – 2006



Fonte: O autor.

Para se reverter a concentração de poder e riqueza em poucas cidades, será necessário um forte comprometimento dos diversos níveis da sociedade política, bem como da participação e da cobrança da sociedade, formando “associações das baixas vertentes”, como as dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema, onde se concentram os municípios que tendem ao esvaziamento

⁸ Denomina-se quadrante noroeste do Paraná os municípios do estudo do IBGE, o Regic (1993), correspondentes, de forma geral, as mesorregiões Noroeste e Centro-ocidental paranaense, com apenas cinco municípios que diferem, e o quadrante noroeste da mesorregião Norte-central paranaense.

populacional e as demais conseqüências, em oposição aos eixos urbanos, servidos dos principais corredores de fluxos e infra-estruturas de transportes (rodoviária, ferroviária e aeroviária) e de comunicações (dentre outras, as redes de fibras ópticas, de internet banda “semi-larga”, pois as reais “bandas largas” são oferecidas apenas as metrópoles). Tais redes influenciam na distribuição das outras atividades econômicas, principalmente das atividades industriais, comerciais e de serviços, como se verifica, por exemplo, na distribuição das universidades estaduais (cidades de grande dimensão) e de seus respectivos “campus regionais” (cidades de média dimensão).

Essa centralidade é condicionante e reflexo do desenvolvimento do ensino superior em Maringá, pois a busca pelo desenvolvimento econômico já no meio técnico-científico tornava o conhecimento e a técnica indispensável, o que faz a elite regional empregar grandes esforços para criação de uma universidade e a partir desse novo tipo de centralidade exercida, de pólo educacional, a cidade passa a contar com uma massa de jovens com mão de obra qualificada e barata, o que atrai novas empresas nacionais e internacionais, obtendo maior desenvolvimento que outras cidades de mesmo porte populacional, mas com poucos ou sem cursos superiores, como se sistematizou de forma mais detalhada no item 4.1.

4.1 A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – PERÍODO ESTATAL (1959-1989)

A importância do aparelho escolar, em todos os seus níveis, foi destacado por Sheen (2000, p. 5) ao compreendê-lo como “um ‘aparelho de hegemonia’ sendo como tal, o locus privilegiado onde pode se desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, em consequência, pela hegemonia política e econômica”.

A criação de IES's da cidade de Maringá se divide em dois períodos: o primeiro (1959 – 1989), no qual se pode denominá-lo de **período estatal - I**, com a criação de um instituto e de três faculdades públicas estaduais, que foram agregadas em 1970 para formar a Fundação Universidade Estadual de Maringá; e o segundo período (1989 – 2006), com a expansão do setor privado, que se pode intitulá-lo de **período das IES's privadas - II**. Essa periodização corresponde nitidamente às mudanças na política educacional em nível federal: o período da redemocratização (**a**), o período da ditadura militar (**b**) e o período neoliberal (**c**), influenciados principalmente pelos pensamentos econômicos hegemônicos correspondentes, como se pode observar no Gráfico 3.

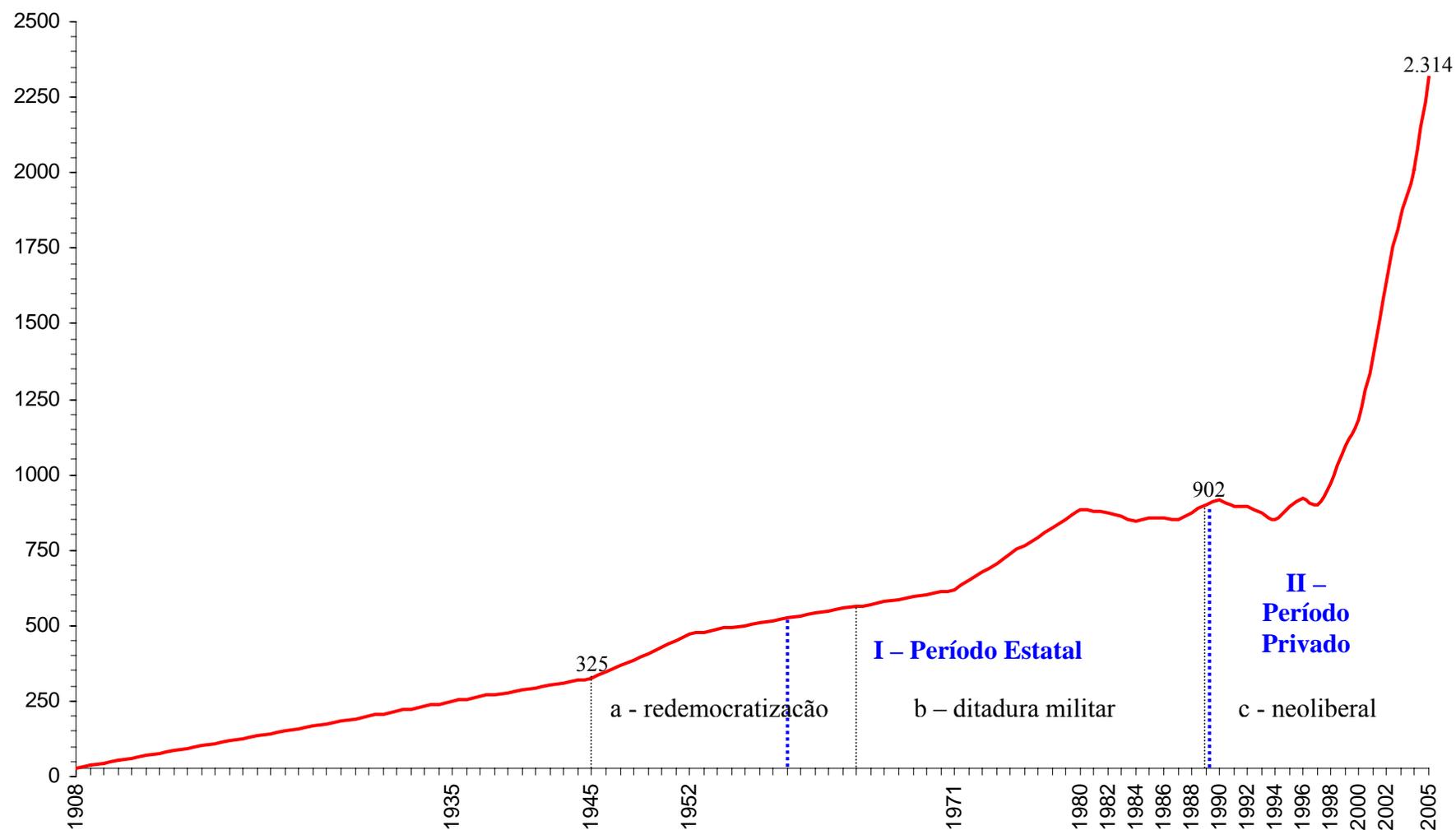


Gráfico 3: **Periodização e evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil (1908-2005)**

Fonte dos dados: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE); MEC/INEP/SEEC (2006).

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

..... Periodização do Ensino Superior no Brasil

..... Periodização do Ensino Superior em Maringá

A primeira faculdade criada na cidade de Maringá se insere no contexto do quinto período da história das IES's no Brasil, discutido por Cunha (2000), que pode receber a denominação histórica de período da redemocratização (1945 – 1964), caracterizado pelas reformas de base e de garantia dos direitos individuais de expressão, de reunião e de pensamento a partir da Constituição de 1946. Nesse período se desenvolveu a industrialização de base e a monopolização, ao lado do populismo, que de acordo com Cunha (2000, p. 171) era um “instrumento de dominação das massas incorporadas à política, mas que escapavam do controle das classes dominantes”, configurando-se como fatores determinantes das mudanças no campo da educação escolar.

O Brasil, inserido de forma periférica no capitalismo industrial, absorveu através de suas elites intelectuais, ideologias desenvolvidas em sociedades economicamente hegemônicas, sobretudo estadunidense, não tendo conseqüências significativas nas mudanças sociais, como o pensamento liberal, que teve mais influências político-econômicas que sociais.

Na Constituição de 1946 foi determinado que se elaborasse a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 5º), com esta finalidade foi constituído uma comissão em 1947, composta por educadores de tendências político-ideológicas divergentes, os que defendiam os interesses da educação pública – liderados pelos educadores do movimento dos pioneiros, e os defendiam os interesses da educação privada – principalmente por parte da igreja católica, que nessa conjuntura defendiam o interesse da elite econômica, o que durou até a Reforma de 1961.

Esse projeto de lei – após treze anos de múltiplos debates, extravios, anexos de substitutivos, anteprojetos e engavetamentos, foi aprovado, pela Lei nº 4024/61 (BRASIL, 1961), favorecendo os interesses da iniciativa privada e prevendo até ajuda financeira à rede privada.

O número de vagas cresceu em todos os níveis de ensino, mesmo sendo contrário aos interesses da elite econômica, principalmente na volta de Vargas à Presidência (1950-54), pelas

necessidades de “recursos humanos” tanto por parte da indústria e comércio, como por parte das administrações públicas.

A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só haviam instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que na legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a “federalização” de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades (CUNHA, 2000, p. 171).

Neste período, foram realizados os Censos Demográficos de 1945 a 1960 (IBGE), no qual registrou-se o número de matrículas no ensino superior para os respectivos anos, apontando para um aumento de 348% no número de acadêmicos matriculados nestes quinze anos, saltando de 26.757 discentes matriculados em 1945 para 93.202 em 1960. Em 1945, 97,79% do número de matrículas concentravam nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, sendo que esta última concentrava mais de 66% do número de matrículas para o referido ano, enquanto as outras duas regiões possuíam pouco mais de 15% dos discentes matriculados brasileiros. Para não afirmar a inexistência deste nível de ensino no Norte e Centro-Oeste, colocou-se o número de alunos matriculados: 495 e 97, respectivamente. Os Estados, nesse ano, que possuíam mais instituições de ensino superior eram: Bahia (18), Paraná (21), Pernambuco (25), Minas Gerais (39), Rio Grande do Sul (45), Rio de Janeiro (70) e São Paulo (75); os demais, todos com oito instituições ou menos, refletindo as mudanças político-econômicas brasileira. No início do período, em 1945, contavam-se apenas cinco instituições universitárias, já em seu “término” – pois houve mais continuidades que rupturas, o Brasil possuía 37 universidades.

Até 1948 as IES's paranaenses estavam todas concentradas em Curitiba. Nas duas décadas seguintes aumentou e o número de estabelecimentos de ensino superior passou por um processo de interiorização, o que sofreu grande resistência dos acadêmicos e professores da capital. No início da década de 1960 existiam sete IES's públicas e três privadas, demorando uma década para se duplicar, atingindo vinte e duas IES's no ano de 1969 (SHEEN, 2000).

Nesse período foi criada a primeira IES da cidade de Maringá, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá, pelo Decreto Estadual n. 4.070, de 28 de agosto de 1959 e reconhecida somente em outubro de 1964. Esta faculdade surgiu por iniciativa do deputado Néo Alves Martins, para atender anseios e pressões do prefeito Américo Dias Ferraz (1956-1961) e da população. Tal iniciativa contou como o apoio e participação do arcebispo Dom Jaime, que sugeriu a criação do curso de ciências econômicas como primeira necessidade para a cidade e região, com o prevalecimento de interesses do setor comercial emergente. O arcebispo de Maringá, Dom Jaime foi o primeiro diretor dessa faculdade.

O Estado de São Paulo, com a riqueza acumulada da cafeicultura e o número crescente de indústrias, criadas por conta das necessidades internas criadas pelas Guerras Mundiais, aliado ao desenvolvimento da pesquisa e do magistério superior por estrangeiros e brasileiros da Universidade de São Paulo, permitiu a criação de importantes instituições públicas de financiamento e desenvolvimento de pesquisas e discussões no país, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 1950, o atual Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951 e a (Capes), criada no mesmo ano que o CNPq.

Tal conjuntura permitiu a realização de uma “utopia acadêmica”, a criação de uma instituição em regime fundacional – a Universidade de Brasília (UnB), com o apoio das instituições

nacionais de fomento supracitados, sendo símbolo da modernização educacional e do país, “à imagem do paradigma do país capitalista hegemônico” (CUNHA, 2000, p. 173-175).

Sheen (2000, p. 80), ao analisar outra obra de Cunha - “A Universidade crítica” publicada em 1983, identifica que esse autor ao afirmar que o processo de modernização do ensino superior foi motivado pelo Governo estadunidense e suas agências financiadoras desde 1945, Cunha “quis ‘desmistificar’ a idéia de que a indução modernizadora por parte do governo dos EE. UU. [Estados Unidos] só teria ocorrido após 1964, por influência dos convênios decorrentes do acordo MEC-USAID”.

Na era Vargas, no período da redemocratização e no posterior – ditadura militar, a União Nacional dos Estudantes – UNE, criada em 1931, no auge da onda repressiva do Estado Novo, segundo afirmações de diversos autores, dentre eles Cunha (1980; 2000) e Sheen (2000), desempenhou papel fundamental nas Reformas Educacionais e Universitárias, porém, não se aprofundará nesse estudo em tais discussões. De forma geral, cabe ressaltar a resistência da sociedade civil à sociedade política, no qual Freitag (1977, p. 42) reflete sinteticamente a partir da política educacional:

A política educacional estatal procurará alcançar a hegemonia, sempre na defesa dos interesses da classe dominante. Por isso seu domínio não se pode dar pela violência (seria o caso da ditadura), mas precisa criar condições para que os indivíduos das classes subalternas façam suas opções de forma aparentemente livre. Por isso o Estado não pode, por exemplo, impor rigidamente a escolha das profissões, limitar as leituras dos estudantes, priva-los ostensivamente do direito à reflexão. O pequeno grau de liberdade que necessariamente precisa haver na sociedade civil, para conseguir a dominação pelo consenso e garantir a hegemonia da classe no poder, é a chance de liberação da classe subalterna. Quando esse grau de liberdade é utilizado para propagar a contra-ideologia, ou se cria uma nova situação hegemônica ou o Estado interfere com seus mecanismos corretivos, tanto no nível da sociedade civil como da política, para impedir a concretização da contra-ideologia.

O Regime Militar foi gestado com a fratura do bloco populista (governo Vargas) e o novo alinhamento da burguesia nacional, que se divorciou de seus perigosos aliados da véspera (classe

média) e aliou-se, como sócio menor, ao capital monopolista internacional. A nova constelação surgida com o colapso do Estado populista permitiu que o processo de “internacionalização do mercado” interno, com a origem no período anterior, se desdobrasse em sua plenitude (FREITAG, 1977).

Essa nova situação econômica impôs a necessidade de uma reorganização da sociedade civil e do Estado, tudo deve mudar para continuar a reprodução ampliada do capital nacional e internacional, como afirma Freitag (1977, p. 76), fundamentada em Cardoso e Faletto:

O Estado, que no fim do período anterior e havia tornado mais ou menos o porta-voz dos interesses daquelas frações da classe média e das classes subalternas que eram adeptas da alternativa da democratização do consumo com a preservação da autonomia nacional, é forçado a ceder a nova tendência da “internacionalização do mercado interno”. É nesse momento que “as forças armadas, como corporação tecnoburocrática, ocupam o Estado para servir a interesses que crêem ser os da nação. Os setores políticos tradicionais (ou seja, as massas populares e os interesses progressistas da burguesia nacional) – expressão, no seio do Estado, da dominação de classe do período populista-desenvolvimentista – são aniquilados e se busca transformar a influência militar permanente como condição necessária para o desenvolvimento e a segurança nacional [...]”.

Nesse período, ideais racionalistas passam a prevalecer sobre a educação, na qual se fortaleceu a economia da educação. Essa relação entre economia e educação tem como um dos principais expoentes Theodore Willian Schultz e suas contribuições para formulação da teoria do Capital Humano. Segundo Cattani (2002) esta teoria é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. Neste, o ser humano é pensado como um ser calculista, que age somente pelo pensamento do custo-benefício.

As análises de Schultz foram desenvolvidas na Escola de Chicago, uma das escolas neoliberais estadunidenses, onde obteve pesquisas e publicação de livros financiados pela Fundação Ford. A relação entre economia e educação foi feita por outros economistas anteriores a Schultz,

como podemos observar em seu livro intitulado “*O valor econômico da educação*”, publicado em 1963 e traduzido para o português em 1967, citando as contribuições de Adam Smith, H. von Thunen, Irving Fisher e de seus contemporâneos: Becker, Denison, Mincer, Weisbrod, Hansen, Fuchs, entre outros. Mas é Schultz, segundo Henry H. Villard, na introdução do livro supracitado, que tem mais contribuído com essa reflexão.

O interesse de Schultz (1967, p. 10) surgiu entre 1956/57, ao avaliar que seus conceitos de Capital e Trabalho se revelavam inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção. Outra detecção importante foi perceber que nos Estados Unidos, muitas pessoas estavam investindo em si mesmas, como “ativos humanos”, que “êstes investimentos humanos estão constituindo uma penetrante influência sobre o crescimento econômico; e que o investimento básico no capital humano é a educação”.

Ele previa o impacto de seus estudos para os que “superestimam” a educação, como afirma ter consciência de que seu ensaio iria parecer “presunçoso” para muitos acadêmicos e a alguns economistas:

Os que superestimam a instrução, abrangendo a maioria dos que são parte da instituição educacional, estão propensos a considerar uma tentativa desse gênero como uma intromissão que apenas servirá para desvirtuar os propósitos culturais da educação. No ponto de vista deles, a educação foge às injunções econômicas, uma vez que eles consideram a educação muito mais que uma operação contábil. Falar de instrução como de um investimento é insinuar que se trata de algo material (SCHULTZ, 1967, p. 10-11).

Ainda afirmava estar ciente que o termo eficiência não respeitava o “fator humano”:

Estou consciente de que o termo ‘eficiência’ provoca conotações adversas no âmbito educacional – êle evoca o técnico em eficiência, desprovido de respeito pelo fator humano no aprendizado e com uma exagerada atenção ao modo por que as salas de aula estão arrumadas, à adoção dos acessórios mecânicos de ensino e outras modificações de estruturas e equipamento. Como procurar atingir a ‘eficiência’, sem uma avaliação criteriosa das reais e importantes diferenças de qualificações de professores, o que, sem dúvida, raramente é observado? Existe, também, a permanente questão: ‘Como poderemos avaliar a eficiência, na instrução, sem nenhum conceito da qualidade do ‘produto’ que possamos identificar e medir?’ Estas dúvidas, relativas à aplicação do conceito de eficiência à educação, não são destituídas de fundamento (SCHULTZ, 1967, p. 28).

Esta palavra, **eficiência**, esta relacionada à racionalidade economicista - monetarista, em que tudo passa ser exequível levando em consideração somente à relação custo-benefício, na qual esperam retorno, inclusive dos investimentos em educação. De acordo com esta teoria, a educação complementaria os investimentos feitos em capital físico, promovendo uma maior produtividade, proporcionando, assim, o crescimento econômico.

Schultz (1967, p. 13) entende que “os trabalhadores vêm-se tornando capitalistas, no sentido de que têm adquirido muito conhecimento e diversas habilidades que representam valor econômico”, assim, esse autor equivocadamente acredita que as capacidades e habilidades do trabalhador são um meio de produção que se põem em igualdade aos detentores dos meios de produção, no qual terá suas mercadorias reguladas também pela lei da oferta e procura.

Os benefícios da “instrução” são atribuídos apenas ao indivíduo – estudante, porém Schultz (1967, p. 27) mesmo faz ressalvas, confirmando que a instrução pode beneficiar pessoas além do estudante, como “familiares dos vizinhos e dos contribuintes. Existem alguns benefícios, relacionados com a ocupação, que atingem os companheiros de trabalho, os empregadores e outros, conforme já foi observado e se encontram despertos na comunidade”. Ora os benefícios são individuais, obrigando que os indivíduo devam comprá-los, devem “investir” em educação, ora se apresenta como benefícios sociais, incentivando a socialização dos custos com determinados tipos e níveis de educação, como a educação básica.

Outra constatação significativa para compreensão da teoria estudada é a determinação: que o crescimento ocorrerá somente se o nível de instrução estiver sendo elevado, pois atingindo um nível que não traz mais retorno, as pessoas deixam de investir e o crescimento econômico relacionado à escolaridade entra em estagnação. Um país, ao partir de um nível baixo de escolaridade tem “grandes possibilidades de se poder elevá-lo. Se o nível fôsse elevado, substancialmente e de maneira rápida, então, durante êsse período, a instrução poderia ser considerada como uma significativa fonte de crescimento” (SCHULTZ, 1967, p. 59).

Partindo deste raciocínio, os Instrumentos do Capital Internacional (principalmente BM/BIRD e FMI), buscam implementar seus projetos em países periféricos, onde parte significativa da população tem baixo nível de escolaridade e grande parte é analfabeta, ofertando educação básica, que traria maiores retornos econômicos e tornaria a sociedade mais *equitativa*, diminuindo as possibilidades de convulsões sociais.

Mas é no livro “*O Capital Humano: investimentos em Educação e Pesquisa*”, publicado em 1971 e traduzido em 1973, que Schultz terá seus pensamentos mais desenvolvidos. Neste, Schultz buscou estabelecer a essência do capital humano e as condições da sua formação, sustentando que era essa forma de entender a capacitação das pessoas a solução de muitos paradoxos e confusões a respeito da dinâmica de crescimento econômico dos Estados Unidos, partindo do **indivíduo** como fonte do crescimento marginal e não do trabalho social.

Em sua tese, critica o pensamento econômico, afirmando que este “tem negligenciado examinar duas classes de investimento que são de capital importância nas modernas circunstâncias. São eles os investimentos no homem e na pesquisa, tanto no plano privado quanto no plano público” (SCHULTZ, 1973, p. 15). O problema central de seu estudo é “esclarecer a natureza e os objetivos dessas duas atividades”.

Seu conceito de Capital Humano se funda na preposição: “A Educação É uma Forma de Capital Humano”, argumentando que: “É *humana* porque se torna uma parte do homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas” e avalia: “Até aqui, todavia, o conceito de capital humano tem contribuído muito mais para o pensamento econômico do que para a solução dos problemas inerentes à educação” (SCHULTZ, 1973, p. 155).

No entanto, Schultz (1973, p. 150) era consciente que a teoria por ele desenvolvida não levava em consideração o valor de consumo da educação, um bem cultural, e chega à conclusão: “As melhores estimativas que mostram os perfis dos rendimentos vindos da educação acham-se em bom estado (Hanoch), mas omitem o valor de consumo da educação e as diferenças relativas às capacitações”.

Para ele, o equívoco em desconsiderar os recursos humanos como uma forma de capital, ou seja, de vê-lo como um meio de produção, como um produto de investimento, fortaleceu a sustentação de uma clássica e superada noção de trabalho (SAUL, 2004).

Ao partir-se dessa noção era possível entender o trabalho como a capacidade de realizar trabalho manual que exigisse escasso conhecimento e especialização, pois afirma: “a educação, se assim pode dizer, humaniza o capital, multiplicando-lhe os lucros e o poder de conversão de fatores matérias em resultados espirituais, criativos e reprodutivos” (SCHULTZ, 1973, p. 7).

Com a difusão dos estudos sobre capital humano em diversos países, sobretudo nos Estados Unidos, principalmente na década de 1970, ocorreu uma grande expansão dos estudos de economia e planejamento da educação e se formularam outros estudos relativos à contribuição educacional no crescimento econômico, como podemos apreender dos documentos/relatórios elaborados pelos principais instrumentos do capital internacional.

Na década de 1970, o Banco Mundial abandona a política desenvolvimentista aplicada nos países “em desenvolvimento”, substituindo-as pela preocupação com segurança e combate a

pobreza (como o ex-presidente Collor, que visava acabar com os “descamisados”). A partir desta década o BM inicia estudos sobre a economia destes países e desenvolve políticas e projetos que deveriam ser implementados nos mesmos como condição para os empréstimos.

No Brasil, segundo Cattani (2002, p. 52), as idéias de Schultz inspiraram inúmeros autores, fundamentalmente os que estiveram vinculados aos **governos militares pós-64**, como Simonsen, no livro “*Brasil 2002*”, publicado em 1969; e Langoni, no livro “*Causas do Crescimento Econômico no Brasil*”, publicado em 1974. Neste período, predominaram as idéias de que “através de políticas educacionais impostas de forma tecnocrática, seria possível promover o desenvolvimento econômico”, com a vitória da ofensiva neoliberal nos anos 1980-1990, ocorreu “uma revitalização da teoria do Capital Humano, agora reforçada pelos trabalhos de Gary Becker, que lhe valeram o Prêmio Nobel de Economia em 1992”.

O investimento em educação a partir dos princípios dessa teoria no Brasil ficou evidente pela multiplicação de IES’s, tanto pela criação de novas IES’s estatais como pelo incentivo financeiro as IES’s privadas, concedido e apresentado de forma explícita na Constituição de 1967 (Artigo 168, § 2º), que se quintuplicou em apenas uma década, através de “ajuda técnica e financeira do governo, inclusive bolsas de estudo” e reforçados pela Reforma Universitária de 1968.

O aumento das IES’s também era resposta a grande pressão da classe média brasileira para ingressar no nível superior, principalmente entre 1964 e 1968, forma alternativa de enfrentamento da crise desencadeada pela

[...] concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica, adotada a partir daí. Houve, então, grande quantidade de falência de pequenas empresas durante a ascensão a partir do primeiro semestre desse ano. Com isso, ficavam dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento e reprodução do capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercício de profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior (CUNHA, 1975, p. 238).

É nesse período que o governo estadual paranaense, Governador Paulo Pimentel, preocupado com o planejamento integrado regional e sob pressão de empresários locais, professores, juizes e promotores de Maringá, criou no ano de **1965** a **Faculdade Estadual de Direito de Maringá**, a segunda faculdade da cidade, com o apoio do deputado Olívio Amazonas. No ano de **1966**, sob iniciativa do engenheiro Oberon Floriano Dittert foi criada a **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá**, com cinco cursos: Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras e de Licenciatura.

Na **Reforma Universitária de 1968**, Lei 5.540/68, o modelo organizacional de instituição de ensino superior adotado passou a ser a universidade, restando às faculdades isoladas o caráter de provisória, essa lei, segundo Cunha (2000, p. 180), teve como princípio a “eliminação de meios para fins idênticos ou equivalentes, a reforma das universidades assumiu, assim, uma feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economicista”, baseando no paradigma de compreender a educação como formadora de capital humano, motor para o crescimento econômico da **Nação**.

No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o CEF já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada (CUNHA, 2000, p. 180).

Além da política educacional economicista estadunidense (com o anseio de seguir os mesmos passos – o modelo – para atingir o patamar de Primeiro Mundo, país desenvolvido), a implantação das universidades deveria seguir a configuração espacial recomendadas por esses consultores, que acreditavam ser a agregação em um **campus** suburbano ou no espaço rural

mesmo, uma forma de eliminarem a duplicação dos meios para fins idênticos, bem como diminuir a atuação estudantil universitária nas questões políticas, tão tensas nesse período de repressão da Ditadura Militar. Essa forma de campus foi modelo para as IES's públicas, pois as IES privadas realizavam o contrário, instalando suas sedes em áreas centrais, muitas vezes em edifícios que haviam sido de faculdades públicas antes da agregação no **campus universitário**.

Turner (1995) citado por Pinto e Buffa (2006, p. 11) reflete sobre as inovações dos estadunidenses para a configuração espacial das instituições de ensino superior:

A romântica noção de uma escola na natureza, separada das forças corruptas da cidade, tornou-se um ideal americano. Nesse processo, o *college* tornou-se, mais ainda, uma espécie de cidade em miniatura e o seu desenho tornou-se um experimento de urbanismo. Outro traço específico que tipifica o planejamento do *college* americano é a espacialidade e abertura para o mundo. Desde o início, em Harvard, no século XVII, o *college* americano rejeitou a tradição européia de estruturas de claustros, em favor de espaços separados, implantados num espaço verde aberto. Este ideal é tão forte na América que, mesmo as escolas localizadas nas cidades, onde a terra é mais escassa, procuram áreas que simulem, de alguma forma, com muito verde, um rio ou um lago, uma espacialidade rural.

Na atualidade, conforme Pinto e Buffa (2006, p. 23), um plano enrijecedor é predominante:

Nas cidades universitárias, tudo depende de um plano elaborado e, geralmente, seguido, ao menos em seus aspectos fundamentais. Ao circularmos pelos espaços de uma cidade universitária, constatamos, com facilidade, a ação do planejamento que define uma ordem artificial marcada pelo desenho das ruas e pela implantação setorizada dos edifícios. Às vezes, nas construções, opta-se por uma racionalidade que define materiais, técnicas, modulação e, conseqüentemente, formas e espaços. Assim, fica impossível saber a que fim se destina o edifício, pois todos são rigidamente iguais, em todos os aspectos. Quando existe, uma placa orienta. A circulação geralmente dá preferência aos automóveis e só recentemente iniciativas voltadas aos pedestres têm sido adotadas. Se o terreno é plano, a topografia é recortada, pois parte-se do princípio do melhor aproveitamento com o menor custo. Mas, mesmo quando o terreno é plano, não se tem garantido uma ação paisagística que ofereça menos rigidez ao conjunto. *Enfim, nossos campi constituem lugar de trabalho e de passagem* [grifo nosso].

Estas observações são válidas para as universidades públicas de todo o país nas quais o modelo de *campus* passou a ser regra. As universidades privadas, que tiveram uma expansão enorme nas últimas décadas, seguiram o caminho inverso, expandindo suas instalações na malha urbana, seja em grandes edifícios verticais e/ou pequenas casas próximas umas das outras, mas sempre em regiões muito bem servidas pelo sistema de transportes. Esse conjunto também é denominado *campus*.

Dentro desses princípios políticos e de configuração espacial “importado” em nível nacional, nos anos do “milagre econômico brasileiro” (1967-1973) e das condições objetivas criadas no Paraná nesse momento histórico, no Governo de Paulo Pimentel, aumentou-se a pressão do interior do Estado do Paraná para conquistar instituições universitárias, sobretudo no norte do estado (com disputas entre Londrina e Maringá) e em Ponta Grossa.

Segundo Sheen (2000, p. 110), as condições para criação das universidades estaduais paranaenses, foram:

- processo de desenvolvimento econômico do Paraná que demandava recursos humanos qualificados;
- uma política federal favorável à expansão do ensino superior via universidades (Lei 5540/68);
- expansão da demanda por ensino superior no Estado;
- formação de um vontade coletiva voltada para a criação das universidades;
- fortalecimento do interior do Paraná como força econômica e política;
- articulação e organização dos grupos dirigentes em torno do projeto de criação das universidades.

Em conjuntura nacional e estadual favorável, partes significativas da classe dominante e da sociedade política se reuniram para lutar por uma instituição universitária no interior do Estado, limitada até 1969 a “metrópole” paranaense, repetindo os interesses de dominação para além das decisões políticas, como se pode verificar no caso da subordinação política, cultural e econômica da colônia a Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse monopólio era avalizado também por parte dos estudantes da capital paranaense, como se evidenciou com o questionamento desses em relação à criação da Faculdade Estadual de Direito de Londrina em 1956, conforme matéria publicada no periódico *O Perobal* citado por Sheen (2000, p. 149):

Contra a faculdade Estadual de Direito de Londrina é que se fez uma campanha feroz e sistemática, partida de estudantes de Direito da capital do Estado, que atingiu seu clímax com a deflagração de uma greve geral de universitários, no país todo, que se estendeu por três dias, de protesto contra a criação e implementação daquela entidade de ensino superior.

O movimento chegou a ter repercussão até dentro do Conselho nacional de Educação, aonde chegaram representações visando impedir a autorização do funcionamento da Faculdade de Direito [...]

Para lutar com os interesses da classe dominante da capital para criação das primeiras universidades estaduais do Paraná se reuniram diversas forças, com a formação de “... um movimento social que se deu no plano da sociedade civil e que forçou a inclusão da proposta de criação dessas instituições na agenda do Governo do Estado” (SHEEN, 2000, p. 109).

Sheen (2000) afirma que a participação do **movimento estudantil** para a criação de universidades no interior do Estado foi restrita, pois as maiores preocupações no momento eram a **luta contra o ensino pago** e a questão dos excedentes dos concursos vestibulares. Segundo esta autora as principais forças que se envolveram com o projeto de criação das universidades foram:

- políticos regionais (prefeitos, vereadores, deputados);
- intelectuais: professores das faculdades isoladas, profissionais liberais. (...);
- Igrejas;
- Associações Profissionais – Ex: Associação Médica de Londrina;
- Clubes de Serviços – maçonaria, Rotary, Lions;
- Jornais – especialmente a Folha de Londrina;
- Companhia Melhoramentos Norte do Paraná;
- Associações Cívicas.

A Associação Comercial e Industrial de Maringá – ACIM no livro “*O sonho se faz ACIM*”, de autoria de Gomes e Aguiar (2006, p.61), conta a história de Maringá a partir da atuação da elite econômica, que ora contra a própria elite política e ora a favor dessa parcela da burguesia. Nesse livro, cita algumas intervenções dessa associação para criação da UEM e afirma que na

década de 1960, a ACIM “[...] também lutaria por *uma das mais importantes conquistas do município*: a criação da Universidade Estadual de Maringá” [grifo nosso].

A necessidade de conhecimento para gestão comercial e política, de trabalhadores qualificados e desenvolvimento regional, e, sobretudo da cidade, impulsionou os setores empresariais a reconhecerem a importância da instituição universitária para Maringá, assim como meio de sobrevivência da classe média emergente, da concentração de capitais no esboçado pólo planejado pela companhia colonizadora e das políticas públicas estaduais.

A questão preocupante era o fato de Londrina se delinear como pólo geoeconômico da região norte do Paraná, o que provavelmente conquistaria a tão almejada Universidade do Café, porém, em clima de “milagre econômico brasileiro” e de avançado processo de ocupação do norte do Estado, sobretudo o processo de urbanização, via-se a necessidade de criarem outra universidade que atendesse a parte mais ocidental da região, ficando Londrina com a parte mais oriental.

A idéia era de localizar a outra universidade em Apucarana, mas **Flávio Pasquinelli**, diretor e presidente do Grupo de trabalho para criação da UEM, apoiado pelo prefeito Luiz Moreira de Carvalho, solicitou ao governador Paulo Pimentel através de um Memorial endossado pela Câmara Municipal e por entidades privadas, a criação da Universidade de Maringá e convencendo o professor Padre Jesus Moure, através de visita oficial ao município a opinar no Conselho de Educação, quando solicitado, sobre as localizações mais favoráveis para implantação das futuras universidades, assim, Paulo Pimentel foi assumindo compromissos tanto com Londrina como com Maringá, em termos de autorizar a criação das universidades pleiteadas (SHEEN, 2000).

Para implantação dessa universidade era indispensável à criação de um Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá, para atingir os principais requisitos necessários para criação de uma universidade no período, desta forma, foi autorizada, em 5 de novembro de 1969, a criação e a instalação dos cursos de Matemática, Química, Engenharia Civil e Engenharia Química.

Em 6 de novembro de 1969 o Poder Executivo criou as universidades estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, pela Lei 6.034/69. Criada sob a forma de fundação de direito público em 1970, pelo Decreto Estadual 18.109/70, de 28 de janeiro de 1970, a partir da incorporação das três faculdades já existentes e do ICET, que ainda não existia oficialmente, a UEM passou, então, a ser denominada de **Fundação Universidade Estadual de Maringá**. O seu reconhecimento oficial só foi efetivado em 1976 pelo Decreto Federal 77.583/76, mantendo até este ano a estrutura organizacional dividida em três faculdades e um instituto, a partir do reconhecimento o modelo estrutural passou a ser de departamentos coordenados por centros. Tornou-se autarquia em 1991, pela Lei Estadual 9.663/91, mantendo a mesma denominação (UEM, 2006). Em 1999 foi assinado o Termo de Autonomia implantando em caráter experimental a “autonomia” da universidade, tema polêmico por incorporar mais a autonomia financeira do que a autonomia administrativa.

Depois de criadas as universidades estaduais continuaram a funcionar nas instalações das faculdades que foram agregadas, que muitas vezes usufruíam os espaços cedidos por Colégios, profissionais liberais ou outras instituições, em condições muito precárias para a relação de ensino-aprendizagem, principalmente as condições das instalações físicas. Segundo Sheen (2000, p. 237), “a primeira reitoria da UEM começou a funcionar em um edifício do centro de Maringá em sala emprestada por um profissional liberal”.

Assim, representantes da sociedade civil e do governo local se mobilizaram para criar as condições necessárias para o funcionamento da UEM, como relata Gomes e Aguiar (2006, p. 84):

Após a criação da universidade, o apoio dos empresários continuou. Era necessário, de acordo com Júlio Bertin [12ª gestão da ACIM – 1974/1975], auxiliar na estruturação da instituição. Ele conta que foi procurado pelo reitor Rodolfo Purpur, preocupado com a possibilidade de “falência” da UEM. Segundo Bertin, foi formada uma comissão, chefiada por ele, para conversar com o governo Jayme Canet Júnior. Além de 30 empresários, a iniciativa contou também com o apoio total do deputado federal e ex-prefeito Adriano Valente. Na época, o governo liberou o dinheiro necessário para a manutenção da universidade. [...].

No final de 1980, a ACIM participou da intermediação da greve dos professores da UEM com o Governo do Estado. A paralisação durou quase um mês, prejudicando o comércio. A associação pediu ao governador o cumprimento da decisão da Justiça do Trabalho, que havia dado ganho de causa aos professores (GOMES; AGUIAR, 2006, p. 95).

Em pesquisa de Melo (2001) sobre o espaço físico da UEM, contatou-se a ausência de um espaço com a finalidade de implantação de faculdades e universidade no planejamento inicial de Maringá. Em 1964, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná doou à Prefeitura do Município de Maringá a Quadra nº 36. Porém, no planejamento urbano da cidade de 1967, coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM, já foi destinada outra área, próxima ao Cemitério Municipal, no quadrante sul de Maringá, para instalação das faculdades. Esta área não foi adotada por se encontrar na periferia da cidade, segundo depoimento de Adriano Valente.

Com interesses da comunidade e do governo municipal, foi demarcado no limite do quadrante norte da cidade uma área de 206,39 ha para instalação da Universidade Estadual de Maringá, conforme se pode observar na Figura 16, na época, encontrava-se isolada e articulada ao espaço urbano pela rodovia BR-376 (denominada de avenida Colombo no perímetro urbano de Maringá), seguindo as recomendações dos estadunidenses, de campus em espaço periurbano ou de fato no campo.

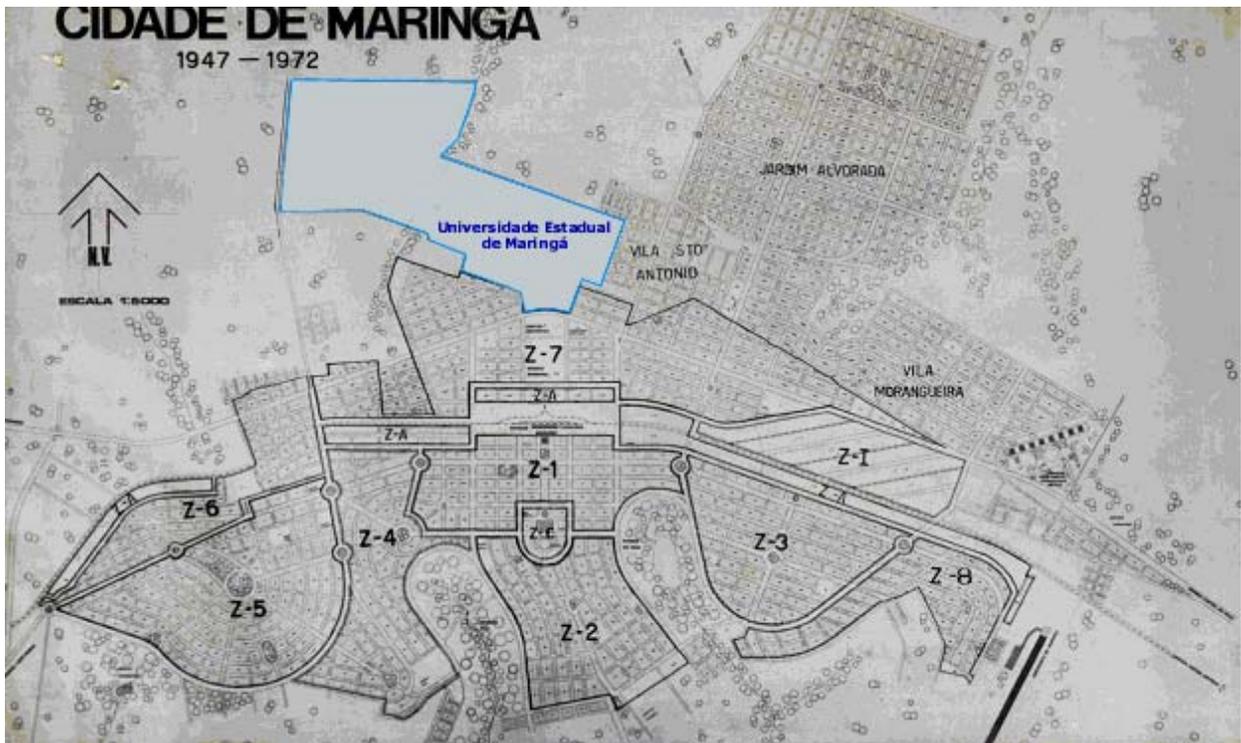


Figura 16: Localização da cidade universitária da Fundação Universidade Estadual de Maringá no espaço periurbano de Maringá em 1972.
 Fonte: Adaptado de MARINGÁ, 2005.

Entre 1970 e 1975 a ocupação do campus ocorreu gradativamente e foram implantados 15 cursos novos de graduação: Administração, Matemática e Química (1971); Engenharia Civil, Engenharia Química e Estudos Sociais (1972); Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física, Física e Pedagogia (1973); Farmácia, Ciências e Formação de Tecnólogo em Processamento de Dados (1974) e Zootecnia (1975). Em 1977 foram criados os cursos de Agronomia e Zootecnia, juntamente com a Fazenda Experimental com área total de 153 hectares, localizada no distrito de Iguatemi. Em 1979 foram criados os cursos de Enfermagem e Psicologia.

Em processo de consolidação dessa universidade, surgiu interesse de construção vertical para atender a demanda de universitários que vinham de outras localidades do estado ou do país a partir de meados da década de 1970, como se pode notar com a implantação do conjunto

habitacional Maurício Schulman em 1976, limítrofe ao campus da UEM. No segundo período da verticalização de Maringá (1970-1979), denominado “*Modernização da Agricultura*” pelas significativas transformações estruturais ocorridas no Paraná, sobretudo no meio rural, que alterou a dinâmica de crescimento populacional, concentrando a população nas cidades médias e grandes, como no caso da cidade-pólo de Maringá, que por sua vez, dinamizaram os setores da construção civil e o mercado imobiliário dessa cidade.

O crescimento da área construída na Zona 7 a partir de 1980 foi muito significativo para a cidade, como destacaram Mendes e Benaduce (1990, p. 97):

A participação e/ou contribuição da zona 07 a partir de 1980 é importante no que se refere a edificações com alvará, edifícios para residências e edifícios com habite-se. Muitas vezes superando mesmo a zona 01. *Tal comportamento se deve ao papel da Universidade*, supervalorizando o solo urbano, o que gera simultaneamente a especulação imobiliária. Este fato refletiu no espaço urbano em 1986 quando atingiu um número surpreendente das edificações já mencionadas, totalizando neste ano 134.121,57m² (grifo nosso).

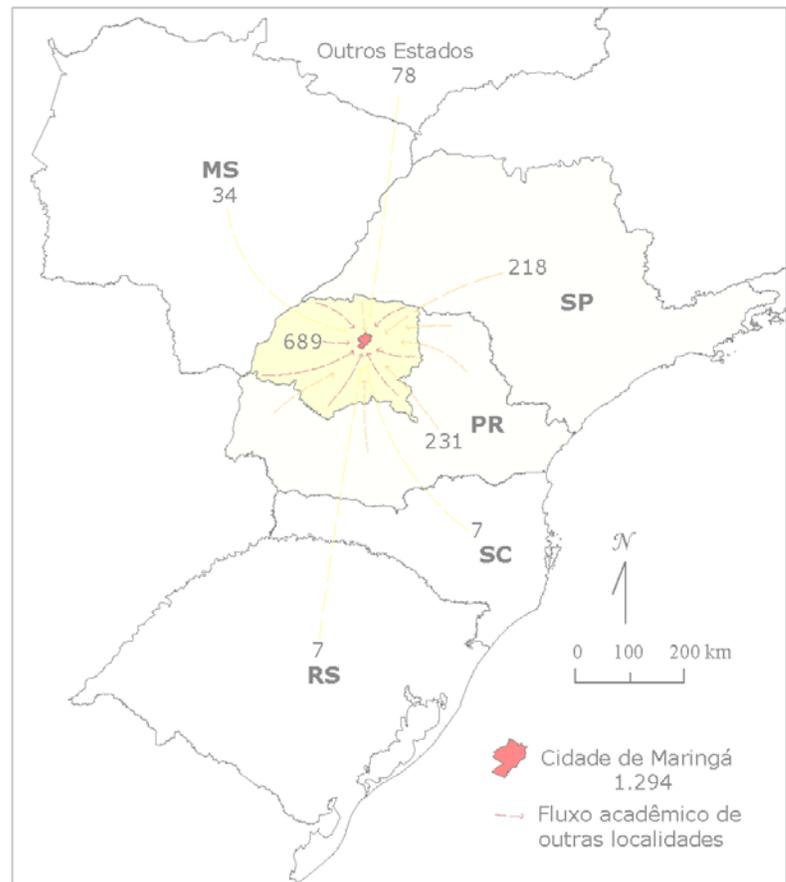
O processo especulativo faz o preço da terra urbana se elevar, principalmente nas áreas centrais ou zonas/bairros de interesse do capital, levando os empresários imobiliários buscarem cada vez mais a redução da cota-parte dos terrenos, ou seja, pressionar o Estado para legalizar a construção de edifícios cada vez mais altos (CAMPOS FILHO, 1989).

Em 1986, a UEM, dando mostras de sua abrangência regional, criou o Câmpus Extensão de Cianorte, no município de Cianorte – PR, passando a oferecer, naquela cidade, dois cursos de graduação: Pedagogia e Ciências Contábeis. No mesmo ano, consolidando o seu crescimento, foram criados os dois primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos em nível de mestrado, sendo um na área de Ciências Biológicas e o outro na área de Química Aplicada. No ano seguinte foi criado o curso de Ciência da Computação. Em 1988, foram criados os cursos de Medicina e

Odontologia, tendo como consequência à implantação de um complexo de saúde, formado pelo Hospital Universitário Regional de Maringá, Clínica Odontológica e Hemocentro (UEM, 2006).

A rápida expansão do número de cursos superiores da UEM na segunda metade da década de 1980 contribuiu para aumentar a demanda por imóveis, sobretudo os imóveis verticais, como foi observado por Mendes (2002), entre 1980 e 1984 foram licenciados 161 edifícios e entre 1985 e 1989 esse número subiu para 364, o que levou a ser denominado por período do concreto, devido a amplitude, complexidade, dinâmica, necessidades mercadológicas, estilos arquitetônicos e maturidade do setor imobiliário. Desse montante, a Zona 7 se destacou, tendo 158 edifícios aprovados, ou seja, quase metade dos aprovados para o perímetro urbano da cidade, sendo influenciado principalmente pelo fluxo de acadêmicos e por perspectivas de maiores especulações imobiliárias, esse processo de fato ocorreu nas décadas seguintes e vem ocorrendo.

**A MULTIPLICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA E
AS METAMORFOSES NO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ –
PERÍODO PRIVADO (1989-2006)**



5 A MULTIPLICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA E AS METAMORFOSES NO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ – PERÍODO PRIVADO (1989-2006)

O ensino superior em Maringá, cidade intermediária da região noroeste do Paraná, contava somente com uma instituição de ensino superior até 1990, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a partir desse ano, foram criadas mais nove IES's, todas privadas, sendo dois Centros Universitários: CESUMAR (1990) e UNIANDRADE (1999); cinco Faculdades Isoladas: MARINGÁ (1996), UNINGÁ (1999), NOBEL (1999), UNIFAMMA (2000) e CIDADE VERDE (2005); uma IES de Ensino à distância: INSEP (2004) e, uma extensão da PUC-PR (2004), o que trouxe múltiplas transformações no espaço urbano de Maringá, das quais cita-se os novos espaços de valorização do solo urbano, de especulação imobiliária, de segregação socioespacial, de implantação de infra-estruturas e de construção civil, inclusive das áreas socialmente periféricas e das áreas periurbanas.

A forma como se tem ampliado o ensino superior brasileiro é bastante questionado, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade. Uma dessas questões refere-se à adaptação das IES's a uma lógica de mercado, como exposto por Buffa (2005, p. 63-64):

Não menos polêmica é a atual possibilidade de franquias não mais restritas a *fast-food*, mas atingindo também o conhecimento, proporcionando o *fast knowledge*: uma universidade já autorizada passa a funcionar em outro município, em terreno cedido pela Prefeitura Municipal que se responsabiliza também pela construção dos prédios enquanto os estudantes pagam mensalidades. Uma boa solução? O tempo dirá.

A concentração dessas IES's em Maringá, conforme se observa no Mapa 13, se deu pelo aproveitamento de diversas condições pré-requisitadas pelo mercado educacional, como a existência

de elevada demanda na única IES criada até a década de 1990, quanto por ser uma cidade regional/intermediária que concentra uma gama variada de comércios e serviços, dispõe de posição estratégica nas redes de transportes nacional, dentre as demais condicionantes favoráveis referidas nas seções 4 e 5. E por essa lógica de concentração desse papel urbano nas cidades médias e grandes brasileiras, como no caso das cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa no Paraná (Mapa 13), que não surge o que se denominou nesse estudo **cidade universitária**, onde o papel cultural e acadêmico seja quanti-qualitativamente predominante tanto para economia quanto para a sociedade e política para o cotidiano desse espaço urbano, mesmo que a população acadêmica seja superior a 10% da população da cidade, como em Maringá, que possui mais de 35 mil alunos de ensino superior e 128 cursos de graduação (Quadro 6).

Quadro 6: Os cursos de graduação, pós-graduação, número de alunos e professores das instituições de ensino superior da cidade de Maringá em 2005

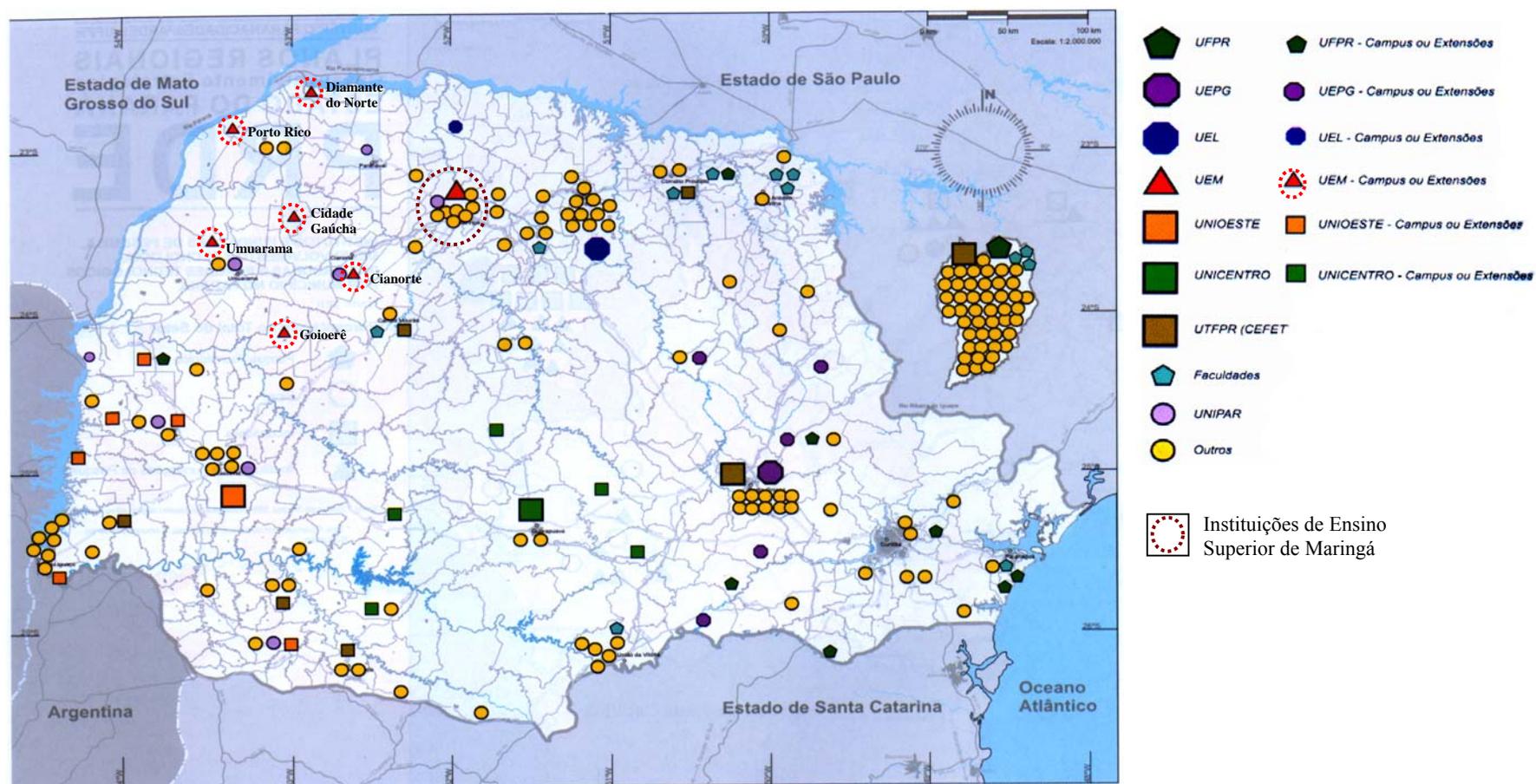
Instituição	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-graduação	Alunos	Professores
UEM	48	130	16.911	1.480
Cesumar	40	38	11.599	580
Uningá	8	8	2.100	120
Faculdade Maringá	5	9	1.863	68
Faculdades Nobel	3	-	1.200	60
Unifamma	12	-	1.000	40
Uniandrade	7	-	798*	-
PUC	2	-	77	19
Fac. Cidade Verde	2	-	45	6
Insep	1	-	16	72
Total	128	185	35.609**	2.445

* Dado informado pela coordenadora da Uniandrade, não fornecido na entrevista da ACIM.

** Somatória incorporando o número de alunos da Uniandrade.

Fonte: Cavazotti, 2005.

Mapa 13: Número de Instituições de Ensino superior por campo e extensões por município do Paraná - 2005



Fonte: Adaptado de SETI, 2005.

5.1 A POLÍTICA ECONÔMICA NEOLIBERAL E A EXPANSÃO DAS FACULDADES NO BRASIL

A rápida expansão do número de IES's a partir da década de 1990 é fruto de mudanças nas políticas educacionais brasileira, pois o mesmo fenômeno ocorreu nas principais cidades médias e grandes brasileiras, nas cidades pequenas eventualmente se encontra alguma IES privada, porque o mercado é muito limitado, ou alguma IES pública, porque no Estado capitalista deve-se haver concentração dos poderes, inclusive de gestão e decisão nos pólos urbanos.

De forma geral, pode-se afirmar que o ensino brasileiro, sobretudo o ensino superior privado, tem passado por um período de expansão desenfreada a partir de 1996, encontrando-se em 2006, em “pleno vigor”. Quais os motivos, demandas, mudanças que ocorreram para explicar esta expansão acelerada?

A expansão do setor público se deu dentro das políticas desenvolvimentistas, enquanto a expansão do setor privado ocorreu dentro das políticas neoliberais, que vem privatizando e transformando serviços básicos em fontes de lucros para o mercado, principalmente no setor educacional (MORAES, 1998).

Esta expansão das IES privadas vem sendo justificada pela ineficiência do Estado, em produzir técnicas e conhecimentos que aumentem a produtividade e causem impactos econômicos. Embora, esta aparente ineficiência apontada pelo Capital se deva aos tipos de conhecimentos produzidos e à forma que as IES's públicas vêm sendo administradas, subsidiadas pelo Estado, como corrobora Lessa (1999) ao discutir que:

O reconhecimento da empresa como instituição central da produção leva à proposta de articulá-la com a Universidade de uma dupla perspectiva. Por um ângulo, surge a idéia da Universidade produzindo conhecimento para a apropriação privada, que entra em atrito com o ideal da Universidade produtora de conhecimento público; por outra dimensão, o objeto de pesquisa e o modo de acessá-lo são propriedade privada da empresa. O *epistemos* depende dessa autorização e está subordinado àquele regime. A área social, que possui longa experiência de lidar com o objeto de pesquisa resabiado, sabe o peso dessa limitação. A empresa como destino imediato e controladora do objeto de pesquisa (no sentido de produtora do observável) coloca a Universidade entre dois tenazes. No limite, o grupo de pesquisa perde a dimensão acadêmica e converte-se em núcleo da empresa albergado na Universidade. O Estado em sua dimensão de potência agrega aos tenazes a dimensão de segurança nacional.

[...] A radicalidade da adoção do paradigma de mercado amesquinha a visão de Universidade, hipertrofia os argumentos utilitaristas e abre uma busca desesperada da mercadoria a ser produzida pela Universidade. O produto com maior visibilidade e disponibilidade é denominado recurso humano. Dessa perspectiva, a Universidade é pensada como uma escola-fábrica, que produz mão-de-obra com a qualificação desejada pelo mercado.

Com o aumento do número de IES's e a constante ampliação da quantidade de cursos, atraiu vestibulandos e acadêmicos de diversas cidades e Estados do Brasil, que utilizam os serviços, as infra-estruturas, o comércio, as áreas de lazer, desencadeando transformações econômicas, sociais, políticas e geográficas, que são materializadas no espaço urbano. Embora sejam materiais, as configurações, os objetos e as infra-estruturas são resultados das abstrações, dos planejamentos, das políticas, que promove uma dinâmica no espaço urbano, configurando um processo e não apenas como um meio material, físico e apolítico.

Os números não nos revelam a essência de nosso questionamento, mas nos revelam a dimensão de importância deste processo. Assim, sinteticamente demonstraremos alguns dados que nos permite acompanhar a evolução do número de matrículas e Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Em 1990 o número de alunos matriculados no ensino superior era de 1.540.080 nas IES's públicas e privadas, estando 37,6% destes em instituições públicas e 62,4% nas privadas, passando em 2000 para 2.694.245 matrículas, no qual dois terços destas matrículas estavam em

IES privadas e 33% nas públicas. Neste ano (2000), o Brasil tinha 1.180 IES's; em 2001 este número aumentou para 1.391 IES's, destas: - 183 eram públicas, com 939.225 alunos matriculados, correspondendo a 31%, e - 1.208 privadas, com 2.091.529 alunos matriculados - 69%. Em 2004, este número sobe para 2.013 IES's, com 4.163.733 alunos matriculados nos 18.644 cursos de graduação presenciais no país, divididas em 244 públicas, que ofereciam 6.262 cursos e concentravam apenas 28,2% dos alunos matriculados e 1.789 instituições privadas (88,9%), ofertando 12.382 cursos de graduação presenciais (66,4%), passando a ter 71,8% dos alunos matriculados (BRASIL, 2001; 2004).

A primeira explosão do número de matriculados ocorreu entre os anos de 1960 e 1980, onde o número de matriculados em cursos de nível superior passaram de 93.200 em 1960 para 1.377.286 em 1980, um crescimento de 15 vezes. De 1980 a 1994, num período de 14 anos, o aumento no número de matrículas em cursos presenciais foi de 20,6%; de 1994 a 2004, em 10 anos, ocorreu o segundo período de explosão no número de matriculados em cursos de graduação, com um aumento de 42,7%. A participação das IES's privadas passou de 58,4% em 1994 para 70,8% em 2004, com fortes movimentos e incentivos públicos para continuar crescendo, como a “publicização” de vagas na rede privada autorizada por Medida Provisória: “Universidade para Todos”.

Estes dados demonstram a crescente demanda por diplomas pela população, que se submete a fazer curso em instituições privadas, pagando diversos anos de parcelas, na média, de meio a cinco salários mínimos (variando de acordo com a região, a área do curso e principalmente pelo status), para alcançar um dos pré-requisitos exigidos pelo atual mercado de trabalho, pois, a educação é concebida como a “grande redentora”, tanto para os “incluídos”, quanto para os “excluídos”, como analisou Oliveira (2000, p. 243):

Para os incluídos – aqueles que ainda permanecem no emprego formal regulamentado de carteira assinada – é o caminho essencial para a manutenção de seu emprego, através da atualização constante e para as poucas possibilidades de ascensão na carreira. Para os excluídos do mercado de trabalho formal, a educação funciona instrumentalizando-os para as ocupações informais ou conferindo-lhes a escolaridade exigida pelo emprego formal.

Este constante aumento de exigências do mercado de trabalho, pode ser explicado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais (DFPS), que tem sua forma mais expressiva na produção da máquina pela máquina, ao trocar o trabalho vivo pelo trabalho morto, originou mais uma contradição na reprodução do capital: “a redundância do trabalho vivo”, apontada por Marx (1986) e discutida por Mazzucchelli (1985, p. 32):

A “produção pela produção”, a acumulação desenfreada, a concentração e a centralização, ao implicarem a contínua ampliação das escalas, a crescente automação do processo produtivo e a recorrente elevação da composição técnica, determinam a progressiva redundância do trabalho vivo.

Esta contradição se tem dinamizado nas últimas décadas pela “acumulação flexível”, que consiste na reestruturação produtiva, a passagem do modo hegemônico de produção do padrão fordista para o toyotista. David Harvey (1992), sintetiza tal processo a partir das seguintes características: - flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; - surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; - manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação tecnológica, organizacional e comercial; passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; - criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (exemplos: “Terceira Itália”, Vale do Silício, Flandres e alguns países da Ásia); - movimento de compressão do espaço-tempo; - aumento das pressões sobre o controle de trabalho por parte dos

empregadores, sobre uma força de trabalho enfraquecida pela instabilidade e insegurança crescentes no mercado de trabalho; e, - retrocesso do poder sindical.

Com estas desregulamentações, flexibilizações e inovações tecnológicas, tem-se aumentado o **Bem-Estar do Capital**, do livre mercado, que através de seus instrumentos internacionais – Organismos Internacionais, como o Banco Mundial/BIRD, FMI.

A mercadoria tem sempre objetividade e um destino preciso e explícito. O mercado não é diletante, é um juiz que pune a falta de objetividade e cancela futuros em nome do presente. Recurso humano é mercadoria. O homem não o é. O serviço de formação profissional é mercadoria. A alta-cultura, produzida pela Universidade, é bem público. Se a Universidade abrir mão da pretensão de demiurga de futuros por alguma redução utilitarista, poderá, na melhor das hipóteses, ser um centro de treinamento e uma empresa de consultoria [...]. Isto não é a extinção do ensino superior público; está reservado na periferia mundial o papel de escolão (LESSA, 1999).

O Banco Mundial⁹, além de conceder empréstimos, presta assistência técnica, produz “pesquisas” e relatórios. Neste trabalho destacaremos alguns resultados de um dos estudos do BM, realizado em 1995, no qual aparece como fundamentação à teoria do Capital Humano, denominado: “*Prioridades y Estrategias Para La Educacional*”. Neste, o Banco utiliza como referência a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien – Tailândia no ano de 1990, convocada pela UNESO, UNICEF, PNUD e o BM, aonde chegaram ao consenso da importância da educação para o desenvolvimento *autônomo* dos países.

Na primeira frase da introdução, fica evidente a mensagem do documento: “El papel que cumple la educación como vehículo para el desarrollo sostenible de la sociedad, el crecimiento económico y la reducción de la pobreza se está reconociendo cada vez más” (BANCO

⁹ O Banco Mundial foi criado em 1944, junto com o FMI, instituído oficialmente em 1945, no final da segunda Guerra Mundial, a fim de contribuir para a reconstrução dos países destruídos pela guerra, para a prevenção de conflitos e para a manutenção da paz mundial, dando suporte para o desenvolvimento econômico mundial. Estes órgãos são dependentes da ONU, que tem suas decisões controladas pelos países mais ricos do mundo. Dos 180 países associados, somente cinco definem as políticas: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, tendo o primeiro seu voto com maior peso, pois é o maior captador de recursos financeiro mundial, contribuindo assim, para favorecer sua política externa.

MUNDIAL, 1995, p. xxxi.). Na qual tem como referenciais principais: Schultz, Denison, Becker, Jain e diversos documentos do próprio banco.

Apesar da ênfase dada a educação, esta não é priorizada em todos os níveis, afirmando: “las tasas más altas de rentabilidad son las de la educación primaria, seguida de las tasas de la educación secundaria y de las de la educación superior, en las economías en que la educación primaria y secundaria no alcanza a ser universal” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3). Destacando a Educação Básica como o objetivo a ser universalizada, onde as políticas educacionais dos países devem estar voltadas para ela, pois é o nível em que se pode auferir maiores retornos econômicos.

A educação superior, além de ser apontada como a de menor retorno econômico, sugerem que os países “em desenvolvimento” para cumprirem as tarefas de: “a) mejorar la calidad; b) lograr equidad, pues los pobres, las mujeres y las minorías étnicas han pasado a engrosar las filas de los que carecen de educación; c) satisfacer la demanda en rápido aumento de *enseñanza secundaria y superior*, y d) lograr la sostenibilidad teniendo en cuenta que la restricción fiscal es casi universal” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. xxxii – grifo nosso), podem/devem suprir a grande demanda de matrículas no **ensino privado**.

As agências internacionais, principalmente o BM, apontam a Educação Básica como fator importante para redução da pobreza, na qual traz maior retorno, diminuindo os níveis de fecundidade, pois mais instrução as mulheres pertencentes às camadas pobres aumentaria a idade delas contraírem matrimônio, conscientizá-las a utilizarem anticoncepcional e inseri-las no mercado de trabalho. Além de contribuir para que elas aumentem os cuidados com a higiene, a saúde e a nutrição das crianças, atingindo os objetivos de: diminuir as taxas de mortalidade e contribuir para o planejamento familiar – “diminuir a pobreza”.

Estas análises do BM resgatam também a teoria malthusiana, na qual a pobreza aparece vinculada à taxa de natalidade. Este documento, além de apontar a mulher como a grande culpada

pelas taxas de mortalidade e subnutrição, não tocando na questão central do problema: do **desemprego estrutural**, das desigualdades sócio-espacial interna e externa aos territórios nacionais, na relação detentores dos meios de produção *versus* proletários; leva as conclusões para o campo individual, de minorias étnicas, de gênero, sendo a solução dar-lhes oportunidade através de uma educação básica e “sólida”, correspondente à linguagem, às ciências, às matemáticas e à comunicação, transferindo o problema do campo econômico para o educacional.

Ao adotar a teoria do Capital Humano como base, o BM, e outros organismos internacionais, assim como governantes que aceitam e direcionam suas políticas educacionais de acordo com esta teoria, estão responsabilizando o indivíduo por sua empregabilidade. Ou seja, a educação é oferecida a todos, porém, cada um deverá se esforçar para alcançar sua inserção no processo produtivo, pois, **“emprego existe, o que falta é mão-de-obra qualificada”**, frase utilizada no cotidiano de muitos profissionais – jargão de jornalistas, políticos, empresários, economistas, administradores e de parte significativa da população.

Estes Organismos Internacionais atuam e indicam/impõe “projetos”, que visam coesão social, equidade, crescimento econômico, redução da pobreza, desenvolvimento sustentável da sociedade, etc., temos como resultados em diversos países, inclusive nos países “desenvolvidos”, mas fundamentalmente e de forma alarmante nos países “subdesenvolvidos”: ampliação da população economicamente ativa desempregada, ampliação do setor informal, indicação da “economia solidária” para as classes subalternas. Portanto, os trabalhadores devem ceder seus poucos direitos trabalhistas conquistados e aceitar uma remuneração menor para garantir sua reprodução.

Nestas condições, próximas da barbárie, pois a civilização, a ética, a moral, só fazem sentido para os que visam à coesão social, a ordem e o progresso -da sociedade sem sócios - o *status quo*, no qual “à escola é destinado um papel de instância de seleção prévia daqueles não

‘educáveis’, segundo as exigências do processo produtivo”, como Oliveira (2000, p. 233) sintetiza o estudo de Kuenzer (1998). Restando a indagação sobre o que dizer aos trabalhadores:

Reforçar, pura e simplesmente, a tese oficial de que a escolaridade complementada por alguma formação profissional confere *empregabilidade*, é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhor educação, é, mais do que matar a esperança, eliminar um espaço importante para a construção de um outro projeto, contra-hegemônico (KUENZER, 1998, p. 69, grifo da autora).

Porém, incentivar o adestramento, a civilização, a disciplinarização através da escola, aonde os trabalhadores continuarão a aperfeiçoar e investir em sua única propriedade: a força de trabalho, num país com o maior índice de desigualdade do mundo - oscila entre o primeiro e segundo, onde a taxa de desemprego é crescente e o retorno ficará somente com os empregadores, talvez esteja na hora de mudarmos nossa postura dentro e fora da escola, aproveitando inclusive a “autonomia” do professor, levando esta discussão para a sala de aula e para a sociedade como um todo. Antes a verdade, do que vedarmos os olhos para vivermos na mentira.

Destarte, concordamos com Oliveira (2000, p. 226), ao enfatizar que “a educação não pode ser colocada como a grande saída para a crise de empregabilidade, nem como uma panacéia social e mágica” e analisa, que o conceito de empregabilidade culpa o próprio desempregado por sua condição e pela falta de emprego, pois é ele que “não atende às demandas do mercado de trabalho, seja por maiores especializações, escolaridade ou nível salarial”.

O que fica como questionamento é se “a maior exigência de escolaridade foi imposta pela alteração do padrão tecnológico de produção ou se resulta justamente da ampliação da oferta de força de trabalho mais escolarizada num mercado cada vez mais restrito, ou se são as duas coisas ao mesmo tempo” (OLIVEIRA, 2000, p. 238).

Com a modernização da agricultura, automatização das indústrias e dos serviços e novas formas organizacionais, observa-se que os níveis de desemprego aumentaram, assim como o setor informal. Como o Brasil é um país de população recém-adulta, pois era jovem até a década de 1980, com excesso de mão-de-obra, foi possível aumentar as exigências por parte do mercado de trabalho. Esta exigência é de escolaridade, que vem aumentando nas últimas décadas, como demonstra a pesquisa de Alves e Soares (1997) citado por Oliveira (2000, p. 188-189): “Em 1988, para receber o equivalente ao rendimento médio, era necessário que o trabalhador tivesse o 1º grau completo. Em 1990, o 2º grau incompleto, e já em 1995, esse rendimento só era concedido aos trabalhadores que apresentassem uma escolaridade próxima ao 2º grau completo”, assim como o rendimento médio – em 1988 era 1.210 reais, em 1990 era de 1.130 reais, em 1994 era de 906 reais, e em 1995 era de 890 reais.

A partir das análises de Oliveira (2000) foi possível estabelecer as relações entre os organismos internacionais – BM, FMI, UNESCO, UNICEF, CEPAL, a reestruturação capitalista – neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a expansão do ensino superior privado.

O “Estado-Mínimo” apregoado pelo “receituário neoliberal” é *mínimo para o bem-estar social*, mas não para os gastos com a reprodução do capital – infra-estruturas rodoviária, aeroportuária e demais necessárias, que visam mais às **exportações** de “nossa terra” e do “nosso trabalho” do que traz crescimento econômico e muito menos **desenvolvimento humano e social**, controladas em grande parte por transnacionais, que remetem seus lucros e investimentos para suas matrizes no exterior. O papel do Estado como credor ou operador de último recurso é crucial, garantindo a “coesão social” e o direito da propriedade privada. Porém, uma vez iniciado o processo de liberalização do capital e desregulamentação dos mercados, há a subordinação crescente dos governos dos países “em desenvolvimento” aos interesses do capital. Sendo os resultados a ampliação das desigualdades sociais.

As finalidades de universalizarem a educação básica (gratuita), depois a secundária (gratuita, podendo contar com a ajuda do setor privado) e afirmarem que a demanda do ensino superior deve ser atendida pelo setor privado (por ter crescimento menor e em longo prazo), visam hipersaturar o mercado de trabalho com mão-de-obra instruída fazendo que o valor desta decresça, tornando exigência para desempenhar qualquer ocupação, beneficiando apenas o capitalista.

Destarte, as propostas de reforma de financiamento, incentivos a descentralização, “democratização” e autonomia financeiras, ditadas e realizadas com assessoria e financiamentos dos organismos internacionais, vão ao encontro das políticas de ajuste neoliberal por que passam nossa economia e política. Pois, com as descentralizações das responsabilidades governamentais, não só na educação, mas em todas as áreas sociais, o Estado fica com o papel de gerir e controlar a pobreza e a miséria, além de garantir a inviolabilidade da propriedade privada e dos interesses da elite nacional nas negociações internacionais – ao mercado, **o lucro**.

Se a tendência é aumentar as exigências, principalmente nas cidades médias e grandes, parte significativa dos jovens, assim como muitas famílias, passam a destinar grande parte de seu orçamento em educação, em mensalidades de cursos preparatórios para o vestibular, ensino fundamental e médio almejando entrar nas IES públicas, ou com mensalidades em IES privadas.

Com este aumento da demanda, tanto pelas exigências do mercado, como de maior número de concluintes do ensino médio, aumentou a pressão sobre o poder público para aumentarem o número de vagas. Como saída para todos os “problemas” a partir da década de 1990 era a liberalização, privatização, desregulamentação – dogmas neoliberais, fundamentados e amparados pelos discursos e pressões dos organismos internacionais, não se aumentou os recursos para as IES públicas, como para as empresas estatais, fazendo o contrário, “racionalizando” as verbas, implementando avaliações, “enxugando a máquina”, não dando os aumentos para os funcionários e docentes correspondentes, etc.

Assim, o capital vai transformando o que era resistência a ele num primeiro momento em mercadoria, através do processo de cooptação. Tendo vários trunfos sobre a cultura, como “assistimos” nestes últimos anos suas ofensivas sobre o setor educacional, sobretudo à parte que se torna rentável. Como podemos verificar na pesquisa Universia Brasil (2003) com dirigentes de IES no Brasil: “O ensino superior particular brasileiro começa a ser ‘objeto de desejo’ do capital. Já era de se esperar, pois um setor que movimenta 15 bilhões de reais anualmente não iria ficar de fora da ciranda especulativa do mercado financeiro”.

Com as investidas do capital externo no setor educacional e o aumento da concorrência é interessante notar que os capitalistas recorram à idéia de regulamentação, afirmando que: “na prática, quando estratégias concorrenciais forçam a baixa de preços, o resultado pode ser fatal”, “Como garantir a qualidade?” “Deixar aberto e livre o ‘mercado’?” (RODRIGUES, 2003, p. 10). Os liberais criticam a regulamentação do Estado, quando as empresas públicas são de melhor qualidade, ganham espaço com governos neoliberais, com a concorrência (que seria a liberdade de mercado), capaz de aumentar a eficiência, a qualidade, baixar os custos, tornar o Estado menos burocrático, por fim pedem regulamentação do setor.

O período de governo de Fernando Henrique Cardoso é considerado “anos dourados” pelos dirigentes de IES privadas e que neste momento de “crise” no setor, ocorrem fusões e incorporações das menores pelas maiores, como avaliam na pesquisa do Universia Brasil (2003):

Por um lado, o setor vive momentos de crise, devido ao ‘inchaço da bolha especulativa’ que desencadeou uma corrida desenfreada de empresários abrindo novas IES (Instituições de Ensino Superior) e ocasionando uma oferta de vagas muito superior à demanda de alunos. Por outro lado, muitas IES aproveitaram os ‘anos dourados’ da abertura do mercado e do excedente de demanda (de 1996 a 2002) e hoje gozam de boa saúde financeira, podendo aproveitar o momento da crise para se expandir de diversas formas, inclusive a partir da aquisição de outras instituições menores.

Destarte, o ensino privado expandiu sua inserção no mercado brasileiro, justificando que o Estado era ineficiente, embora esta aparente ineficiência apontada pelo capital se deva ao tipo de conhecimentos produzidos e a formas administrativas das IES's públicas.

O interesse do capital resume-se aos impactos econômicos e não se preocupam com desenvolvimento social, ou seja, produzem e reproduzem conhecimentos técnicos, não discutem interesses e objetivos coletivos, nem há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias, o que reina é o realismo, o sentido prático, o pragmatismo; desinteressando pela formação de cidadãos (críticos), porque os cidadãos reivindicam seus direitos, sabem questionar e incomodam a minoria (elite), atrapalhando os impactos econômicos tão almejados por esta minoria.

Nas palavras de Dourado (1999, p. 120), fica evidente, que:

O discurso da ineficiência da esfera pública, do fracasso das políticas sociais serve de ancoradouro à defesa ideológica de dois paradigmas articulados pelo desenvolvimento tecnológico: o mercado e a comunicação. Irrompe-se desta forma, as arenas tradicionais do poder político, alterando significativamente os valores sociais e aniquilando conquistas sociais, ao transformar direitos em bens, subjugando o usufruto destes ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania através do culto às leis do mercado.

Esta ampliação do Ensino Superior no Brasil tem contribuído para aumentar os espaços inseridos no meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos e Silveira (2001, p. 21), resumidamente é “a expressão geográfica da globalização”. Neste meio, as facilidades de comunicação levaram a um maior intercâmbio de experiências, causando grandes transformações culturais, originando uma sociedade em rede.

Nesta sociedade em rede, os processos de produção, distribuição e consumo sofreram profundas transformações com a centralidade do conhecimento e da informação, como Harvey (1992) explica, que o acesso à informação e ao conhecimento técnico e científico assumiram uma

centralidade renovada no capitalismo flexível, sendo fundamentais para as respostas flexíveis exigidas pelos mercados globais, transformando as próprias informações e conhecimento em mercadorias, ou seja, tornaram-se capital informacional e comunicacional.

Estas transformações, desencadeadas pelas técnicas, ciência e informação, têm engendrado mudanças no processo produtivo e conseqüentemente nas formas do processo de trabalhos.

Para Dourado (1999, p. 119), estas transformações vêm implicando em:

novos horizontes geopolíticos do mundo sob a égide da globalização da economia, que traz consigo um traço característico intrínseco: a exclusão social e sua justificativa ideológica, o fim das ideologias e da história, apregoando o neoliberalismo como a nova e única possibilidade de ajuste, de sobrevivência, ainda que a um alto custo social. Trata-se, portanto, de um processo resultante de nova fase de reestruturação capitalista, marcada por políticas de privatização das esferas públicas, por centralização e diferenciação.

Ao se observar às mudanças ocorridas no final do século XX, no processo da “mundialização do capital”, da certa impressão de que o de integração mundial, o que serve, de um lado, para fomentar a especulação do capital financeiro internacional, e de outro, ampliar as desigualdades sociais ao criar o desemprego estrutural e o setor informal, desestruturando a luta dos trabalhadores de países “em desenvolvimento”.

5.2 O “BOOM” DO ENSINO SUPERIOR DÉCADA 1990: O CASO DE MARINGÁ

A UEM, criada a partir da reunião de faculdades isoladas estaduais na década de 1970, com importância restrita ao aglomerado urbano de Sarandi - Maringá – Paiçandu, teve sua região de influência ampliada na década de 1990, tanto pela oferta de maior número de vagas nos cursos existentes e novos, quanto pela ampliação da importância de Maringá na rede urbana paranaense, como a criação do Câmpus do Arenito, em Cidade Gaúcha – PR, do Câmpus Regional do Noroeste, em Diamante do Norte – PR e o Câmpus Regional de Goioerê, em Goioerê - PR, com dois cursos de graduação: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências.

Em 1989 a UEM possuía 6.882 alunos e 24 cursos de graduação, segundo dados da pesquisa de Sousa, Bianchetti e Almeida (1994), dos quais 4.412 responderam o questionário aplicado. Desses, 80% eram paranaenses, sendo 25,06% naturais de Maringá, 26,45% de “cidades vizinhas” a Maringá e 27,94% de outras cidades do estado do Paraná; a quantidade de alunos do estado de São Paulo já era elevada, pois correspondiam a 13,73% das vagas dos cursos de graduação, os alunos de outros estados federados e 1% de outros países, principalmente procedentes da Bolívia e do Paraguai, o que evidencia a importância dessa instituição para consolidação da rede urbana paranaense e brasileira através dos fluxos de acadêmicos e de conhecimentos, ou seja, do **sistema de objetos e ações do circuito superior sobre o território brasileiro**.

A partir dos últimos dois anos da década de 1990, essa universidade ampliou em dez por cento, em média, o número de vagas da maioria dos cursos ofertados e implantou mais onze novos cursos de graduação: Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Filosofia, Ciências Sociais, Estatística, Arquitetura e Urbanismo, Secretariado Executivo Trilíngüe e Engenharia de Produção com ênfases em Agroindústria, Confecção Industrial, Construção Civil e Software, contribuindo

para um aumento de 127% entre os anos de 1998 e 2002 (Quadro 7 e Gráfico 4). Em 2000, começou a oferecer curso de graduação à distância em Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos municípios de Diamante do Norte, Goioerê e Cidade Gaúcha (UEM, 2006).

A importância dessa IES estatal e gratuita na polarização exercida por Maringá também é perceptível pelo número de aprovados nos vestibulares de verão e inverno de 2000 de outros municípios, ou seja, 49% dos 2.558 aprovados no ano de 2000, dos quais 55% (689) eram da *região noroeste*, como se espacializou no Mapa 14.

Os aprovados nesses vestibulares das cidades paranaenses externas a região noroeste e do estado de São Paulo também possuíam alta significância, 9% e 8% respectivamente, pois são principalmente esses que dinamizam o mercado imobiliário, o comércio e os serviços da cidade de Maringá por estarem impossibilitados de realizarem o movimento pendular para suas cidades de origem e morarem, geralmente próximos a IES's, como no caso da UEM, pela maior acessibilidade a IES's e a proximidade a área central da cidade.

Quadro 7: Número de professores, alunos, funcionários e de área construída da UEM entre 1970 e 2004

Período	Número de Professores	Número de Alunos		Número de Funcionários Técnico-Administrativos.	Área Construída M2
		Graduação	Pós-Graduação Stricto Senso*		
1970	43	1.167	-	-	3.725
1974	266	3.047	-	256	13.342
1978	461	4.400	-	483	39.469
1982	637	6.203	-	752	71.073
1986	894	7.824	13	1.043	86.578
1990	1.221	8.117	26	1.344	129.255
1994	1.226	8.118	76	1.811	145.711
1998	1.279	8.765	294	2.362	184.325
2002	1.358	11.129	1.537	2.666	202.712
2004	1.480	12.667	1.929	2.729	211.214

Fonte: ASP/CPL/DAA/UEM . * inclui residência, mestrado e doutorado.

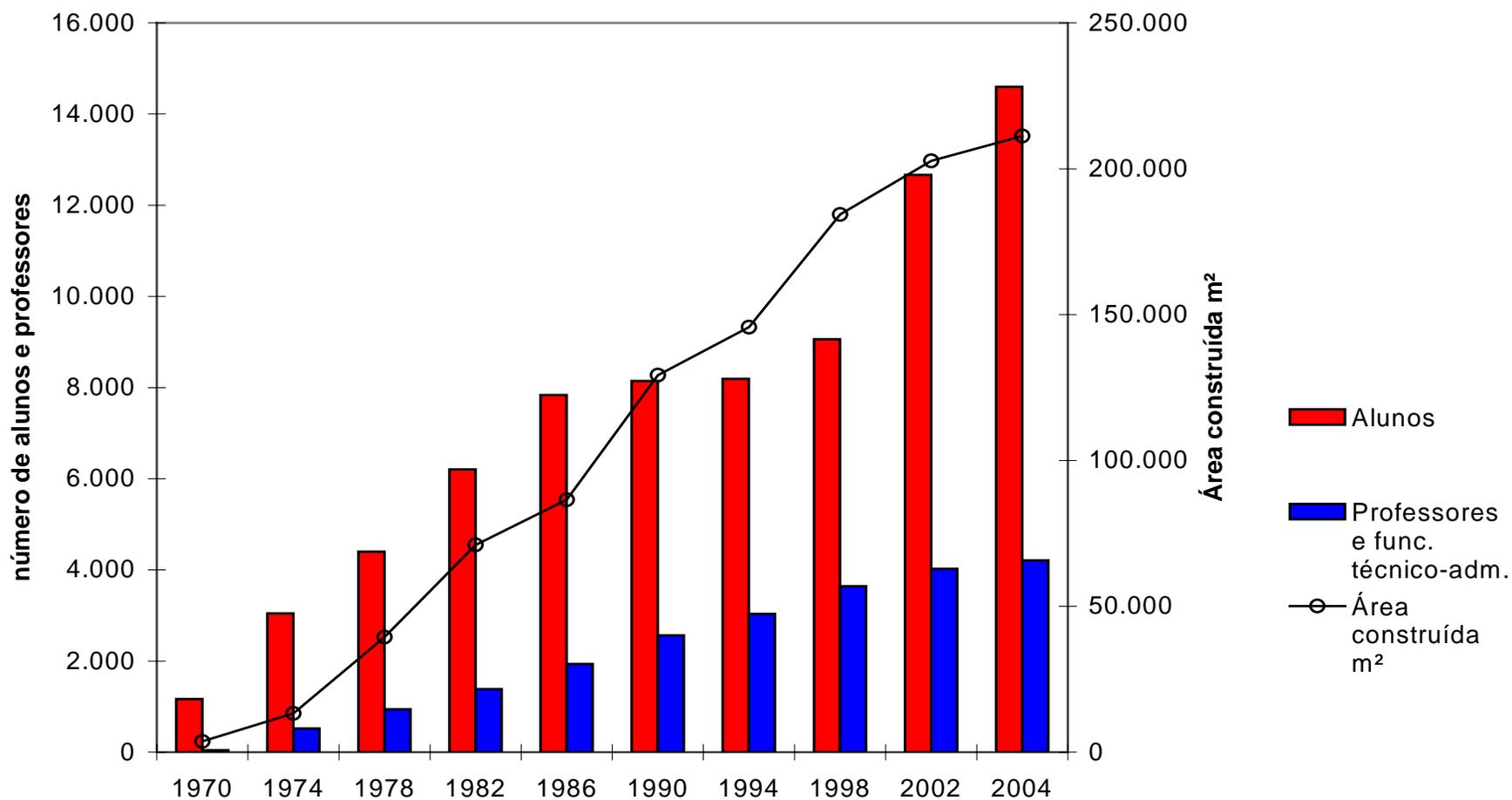


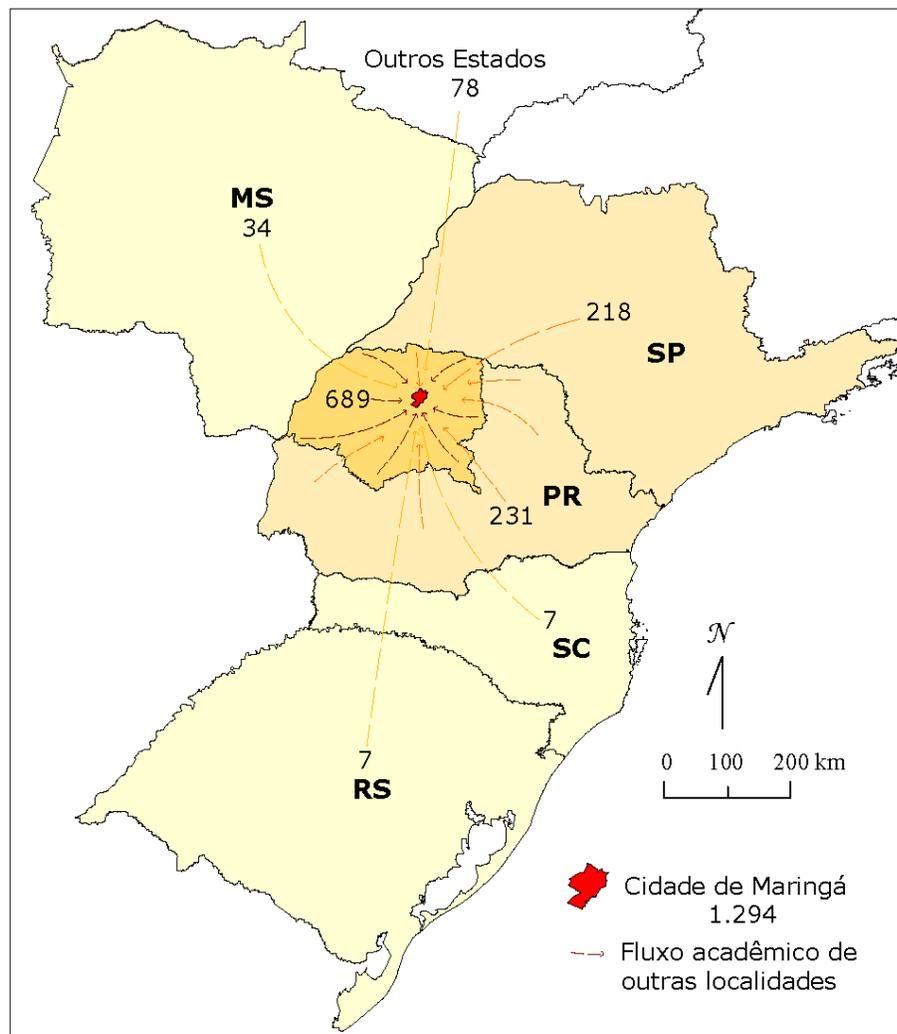
Gráfico 4: Número de professores, alunos, funcionários e de área construída da UEM entre 1970 e 2004

Fonte: ASP/CPL/DAA/UEM, 2006.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Com o desígnio de oferecer à sociedade maior número de opções nos cursos de ensino superior, em 2002 foram criados e implantados mais nove cursos de graduação: Música (câmpus sede), Design e Moda (Câmpus Regional de Cianorte), Engenharia Agrícola (Câmpus do Arenito – Cidade Gaúcha), Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Construção Civil, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Meio Ambiente (Câmpus Regional de Umuarama).

Mapa 14: **Localização da residência permanente dos aprovados nos vestibulares da Universidade Estadual de Maringá de verão e inverno de 2000**



Fonte dos dados: Comissão de Vestibular Unificado – CVU/ UEM, 2006.
 Base cartográfica: Estatcart (IBGE, 2003).
 Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

No mesmo ano, foi implantado na modalidade de educação à distância o Curso Normal Superior, oferecido em 59 municípios do Estado do Paraná (Tabela 5). Totalizando em 2005, **49 cursos de graduação**, que estão assim distribuídos: 36 no câmpus sede, 4 no Campus Regional de Cianorte, 2 no Campus Regional de Goioerê, 1 no Campus do Arenito em Cidade Gaúcha, 5 no Campus Regional de Umuarama e 1 na modalidade de ensino à distância, além dos 25 cursos de mestrado, 9 de doutorado e 55 cursos de pós-graduação *lato sensus* (em andamento).

A comunidade universitária registrou, no ano de 2005, uma população de 4.191 servidores, sendo 1.431 docentes, 2.701 técnico-administrativos e 59 professores de outros cursos, o que pouco difere dos números referente ao ano de 2004, e, no ano de 2006, estão matriculado, nos diversos níveis e modalidades de ensinios oferecidos pela UEM, um total de **20.817 alunos**, dos quais 15.232 alunos de graduação e 2.978 alunos de pós-graduação (UEM, 2006).

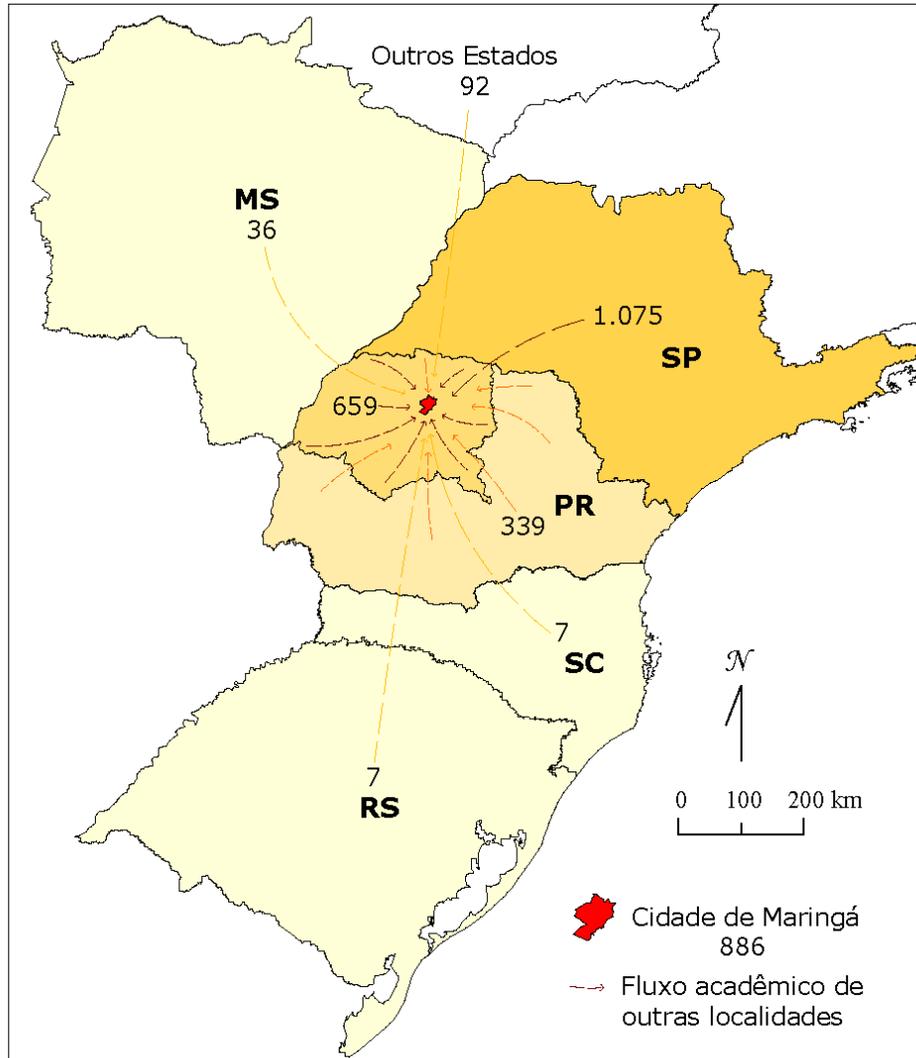
A rápida expansão do número de cursos de graduação e pós-graduação em Maringá contribui para que essa cidade passasse a desempenhar relevante papel de pólo geoeseducacional, com a preponderância de aprovados do estado de São Paulo, principalmente do interior paulista, pois dos 3.101 aprovados nos vestibulares de verão e inverno de 2006 da UEM, 35% possuíam residência permanente no estado de São Paulo (Mapa 15).

Tabela 5: Vagas oferecidas e alunos matriculados no curso de educação a distância – Normal Superior – por municípios em 2006

MUNICÍPIO	VAGAS OFERECIDAS	ALUNOS MATRICULADOS
Alto Paraná	35	30
Amaporã	30	31
Apucarana	1	-
Assis Chateaubriand	61	60
Barbosa Ferraz	7	4
Bela Vista do Paraíso	18	16
Boa Esperança	32	33
Bom Sucesso	26	25
Cafeara	26	26
Califórnia	28	28
Centenário do Sul	25	23
Cianorte	145	43
Cidade Gaúcha	58	60
Coronel Vivida	21	17
Cruzeiro do Oeste	58	52
Diamante do Norte	58	28
Engenheiro Beltrão	14	37
Goioerê	90	69
Guaporema	16	13
Guarapuava	2	2
Indianópolis	20	15
Janiópolis	36	36
Japurá	32	34
Juranda	32	24
Jussara*	-	28
Lidianópolis	26	26
Loanda	17	12
Mamborê	39	39
Maria Helena	74	72
Marialva	31	29
Moreira Sales*	-	14
Munhoz de Melo	45	22
Nossa Senhora das Graças	1	-
Nova Aliança do Ivaí	26	25
Nova Cantu	33	30
Nova Londrina	31	29
Paraíso do Norte	39	40
Paranapoema	30	30
Paranavai	36	36
Perobal	51	50
Planaltina do Paraná	34	33
Porto Rico	29	32
Quinta do Sol	28	32
Rolândia	32	31
Rondon	28	32
Santa Cruz do Monte Castelo	8	11
Santa Fé*	-	18
Santa Isabel do Ivaí	25	24
Santo Antônio do Caiuá	26	25
Santo Inácio	27	27
São Carlos do Ivaí	34	32
São João do Caiuá	31	29
São Manoel do Paraná	32	32
Sarandi	114	166
Tamboara	10	9
Tapejara	59	63
Terra Rica	37	49
Tuneiras do Oeste	51	44
Umuarama	145	144
TOTAL	2.100	2.021

Fonte: CVU e DAA (UEM, 2006).

Mapa 15: Localização da residência permanente dos aprovados nos vestibulares da Universidade Estadual de Maringá de verão e inverno de 2006



Fonte dos dados: Comissão de Vestibular Unificado – CVU/ UEM, 2006.
 Base cartográfica: Estatcart (IBGE, 2003).
 Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

A participação dos aprovados nos vestibulares da UEM de 2006 das cidades do estado do Paraná não situada na região noroeste também teve aumento em número absoluto e relativo, passando de 9% para 11%, enquanto a quantidade de aprovados residentes em Maringá e outros municípios da região noroeste a participação diminuída, os residentes em Maringá passaram de

51% dos aprovados em 2000, para apenas 29% dos aprovados em 2006, enquanto a região noroeste teve perca significativamente menor que Maringá, diminuindo sua participação de 27% para 21% no ano de 2006. Do noroeste paranaense, os municípios que possuem maior número de acadêmicos estudando em Maringá, tendo como indicativo a disponibilidade de veículos fretados para realização de movimento pendular IES – cidade de origem, são: Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Sarandi, Nova Esperança, Cianorte, Floresta, Ivaiporã e Arapongas (Figura 17), como se pode verificar através do emplacamento das vans e dos ônibus, dos quais destacam-se os municípios de Marialva, com 3 vans e 2 ônibus e Mandaguaçu, que segundo o motorista do veículo, vêm em média 65 alunos para Maringá.



Figura 17: Concentração de vans e ônibus no campus da UEM de transporte acadêmico de cidades da região noroeste do Paraná para as instituições de ensino superior de Maringá, em dezembro de 2006. Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco” em dezembro de 2006.

Outros dados relevantes do questionário sócio-econômico dos aprovados nos vestibulares de 2000 e 2006 são: a **renda familiar** dos acadêmicos matriculados em 2000 e 2006, com mudanças relevantes se for realizada uma análise comparativa, o que se permite afirmar de forma

geral, que essa universidade tornou-se mais acessível às classes de menores rendimentos, tendo aumentado a participação dos alunos onde a renda familiar varia entre 0 e 10 salários mínimos e diminuído a participação dos alunos onde a renda familiar varia entre 11 ou mais salários mínimos (Gráfico 5); e, os motivos que levaram para escolha do curso, no qual se destacam as respostas: é de fácil acesso (geográfico), é a que oferece o melhor curso pretendido e por ser pública e gratuita, satisfazendo as condições socioeconômicas da família (Gráfico 6).

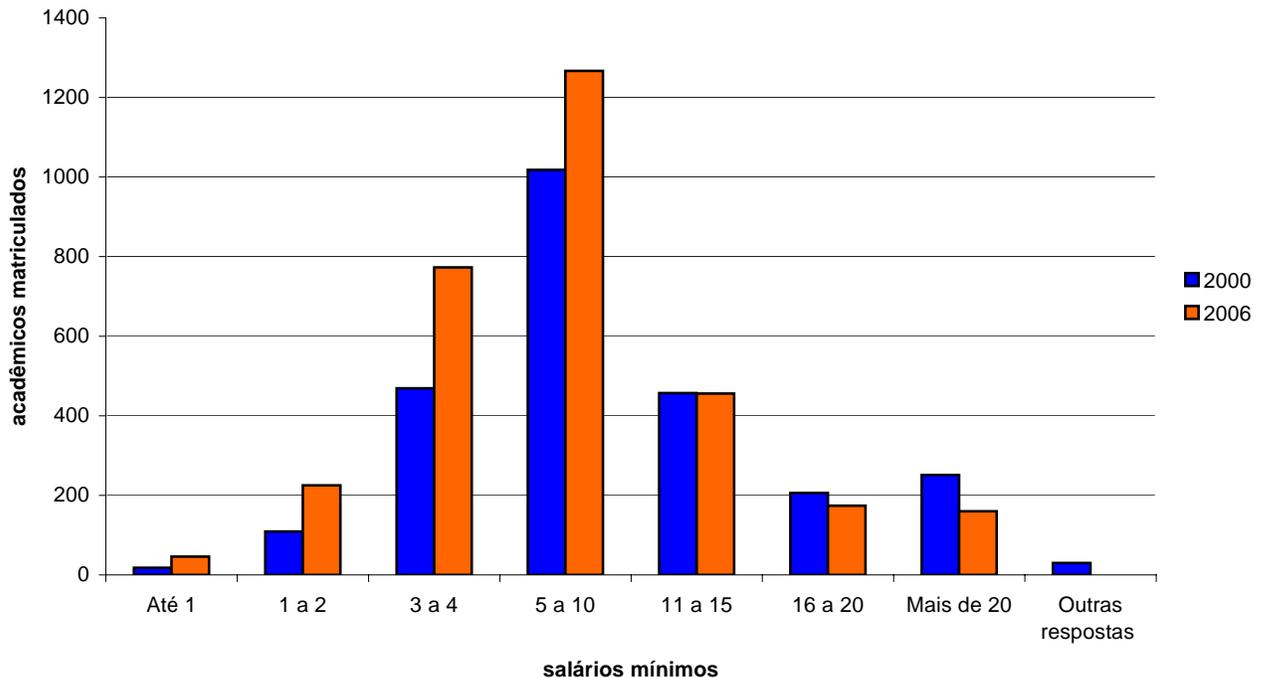


Gráfico 5: Renda familiar dos acadêmicos matriculados dos vestibulares de 2000 e 2006 da Universidade Estadual de Maringá

Fonte dos dados: Comissão de Vestibular Unificado – CVU/ UEM, 2006.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

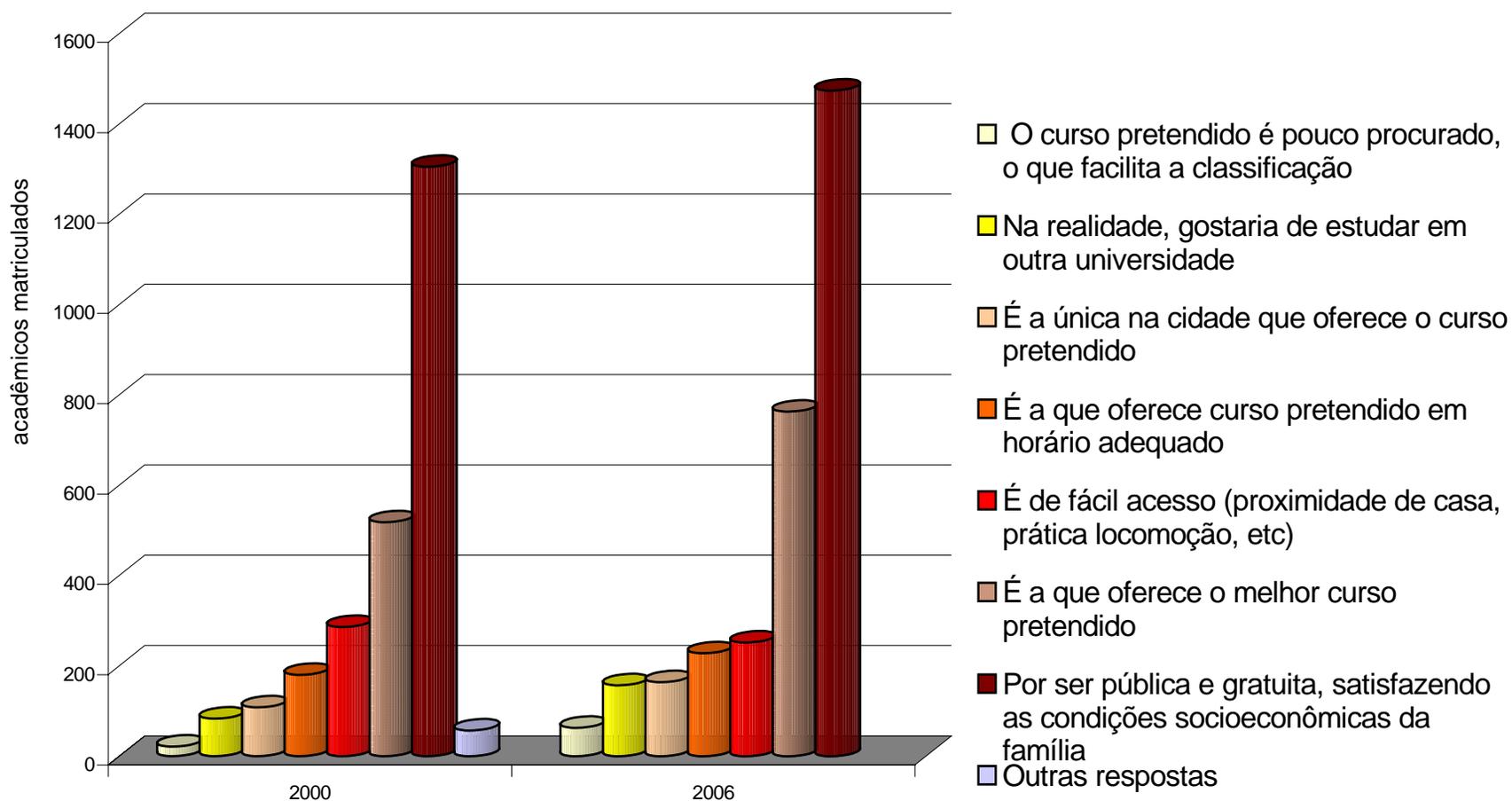


Gráfico 6: Motivo principal dos acadêmicos matriculados para a escolha de um dos cursos da Universidade Estadual de Maringá dos vestibulares de 2000 e 2006

Fonte dos dados: Comissão de Vestibular Unificado – CVU/ UEM, 2006.

Organização: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Com o objetivo de compreender a importância dada à demanda ou ao desenvolvimento local ou regional para abertura de novos cursos, fez-se um levantamento das justificativas dos projetos pedagógicos dos cursos instalados na UEM a partir de 1992 (ano de mudança do sistema de crédito para o regime de seriado), por ter sido disponibilizado, através de solicitação formal à reitoria, o acesso aos projetos pedagógicos que se encontravam no protocolo geral. Conforme a solicitação, deveriam ser analisados 25 processos, porém, desses, cinco não retornaram ao protocolo nos últimos meses por estarem em uso nos departamentos ou demais instancias da IES. Dos 20 projetos pedagógicos analisados, 11 apresentam como justificativa para a implantação do curso: as demandas local, regional, estadual ou do Mercosul de alunos ou setor empresarial; o desenvolvimento ou crescimento econômico; e, o aproveitamento da qualidade e potencial produtivo regional, como se pode observar no Quadro 8.

Quadro 8: Justificativas para abertura de cursos de graduação na UEM (1992-2006)

CURSO	Justificativa (s)	Número do processo
Biologia - Noturno	Demanda por recursos humanos na área de Biologia da região de abrangência do município de Maringá.	1.295/95
Ciências Sociais	Demanda da região norte do estado do Paraná.	2.883/98
Eng. Agrícola	“demanda do setor produtivo regional e com vistas a um aproveitamento dos meios de produção no noroeste do Paraná”.	619/02
Eng. Alimentos	Aproveitamento das condições da região noroeste do Paraná e maior desenvolvimento econômico da região.	536/99
Eng. Produção	Demanda de profissionais em nível estadual, “para alavancar o desenvolvimento e promover um alto grau de competitividade da indústria paranaense”.	1.661/99
Estatística	Demanda do empresariado maringaense para o desenvolvimento de Maringá e região.	318/99
Filosofia	Demanda de Maringá e região de influência.	2.611/98
Moda	Aproveitar a qualidade e o potencial produtivo da região, passando para a condição de “geradora de Moda”.	618/02
Música	Demanda de Maringá, região noroeste do Paraná, região Sul do Brasil, e “porque não do Mercosul”.	516/02
Secretariado Executivo Trilíngue	Necessidade regional, com vistas ao Mercosul, em momento de maior integração dos países membros.	1.508/94
Tecnologia em Construção Civil	Desenvolvimento municipal e crescimento regional.	622/02

Fonte: Diretoria de Ensino e Graduação/ UEM, 2006.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Outras faculdades e centros universitários que vêm ampliando sua área de polarização são o Centro Universitário de Maringá - **Cesumar** e a Faculdade Ingá – Uningá. A primeira é uma instituição privada de ensino superior localizada no quadrante sudeste de Maringá, foi criada em 1990 com dois cursos de graduação (Administração e Tecnologia em Processamento de Dados) e uma biblioteca de 45m². Em 1994, foi ampliada a oferta do número de cursos e vagas, criando o curso de Ciências Contábeis e ampliando as vagas do curso de Direito. Em 1996, foi criada a primeira Especialização, em 1998, já possuía 17 cursos de graduação. Em 2004, seu complexo físico contava com 70.000 m² de construção, dividido em 12 blocos. Em janeiro de 2005, o Cesumar já era o maior Centro Universitário privado da região de noroeste do Paraná, com 8.863 alunos de graduação, 950 alunos de pós-graduação *lato sensus*, 1015 funcionários e 530 docentes, mais os alunos do Mestrado em Direito e os 303 alunos dos cursos de extensão que estavam em andamento no período da entrevista. Atualmente, segundo as inscrições abertas para o vestibular de 2007, o centro universitário já conta com 44 cursos de graduação, 30 cursos de pós-graduação *lato sensus* em andamento em dezembro de 2006, além dos 5 cursos de graduação à distância e 6 pós-graduação *lato sensus* à distância, distribuídos entre as áreas da Saúde, Humanas e Exatas e um curso de Mestrado em Direito.

Com o rápido crescimento da oferta de vagas em cursos de graduação desse centro universitário a partir de 1996, com o aval da legislação federal (LDB 9394/96), a área de polarização de acadêmicos dessa IES foi significativamente ampliada do nível local para o nível estadual, com participação também relevante no número de acadêmicos de outros estados, constatados através de pesquisa *in loco* em abril de 2005. Nessa pesquisa foi quantificada a cidade e respectivo estado federado do emplacamento de 101 automóveis que se encontravam nos estacionamentos do Cesumar, pois após múltiplas solicitações ao responsável pelos dados quantitativos da IES, se negaram a fornecer a procedência residencial de seus alunos, pois esta

informação pode influenciar nas **disputas mercadológicas** de um bem cultural que jamais poderia se tornar alvo de lucro. O resultado obtido da investigação do emplacamento dos veículos foi o seguinte: 60% dos veículos possuem o emplacamento da cidade de Maringá, 30% das demais cidades paranaenses, principalmente do quadrante noroeste do Paraná e 10% eram de outros estados. Uma informação que contribui para a compreensão da área de influência dessa instituição foi divulgada no informativo Cesumar em Foco (2005), onde foi disponibilizada a procedência dos 354 alunos aprovados no programa Prouni ao afirmarem que 45% dos aprovados são de Maringá, 30 % de outras cidades do estado do Paraná e 25% dos aprovados são de outros estados, dos quais se destacam São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Alagoas e Goiás, revelando assim, ampliação de seu mercado para o nível nacional em consolidação. Segundo pesquisa de Espejo (2004, p. 93), os alunos são provenientes de 500 cidades, sendo 70% de Maringá, 15% da microrregião e 15% de outros estados brasileiros. A multiplicidade de dados, referentes a diferentes pesquisas realizadas em 2004 e 2005, demonstra, que somente o acesso direto as informações da IES trariam dados exatos, pois há uma variância de até 25% entre o número de alunos de Maringá, as informações do Cesumar em Foco e os dados de Espejo.

A **Uningá**, criada em 1999, por se especializar nas profissões da saúde, possuidoras de *status* social por serem ainda relativamente raras, ofertará 37 cursos de pós-graduação *lato sensus* e 10 cursos de graduação no ano letivo de 2007: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Psicologia, com forte intenção de conseguir a aprovação do MEC para abertura em 2007 do curso de Medicina. Segundo entrevista com o diretor acadêmico da Uningá, Gervasio Cardoso (2006), dos 1.800 acadêmicos matriculados em 2006, aproximadamente 60% são de outras cidades paranaenses ou estados, dos quais destacam-se os estados de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Outras IES's de importância local – Aglomerado Urbano de Maringá, por predominarem os cursos de Administração, Direito e Ciências Contábeis, são:

- A **Faculdade Maringá**, fundada em abril de 1996 é uma associação de ensino de direito privado, a empresa iniciou as atividades com 90 alunos de Administração, em 2005, segundo dados de Cavazotti, a faculdade possuía 1.863 alunos e 5 cursos de graduação: Administração (Habilitações em Análise de Sistemas, Comércio Exterior e Marketing), Comunicação Social e Direito, além dos 6 cursos de pós-graduação ofertadas para o ano letivo de 2007;
- A **Faculdades Nobel**, fundada em 1999, possui três cursos de graduação: Administração, Direito e Turismo e com inscrições para um curso de pós-graduação lato sensus em Logística Empresarial para 2007, conforme Cavazotti (2005), essa faculdade contava com 1.200 graduandos. Possui a intenção de se constituir como uma faculdade de tecnologia e biotecnologia, aguardando aprovação do MEC;
- A **Faculdade Metropolitana de Maringá – UNIFAMMA**, fundada em 2000, iniciou as atividades na Avenida Colombo, próximo a Uningá, com os cursos de Administração (Habilitações em Gestão de Negócios Internacionais, Administração Geral, Gestão de Pequena e Média Empresa, Gestão de Serviços e Agronegócios), Marketing, Ciências Contábeis, Comunicação Social (Habilitações em Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) e Secretariado Executivo Trilíngüe. Em 2004 implantaram o curso de Turismo e em 2005 o curso de Direito. Em 2005, contava com 1.000 alunos, passando a funcionar na área pericentral leste, na Avenida Mauá, 2.854,

próximo ao Shopping Avenida Center, com suas instalações em área de requalificação, ocupando espaço antigo de armazenagem;

- O **Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE**, é uma instituição que atua na educação superior desde 1982 na capital paranaense, tendo se expandido a partir de 1999, quando se tornou centro universitário. Buscando mercado menos concorrido, expandiu-se para o interior a partir da aquisição da Faculdade Cristo Rei em Ponta Grossa e da **incorporação da Faculdade Alvorada em Maringá**. No ano de 2005 contava com 798 acadêmicos, segundo a coordenadora da IES, dos quais a maioria tem seu município de origem a própria cidade de Maringá (90% dos acadêmicos), distribuídos principalmente pelos bairros de maiores densidade demográfica da cidade (Zona 7, Jardim Alvorada e Vila Morangueira), os outros 10 % dos acadêmicos são do aglomerado urbano de Maringá – Sarandi – Paiçandu e o município de Mandaguaçu, o que corrobora com os dados de integração econômica e social de Maringá com os respectivos municípios citados. Com a oferta, para 2007, de 16 cursos de graduação: Administração (UNIANDRADE Maringá), Administração (Faculdade Alvorada de Maringá), Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Direito, Enfermagem, História, Letras (Português-Inglês), Letras (Português-Espanhol), Matemática, Pedagogia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo e Sistemas de Informação (Informática), 11 cursos de pós-graduação *lato sensus*, 6 presenciais e 5 à distância, além da abertura de um Mestrado em Teoria Literária. Atualmente, possui dois campus, um na Avenida Bento Munhoz da Rocha Netto, 122 e o outro na

Avenida Brasil, 5354, o primeiro a 400 metros do terminal urbano, o segundo em área pericentral oeste da cidade de Maringá;

- A **Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR** constitui-se numa das poucas IES privadas reconhecida pelo comprometimento com a pesquisa no Brasil, uma extensão dessa universidade foi implantada em Maringá em 2004, por persistência do prefeito José Cláudio. Insistia para que essa se instalasse na cidade e criasse cursos na área da saúde, o que é bastante arriscado por possuir o preço das mensalidades um pouco acima das demais faculdades que passaram a oferecer cursos nessa área recentemente. Encontra-se sediada no Colégio Marista, área pericentral sul, e possui uma área no quadrante nordeste, no espaço periurbano, o que contribui para a valorização de diversos imóveis fora do perímetro urbano de Maringá, analisado a seguir. Possui 3 cursos de graduação: Nutrição e Enfermagem, implantados no ano da fundação e Filosofia, criado no ano de 2006;

- O **Instituto Superior de Educação do Paraná - INSEP** foi a primeira faculdade à distância criada em Maringá, no ano de 2004, ofertando o curso Normal Superior, credenciado pelo Ministério da Educação. Essa instituição possui um teleposto no bairro Borba Gato em Maringá, onde os alunos optam por realizarem aula duas vezes por semana ou no sábado o dia inteiro. Com a mudança na legislação federal, o Insep transformou o curso de Normal Superior em Pedagogia, ofertando 530 vagas no curso de graduação em Pedagogia e em 9 cursos de pós-graduação *lato sensus* para o ano letivo de 2007, com a preocupação em se especializar como faculdade de formação de docente. Segundo entrevista com a secretaria, a faculdade possuía em dezembro de

2006 aproximadamente 360 alunos, número bastante diferente do indicado por Cavazotti (2005);

- A **Faculdade Cidade Verde - FCV**, foi fundada em 2005, ofertando 2 cursos de graduação: Administração e Ciências Contábeis, nesse ano possuía 45 alunos, para o ano letivo de 2007 passou a oferecer também o curso de Ciências Econômicas, além dos 13 cursos de pós-graduação *lato sensus*. Essa IES tem a pretensão de se consolidar como uma faculdade de negócios. Ocupa as instalações do Colégio Platão, na Avenida Carneiro Leão, 705.

5.3 IMPACTOS GEOECONÔMICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM MARINGÁ

O aumento do número de IES's, de cursos e de vagas nas faculdades, nos centros universitários e na universidade da cidade de Maringá a partir do ano de 1989 promoveu múltiplas transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e geográficas. Dessas transformações, privilegiou-se compreender os impactos geoeconômicos, fazendo considerações quando indispensáveis para compreensão dos demais tipos de impactos inerentes a esse novo papel urbano em consolidação.

A quantidade das transformações geoeconômicas também é um universo muito amplo, pois se pode estudar, numa escala temporal condizente com os períodos de ampliação de cursos e IES, dentre muitas, somente: o consumo de determinado produto em determinada área (bairro, zona, área de ponderação, espaço urbano, aglomerado urbano...); a distribuição espacial de um ou mais dos **comércios e serviços especializados** no atendimento a acadêmicos (impacto sobre a hotelaria no período de vestibular, na multiplicação de bares, lanchonetes, lan houses, copiadoras, sebos, livrarias, papelarias, pizzarias, restaurantes, nos fluxos de capitais e na influência sobre a distribuição setor bancário, na utilização dos serviços de correio...), conforme fica nítido nos materiais de propaganda a seguir a identificação do público-alvo; o mercado imobiliário (valorização de imóveis, do solo urbano, especulação imobiliária, distribuição e tipos de verticalização das kitnets, das repúblicas e pensionatos, implantação ou reforma de infra-estruturas urbanas...); os impactos dos vestibulares, do período de férias, dos congressos científicos; no uso e respectiva qualidade dos transportes utilizados pelos acadêmicos para o transporte até a instituição (sobre os transportes coletivos ou particulares, na utilização dos transportes aéreo e rodoviário para os movimentos pendulares ou eventuais...); o marketing das IES para ampliação de mercado (distribuição e qualidade ambiental dos out-doors, distribuição das panfletagens nas diversas escalas espaciais...).

- Material de propaganda de alguns dos serviços especializados no atendimento a acadêmicos

NOSSA LAVANDERIA
A LIMPEZA QUE VOCÊ VÊ, O CUIDADO QUE VOCÊ SENTE.

ROUPAS DO DIA-DIA
*Calça, Camiseta, Bermuda, Short, Blusinha, Saia, Toalha, Fronha, Lençol de Solteiro, Sutiã, Meia, Cueca, Etc...

LOTE UNIVERSITÁRIO
40 PEÇAS **R\$ 42,00** **OU** **R\$ 16,50** A DÚZIA

NOSSA LAVANDERIA

*LAVAMOS TAMBÉM: Roupas Sociais, Terno, Vestido de Festa, Cortina, Edredon, Cobertor, Tapete e Outros...

"Rendei graças ao Senhor, porque ele é bom, porque a sua misericórdia dura para sempre." Sl 116:1

TEL.: (44) 3263-8783
RUA DR. ALBERTO B. JÚNIOR, 62 - ZONA 07 - MARINGÁ - PR

MANTENHA LIMP A SUA CIDADE. PRESERVE O MEIO AMBIENTE.

Pense já na sua formatura

Kello
Formaturas
www.kello.com.br

Fotos e imagens que guardarão para sempre uma de suas maiores conquistas

Suas Memórias nas Melhores Imagens

Procure nossa consultora
Silza dos Reis
(44) 3262-9246 / 9931-2068
kellomaringa@kello.com.br

Tudo para sua formatura
Assessoria completa
Tecnologia Digital em Fotos e DVDs
Telões - Clipes - Organização de Eventos

MASTER
cópia

IMP. 04.583.364/0001-20

Impressão - Xerox - Scanner - Internet - Encadernação - Plastificação

Fone: 3028.9224
Av. Dr. Mario Clapier Urbinati, 280 - (Próx. Campus da UEM)
mastercopiaass@gmail.com

15 ANOS

ENCADERNAÇÕES DE MONOGRAFIA

CAPA-DURA - COUCHÊ - BROCHURA
ESPIRAL
ENCADERNAÇÃO COM A LOGO DA FACULDADE
IMPRESSÃO A-3 E A-4

ENTREGA RÁPIDA
FONE: (44) 3224-1267
E-mail: restauradorauniversitaria@ibest.com.br

Rua Mario Clapier Urbinatti, 280 - Zona 07
(Próximo a U.E.M.) - Maringá - Paraná

Livraria do Chain

LIVROS TÉCNICOS - LITERATURA E INFANTIS
FAZEMOS ENCOMENDAS DE LIVROS

E-mail: livrariadochain_maringa@yahoo.com.br

Rua Lauro E. Werneck, 1023 - CEP 87020-020
Maringá - Paraná

Fone/Fax:
(44) 3224-1249

Cartuchos Reciclados 100% Garantidos

Suprimentos e Papéis para Informática

Fone: (44) 3225-5653/Fax: 3225-8993
CEL.: 9972-0410 / CEL.: 9917-9527

May Print

Rua Prof. Lauro Werneck, 895
Salas 3 e 4 - Zona 07
Maringá - Paraná

MIL
CÓPIAS

Gráfica rápida
Impressões em duplicador digital
apostilas - panfletos - boletins

FONE/FAX: (44) 225-3892

Av. Prof. Lauro Eduardo Werneck, 803 - Jardim Universitário - Zona 07
e-mail: milcopia2001@uol.com.br
MARINGÁ-PARANÁ

Fonte: Pesquisa “in loco” nas principais ruas de acesso a Universidade Estadual de Maringá, 2006.

- A importância do marketing das instituições de ensino superior num mercado competitivo.

O futuro em suas mãos!
Vestibular de NOVEMBRO
ADMINISTRAÇÃO
DIREITO
TURISMO
Crédito Educativo Próprio!
PROVA: Dia 17 de Novembro

FACULDADES **nobel**

UNI FAMMA
 FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ
 Av. Mauá, 2854 - (44) 2101-5550
 www.unifamma.edu.br

APRENDA, FAÇA UNIFAMMA VESTIBULAR 2005
 Provas de 02 de 08h
 Inscrições de 06 de Junho até 2 de Julho
 Local: Campus Vera Cruz, Av. Manoel Ribaldo, 2854 - Maringá - PR - CEP: 81130-900
 Informações: www.unifamma.edu.br

Departamentos:
 Administração Geral
 Ciências Contábeis
 Direito
 Marketing
 Engenharia de Informática
 Publicidade e Propaganda
 Relações Públicas
 Secretariado Executivo Tríplice
 Turismo
 Pós. e Mídias Empresariais
 Administração de Serviços

FCV
 FACULDADE CIDADE VERDE

ADMINISTRAÇÃO
 Noturno - 120 vagas
 Linhas de formação:
 Gestão Financeira
 Gestão Logística
 Gestão de Marketing de Varejo
 Gestão de Pessoas
 Gestão Estratégica de Micro e Pequena Empresa

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
 Noturno - 120 vagas
 Linhas de formação:
 Contabilidade Financeira
 Contabilidade Gerencial

✔ Ótima estrutura.
 ✔ Corpo docente altamente qualificado.
 ✔ Parceria com o Colégio Platão.

Vestibular: 3 de agosto

Inscrições e informações:
 www.fcv.edu.br ou na FCV - Av. Carneiro Leão, 705 - Fone (44) 3031-5544 (Colégio Platão)

CONQUISTAR UM LUGAR NO MUNDO SÓ DEPENDE DE VOCÊ

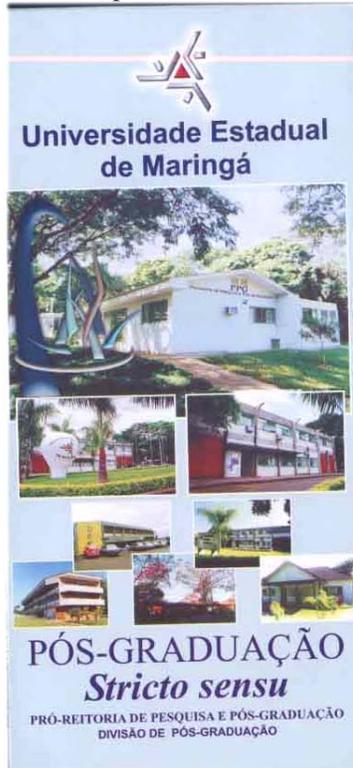
UNIANDRADE

ALVORADA

Referência de ensino em uma cidade que é referência no Paraná.

PUCPR
 Campus Maringá

Fonte: Pesquisa “in loco” nas instituições de ensino superior de Maringá, 2006.



Universidade Estadual de Maringá

PÓS-GRADUAÇÃO
Stricto sensu

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Processo Seletivo 2007

Cursos:

- Administração com área de formação:
 - Análise de Sistemas
 - Comércio Exterior
 - Marketing
- Comunicação Social com Habilitação:
 - Jornalismo
- Direito

Inscrições ABERTAS

www.faculdadesmaringa.br

Provas dia 26/11

O melhor caminho para seu sucesso!!

FACULDADE MARINGÁ
Um Nível Superior de Ensino

Tel.: 44 3027-1100

Av. Prudente de Moraes, 815 - Zona 07 - Maringá/PR

manual do candidato

Vestibular
02/07/2006

CURSO NORMAL SUPERIOR / PEDAGOGIA



INSEP
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Uma organização de Maringá

FACULDADE À DISTÂNCIA

CRENCIADA PELO MEC

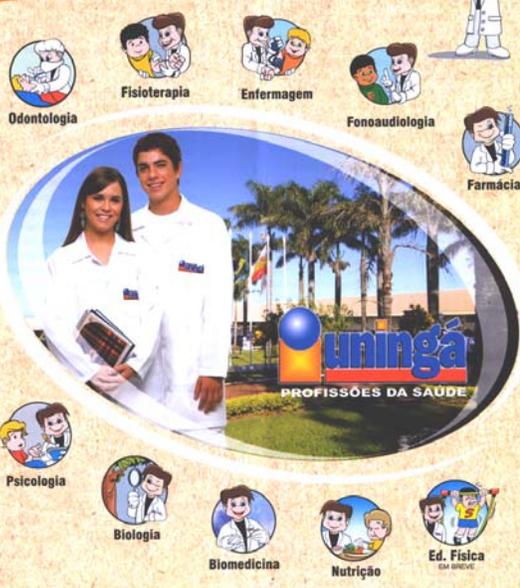
Portaria 2.894/MEC, publicada no Diário Oficial da União de 03/09/2004, seção 1, pag.20



INSEP - Teleposto Maringá
44 3225 1197

VESTIBULAR UNINGÁ

INSCRIÇÕES: ABERTAS
PROVAS: 03/12/05



uningá
PROFISSÕES DA SAÚDE

www.uninga.br

Vestibular2006
PARA VOCÊ!

Para garantir seu sucesso profissional e realizar seus sonhos, você precisa fazer as escolhas certas, afinal de contas, estamos falando do seu futuro. Então, escolher a instituição de ensino que priorize o seu sucesso pessoal e capacite você para o mercado de trabalho é muito importante. É para isso que o CESUMAR coloca à sua disposição professores qualificados, infra-estrutura ampla, moderna e solidez educacional. Cesumar, a conquista de um futuro melhor! Inscreva-se já!

Cursos de Graduação

Administração	Gestão de Agronegócio	Publicidade e Propaganda
Arquitetura e Urbanismo	Gestão de Neg. Imobiliários	Redes de Computadores
Artes Visuais	Gestão de Recursos Humanos	Serviço Social
Automação Industrial	Gestão de Varejo	Sistemas de Informação
Biomedicina	Jornalismo	Teologia
Ciências Biológicas	Letras - Port./Espanhol	Turismo e Hotelaria
Ciências Contábeis	Letras - Port./Inglês	Web Design
Comércio Exterior	Marketing	
Design de Interiores	Medicina Veterinária	
Direito	Moda	
Educação Física	Nutrição	
Enfermagem	Odontologia	
Engenharia Mecatrônica	Pedagogia	
Farmácia	Processamento de Dados	
Fisioterapia	Psicologia	
Fonoaudiologia		
Gastronomia		



Provas: 27/11
Inscrições: 13/10 a 22/11,
pelo site: www.cesumar.br

CESUMAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
Disque-vestibular: 44 3027-6360
Maringá - Paraná

Fonte: Pesquisa “in loco” nas instituições de ensino superior de Maringá, 2006.

Uma noção sobre a influência das IES's sobre determinada cidade pode ser observada na comparação das receitas globais de uma ou todas instituições com as receitas do município, como se observou no caso da comparação das receitas da UEM de 2005 com a receita municipal de 2004, onde a UEM, instituição pública com escassez de recursos para manutenção e ampliação agravada pelas políticas neoliberais, possui uma receita de 175.154.670,25 reais, enquanto o município, uma receita de 279.182.335,00 reais, ou seja, **a receita orçamentária global da UEM corresponde a 63% da receita municipal**, maior do que a de muitos municípios de porte médio paranaense.

Na atualização do Plano Diretor de Maringá de 1991 (2000, p. 158), já se destacava a importância das IES's na economia da cidade:

Levantamentos efetuados nesse campo estimam, para cada estudante de fora, gastos mensais realizados em Maringá em torno de R\$ 800,00. Supondo-se que a população desses estudantes venha atingir um total de 10.000 alunos – o que não constitui estimativa despropositada – pode-se projetar um acréscimo de 8 milhões de Reais mensalmente para a economia da cidade. Afora isso, há que se considerar ainda o aumento no mercado de trabalho para professores, funcionários administrativos e demais categorias de trabalhadores, provocado pela proliferação de estabelecimentos de ensino superior e pela ampliação de cursos de graduação e pós-graduação, o que também traria maior dinamização das atividades de comércio e prestação de serviços na cidade.

Nesse estudo, é impossível esgotar a temática, devido aos prazos, ao acesso as informações de IES's privadas, aos custos e pesquisadores necessários devido à abrangência e detalhamento da pesquisa, desta forma, será privilegiado o estudo da dinâmica do mercado imobiliário, e, de forma geral, o impacto geoeconômico dos vestibulares da UEM na cidade de Maringá.

Conforme o economista e professor da UEM, Joilson Dias, ao ser entrevistado por Cavazotti (2005, p. 14), “o crescimento do ensino universitário foi um dos carros-chefes do fortalecimento do setor de serviços, em comparação com a agricultura e com a indústria, que

predominavam na nossa economia”, tendo o setor de serviços um crescimento no número de empregos, entre 1999 e 2005, de 40%, índice maior do que o registrado pela indústria, pela agricultura e pelo comércio.

Conforme estimativa do coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Universitários do CODEM, Rodolfo Bernardi, baseado na realidade empírica, o setor acadêmico movimenta em torno de 30 milhões de reais por mês em Maringá. Somente os universitários vindos de fora da cidade injetam mensalmente na economia regional de 10 a 15 milhões de reais, de acordo com estimativas de entidades ligadas à área da educação (Cavazotti, 2005, p. 14).

Em um estudo dos professores de Economia da UEM, Alexandre Florindo Alves e José Luiz Parré, pode-se verificar que somente os vestibulares de 2005 (verão e inverno) foram responsáveis pela circulação de **seis milhões reais no comércio**, ao estimar que os alunos gastaram por dia entre 180 e 200 reais.

As universidades públicas, por serem reconhecidas pela qualidade de suas pesquisas, das publicações e do corpo docente, além da gratuidade do ensino, recebem inscritos para os vestibulares de milhares de quilômetros, de diversos estados brasileiros e até de outros países. Somente a seleção de vestibular da UEM de inverno de 2006, recebeu a inscrição de 20.126 candidatos, que disputam 1.562 vagas em 47 cursos de graduação, muitos de outras cidades e estados, como se pode observar pelo local de residência permanente dos aprovados já apresentados e pelo número de ônibus que se concentram próximo aos locais de provas (Figura 18 e 19). Os vestibulandos, para garantirem a vaga fazem as reservas com bastante antecedência, o que levou a saturação dos três mil leitos oferecidos pela rede hoteleira de Maringá como confirma o gerente do hotel Cidade Verde, em entrevista ao O Diário (2006): “Felizmente, estamos lotado. A procura foi tanta que tive até que mandar grupos para Araçongas, Londrina e Mandaguari”. O

impacto geoeconômico desses vestibulares é tão significativo para a cidade, que se torna motivo de diversas reportagens pela mídia jornalística regional, como se observa na Figura 20.

A procura por hospedagem é tão elevada que com a lotação da capacidade da rede de hotelaria, os vestibulandos procuram pousadas, pensionatos, repúblicas e até “casas de famílias” que ofertam suas residências no período de prova, conforme a quantificação que se fez em outubro de 2006, quando dispuseram a oferta de vagas para o primeiro vestibular de 2007, onde se contou a oferta de um ou mais leito em 175 casas de famílias, com preços que variam entre 90 a 380 reais para os três dias de prova, além dos 129 pensionatos e repúblicas, com preço que chegam a 650 reais pelo pouso nos três dias.



Figuras 18 e 19: Ônibus de transporte de outras cidades e estados estacionados na Avenida Colombo para embarque dos vestibulandos, em frente a um dos locais de prova.

Fonte: Arquivo do autor, janeiro de 2006.

SEXTA-FEIRA MARINGÁ, 7 DE JULHO DE 2006 - ANO XXXIII - NÚMERO 9.950 R\$ 1,00

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ

NÃO LEIA
SOMENTE ESTE ANÚNCIO, PARTICIPE
TAMBÉM DA
EXPOMANDAGUAÇU
e HOJE
DE 07:07 A 09:07
LANÇAMENTO
DE 07:07 A 09:07
EXPOMANDAGUAÇU

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

O TEMPO EM MARINGÁ
Sua vida de sol e nebulosidade
variada, sem previsão de chuva
Mínima 10° Máxima 24°

VIOLÊNCIA A6
**Sozinho, ladrão
rouba dois times
de futebol inteiros**
Homem armado de
revólver invadiu uma

Comércio otimista com vestibular

SERVIÇOS Hotéis e pousadas já estão com **lotação** praticamente **completa**. Bares, restaurantes e casas noturnas estão **contratando** para atender aos **21 mil inscritos** que farão provas entre os dias 16 e 18. **A6**

Figura 20: Reportagem da capa com nove dias de antecedência ao vestibular de inverno da UEM de 2006 pela mídia regional sobre o impacto econômico na cidade de Maringá.

Fonte: O Diário, 2006.

Os três dias de vestibulares da UEM, segundo proprietária de lanchonete na Zona 7, contrabalança o período das férias, onde o retorno dos estudantes de outros lugares para suas cidades de origem diminuem a dinâmica do comércio da cidade. Nos dias de vestibulares, os restaurantes, bares e lanchonetes têm hiperlotação (Figura 21) o que leva ao bloqueio do trânsito de carros em algumas ruas, como na Avenida Dr. Mario Clapier Urbinati e a Rua Lauro Werneck (Figuras 22 e 23).



Figura 21: Restaurante na Rua Lauro Werneck com superlotação devido aos vestibulandos de janeiro de 2006, convidados por faixas expostas com preço e desejando boas vindas.

Fonte: Arquivo do autor, janeiro de 2006.



Figuras 22 e 23: Concentração de vestibulandos de janeiro de 2006 na Rua Lauro Werneck, em frente a bares e lanchonetes.

Fonte: Arquivo do autor, janeiro de 2006.

Os impactos sobre a cidade são amplos, inclusive sobre a convivência social, por exemplo, se levarmos em consideração os encontros dos estudantes em repúblicas, nos bares e lanchonetes no entorno das IES's, o que leva a conflitos com a população não-acadêmica, que não gosta de barulho e das brincadeiras, como no caso da república Assombradão, localizada na Rua Mem de Sá, que ao terem seus residentes multados, tornou-se o principal assunto do jornal O Diário no dia seguinte, conforme se observa na Figura 24 e 25.

Som em república é caso de Justiça

ESTUDANTES A convivência de **milhares de universitários**, em centenas de repúblicas nas imediações da **UEM e do Cesumar**, gera atritos com a vizinhança. Psicóloga aponta **“falta de limite”** como causa. ^{A3}

Figura 24: Matéria em destaque na capa do jornal O Diário no principal dia de circulação (domingo), que discuti o conflito entre a população acadêmica e não-acadêmica nos bairros próximos as IES.
Fonte: O Diário, 08/10/2006.



Figura 25: República Assombradão, uma das repúblicas mais conhecidas da Zona 27, relativamente próxima ao Cesumar, reconhecida pela população acadêmica por suas freqüentes festas.

Fonte: Henri Junior, 2006.

O subtítulo dessa reportagem do O Diário é a seguinte: “Problemas com farras de estudantes não são mais exclusividade das imediações da UEM; universitários são multados na Zona 2 e vizinhança de faculdade particular também reclama”, sendo a novidade no caso da república Assombradão, uma sentença dada pelo Juizado Especial Criminal de Maringá, no dia 20 de setembro, contra seis moradores de uma república na Zona 2, na qual cada um dos estudantes terá que pagar 200 reais por perturbação do sossego da vizinhança.

Para a psicóloga Ângela Cecília Rezende Santos, entrevistada pelo O Diário para avaliar a questão, afirma que a república é saudável do ponto de vista do crescimento da responsabilidade dos jovens, mas adverte que todos os excessos devem ser comunicados aos pais dos estudantes, principalmente quando há dependência financeira dos mesmos. Para ela, quando o jovem sai do

controle de seus pais é uma conquista de liberdade, na qual o som alto e a gritaria nas festas não ocorrem para incomodar a vizinhança, mas não percebem o que gira ao redor. Temidos pela população, antes do diálogo entre as partes, os vizinhos acionam a polícia, que ao chegar ao local, de imediato só podem solicitar que diminuam o volume do som.

Nessa questão, alguns imobiliáristas, por receberem muitas reclamações da vizinhança das casas locadas, adotam algumas medidas preventivas, como dar preferência em locar apartamento ao invés de casa, pois nos edifícios há o controle do síndico, outras imobiliárias exigem que o pai de um dos futuros moradores fique responsável pela locação.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ



6 ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ

A cidade capitalista é caracterizada historicamente pelos processos de apropriação e produção do solo urbano através das estratégias e ações desenvolvidas pelas diversas forças do capital (funditário, imobiliário, produtivo e financeiro). Embora estas forças do capital se inter-relacionam, enfocaremos neste artigo o capital imobiliário, sobretudo os **promotores imobiliários**, por serem um dos agentes mais significativos para a (re) produção do espaço urbano. Estas forças/tipos de capital que ocupam a cidade e o campo estão constantemente em lutas, desenvolvendo a especulação sobre o uso do solo e seu valor de troca (SANTOS, 1988).

Sobre a mediação que o mercado exerce na disputa sobre o uso do solo urbano entre os diversos segmentos da sociedade, Carlos (1994) afirma que o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se restabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação se expressará na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

Nos estudos de Carlos (1994), a cidade é discutida enquanto espaço da reprodução do capital, que impõe uma determinada configuração ao urbano, aparecendo enquanto fenômeno concentrado, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, formando uma aglomeração que no capital, tem em vista o processo de acumulação. Um aglomerado que busca

diminuir a distância (medida do tempo) entre o processo de produção da mercadoria e seu processo de consumo.

A partir dessa questão, a cidade é vista como *locus* da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo. Ela passa então a ser analisada enquanto concentração de instrumentos de produção, serviços, mercadorias, infra-estruturas, trabalhadores e reserva de mão-de-obra.

Os agentes envolvidos diretamente com o capital imobiliário são os promotores imobiliários, denominados também por alguns autores como **incorporadores imobiliários** (SMOLKA, 1987, 1989; RIBEIRO, 1997; MENDES, 2000), os quais são um conjunto de agentes que, segundo Almeida (1982) citado por Corrêa (2002, p. 19-20), realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações:

- a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária [...];
- b) financiamento, que visa a compra do terreno a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas [...];
- c) estudo técnico [...];
- d) construção ou produção física do imóvel [...]; e
- e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros [...].

Segundo Ribeiro (1997, p. 94), “o incorporador é o agente que, comprando o terreno e detendo o financiamento para a construção e comercialização, decide o preço da produção, no que diz respeito às características arquitetônicas, econômico-financeiras e locacionais”. O incorporador não é o agente-suporte do capital produtivo, assim, o capital deste vai ser valorizado quando circular a mercadoria e não no momento da produção.

No processo de produção do espaço urbano, os promotores colocam à venda os loteamentos, os quais normalmente possuem pouca ou nenhuma infra-estrutura. Isso significa que, de várias formas, os compradores se organizam e lutam para obter equipamentos e serviços

coletivos, como asfalto, transporte, luz, água, escolas, creches, posto de saúde, dentre outros, beneficiando, sem dúvida, aqueles que estão produzindo seu espaço, mas sobretudo aqueles que deixaram as terras vazias aguardando a valorização (GOMES et al., 2003).

Para Smolka (1989, p. 11) o reconhecimento jurídico da figura do incorporador como agente se efetiva ao assumir o comando sobre a mudança do uso do solo urbano, pois:

- a) facilitou a realização de ganhos capitalistas de base fundiária;
- b) acarretou uma efetiva subordinação da atividade de edificação à incorporação; e
- c) redefiniu a própria matriz de estruturação interna da cidade, reduzindo consideravelmente os graus de liberdade disponíveis para o controle social do uso do solo e/ou do planejamento urbano geral.

Sendo o objetivo principal do capital imobiliário a obtenção de lucros sobre a produção locacional no contexto da (re) produção do espaço urbano, é de fundamental importância realizar estudos prospectivos das dinâmicas econômicas no país ou em determinado recorte regional, visando as atividades econômicas que estão em expansão (nos setores industriais, comerciais e de serviços), assim como do maciço investimento em *marketing* imobiliário na busca de maiores lucros com menores riscos.

De acordo com Schmidt, Costa e Mendes (2000, p. 52-53), para os promotores/ incorporadores imobiliários obterem sucesso em seus empreendimentos, utilizam as seguintes estratégias:

Produzir habitações, principalmente para as classes média e alta, detentoras de maior renda; incorporar áreas na cidade providas de melhor infra-estrutura (segurança, transporte, acesso, etc...); criar edifícios ou loteamentos que proporcionem um valor de uso superior aos antigos lançamentos; proporcionar melhores condições de pagamentos às classes consumidoras; lançar empreendimentos imobiliários cuja arquitetura atraia adquirentes; promover campanhas publicitárias, a fim de manter-se em evidência no mercado imobiliário e valorizar o bem imóvel; participar, sugerir e criar projetos que facilitem a atuação na cidade; promover a infra-estrutura básica dos loteamentos conforme a legislação municipal exige; apoiar-se na ajuda do Sistema Financeiro para traçar seus planos de financiamento às classes populares; definir estratégias de acordo com a situação socioeconômica do país; criar novas áreas nobres, no caso de 'esgotamento' de áreas valorizadas da cidade.

Portanto, a construção de residências para as camadas populares, só ocorre em duas situações: quando é rentável ao capital imobiliário ou quando é subsidiada pelo Estado. Sobre a primeira situação, Corrêa (2002, p. 21-22) analisa que a produção de habitações para classe baixa ocorre quando:

- (a) é rentável se são superocupadas por várias famílias ou por várias pessoas solteiras que alugam um imóvel ou um cômodo;
- (b) é rentável se a qualidade da produção for péssima, com o seu custo reduzido ao mínimo, conforme Engels descreve para a Inglaterra em relação ao século XIX; e
- (c) é rentável quando se verifica enorme escassez de habitações, elevando os preços a níveis insuportáveis.

A segunda situação ocorre quando a classe baixa encontra-se insatisfeita e o Estado, sobre pressão popular, torna viável economicamente para o capital a produção de residências para as classes populares, através de: créditos e/ou garantia de lucros para os promotores imobiliários, facilitando as desapropriações de terras, e créditos para os futuros moradores. Conseqüentemente, esta segunda situação acaba viabilizando a reprodução do sistema capitalista, amortecendo as crises cíclicas da economia através de investimento de capital e criação de numerosos empregos na construção civil (CORRÊA, 2002). Esta situação também contribui com o capital financeiro, pois geralmente obtém maiores lucros que as construtoras.

Destarte, pode-se afirmar que o capital imobiliário sempre aufere lucros, que obtêm através dos diversos movimentos de valorização imobiliária.

Para facilitar a análise da atuação do capital incorporador utilizou-se a distinção em três movimentos de valorização imobiliária seguintes, elaborada por Smolka (1987, p. 48):

- I – alteração no preço do terreno entre aquele referente à sua aquisição original e o preço pelo qual este foi negociado ao novo usuário, isto é, o incorporador;
- II – valorização realizada pelo incorporador ao alterar os atributos do terreno em questão, isto é, ao reequipá-lo;
- III – variações no preço referentes a modificações na estrutura espacial do ambiente construído onde se insere o terreno, captada na forma do momento I em período distante no futuro.

Partindo desta diferenciação, pode-se afirmar que os momentos I e III, refere-se a especulação imobiliária urbana, pois não é realizado nenhuma produção material sobre o lote, apenas negociações que almejam lucros sobre a (re)produção da cidade, ou seja, da localização.

Ao analisar as cidades brasileiras de médio ou grande porte, observa-se que cerca da metade do espaço utilizável para fins de edificação estão vazias, onde os proprietários de terrenos nada precisam investir em melhorias urbanas. Como Campos Filho (1989, p. 40) afirma: “basta aguardar a cidade crescer, o governo investir e os demais proprietários construir edificações para que os terrenos sejam valorizados”.

Esta especulação imobiliária urbana, no quadro do capitalismo, é uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia para os proprietários fundiários, principalmente através de investimentos públicos em infra-estrutura e serviços urbanos. Diminuindo a capacidade de investimentos produtivos das atividades econômicas, além de gerar expressivas deseconomias urbanas. Estas deseconomias, geradas por deslocamentos maiores, devidos os latifúndios urbanos, elevam os custos tanto da produção de mercadorias e serviços para as empresas, quanto um custo social elevado (CAMPOS FILHO, 1989).

O momento II, ao reequipá-lo, ou seja, ao edificar no lote, a produção, movimenta o setor produtivo e não especulativo, o que gera mão-de-obra e riqueza “social”. O social entre aspas se refere à apropriação individual e concentrada vigente para a reprodução do modo-de-produção capitalista.

Este processo especulativo faz o preço da terra urbana se elevar, principalmente nas áreas centrais ou zonas/bairros de interesse do capital, levando os empresários imobiliários buscarem cada vez mais a redução da cota-parte dos terrenos, ou seja, pressionar o Estado para legalizar a construção de edifícios cada vez mais altos (CAMPOS FILHO, 1989).

Assim, o capital incorporador é definido como aquela função do capital que se valoriza pela articulação dos diversos serviços oferecidos; ou ainda, segundo Smolka (1987), como aquele que desenvolve o espaço geográfico organizando os investimentos privados no ambiente construído, em especial aqueles destinados à produção de habitação.

Diante do exposto, Campos (1989, p. 47-49) define que,

Para que o processo de mudança de uso do solo, operado pelos capitais incorporadores, se concretize é necessária uma operação de edificação (mudança na materialidade do solo) envolvendo a atuação dos capitais construtores. Não obstante os capitais construtores produzirem a intervenção sobre a materialidade do solo urbano, são os capitais incorporadores que assumem o controle econômico do processo de produção de moradia – definindo as características da mercadoria produzida, sua demanda potencial, estratégias de realização (venda), localização, etc. – enquanto os capitais construtores irão deter o “controle técnico de produção”. [...] o sistema de produção capitalista de moradias assume a forma e circuito imobiliário urbano, sendo constituído pela articulação de um conjunto de frações de capital com funções específicas no circuito produtivo imobiliário. [...] esta forma de organização de produção de moradias tem no capital incorporador o elemento organizador do circuito imobiliário.

Entende-se, que a atuação do capital incorporador se valoriza quando passa a comandar e a controlar o processo pelo quais rendas fundiárias são produzidas e apropriadas; no entanto, para sua viabilidade, este capital assume esse processo de maneira contraditória (MENDES, 2000).

Para Mendes (1992), o valor de uso do imóvel, que era, por assim dizer, objeto de negociação no mercado imobiliário, passa a ter seu valor de troca, tirando desta forma a atenção da margem do preço e passando a favorecer a valorização tão esperada para determinado imóvel, ou seja, a variação futura de seu preço. Isto é facilmente depreendido do apelo desenvolvido pelo *marketing* imobiliário.

O incorporador, diferentemente do arrendatário, o agente-suporte do capital produtivo, que investe seu capital na agricultura, investe seu capital na mercadoria, que terá sua valorização com a circulação desta, e não no momento da produção.

Por outro lado, o solo urbano ainda pode ser, de acordo com Smolka (1987), a base dos processos de valorização de capitais (instalação de indústria) e base das atividades econômicas não-capitalistas (áreas usadas para pequeno comércio). Pode ser usado ainda como suporte de consumo (áreas destinadas à moradia); e por fim, pode servir como meio de reserva de valor (através da compra e retenção pelo agente econômico).

A compra de terras foi a política adotada pelas empresas que se dedicam à incorporação imobiliária e, para isto, tiveram em vista a existência da relação entre proprietário fundiário e incorporador. Trata-se de uma relação de dominação/subordinação. Com efeito, por controlar o acesso e a transformação do uso do solo e por ser um agente-suporte do capital de circulação necessário ao financiamento da produção e da comercialização, o incorporador está em posição de dominação do processo de produção. A empresa construtora trabalha sob encomenda do incorporador. Este paga ao construtor o preço geral de produção, ou seja, os custos de produção e mais o lucro determinado pela taxa geral de lucros. Dessa maneira emerge uma relação que admite duas dimensões: capitalista comercial/capitalista industrial e proprietário/capitalista industrial.

Torna-se necessário, para uma melhor apreensão do capital incorporador e para entender como se concretiza sua valorização, distingui-lo dos outros capitais, especialmente o industrial, o comercial e o financeiro. Smolka (1987) faz referência a esta distinção, dizendo que “Os Capitais, industrial, bancário e comercial, largamente protegidos e impulsionados pelo poder estatal, desenvolvem-se e constituem a força e os movimentos do capital financeiro”.

Nesse sentido a atuação do capital e suas estratégias no subsistema econômico brasileiro passam a ser dirigidas pelo capitalismo financeiro. Os setores produtivos estatais e privados são

amplamente comandados pelo capital financeiro, sob condições monopolistas. São inúmeras as associações e união de empresas, nos setores industriais, bancários e comerciais, podendo, em cada um deles, haver movimentos diferenciados de cada capital (MENDES, 2000).

No contexto do capital incorporador frente aos demais agentes, para se resgatar como aquele se impõe à matriz da estruturação urbana, cumpre ponderar sua atuação tanto no aumento da diferenciação (criando rendas diferenciais onde elas não existiam anteriormente ao ampliar sua incidência) como na maior homogeneização do espaço, quando afeta a média das condições (marginais) para a incorporação. Em geral, esta atuação é realizada pelo Estado.

Dessa forma, observa-se que quanto mais os ganhos imobiliários estão atrelados aos ganhos fundiários, menor será o estímulo para modificações no processo de produção dos imóveis. Com isto estabelece-se importante relação entre o capital incorporador e a indústria da construção, com a subordinação desta à primeira.

Ao capital incorporador interessa dinamizar as transações no mercado imobiliário com paulatino aumento no preço dos imóveis, o que gera um aumento na parcela do orçamento destinado à moradia (sobretudo, no processo de construção de edifícios), diminuindo o acesso a moradia das classes subalterna e média, repercutindo assim, sobre os outros capitais.

É importante frisar que este processo ocorre numa diversidade de processos privados de apropriação do espaço. Cada um deles está determinado pelas regras de valorização de cada capital em particular, de cada fração do capital. Grande parte desses processos está praticamente incorporada na discussão dos agentes que intervêm no processo de produção fundiária e imobiliária da cidade.

Embora o capital incorporador esteja associado à parcela relativa do total da produção de habitações, assume considerável - para não dizer decisiva - importância sobre o restante do mercado imobiliário urbano, pois afeta de modo significativo o padrão de uso do solo urbano. Essa associação

acaba visando ainda à intervenção do Estado na alocação espacial dos bens de consumo coletivos e na dosagem de recursos financeiros disponíveis para os diferentes segmentos da sociedade. Além disso, pode contribuir fortemente para a segmentação do processo do mercado de trabalho na construção civil e condicionar o processo técnico neste setor.

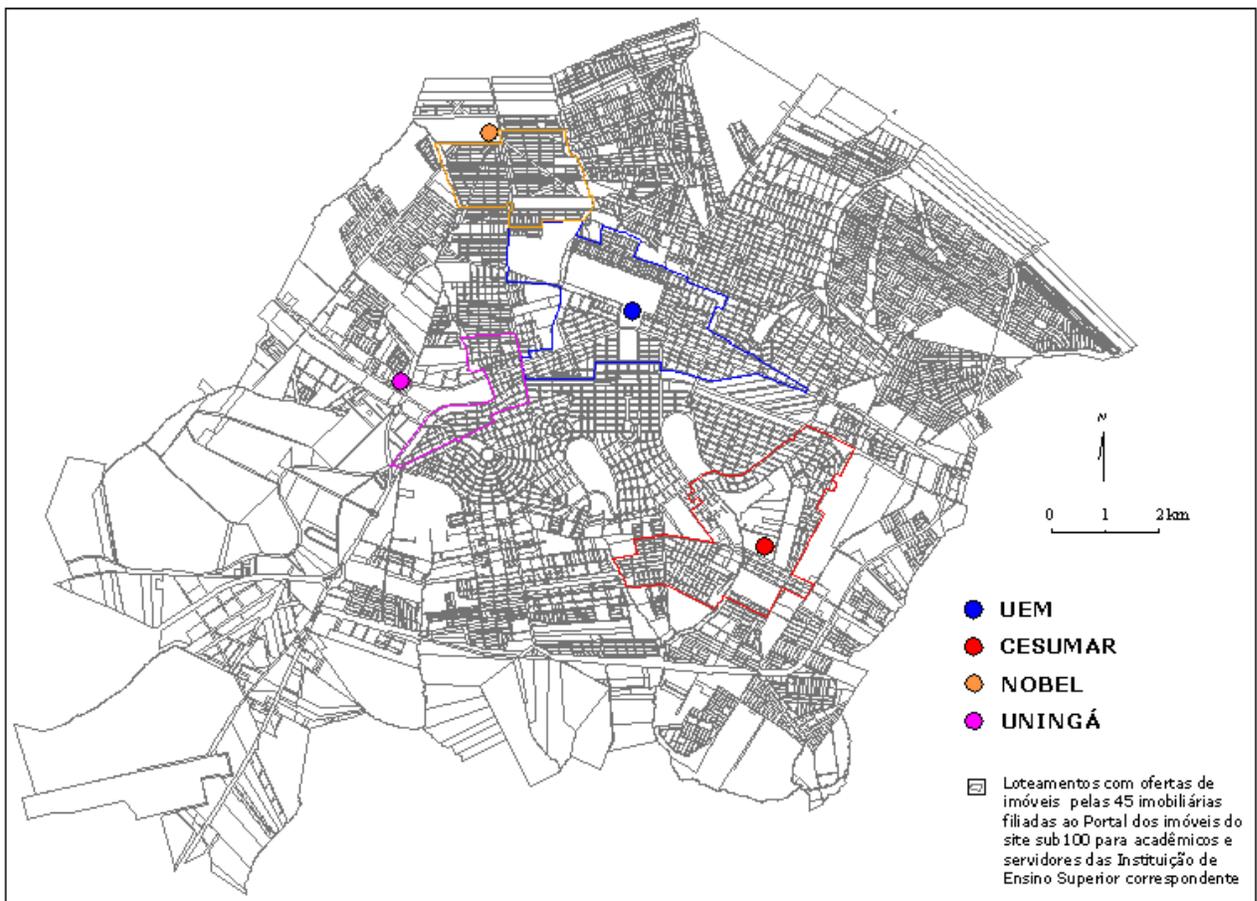
6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E OS NOVOS ESPAÇOS DE CONCENTRAÇÃO E EXCLUSÃO DECORRENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ

Ao relacionar o aumento das cidades médias com o relevante aumento do consumo no pós-guerra, Santos (1988, p. 89-90) afirma que “as cidades intermediárias, que hoje são também chamadas de ‘cidades médias’, a que então chamávamos de ‘centros regionais’, são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados”. Na qual, Santos e Silveira (2001, p. 229), destacam que: “A educação junto com a saúde, viagens, manifestações artísticas, congressos, feiras e todo um leque de formas de turismos vêm impor novos ritmos e novos padrões de consumos à sociedade brasileira contemporânea, sendo importantes para as condições de vida, onde compõe a maior novidade do recente período, a expansão e a diversificação dos consumos imateriais”.

É a expansão e diversificação do ensino superior em Maringá, a principal dinamizadora do mercado imobiliário na década de 90 e no início do século XXI. Buscou-se assim, dentre as centenas de imobiliárias da cidade, as que mais realizam negociações próximas as IES's. Uma **primeira delimitação** da área de influência das IES's sobre o mercado imobiliário da cidade de Maringá foi encontrada no *site* sub100 imóveis, uma reunião de 45 imobiliárias, dentre as quais as imobiliárias mais tradicionais. Uma das formas de busca de imóveis para locação ou compra desse *site* é pela forma “universitários”, no qual os loteamentos associados: - a **UEM** são a Zona 7, o Jardim Nevada, o Jardim Universitário, Parque Cidade Jardim, a Vila Esperança e a Vila Santo Antonio; - ao **Cesumar** são a Zona 8, o Jardim Novo Horizonte, a Vila Marumbi, o Parque Residencial Anchieta, o Jardim Aclimação, a Vila Bosque, a Vila Emília, o Jardim Tabaete e o Parque Lagoa Dourada; - ao **Nobel** são os Jardins Paris I, II, III, IV e V, o Jardim Santa Helena, o Jardim Brasil, o Jardim Real e o Parque das Laranjeiras; e, - a **Uningá** o Jardim Maravilha, o Jardim Seminário, a Zona 6 e o Jardim

Mandacaru (Mapa 16). Conforme a quantidade de imóveis que cada uma das 45 imobiliárias ofertavam nas áreas de influências citadas, selecionou-se as imobiliárias que mais possuíam imóveis nessas áreas. Seguindo a mesma lógica, foi delimitada a área de influência sobre o mercado imobiliário das IES presenciais, da **Faculdade Maringá, da Unifamma e da Uniandrade/Alvorada**: a Zona 1 (centro tradicional da cidade de Maringá) e a Zona 7; e das recentemente instaladas **Faculdade Cidade Verde e da PUC-PR**, destacando-se as Zonas 1 e 4.

Mapa 16: **Área de influências das instituições de ensino superior de Maringá – sub100 imóveis – março de 2006**



Fonte dos dados: Pesquisa no site www.sub100.com.br, fevereiro e março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Tendo como critério a escolha de cinco imobiliárias para área de influência da UEM e três para as demais faculdades e centros universitários, com a finalidade de aplicar o questionário (Anexo A), encontrou-se que as imobiliárias que mais atuam nessas áreas, conforme a quantidade de imóveis ofertados para venda ou locação, são: a Lélo Imóveis, a Opção imóveis, a Empreendimento Imobiliário Sandri, a Pedro Granado Imóveis, Granado Imóveis, Shimizu Imóveis, a Imobiliária Arca, a Peralta Imóveis, a Imobiliária Paiaguás e a Imobiliária Cidade Verde (Quadro 9).

Quadro 9: Imóveis ofertados pelas imobiliárias da cidade de Maringá nos loteamentos da área de influência das instituições de ensino superior – fevereiro e março de 2006

IES Imobiliárias	UEM	Cesumar	Faculdades Nobel	Fac. Maringá Unifamma Uniandrada/ Alvorada	Uningá	Fac. Cidade Verde PUC-PR
Lélo Imóveis	70	13	15	65	2	-
Opção Imóveis	31	13	8	35	-	-
Emp. Imob. Sandri	-	22	-	-	-	17
Pedro Granado Imóveis	26	-	-	34	-	25
Granado Imóveis	-	-	-	-	-	16
Shimizu Imóveis	27	-	-	-	-	-
Imob. Arca	-	-	7	-	-	-
Peralta Imóveis	17	-	-	-	-	-
Imob. Paiaguás	-	-	-	-	2	-
Imob. Cidade Verde	-	-	-	-	1	-

Fonte: Pesquisa do autor no *site* www.sub100.com.br, fevereiro e março de 2006.

(-) Imobiliária não possuía oferta de imóvel nos loteamentos da área de influência da IES.

Algumas imobiliárias, como a Lélo Imóveis, focalizaram-se no mercado imobiliário acadêmico, fazendo diversas pesquisas para encontrar imóveis que comercializaram ou locaram a estudantes acadêmicos, como se percebe em um de seus materiais de propaganda (Figura 26); outras, a Pedro Granado Imóveis, a Opção Imóveis e a Peralta Imóveis afirmaram que a proximidade as

IES's foi o maior motivo para instalação daquela imobiliárias naquele local, localizadas na Avenida Paraná a aproximadamente quinhentos metros da UEM, e a mesma distância da área central.



Figura 26: Um dos materiais de propaganda do mercado imobiliário de Maringá, onde se percebe a focalização dessa imobiliária no atendimento a acadêmicos e servidores das IES's.

Ao questionar as imobiliárias supracitadas sobre quais e a partir de que ano as instituições de ensino superior começaram a dinamizar o mercado imobiliário do espaço urbano de Maringá, alguns dados convergiram, como as três imobiliárias que apontaram que as faculdades mais centrais geraram certa influência a partir de 2004, porém alguns dados divergiram, como para a UEM, na qual uma apontou o ano de 1970 e outras duas o ano de 2001, o que sofre muito a influência do ano de implantação dessas imobiliárias. O papel que a UEM e o Cesumar para a compreensão do espaço urbano da cidade em estudo é muito significativo, pois todas as imobiliárias pesquisadas as apontaram como dinamizadoras do mercado imobiliário local.

As demais IES poderão vir a desempenhar tal papel nesse mercado maringaense, o que dependerá da ampliação de vagas e cursos das faculdades existentes ou nas que poderão ser criadas. Embora o mercado educacional aponte para uma saturação de empresas, pois algumas faculdades possuem altos índices de inadimplências, cursos não reconhecidos pelo MEC ou de vagas ociosas em seus cursos, como no caso da FAISA, faculdade localizada na cidade do Sarandi, fundada em 2001. Conforme Cláudio Ferdinandi, do Sindicato das Escolas particulares, “o mercado não comporta tantas [faculdades]. A grande empresa tende a matar a pequena, é a natureza das coisas”, o que deixa nítido uma possível saturação de IES's no aglomerado urbano de Maringá.

Quadro 10: Ano em que as instituições de ensino superior começaram a dinamizar o mercado imobiliário da cidade de Maringá

IES Imobiliárias	UEM	Cesumar	Faculdades Nobel	Fac. Maringá Unifamma Uniandrada/ Alvorada	Uningá	Fac. Cidade Verde PUC-PR
Lélo Imóveis	1990	2001	2002	2004	2003	-
Opção Imóveis	1996	2000	-	-	-	-
Emp. Imob. Sandri	1993	2003	1998	2004	-	-
Pedro Granado Imóveis	1984	2001	-	-	-	-
Granado Imóveis	1970	1997	-	-	-	-
Shimizu Imóveis	1999	2002	-	-	-	-
Imob. Arca	2001	2004	2004	-	2004	-
Peralta Imóveis	2001	2004	-	2004	2005	-
Imob. Paiguás	1995	2003	-	-	-	-
Imob. Cidade Verde	1984	1998	-	-	-	-

Fonte: Questionário aplicado nas imobiliárias que mais ofertam imóveis próximos às instituições de ensino superior, em março de 2006.

(-) IES não mencionada pelas respectivas imobiliárias.

A produção do espaço urbano pelo mercado imobiliário requer investimentos públicos ou algum tipo de “atrativo” antecedente, como a implantação de infra-estruturas, localização/acessibilidade ou de alguma instituição, como uma universidade. No caso das universidades, o fato de significativa parcela dos estudantes ser de outras cidades, a locação ou compra de imóvel é indispensável, o que gera fluxo de capital dos outros municípios para investimento em moradia para os estudantes ou fluxos de outros setores da economia para especulação imobiliária ou extração de renda através da locação.

Conforme as 10 imobiliárias questionadas, 4 responderam que as IES’s de Maringá tem uma influência muito alta na comercialização e locação de imóveis dessas empresas, 3 afirmaram ter alta influência e 3 média influência sobre o volume de negociações da empresa, como se pode observar no Gráfico 7.

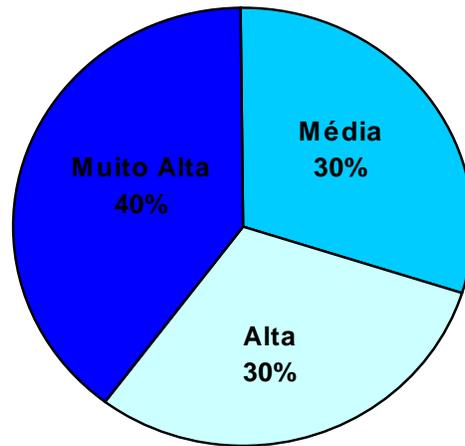


Gráfico 7: Significância na comercialização ou locação das imobiliárias para alunos ou servidores das instituições de ensino superior de Maringá – 2006

Fonte: Pesquisa nas imobiliárias, em março de 2006.

As imobiliárias afirmam que os clientes acadêmicos que locam ou compram residência em sua maioria são de outras localidades, da região metropolitana de Maringá ou de outros estados, sendo os de outras cidades do Paraná e do estado de São Paulo, apontadas apenas por uma das dez imobiliárias como a principal origem dos alunos universitários (Gráfico 8).

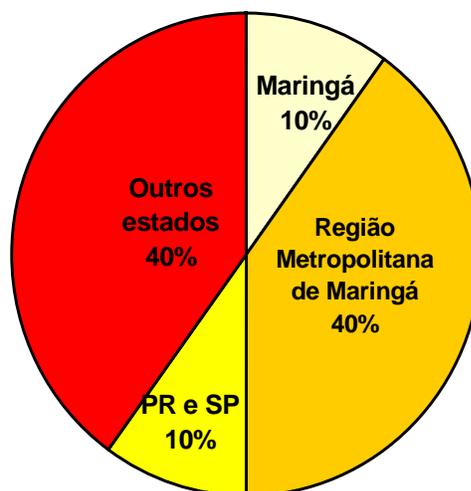


Gráfico 8: Origem dos clientes acadêmicos e servidores das instituições de ensino superior das imobiliárias da cidade de Maringá – 2006

Fonte: Pesquisa nas imobiliárias, em março de 2006.

Os acadêmicos, por possuírem algumas necessidades diferenciadas, excitam a criação de comércios e serviços próximos à concentração de suas residências, que por sua vez, são o mais acessível possível em relação à instituição de ensino superior na qual estudam. Por conta dessa necessidade, deduz-se que há influências no preço das locações comerciais também.

Na pesquisa junto às imobiliárias, nota-se que algumas tem maiores preocupações com o setor de locação comercial, outras focalizam mais o setor de locação residencial. Ao serem questionados sobre a influência no preço das locações comerciais, 60% afirmaram ter média e alta influência, enquanto 40% afirmaram ter baixa e muito baixa influência (Gráfico 9).

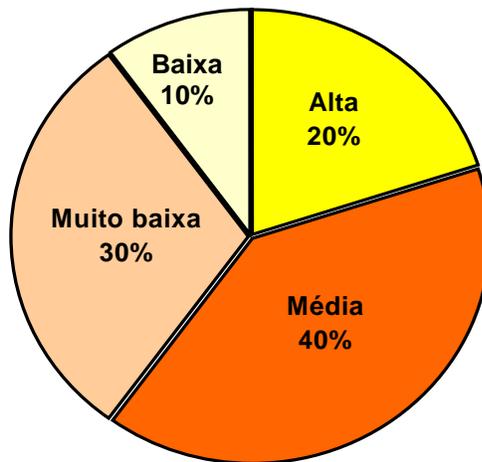
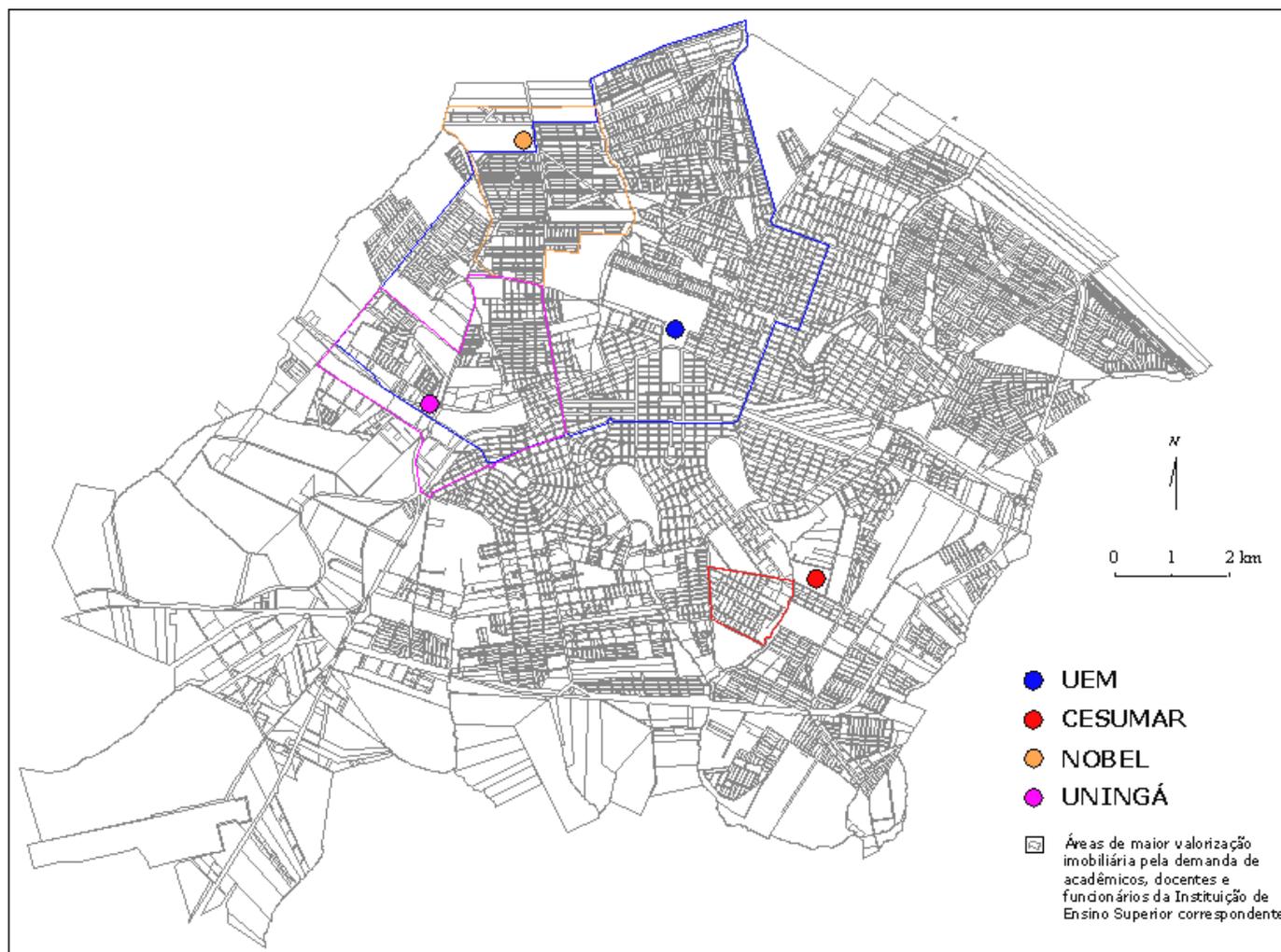


Gráfico 9: Influência das instituições de ensino superior no preço das locações comerciais no espaço urbano de Maringá – 2006

Fonte: Pesquisa nas imobiliárias, em março de 2006.

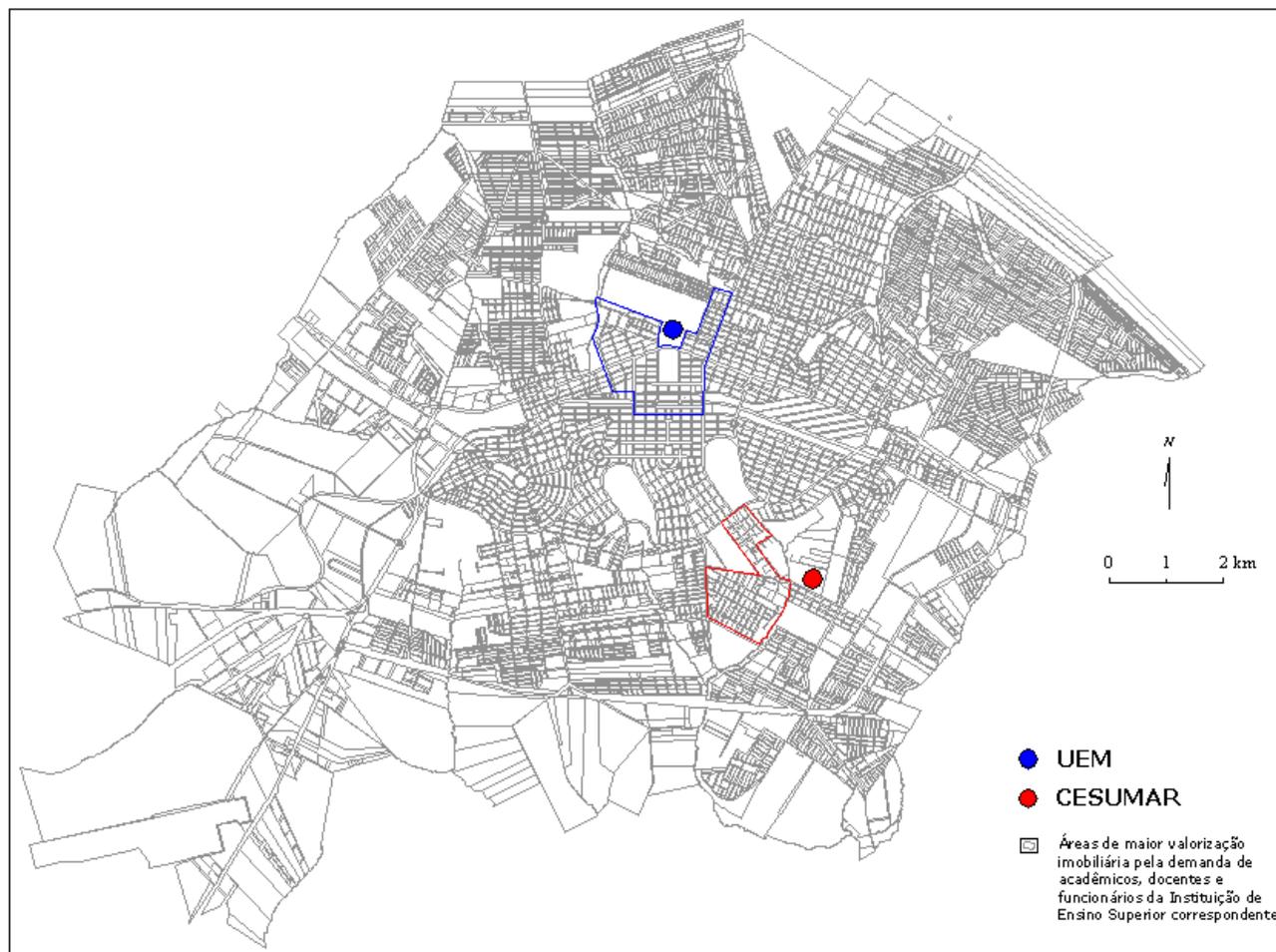
Concomitante com a aplicação do questionário solicitou-se que demarcassem as áreas ou loteamentos da cidade de cada uma das respectivas IES citadas no questionário como dinamizadoras do mercado imobiliário de Maringá. Devido a impossibilidade de sobreposição de tais dados sobre um único cartograma, optou-se por fazer um por cada imobiliária, apresentados nos Mapas 17 a 26.

Mapa 17: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Arca – março de 2006



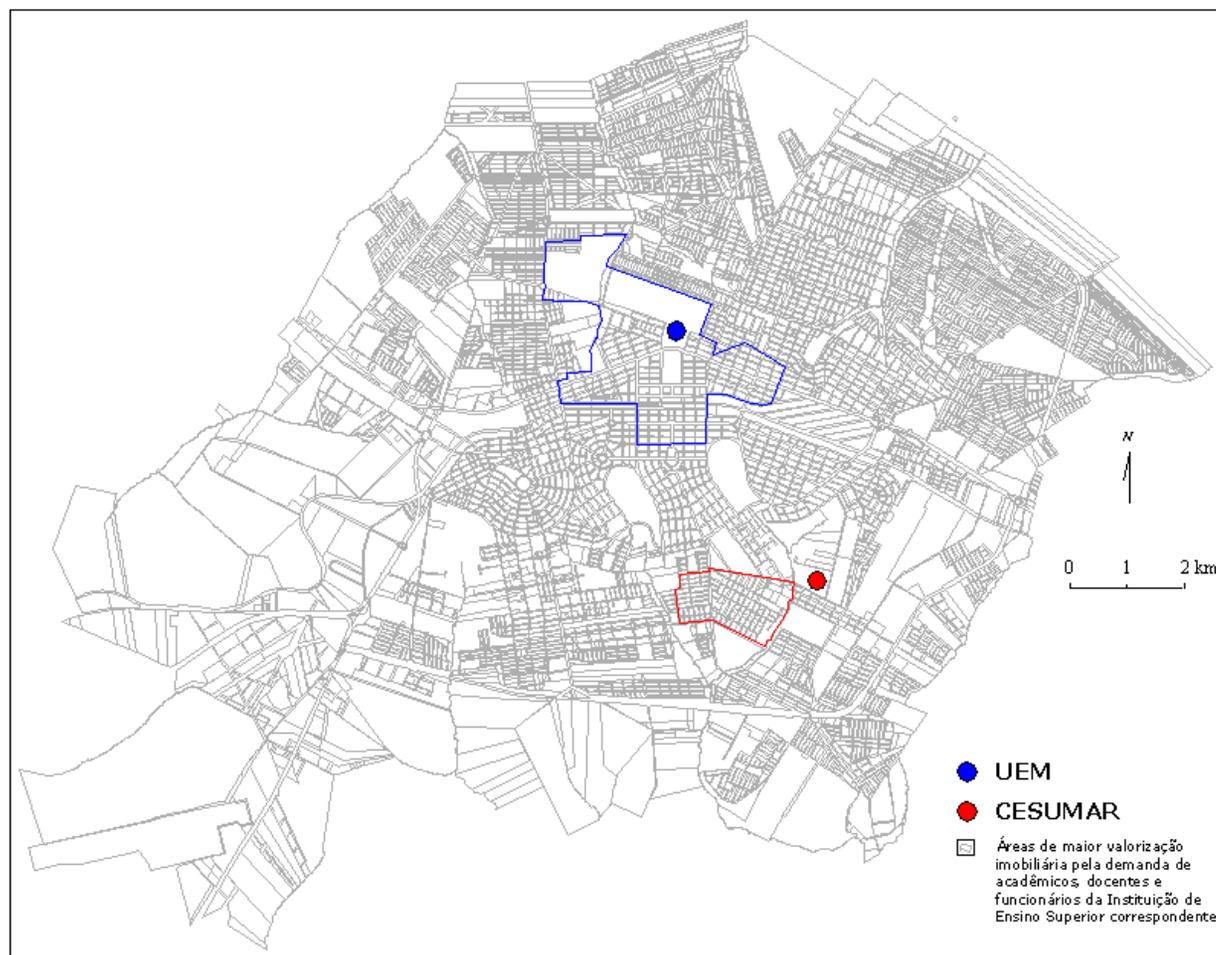
Fonte: Pesquisa na imobiliária Arca, em março de 2006.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 18: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Cidade Verde – março de 2006



Fonte: Pesquisa na imobiliária Cidade Verde, em março de 2006.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.
Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 19: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Granado Imóveis – março de 2006

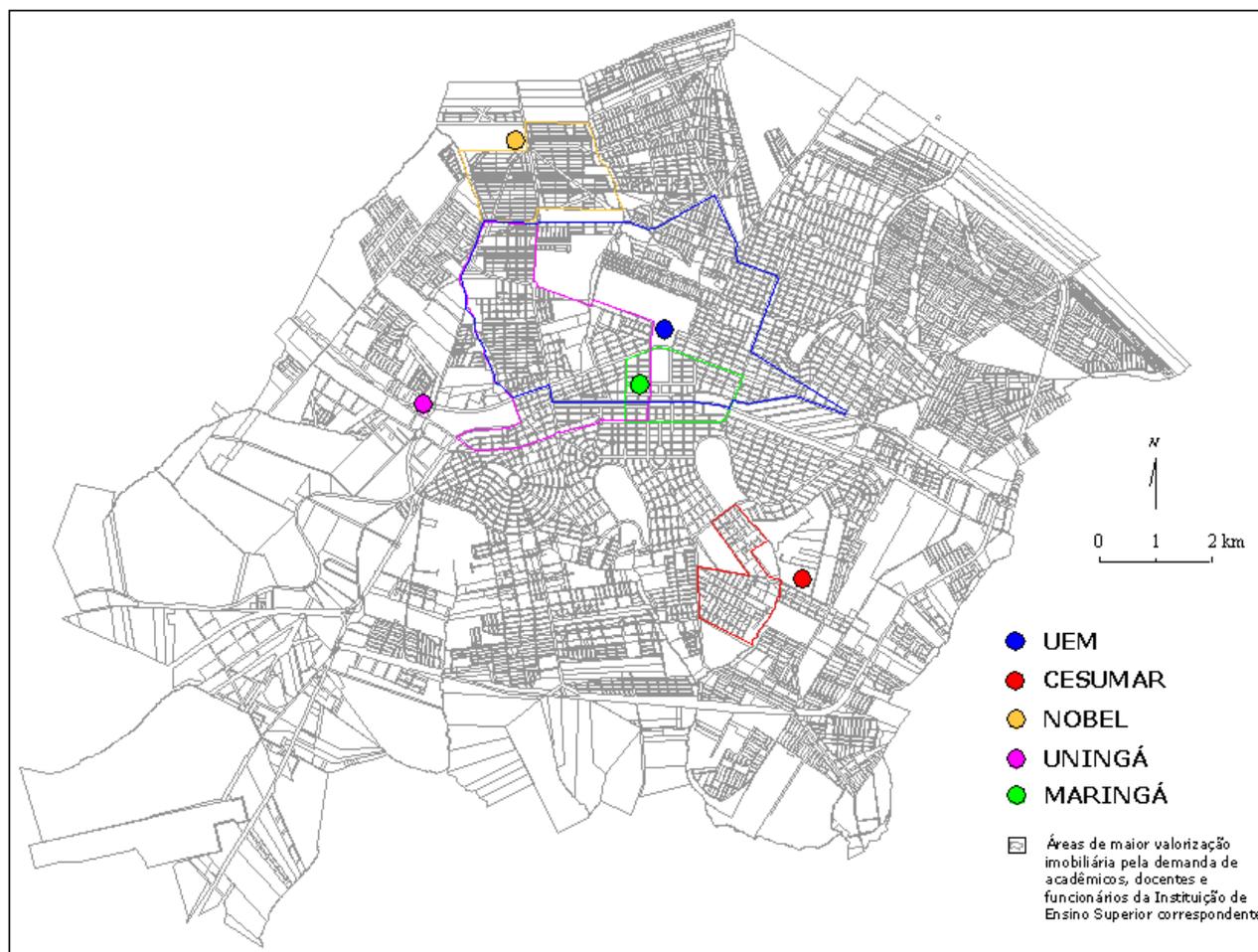


Fonte: Pesquisa na imobiliária Granado Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 20: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Lélo Imóveis – março de 2006

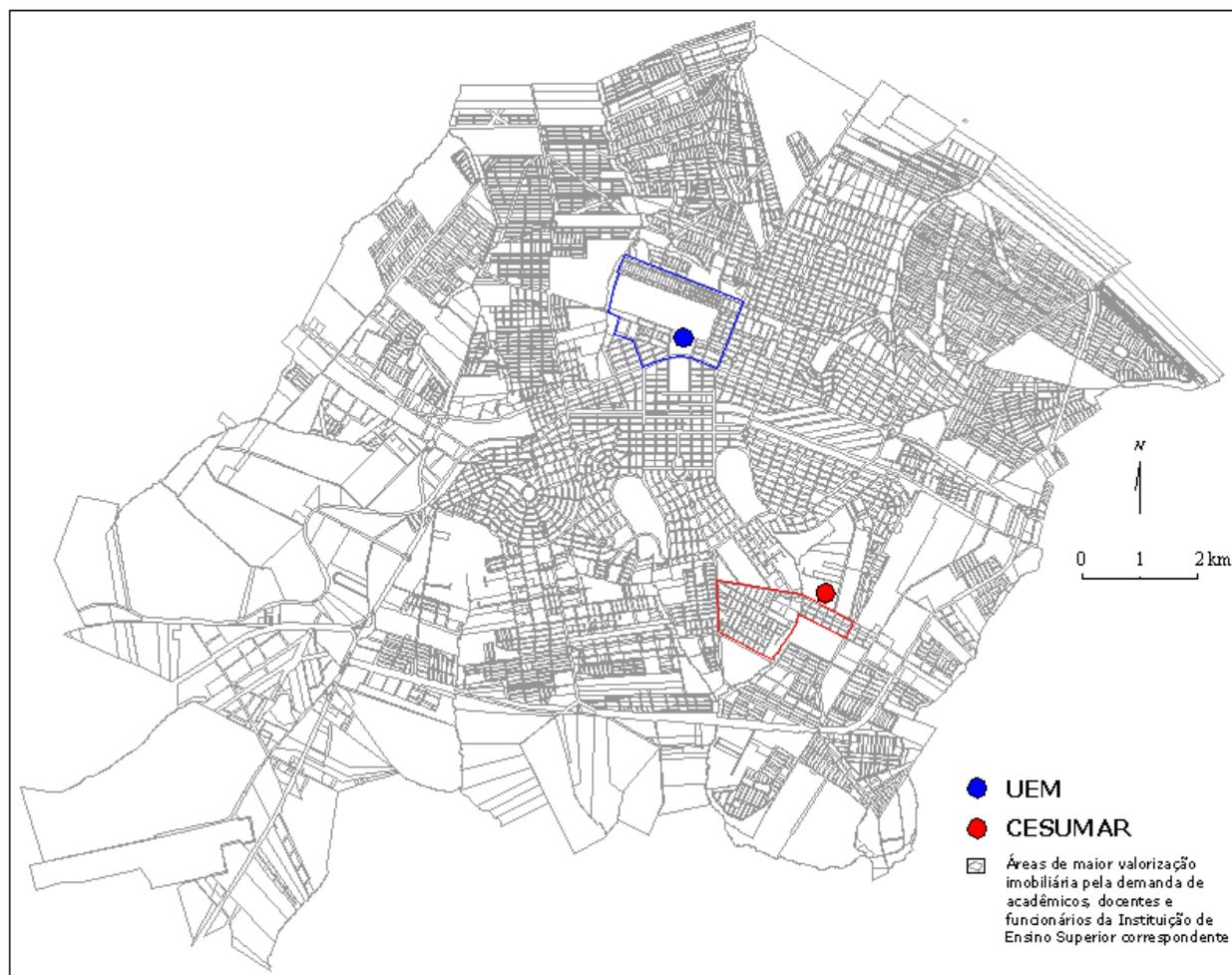


Fonte: Pesquisa na imobiliária Lélo Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 21: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Opção Imóveis – março de 2006

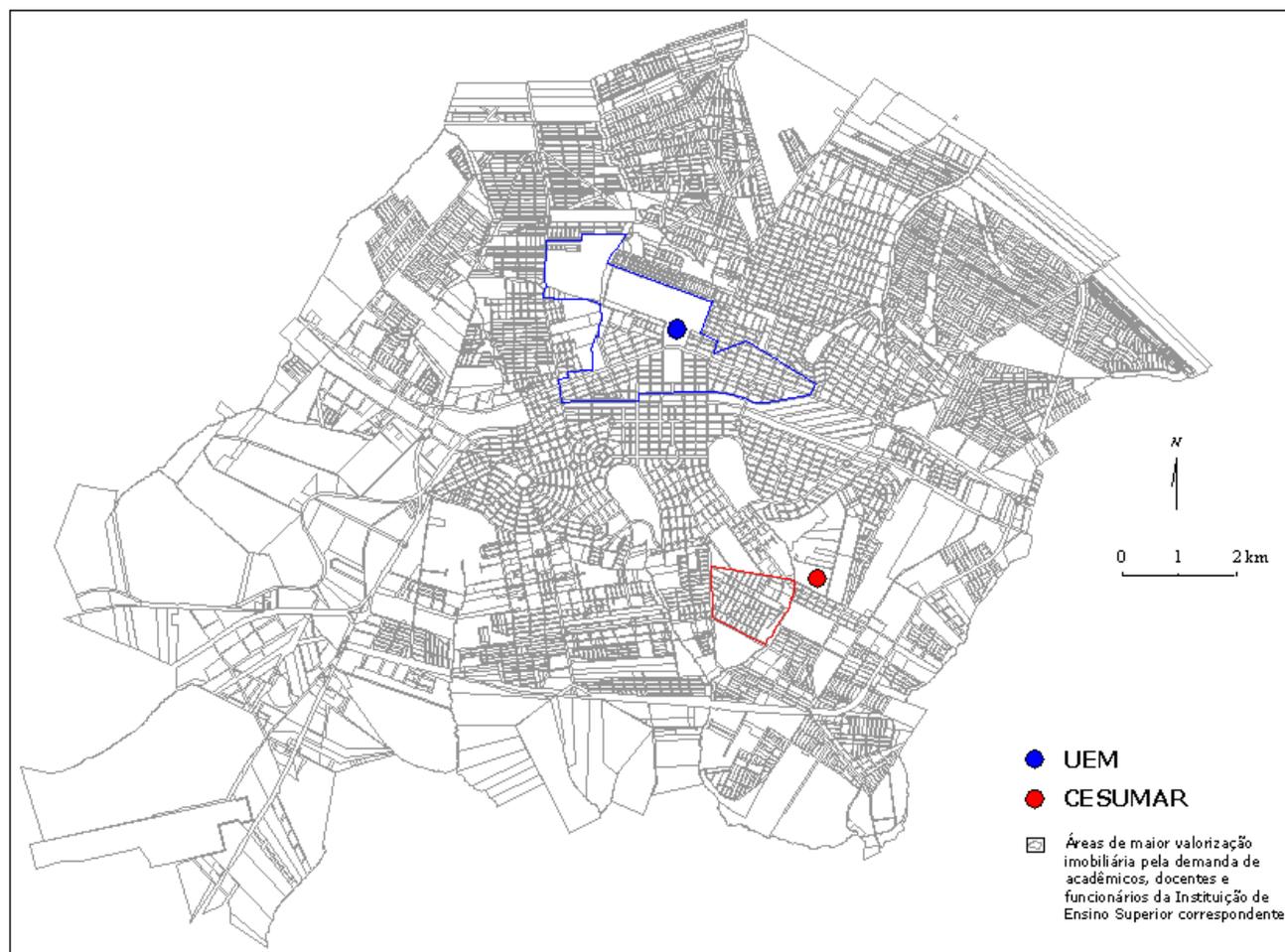


Fonte: Pesquisa na imobiliária Opção Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 22: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Paiaguás – março de 2006

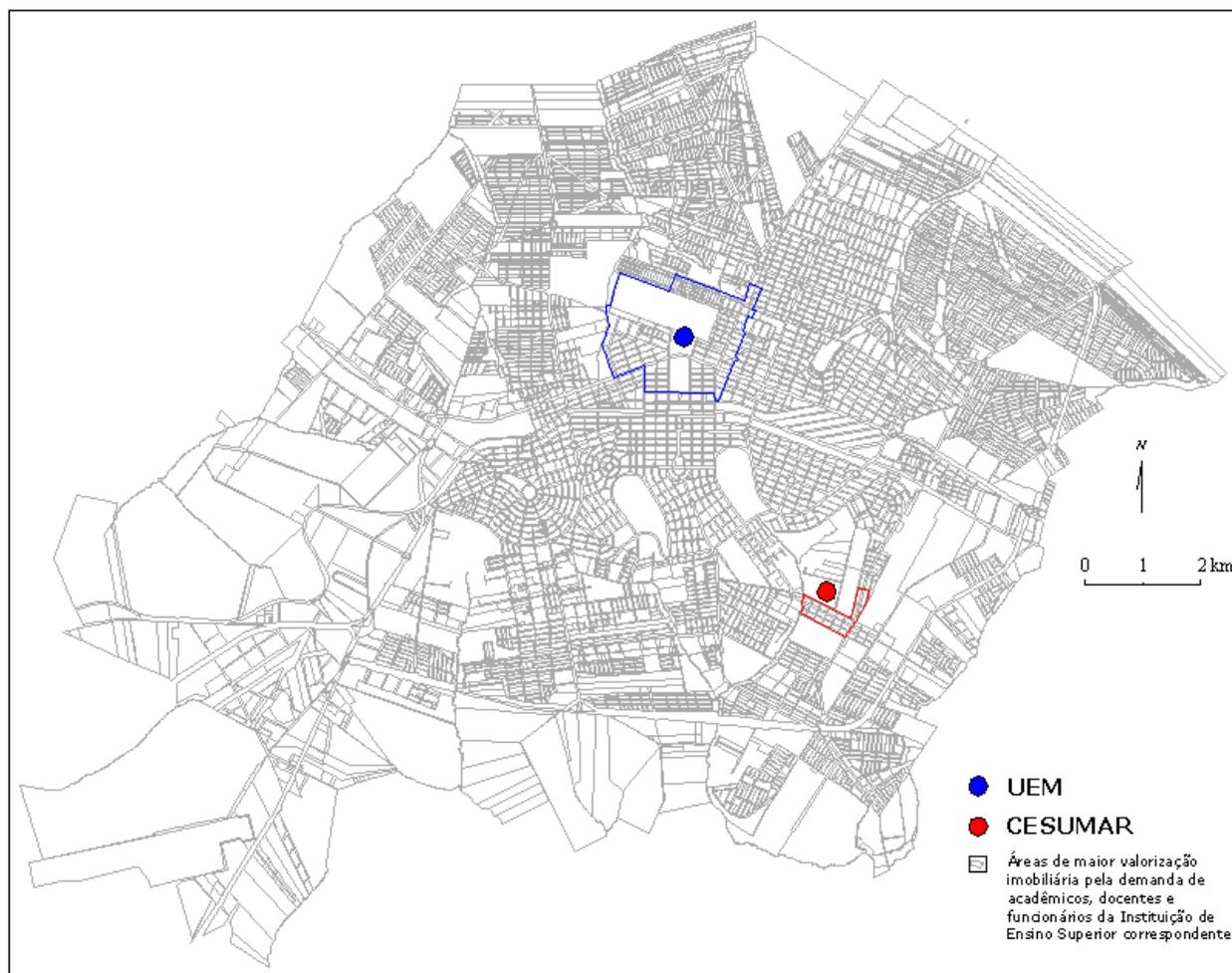


Fonte: Pesquisa na imobiliária Paiaguás, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 23: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Pedro Granado Imóveis – março de 2006

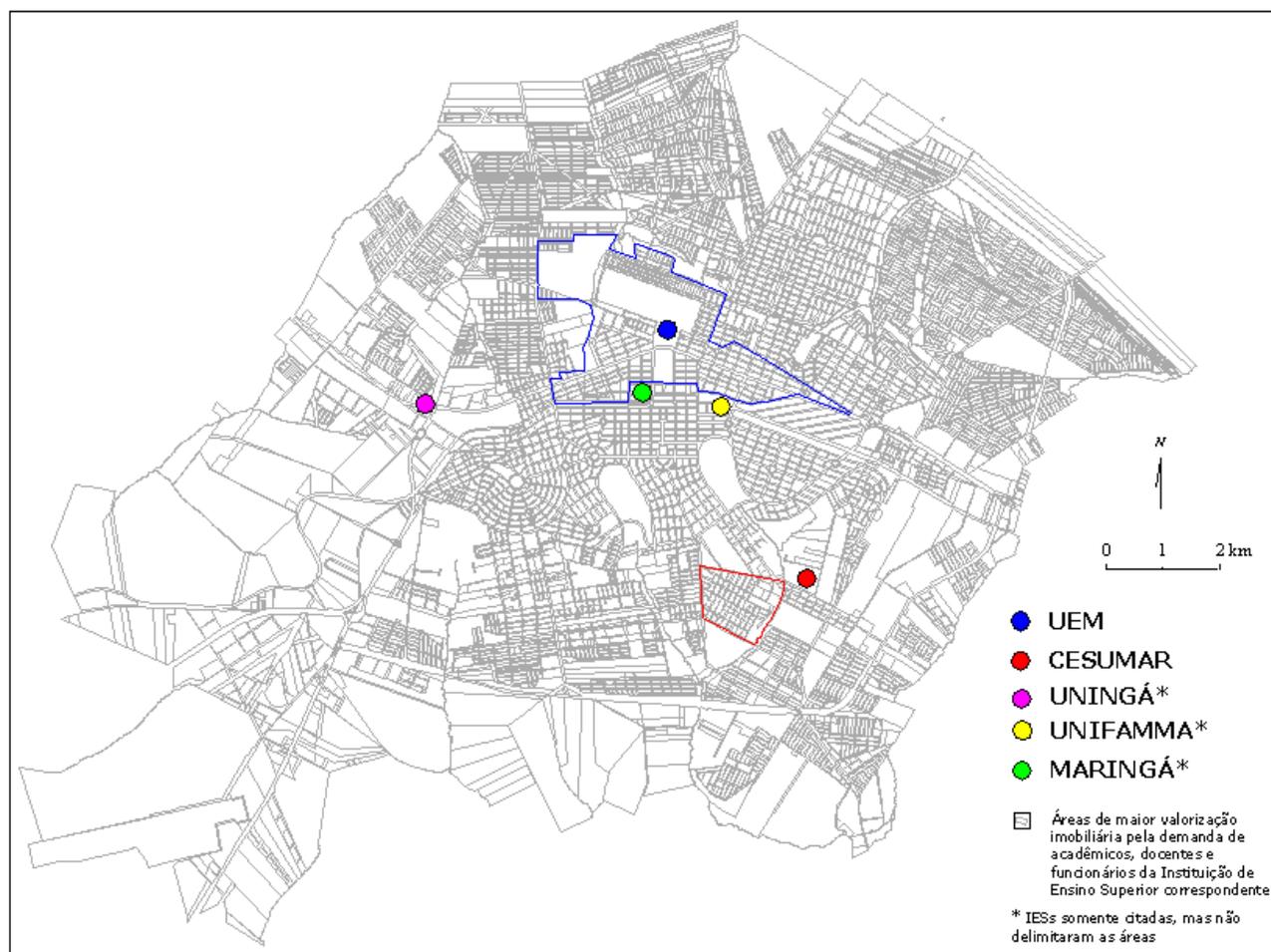


Fonte: Pesquisa na imobiliária Pedro Granado Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 24: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Peralta Imóveis – março de 2006

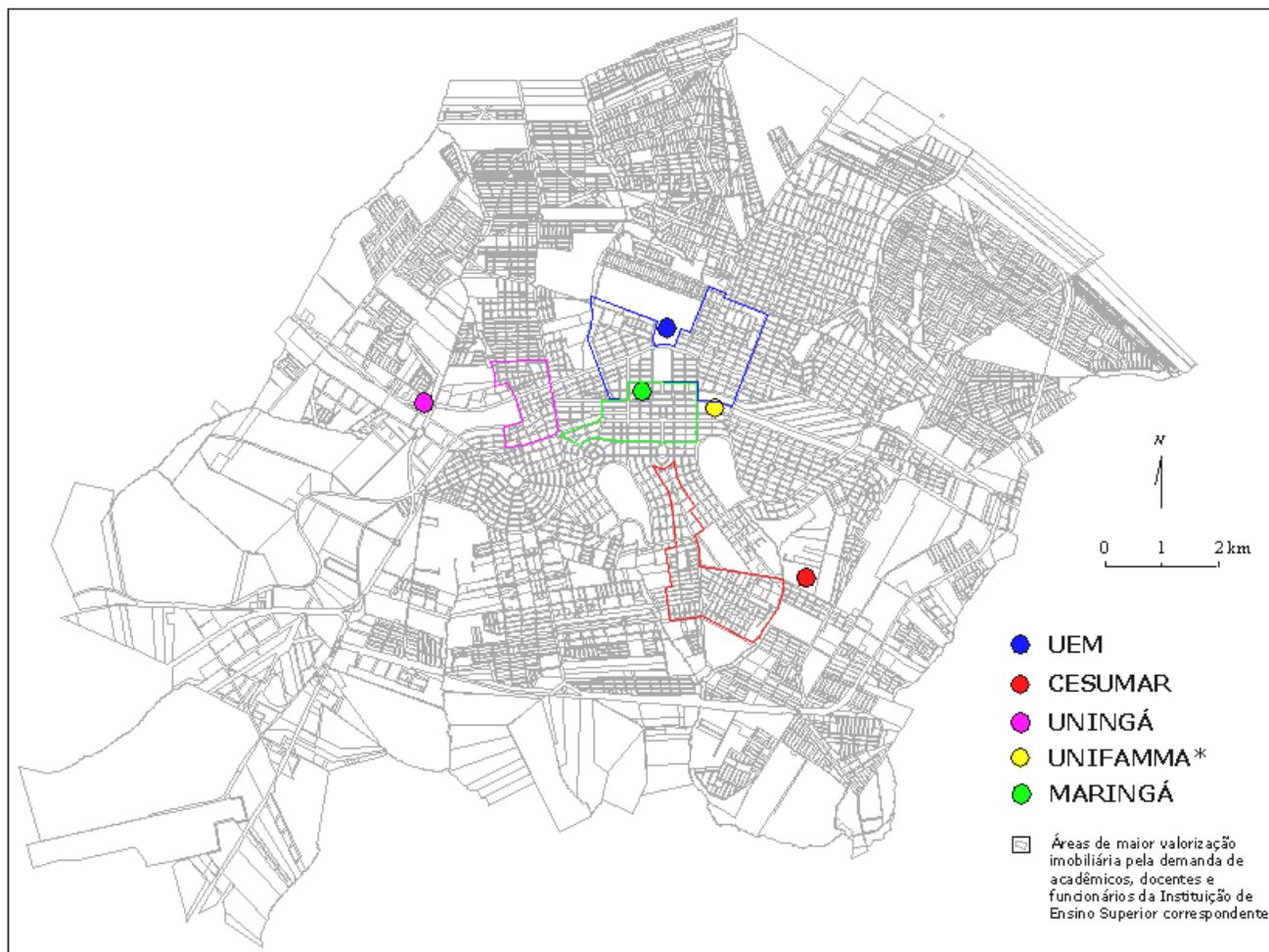


Fonte: Pesquisa na imobiliária Peralta Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 25: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da Empreendimentos Imobiliários Sandri – março de 2006

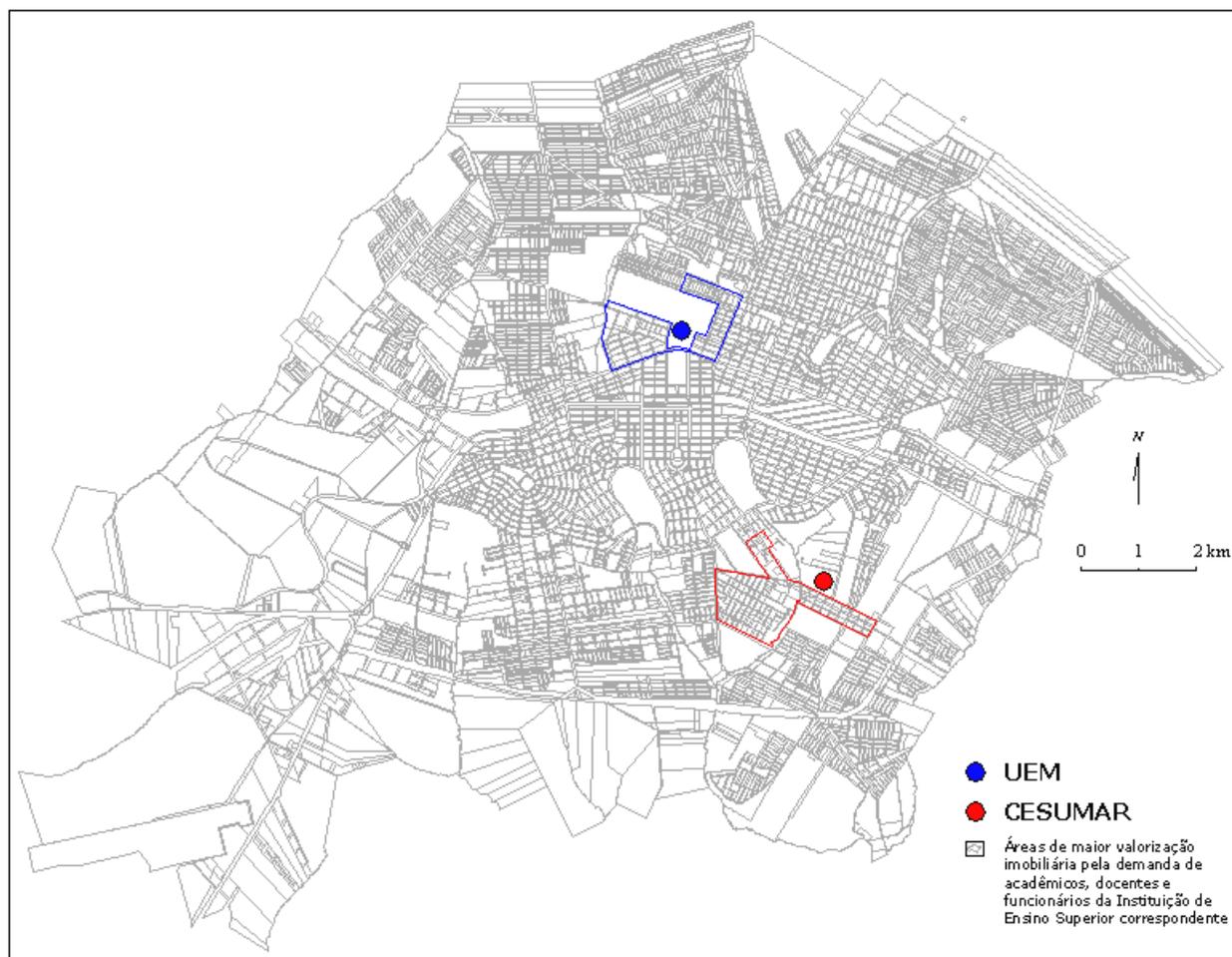


Fonte: Pesquisa na Empreendimentos Imobiliários Sandri, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Mapa 26: Espacialização das instituições de ensino superior de Maringá segundo as negociações da imobiliária Shimizu Imóveis – março de 2006



Fonte: Pesquisa na imobiliária Shimizu Imóveis, em março de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

As IES's têm sido uma das estratégias dos promotores imobiliários no momento da comercialização dos imóveis, tanto para estudantes e funcionários, como para investidores em imóveis, os próprios promotores/incorporadores, que retêm alguns dos imóveis, tanto no caso de lotes, como de apartamentos, edículas e casas para locações e/ou posteriores valorizações em função do aumento de cursos, funcionários, acadêmicos e fluxo para o entorno destas instituições, por possuir maior acessibilidade às IES's, como evidencia o marketing imobiliário, como se pode perceber em diversas propagandas de lançamentos de empreendimentos imobiliários direcionados a acadêmicos, a docentes e aos demais funcionários. Os empreendimentos direcionados ao público acadêmico, geralmente são de “condomínios horizontais de kitnets” (Figura 27, 28, 29), edículas e apartamentos pequenos (Figura 30, 31, 32), pois de forma geral, mesmo os alunos com alto poder aquisitivo locam apartamentos pequenos, tanto pelos custos, pela praticidade para organização e limpeza, quanto por ficar maior parte dos períodos estudando.

CESULAR
Pousada Universitária

Grande lançamento

101 unidades de Kit Net
Av. Guedner
em frente
ao Cesumar.

Um lar universitário criado para atender a carência de moradia universitária

Venha fazer parte deste empreendimento,
condomínio fechado com garantia de valorização.
Previsão de entrega 12 meses.

Plantão de Vendas
227-6545
Também aos sábados, domingos e feriados.



Figuras 27, 28, 29: “Condomínio horizontal de kitnets” lançado próximo ao Cesumar e em fase de construção em janeiro de 2005, lar “para atender a carência de moradia universitária”.

Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco” em janeiro de 2005.

Apresentando

CESULAR
Flat Universitário

Condomínio a
PREÇO DE CUSTO!

Vendas
Imobiliária
PORTO RICO

Próximo ao **CESUMAR**

site: www.imobiliariaportorico.com.br
Fone: (44) 3227-3236
Av. Paraná, 470 - 1º Andar - Sala B - CEP 87013-070 - Maringá - PR
e-mail: portorico@imobiliariaportorico.com.br - CRECI 1-2278

Figura 30: A segunda etapa do empreendimento imobiliário próximo ao Cesumar: “Condomínio vertical de kitnets” Cesular.

Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco” em 2006.

Imóvel.
O melhor investimento para
o seu dinheiro.

Residencial
Abaré

Facilidade de pagamento em até 12 parcelas sem juros

Para você que deseja investir com segurança, não perca a oportunidade de conhecer o Edifício Abaré. Conforto, segurança e uma excelente localização, próximo à UEM e Colégio Nobel.

Rua Mário C. Urbinatti, 344 • Zona 07 • Maringá • PR

Figura 31: Apartamentos de pequena área construídos para atender a necessidade de moradia acadêmica.

Fonte: Arquivo do autor, 2006.

Para os docentes e funcionários com maior poder aquisitivo, o mercado imobiliário oferta apartamentos médios e grandes (Figura 33), além de lançamento de novos loteamentos, que destacam a valorização futura do empreendimento e evidenciam a localização da IES (Figura 34) ou de uma futura instalação de IES' (Figura 35).

Condomínio Residencial Wall Street

Rua Professor Oderson Floriano Dittert, nº 48, Zona 07, Maringá - PR Próxima à UEM

Próxima à UEM



Área privativa.....67,88 m²
Área total107,60m²
Áreas aproximadas

Composição do Apto:

- ✓ 01 Suite
- ✓ 01 Dormitório
- ✓ Bwc Social
- ✓ Sala de Estar / Jantar
- ✓ Sacada
- ✓ Cozinha
- ✓ Área de serviço
- ✓ 01 vaga de garagem

Mapa de Localização:



Excelente aproveitamento de espaço.



Modelo A
Área privativa de 30,95 m²



Modelo B
Área privativa de 31,93 m²

Outros Benefícios:

- ✓ Salão de Festas
- ✓ Churrasqueira
- ✓ Cozinha
- ✓ Play ground coberto e descoberto
- ✓ Rampa para deficiente
- ✓ Sala do Síndico
- ✓ Recepção / Portaria

Figura 32: Plantas de apartamentos com pequenas áreas privativas construídas para o público acadêmico, situado próximo a UEM.
Fonte: Arquivo do autor, 2006.

Administração:



Construtora Cidade Verde

Pç Rocha Pombo, 327 - Sala 03

Fone (44) 226-0909 / 3226-0909

Crea 42.016-F

Adesões:



Imobiliária CCV

Pç Rocha Pombo, 327 - Sala 03

Fone (44) 226-0909 / 3226-0909

Plantão (44) 3025-5444

Crea 3743-J

Figura 33: Planta de apartamento com área privativa com 68 m², acessíveis e de interesse de servidores universitários de renda média e alta.
Fonte: Arquivo do autor, 2006.

Lançamento
MARINGÁ

2ª Etapa de Vendas

Jardim Monte Rei

Faculdades Nobel

Lotes Residenciais e Comerciais a partir de 300 m²

LOTES A PRAZO

Região Nobre
Próximo Faculdades Nobel

INFRA-ESTRUTURA JÁ INCLUIDA NO PREÇO

- Quadras e lotes demarcados
- Energia elétrica
- Iluminação Pública
- Guias e Sarjetas
- Arborização
- Asfalto
- *Rede de Água
- *Galeria de Águas Pluviais
- *Rede de Esgoto

A Valorização é Garantida!

Venha Conferir!
Acesso Fácil e Rápido

Parcelas a Partir de
R\$ 438,00

Visite nosso site: www.montereipop.com.br

TERRA INVESTIMENTO CERTO

Plantão de Vendas no Local
(44) 3265-4040
TODOS OS DIAS, INCLUSIVE SÁBADOS, DOMINGOS E FÉRIAS

MATRÍCULA: 71465-CRI - 1ª OFÍCIO

Figura 34: Material de propaganda de lançamento da 2ª etapa de vendas de loteamento no espaço periurbano noroeste de Maringá, destacando a valorização devido à proximidade a Faculdades Nobel.

Fonte: Arquivo do autor, 2006.

JARDIM Taulista

3ª parte

AS VANTAGENS CONTINUAM
• ASFALTO • ÁGUA • LUZ • GALERIAS • ARBORIZAÇÃO

REGIÃO DE ÓTIMA VALORIZAÇÃO.
AV. GUAIAPO PRÓXIMO DA FUTURA PUC.

SAIA DO ALUGUEL
CHEGOU A HORA DE VOCÊ TER SUA CASA PRÓPRIA

PAGUE EM ATÉ 100x
A PARTIR DE R\$ 226,00
PLANTÃO DE VENDAS NO LOCAL

JARDIM Taulista

FUTURA PUC

CONJ. GUAIAPO

AV. TULUTI

AV. SOPHIA RASCHLAEFF

CONDOMÍNIO NORTE R. ADELARDO J. CRUZ

PARQUE DE EXPOSIÇÕES

AV. GUAIAPO

AV. COLOMBO

VIAJETO DA GUAIAPO

VENDAS:

INCORPORAÇÃO:

PEDRO GRANADO
IMÓVEIS

Loteadora: BMW
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

222-8866 PLANTÃO **253-3794** **225-4155**

Matriz: Av. Paraná, 470 - Térreo imobiliaria@pedrogranado.com.br Filial: Av. Prudente de Moraes, 998

Figura 35: Lançamento de loteamento no espaço periurbano nordeste de Maringá, afirmando que essa área é uma “região” de ótima valorização. Av. Guaiapó. Próximo da futura PUC.

Fonte: Arquivo do autor, 2006.

A estratégia de associarem a venda de lotes em loteamentos novos à proximidade de IES's foram identificadas na comercialização e propaganda de loteamentos próximos a **PUC-PR** e a **Faculdades Nobel**. Pelo fato de localizarem-se em áreas de expansão territorial da cidade, como no caso da compra de lote para futura instalação da PUC-PR, no quadrante nordeste da cidade, que utiliza provisoriamente as instalações do Colégio Marista; e em áreas de novos loteamentos, como no caso das Faculdades Nobel, que se instalou no quadrante noroeste da cidade, antes da

comercialização dos loteamentos novos, valorizando os empreendimentos imobiliários Paris I, II, III, IV e V, o Jardim Santa Helena, o Jardim Rebouças e o Jardim Monte Rei (Figura 36).

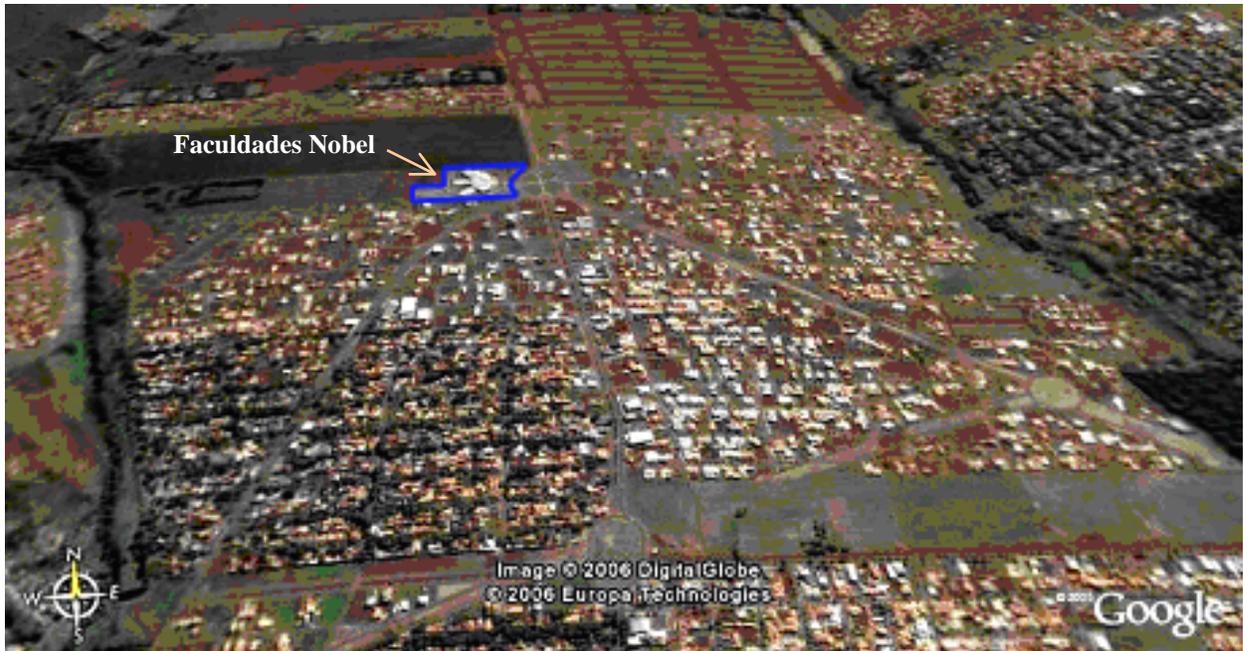


Figura 36: Área de valorização dos imóveis pela instalação da Faculdades Nobel, localizado na Av. Mandacaru (alta vertente), “atrativo” para o mercado imobiliário especular no preço do solo nas médias e baixas vertentes leste e oeste da faculdade.

Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.

A UEM, com a rápida expansão do número de cursos nos últimos sete anos, também tem aumentado a demanda por parte dos estudantes e funcionários por imóveis, principalmente para locação. Pelo fato da Zona 7 ter a maior parte dos imóveis verticalizados e ocupados, esta demanda se direciona para outras áreas adjacentes ao campus universitário, como para Vila Esperança e Vila Santo Antônio, elevando o preço do solo, principalmente na Vila Esperança (Figura 37), em localização privilegiada somente em relação a UEM, pois não possui serviços, comércio básico e demais ambientes necessários para estudantes universitários. Nesta vila, observa-se, assim como na Zona 7, a retirada de imóveis de madeira e antigos e a construção de sobrados, geralmente dois em cada lote, e edículas.



Figura 37: Área de valorização dos imóveis pela ampliação do número de vagas e cursos da UEM.
 Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.

Ao analisar o desenho urbano da cidade de Maringá, comparando o desenvolvimento da cidade desde o plano original, Meneguetti (2001) reflete que:

Com o crescimento da cidade, predominantemente ao norte e a localização de atividades geradoras de grandes fluxos de tráfegos, como a Universidade Estadual de Maringá, o projeto original da cidade passou a apresentar um grande seccionamento, visto que os eixos de tráfego pesado que deveriam ser perimetrais passaram a bloquear as ligações norte-sul da cidade, que por sua vez concentraram maiores fluxos, sobrepujando os eixos leste-oeste que determinavam o partido urbanístico linear da cidade.

O fluxo de mais de vinte e duas mil pessoas ligadas diretamente a UEM, formou um mercado imobiliário muito dinâmico, que começou a se expandir desde a sua implantação em 1969, e hoje se tornou muito perceptível na paisagem, principalmente na Zona 7 - porção norte da cidade, com uma marcante verticalização de apartamentos pequenos, grande número de kitnets, algumas

com novas configurações espaciais (Figuras 38 - 43) e “repúblicas”, sendo justificado pelos acadêmicos pela economia, pois não podem gastar muito para morar.



Figuras 38 - 43: Novo tipo de configuração das kitnets, a maioria com cerca elétrica, interfone e garagem, padrão de construção distinto das antigas kitnets de “meia água”.
Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco” em dezembro de 2006.

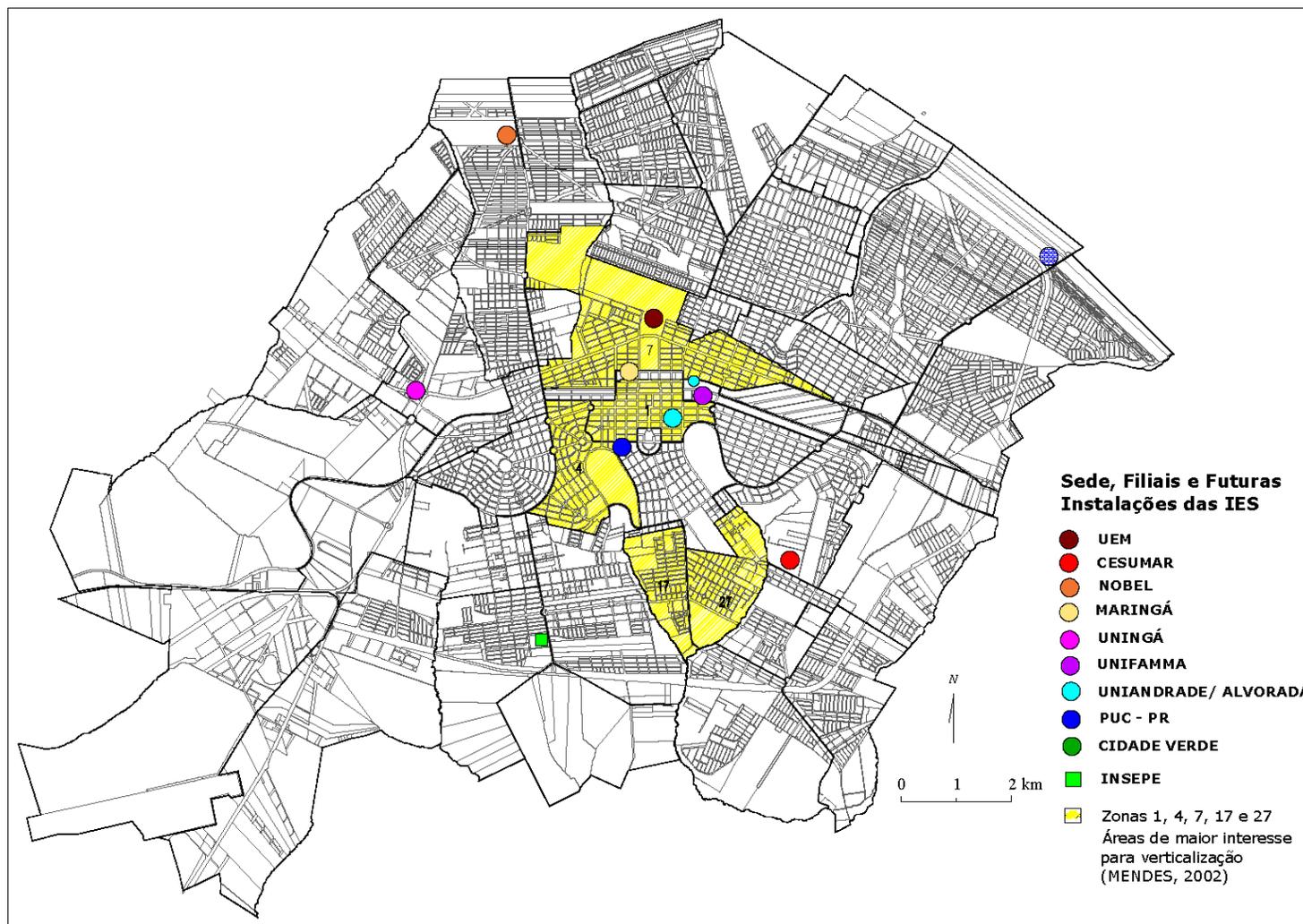
A população acadêmica, conforme Barretos e Mendes (1999), corresponde a mais de 60% dos habitantes dos edifícios do Jardim Universitário e 50% de seus 191 lotes ocupados por edifícios. Esta verticalização do espaço urbano, próxima a uma instituição que concentra atividades e população, requer novas configurações espaciais, por trazer alto lucro para o setor imobiliário, principalmente para os promotores/incorporadores imobiliários, gerando desta forma uma forte concentração de capital, conforme Mendes (1992, p. 37) caracteriza a verticalização (uma das configurações espaciais):

Um processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação, como é o caso do Brasil. Além da associação junto às inovações tecnológicas que interferem no processo, alterando a paisagem.

Onde este processo não é permitido, o mercado imobiliário pressiona o poder local, com alianças ou não, para liberação de mais áreas para verticalização (Mapa 27), justificando o aumento da demanda e de necessidade de moradia por parte dos estudantes, mas seus objetivos já são conhecidos – lucro com a especulação de um bem natural não reproduzível, e, geralmente, não acessível a grande parte da população acadêmica, transformando-se em moradia de classe média alta e alta, trazendo maiores fluxos para áreas que já possuem trânsito caótico nos horários de entrada e saída dos estudos e/ou trabalho.

Nos anos 1990 as zonas que tiveram o maior número de edifícios aprovados fora Zona 1 (centro – 58), Zona 4 (24), Zona 7 (133) e Zona 27 (14). As três primeiras estão nas zonas com melhor infra-estrutura, atendendo aos interesses daquelas classes com melhor poder aquisitivo. Já a Zona 27 localiza-se na periferia, no quadrante sul, com edifícios destinados à classe média baixa (MENDES, 2002, p. 57).

Mapa 27: As instituições de ensino superior de Maringá (2006) e as áreas de maior interesse para verticalização (2002)



Fonte dos dados: Mendes, 2002; pesquisa “in loco” em setembro de 2006.

Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

Elaboração: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

O **Cesumar** foi instalado próximo a áreas ocupadas por chácaras, grandes espaços do perímetro urbano desocupados e loteamentos: Jardim Aclimação e expansão da Zona 8. O primeiro loteamento com população com rendimento nominal médio mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 423,90 reais e o rendimento mediano de 310,00 reais (IBGE, 2000), bem abaixo do rendimento médio mensal de Maringá, de 1.074,12 reais. Neste loteamento, a instalação do Cesumar supervalorizou, chegando a triplicar os valores dos imóveis, enquanto na Zona 8, com baixa densidade demográfica devido o grande número de lotes sem edificação, os lotes também foram valorizados.

Com mais de onze mil e quinhentas pessoas (alunos e funcionários) vivendo o cotidiano e diariamente com esta instituição, aumentou o fluxo de pessoas em direção a esta porção da cidade e passou a ocorrer uma maior especulação imobiliária nas diversas zonas do entorno do Cesumar, principalmente nas zonas limítrofes, como Romeiro relata em entrevista a Costa (2002):

As áreas próximas ao Cesumar já estão atraindo investidores e gerando demanda por pequenos imóveis, pois o preço dos terrenos ao redor do Centro Universitário triplicou de preço no prazo de cinco anos, para atender os alunos de outras cidades ou mesmo bairros distantes do Cesumar que ali estudarão.

O mercado imobiliário, aproveitando-se desta necessidade dos estudantes e funcionários (habitação), no qual buscam proximidade ao local de estudo e/ou trabalho, realizam uma valorização constante dos imóveis no maior raio de distância possível em relação à instituição, contribuindo assim, para que ocorra uma maior segregação espacial das classes de renda média alta em partes destas zonas.

Os “benefícios” que vêm através da especulação imobiliária promovida pelos promotores/incorporadores e que ocorrem pela disputa do controle de tempo despendido em deslocamentos intra-urbanos são influenciados pelo Estado que faz nas regiões onde se concentram as camadas

de mais alta renda, enormes investimentos em infra-estrutura urbana, especialmente no setor viário, conforme se observou com a duplicação da Avenida Gurucaia, entre grandes áreas urbanas sem edificações e chácaras, para ampliar a principal via de acesso ao Cesumar, ao mesmo tempo abrindo novos espaços de especulação para o capital imobiliário.

Com a liberação para verticalização desta área em 2004, o problema pode se tornar cada vez mais complexo, pois a instituição ainda está em fase de expansão; e estes edifícios não atrairão somente estudantes do Cesumar, o que levará o trânsito a condições cada vez mais caóticas.



Figura 44: Área de especulação imobiliária, com diversos empreendimentos direcionados a comercialização de imóveis para acadêmicos e servidores do Cesumar.
Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.



Figura 45: Vista aérea do campus do Cesumar, na qual destaca a verticalização de blocos com salas de aula de 4 e 5 pavimentos.
Fonte: Cesumar, dezembro de 2006.



Figura 46: Paisagem parcial das Zonas 8, 27 e 28 de Maringá, com destaque em primeiro plano da verticalização da Zona 27 e de grandes áreas sem edificações em segundo plano da Zona 28.
Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco”, janeiro de 2006.

A **Uningá** localiza-se na zona industrial, não interferindo de forma significativa no valor do solo, por situar-se em área de uso não residencial, ou seja, nem que os acadêmicos ou o setor imobiliário quisessem construir moradias nos bairros limítrofes, há impedimento por legislação urbana municipal e enfrentariam muita resistência da sociedade para esta transformação no uso do solo.



Figura 47: Aproveitamento de antigas instalações industriais pela Faculdade Uningá, em área de uso não residencial.

Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.

A revalorização de espaço pericentral pela expansão do centro tradicional do espaço urbano de Maringá, se deu tanto no sentido norte, quanto no sentido leste-oeste. A expansão comercial para o quadrante sul (Zona 2) sofre forte resistência social, principalmente pelo significativo papel da associação de bairro dessa área. Essa zona foi, desde o princípio, planejada pela CMNP para ser um bairro de classe média alta e alta, e até a atualidade possui um dos maiores níveis de renda da cidade, assim, pode-se afirmar que são os maiores consumidores. No entanto, por disporem de vários automóveis e acreditarem que o comércio tira a “paz” do ambiente pelos transeuntes indesejados, defendem o paradigma da cidade modernista, onde cada

zona tem sua função, a da Zona 2 é para seus habitantes exclusivamente residencial, impedindo assim até a implantação de torre de celular.

As faculdades centrais, como a **Faculdade Cidade Verde** e a **Faculdade Maringá** têm funcionado nas instalações de colégios particulares, a primeira no Colégio Platão e a segunda no Colégio Paraná (Figura 48), possuindo poucos cursos, não influenciando no valor do solo urbano nem na implantação de comércio e serviços direcionados ao pequeno número de acadêmicos, o que tem influência da grande concentração da maior parte das necessidades acadêmicas pela área em que está inserida, pois as distâncias do centro são relativamente pequenas se comparadas a da UEM e a do Cesumar.



Figura 48: Faculdade Maringá, com aproveitamento das instalações do Colégio Paraná.

Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.

O Centro Universitário **Uniandrade/Alvorada** tem seu campus em três locais centrais, destacando a centralidade como característica positiva de acessibilidade em suas propagandas, o que contribui para reforçar a centralidade em Maringá, pela adição de novas funções, o que não tem ocasionado interferências significativas no preço do solo, nem no mercado imobiliário, tanto para venda, quanto para locação, por se situarem em áreas valorizadas há muito.



Figura 49: Uma das instalações do Centro Universitário Campos de Andrade – Uniandrade, no centro tradicional de Maringá.

Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.

A **Unifamma**, em antigos prédios utilizados no auge do período da cafeicultura, após revitalização passou a ser espaço universitário, passando a desfrutar, a contribuir e a ampliar o centro tradicional de Maringá, próxima a diversos edifícios, comércio e serviços e ao shopping Avenida Center (Figura 50, 51).



Figura 50: Localização da Unifamma, na área pericentral leste, próxima ao Shopping Avenida Center, na Av. Mauá.

Fonte: www.google.com, janeiro de 2006.



Figura 51: Requalificação de armazém na Zona 09 de Maringá em janeiro de 2005, para transferência da Unifamma da Avenida Colombo para Avenida Mauá (área pericentral).

Fonte: Arquivo do autor, pesquisa “in loco” em janeiro de 2005.

Em síntese, pode-se afirmar que as IES's: a) são utilizadas pelo mercado imobiliário como propaganda de sua mercadoria - terras compradas em alqueire e comercializadas em m² - no maior raio de distância; b) dinamizam o mercado imobiliário e aumentam o preço do solo de novos loteamentos adjacentes a estas instituições; c) promovem a (re)valorização em amplas extensões urbanas e rurais próximas a futuras instalações de IES's; d) valorizam a periferia urbana, dependendo do número de pessoas relacionadas à instituição e sua origem (municipal, regional e nacional), pois quanto menor o número de estudantes da cidade, maior a procura por imóveis nas áreas limítrofes as IES's; e) podem reforçar a centralização quando instaladas em áreas centrais; f) são utilizadas nos processos de revitalização/requalificação de áreas degradadas, principalmente em áreas centrais, devido à facilidade de acesso, como pelo transporte coletivo, e demais infra-estruturas; e, g) valorizam novas áreas próximas quando aumentam o número de acadêmicos e funcionários, que demandam mais imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encaminhamento de um projeto, de um planejamento, nem sempre percorre os trilhos imaginados, utópicos ou não, pois diante de cada obstáculo deve-se repensar o passado e o presente, e, replanejarmos o devir, pois só na esperança e na continuidade de esforços é que se pode delinear um futuro melhor, que pode até ter referências utópicas, mas que tenha projetos de superações.

Nesse estudo, inicialmente se propôs um estudo de caso, sobre a Geografia do Ensino Superior e a produção do espaço urbano de Maringá, porém, como não se tem conhecimento de pesquisa exploratória sobre tal relação, empregou-se esforço nesse sentido, de explorar as possíveis relações entre a Geografia e as instituições de ensino superior, o que, de certa forma, comprometeu relativamente à pesquisa, mas não inviabilizou o estudo de caso.

Estudar a relação entre as IES's e o espaço urbano sem compreender o contexto geográfico-histórico-político-cultural-social em que surgiram deixava diversas interrogações sobre o que era novo, velho ou renovado, pois somente no estudo do processo que há a compreensão das rupturas e das continuidades, para se entender os diversos propósitos que lhes foram credenciados: para servir a quem, para que e como.

Destarte, ao empregar a metodologia do geral para o específico, na qual as distintas escalas espaciais e temporais influenciam uma as outras, voltou-se na idade média, para compreender a origem e o contexto de nascimento das IES's no ocidente, o que nos permite afirmar que a história das universidades está vinculada as grandes aglomerações urbanas, aos fluxos de mestres e estudantes, a ampliação do comércio, da administração pública, desde suas origens nos séculos XII e XIII na Europa.

Da forte influência da Igreja na gênese das *universités* - *universítas*, com autogoverno, passa a ser fundada por soberanos no século XIII e XIV, principalmente após os conflitos entre o Estado e a Igreja. Originando posteriormente novas modalidades, como as faculdades, que eram estatais, religiosas ou particulares.

A compreensão da forma como surgiu o ensino superior no Brasil também é indispensável para se entender o desenvolvimento da sociedade brasileira, pois sob o monopólio da metrópole portuguesa, era um dos principais meios de controle sócio-político, o que torna mais lúcido o processo de colonização portuguesa sob o Brasil, bem como o desenvolvimento no Brasil Império, onde tudo se mudou para continuar igual, e, no período republicano, sob domínio econômico externo, o ensino superior no país deixa seu papel principal e passa a servir o capital, com eventuais exceções.

A busca por trabalhos científicos sobre estudos geográficos que tinham como temática principal ou secundária as influências das IES's foi relevante para demonstrar que esse estudo não era tão pioneiro quanto se pressupôs, porém se fez uma primeira sistematização de tal abordagem, além de diversas contribuições encontradas nos títulos das teses e dissertações encontradas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, nos livros e artigos manuseados.

O recorte espacial empregado nesse estudo também foi bastante polêmico, pois na banca de projeto de pesquisa, na banca de qualificação e nos colóquio com o orientador surgiam novas possibilidades, porém, quanto maior a área de estudo, maior o número de instituições de ensino superior englobadas, o que poderia torná-la inexequível. Em síntese, do recorte espacial do aglomerado urbano passou-se para o de região metropolitana no pré-projeto, passando para o recorte municipal de Maringá após colóquio com orientador no pós-banca do projeto de pesquisa. Na busca do recorte espacial deparou-se com diversas questões polêmicas sobre os recortes espaciais: das microrregiões e mesorregiões geográficas, da cidade média, do aglomerado urbano

de Maringá e da região metropolitana de Maringá. Por ser cidade-pólo, é fruto de uma demanda que extrapola seus limites político-administrativos, o que impulsionou para mensurar uma real aproximação dum recorte regional polarizado pela cidade de Maringá, na qual o ensino superior é um dos principais determinantes dos fluxos populacionais.

Com os dados empíricos e teóricos, pode-se fazer algumas afirmações sobre a relação IES e capital imobiliário, buscando compreender o aumento das IES's, relacionar ao discurso da empregabilidade e a contribuição destas instituições para o município e região.

A cidade capitalista é produzida de acordo com os recursos econômicos e técnicos disponíveis, por políticas públicas ou pelo capital imobiliário. Este último, ao investir ou administrar alguma negociação ou construção, objetiva lucro, incluindo objetos indispensáveis para a reprodução humana, principalmente a moradia, no mundo das mercadorias.

Assim, compreende-se que as IES's causam grandes impactos geo-econômico e, conseqüentemente sócio-espacial nos empreendimentos imobiliários, nas quais tornam áreas com acesso diferenciado de acordo com a classe sócio-econômica, tanto para compra quanto para locação de imóveis, ou seja, o mercado imobiliário, na busca de auferir maiores lucros possíveis, gera o processo de segregação espacial das residências. Neste processo de segregação surgem: os espaços de concentração de renda, infra-estrutura, serviços urbanos, transporte, segurança, lazer, comércio; e, espaços de exclusão, sócio-econômico e espacial, através das leis de mercado, do imobiliário em nosso caso, e instrumentos de regulamentação territorial, como as alíquotas de IPTU, a “chegada” das infra-estruturas e a possibilidade de auferir uma renda diferencial, que lhe possibilitará abrir um pequeno comércio na periferia longínqua.

O processo de exclusão de população com rendas menores de espaços próximos das IES's, como nos casos da Vila Esperança e da Zona 7, ao norte e sul da UEM, respectivamente, ocorrem pelo aumento da demanda por imóveis por parte das pessoas relacionadas a estas

instituições, aumento do preço dos imóveis, das locações e das alíquotas de IPTU, e pela construção de casas e sobrados com padrão construtivo alto. Verifica-se este processo de exclusão no Jardim Aclimação, no quadrante sudoeste da cidade, pelo constante aumento do preço do solo desencadeado pelo Cesumar e liberalização da verticalização neste loteamento, assim como se desencadeará nos loteamentos próximos ao terreno da PUC-PR, quando transferirem suas instalações e ampliarem o número de cursos e da Faculdades Nobel. Enquanto outras que se instalaram na Zona Central da cidade contribuem com a revitalização/requalificação do centro e reforça a hegemonia das áreas centrais, portanto mais acessíveis para acadêmicos de bairros distantes e da região, que utilizam transporte coletivo.

Porém, deve-se ressaltar a importância para o desenvolvimento regional influenciados por estas IES's, a começar pelos fluxos de população e econômico, contribuindo para a concentração das classes médias e altas em cidades-pólo.

As hipóteses desse estudo foram confirmadas, pois: nos bairros próximos de IES que possuem quantidade significativa de estudantes e funcionários, o mercado imobiliário se dinamiza, transformando o perfil dos moradores e suas condições sócio-econômicas, ao desenvolver um comércio especializado em serviços e produtos relacionados às atividades acadêmicas e ao perfil destes; as IES's vêm contribuindo para a transformação geo-econômica do espaço urbano de Maringá, acentuando assim, sua qualidade de meio técnico-científico-informacional; e, os agentes do capital imobiliário e/ou as IES's pressionam os governantes para mudarem a legislação urbana e/ou implantar infra-estruturas que os favoreçam, mesmo para as IES's recentemente implantadas e com poucos cursos, por causarem impactos econômicos significantes pelas especulações de ampliações de vagas e cursos e pelas valorizações imobiliárias futuras.

Nesse estudo não se teve a pretensão de esgotar as temáticas envolvidas, tanto por envolver muitos temas, característica de uma pesquisa exploratória, quanto pela elevada complexidade relacionada a cada um deles. Outras possibilidades ainda seriam pesquisas dos fluxos de transportes da mobilidade acadêmica nas principais vias de acesso as IES's, a sociabilidade desses estudantes nos espaços de moradia (de encontro e com a população da cidade), o tipo de configuração espacial das faculdades e universidades que permitem melhor desenvolvimento das atividades e da convivência acadêmica, bem como sobre a retomada da discussão da melhor localização dessas instituições, como as questões referentes ao isolamento ou inserção das IES's, dos acadêmicos e dos fluxos de idéias no cotidiano e espaço urbano, pois muitas passam a ser construídas no espaço agrário justamente pelo preço do solo urbano, reforçando as características de isolamento. Assim, surgem múltiplas possibilidades de novas pesquisas para consolidar essa nova abordagem temática na Geografia, com novos estudos exploratórios, que disponham das dissertações e teses correlacionadas, e, com novos estudos de caso, de uma ou mais IES significante ou de todas IES's de uma cidade ou aglomeração urbana.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M.; MORO, D. A. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 4, p. 28-71, 1986.

AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1976. p. 6-15.

ASALIN, G. A. Considerações sobre a criação de uma nova centralidade em uma cidade média: Maringá o Shopping Center Vest Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 2., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2006. p. 1-10. 1 CD-ROM.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ. *Censo Econômico de Maringá*. Maringá, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE – AMUSEP. *Objetivos e história da AMUSEP*. 2006. Disponível em: <<http://www.amusep.com.br>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington D. C.: World Bank, 1995a.

_____. *O trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington D. C.: World Bank, 1995b.

BARNABÉ, M. F. *A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)–Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1989.

BARRETOS, I. J.; MENDES, C. M. Uma forma inovadora de se morar: a verticalização no Jardim Universitário – Maringá – PR. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 17, n.1, p. 59-72, 1999.

BARRIOS, S. Las metrópolis al principio del nuevo milenio: una agenda para el debate. In: RIBEIRO, A. C. T. (Coord.). *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-58.

BELOTO, G. *Legislação urbanística: instrumento de regulação e exclusão territorial: considerações sobre a cidade de Maringá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

BERRY, B. *Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor*. Barcelona: Vicens-Vives, 1971.

BEZZI, M.L. *Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. 1996. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 18 mar. 1915.

_____. Presidência da República. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 11 abr. 1931.

_____. Presidência da República. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1961.

_____. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

_____. Chefe do Governo Provisório (1930 – 1934). *Mensagem do Chefe do Governo Provisório Getúlio Dornelles Vargas apresentada à Assembléia Constituinte em 1933*. Brasília, DF: 1987.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. *Sinopse da Educação Superior – 2001*. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. *Sinopse da Educação Superior – 2004*. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Trabalho. *Relação anual de informações sociais*. Brasília, DF, 2003.

BRAUDEL, F. A longa duração. In: _____. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1982.

BUFFA, E. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3, p. 53-67.

CAMAGNI, R. Organisation économique et réseaux de Villes. In: SALLEZ, A. (Dir.). *Les villes, lieux d'Europe*. Paris: DATAR: Éditions de l'Aube, 1993. p. 107-128.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

CAMPOS FILHO, F. C. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

CAPEL SAEZ, H. *Capitalismo y Morfología Urbana em España*. Barcelona: Círculo de Lectores, 1990.

CAPES. *Banco de Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 2 abr.; 30 maio 2006.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *(Re) Produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, L. D. *O posicionamento e o traçado urbano de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sucessora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 26/27, p. 19-40, 1997.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATTANI, A. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CAVAZOTTI, F. Um pólo de ensino superior, com 33 mil alunos. *Revista da ACIM*, Maringá, p. 14-18, v. 42, n. 449, out. 2005.

CESUMAR em foco. Maringá, ano 4, n. 10, p. 5, abr. 2005.

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

CIGOLINI, A. A. A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 5, p. 55-65, 2000.

_____. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. *RA'EGA*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 5, p. 47-66, 2001.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1975.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *O Espaço Urbano*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Análise crítica de textos geográficos: Breves notas. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 7-18, 2003.

COSTA, L. F. da S. *Os promotores imobiliários no processo de verticalização das cidades de Maringá, Cianorte e Umuarama*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

CUNHA, L. A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

_____. *Universidade Temporã: O ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. Educação Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

DAFU. *Eléments de réflexion sur les villes moyennes*. Paris: DAFU, 1972.

DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: P. Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

DOURADO, L. F. As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior brasileira. In: SILVA, R. C. (Org.). *Educação para o Século XXI: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: UNIMEP, 1999. p. 119-128.

ENDLICH, A. M. *Maringá e o Tecer da Rede Urbana Regional*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 1998.

_____; MORO, D. A. Maringá e a Produção do Espaço Regional. In: MORO, D. A. (Org.). *Maringá: espaço e tempo: ensaio de Geografia urbana*. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2003.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESPEJO, M. M. S. B. *A atividade empreendedora no ensino superior privado: uma análise do perfil do empreendedor gestor e das estratégias utilizadas pelas instituições superiores privadas das cidades de Londrina e Maringá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

FARIA, J. C. *Da fundação das universidades ao ensino na colônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

FÁVERO, M. L. A. Tentativas de criação de universidades no Brasil. In: _____. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ: INEP, 2000. p. 17-26.

FERREIRA, Y. N. Industrialização e urbanização do Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 3, p. 113-128, 1986.

FIGUEIREDO, L. *Sarandi: um espaço produzido por Marialva e Maringá*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FIRKOWSKI, O.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles. Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades. *RA'EGA*, Curitiba, n. 5, p. 27-46, 2001.

FREITAG, B. *Escola, sociedade e estado*. São Paulo: EDART, 1977.

GAULT, M. *Villes intermédiaires pour l'Europe*. Paris: Syros Alternatives, 1989.

GILES, T. R. A fundação das universidades. In: _____. *História da Educação*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1987. p. 79-91.

GOMES, D. H.; AGUIAR, G. C. (Org.). *O sonho se faz Acim*. Maringá: Dental Press, 2006.

GOMES, R. C. C.; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. Política habitacional e urbanização no Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 7, n. 146, 2003.

GONZÁLEZ, L. M. C. Economía y ciudad: algunas propuestas teóricas. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GUIMARÃES, F. de M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 318-371, 1941.

GHIZZO, M. R. *A mobilidade do consumo na cidade de Maringá – PR: o ensaio de uma noção*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

HENRI JUNIOR. [República Assombrado, residência da Zona 27 de Maringá locada por estudantes universitários]. *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 8 out. 2006.

IBGE. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro, 1990. v. 1, 2.

_____. *Sistema de recuperação de informações georreferenciados*: Estatcart. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

_____. *Estimativas das populações residentes, em 01.07.2006, segundo os municípios*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2006.

_____. *Censo demográfico de 1970*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

IPARDES. *Redes urbanas regionais*: Sul. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES, 2000.

_____. *Paraná – Projeções Municipais por sexo e idade 2000 a 2010*. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/proj_2000_2010.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2005.

_____. *Mapas temáticos e indicadores para o planejamento urbano e regional*. Curitiba, 2003. 1 CD-ROM.

_____. *Caderno estatístico*: Município de Maringá. Curitiba, 2006.

LEFEBVRE, H. *La survie du capitalisme*. Paris: Anthropos, 1973.

_____. *O Direito à cidade*. 3. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEROY, S. Sémanthiques de la métropolisation. *L'Espace géographique*, Montpellier: Éditions Belin, n.1, 2000.

LESSA, C. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2006.

LIMA, M. Dallas no Paraná. *Revista Veja*, São Paulo, n. 20, 1999.

LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LÓPEZ, G. A. Transformación urbana y cambio funcional en el suroeste de Burgos: de espacio industrial a campus universitario. *Polígonos*, León, n. 9, p. 9-29, 1999.

LOUREIRO, M. A. S. *História das universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, 1975.

LUZ, F. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*. 1980. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

LUZ, F. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 123-140.

MACHADO, J. R. *As centralidades e as (des)centralidades: um olhar geográfico sobre a espacialidade dos serviços da saúde na cidade de Maringá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. *Lei complementar n° 311/99 do Município de Maringá: uso e ocupação do solo no Município de Maringá*, Maringá, 1999.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. *Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá*. Maringá, 2000.

MATTOSO, J. A universidade portuguesa e as universidades europeias. In: _____. *História da Universidade em Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian: Universidade de Coimbra, 1997. v. 1, p. 3-29.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELO, Y. M. N. C. *Considerações sobre os câmpus públicos e a verticalização como espaço-resposta para a saturação e a fragmentação do espaço físico do câmpus sede da Universidade Estadual de Maringá/PR*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

MENDES, C. M. Uma abordagem teórica na expansão territorial urbana: a questão da localização. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-95, 1989.

_____. *O edifício no jardim: um plano destruído: a verticalização de Maringá*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. A verticalização, um dos reflexos do processo da metrópole em formação: Maringá, PR. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 51-60, 1992.

_____. *Apontamentos: o território paranaense e sua regionalização*. Maringá: Eduem, 1996. n. 44.

_____. Um pouco da cultura do concreto: algumas experiências sobre a verticalização urbana. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 389-406.

_____. O Capital e o governo na produção do espaço urbano. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 211-222, 2000.

_____. *Incorporação e exploração: o cerne da verticalização no aglomerado urbano de Maringá*. 2002. Relatório Final (Pós-Doutorado)—IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____; BENADUCE, G. M. C. *Diagnóstico das tendências da expansão territorial urbana de Maringá – PR*. Maringá, Departamento de Geografia da UEM, 1990. Mimeografado.

_____; GRZEGORCZYK, V. Centro, centralidade e verticalização em Maringá. In: MORO, D. A. (Org.). *Maringá: espaço e tempo: ensaio de Geografia urbana*. Maringá: PGE/UEM, 2003.

MENDES, C. M.; SCHMIDT, L. P. (Org.). *A dinâmica do espaço urbano-regional: pesquisas no norte-central paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2006.

MENEGUETTI, K. S. *Desenho urbano e qualidade de vida: o caso de Maringá – PR*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

METRODATA. *Observatório das metrópoles*. Disponível em: <<http://www.observatorio.tk>>. Acesso em: 2 jun. 2004.

MORAES, R. C. C. Universidade hoje: ensino, pesquisa, extensão. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 19, n. 63, p. 19-37, 1998.

MOTA, A. A. As cidades médias da mesorregião norte central do Paraná: hierarquias planejada na colonização e reafirmada pela modernização da agricultura: o caso de Maringá. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, 2., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2006. p. 1-12. 1 CD-ROM.

MOTA, A. A.; MENDES, C. M. Novos Espaços de Concentração e Exclusão em Maringá: Capital Imobiliário versus Instituições de Ensino Superior. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFC/UECE, 2005. 1 CD-ROM.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 21-50.

MORO, D. A. *Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do Município de Maringá*. 1980. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

_____. Aspectos geográficos da modernização agrícola, no Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 79-93, 1995.

MORO, D. A. Desenvolvimento Econômico e Dinâmica Espacial da População no Paraná Contemporâneo. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 1-55, 1998.

_____. Maringá espaço e tempo. In: _____. (Org.). *Maringá: espaço e tempo: ensaio de Geografia urbana*. UEM: Programa de Pós-graduação em Geografia: Maringá, 2003.

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución industrial*. 8. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2004 [1979].

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. *O que é periferia urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da região sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 3-25, 1999.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 22, p. 55-97, 1956.

MUNFORD, L. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NEGRI, S. M. *A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá – PR: cidade de Paiçandu, um estudo de caso*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

NICOLAS, D. H. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na mundialização. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p. 85-101

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 5-20.

NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

NÓVOA, A. Apresentação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v 3, p. 9-13.

OLIVEIRA, D. A. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, D. Decisão sobre RMM entusiasma prefeitos: Assembléia Legislativa derruba veto do governador à criação da Região Metropolitana de Maringá e abre caminho para implantação do projeto. *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 4 maio 2005. Cidade, p. 3.

PADIS, A. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná*. Curitiba, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Articulação de Cartas Topográficas 1: 100.000 e Imagens Landsat*. Curitiba, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Coordenação de Integração Regional. *Parecer ao projeto de lei complementar 253/98, sobre a institucionalização da Região Metropolitana de Maringá*. 1998. Mimeografado.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Scientia Informativo do Sistema Seti*, Curitiba, out. 2003. Edição Especial.

PIÃO, E. Cidades de dinâmica cultural decorrente da actividade universitária: análise comparativa dos casos de Salamanca e Coimbra. In: JORNADAS DE GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: TECNOLOGIAS E CULTURAS, 3., 2000, Guimarães. *Anais...* Guimarães: Universidade do Minho, 2000. 1 CD-ROM.

PINTO, G. A.; BUFFA, E. Arquitetura, urbanismo e educação: *campi* universitário brasileiros. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 1 CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 9 fev. 2005.

PUPIM, P. Região Metropolitana de Maringá é promulgada: Presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, promulgou a lei dia 11 de agosto, mas decisão foi mantida em sigilo e será anunciada hoje na cidade. *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 25 ago. 2005a. Cidade, p.3.

PUPIM, P. RMM agora fica à espera de regulamentação: funcionamento da Região Metropolitana de Maringá depende de regulamentação do governo para implementar os projetos de integração regional. *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 26 ago. 2005b. Cidade, p.3.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. Tendências da metropolização brasileira: ação e território. *Rio Urbano*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 38-45, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. et. al. *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2005 (Relatório da Atividade 1 – Projeto: “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil”).

_____. (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: P. Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, A. L. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2004.

_____. A ocupação urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 108, p. 61-86, 2005.

RODRIGUES, G. M. Mercado livre ou mercado regulado. *Ensino Superior*, São Paulo, v. 5, n. 54, p. 10-11, 2003.

ROLNIK, R. *O que é cidade?* 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSSATO, R. A universalização do ensino superior (1950-2000). *Educação Brasileira*, Brasília, DF, v. 24, n. 48/49, p. 11-34, 2002.

SANCHES, A. Maringá: da selva a metrópole. *ABS NEWS: Jornal da Associação Bom Samaritano*, Maringá, n.1, p. 3, maio 2004.

SABÓIA, M. R. Notas sobre as regiões metropolitanas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 35, n. 138, p. 231-236, 1998.

SAHR, C. L. L. O papel das cidades médias nas estratégias de desenvolvimento espacial do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 19, n. 1, p. 21-33, 2001.

SANTOS, M. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

_____. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Natureza do espaço*. Técnica e tempo razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUL, R. P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 230-273, 2004.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia: Polêmica do nosso tempo*. 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SCHAPIRA, M. P. Buenos Aires en los años '90: metropolización y desigualdades. *Revista EURE*, Santiago, v. 28, n. 85, p. 31-50, 2002.

SCHMIDT, L. P.; COSTA, L. F.; MENDES, C. M. Os promotores imobiliários e o seu negócio: a (re)produção da cidade: algumas considerações. In: _____. *Reflexiones geográficas: agrupación de Docentes Interuniversitarios de Geografía*. Río Cuarto. [Argentina]: [s.n.], 2000. p. 49-56.

SCHOUMAKER, J. M. Metropolização: um dado novo? In: BARATA-SALGUEIRO, T. (Coord.). *Globalização e reestruturação urbana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1998.

SCHUTLZ, T. W. *O Capital Humano: investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E.; STORPER, M. Cidades-região globais. *Espaço e Debates: aliança e competição entre cidades*, São Paulo, n. 41, p.11-25, 2001.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 61-93, 1992.

_____. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 49-59, 1993.

SHEEN, M. R. C. C. (Org.). *Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Eduem, 2001.

_____. *Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960*. 2000. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

SILVA, J. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, W. R. Da cidade à rede urbana. Formas e Usos que se articulam. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., Manaus, 2005. *Anais...* Manaus: UNAM, 2005. 1 CD-ROM.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

SMOLKA, M. O Capital incorporador e seu movimento de valorização. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-56, 1987.

SOARES, B. R.; RAMIRES, J. C. L. *As cidades médias e o contexto da globalização: reflexões a partir da realidade brasileira*. Uberlândia: [s.n.], 1997.

SOUSA, J. T. P.; BIANCHETTI, L.; ALMEIDA, V. Perfil do estudante universitário: estudo sociológico para um projeto pedagógico. *Revista Unimar*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 91-111, 1994.

SOUZA, M. A. A. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 46, 1971.

SOUZA, P. N. P. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.

SOUZA, M. B. Planejamento urbano e escola pública. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SPÓSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001. p. 609-643.

PREVISÕES de longo prazo: 2004 a 2010. *Suma Econômica*, São Paulo, p 14-19, jan. 2004.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999, p. 51-86.

TOMMASINO, K. Os povos indígenas no Paraná: 500 anos de encobrimento. In: VILLALOBOS, J. G. *Geografia social e agricultura no Paraná*. Maringá: PGE/UEM, 2001. p. 1-36.

TRATENBERG, M. *A Educação Básica no Brasil e na América Latina: repensando a partir de 1930*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1992.

THÉRY, H.; MELLO, N. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2005.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. *Cidade*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 – 103.

VELTZ, P. *Mondialisation, Villes et territoires*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VERGER, J. *Les universités au Moyen Age*. Paris: Quadrige: PUF, 1999.

VILLAÇA, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. Um ângulo de síntese: a análise do espaço. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. Rio de Janeiro: ANPUR: UNESP, 2002. p. 711 – 715.

_____. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 28-42.

UNIVERSIA BRASIL. *Ensino Superior na mira dos investidores*. Disponível em: <<http://news.cmconsultoria.com>>. Acesso em: 21 out. 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Assessoria de Planejamento. *UEM institucional: base de dados 2005/2006*. Maringá, 2006.

ANEXO

QUESTIONÁRIO AO MERCADO IMOBILIÁRIO DE MARINGÁ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (MESTRADO)

QUESTIONÁRIO

1. NOME DA IMOBILIÁRIA: _____.

2. Quantas lojas? _____. () Matriz () Filial Sede:

_____.

3. Grupo: _____. Qual ano de instalação em Maringá? _____.

4. Atua em outros setores? Quais? _____.

5. ATUALMENTE, QUAIS OS IMÓVEIS DE MAIOR PROCURA? () Comercial () Residencial

5.1. A procura residencial é maior por: () locação ou () compra

5.2. A procura comercial é maior por: () locação ou () compra

6. QUAL O PERFIL PREDOMINANTE DE SEUS CLIENTES:

6.1 Origem: () Maringá () Região Metropolitana de Maringá () Paraná () Outros Estados

6.2. Renda Familiar (em Reais): () Até 300 () 301 a 600 () 601 a 900

() 901 a 1.200 () 1.201 a 2.000 () 2.001 a 4.000 () Mais 4.000

6.3. Qual o valor da maioria das locações residenciais? _____.

7. A COMERCIALIZAÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA ALUNOS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DAS FACULDADES E UNIVERSIDADES DE MARINGÁ É:

() Muito alta () Alta () Média () Baixa () Muito baixa

8. QUAIS FACULDADES E UNIVERSIDADES ABAIXO DINAMIZARAM O MERCADO MOBILIÁRIO?

(As que influenciaram o mercado imobiliário coloque o **ano** que começaram dinamizar.)

UEM: _____. PUC: _____. CESUMAR: _____. UNIANDRADE: _____.

NOBEL: _____. UNIFAMMA: _____. UNINGÁ: _____. INSEP: _____.

MARINGÁ: _____. CIDADE VERDE: _____.

9. QUANTOS IMÓVEIS FORAM ALUGADOS EM **2005** PARA OS ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DAS FACULDADES E UNIVERSIDADES DE MARINGÁ:

Estudantes? _____. Funcionários? _____. Professores? _____.

10. QUAL O PERFIL DE SEUS CLIENTES UNIVERSITÁRIOS (Estudantes, Funcionários e Professores):

10.1. Origem: () Maringá () Região Metropolitana de Maringá () Paraná

() Outros Estados. Quais? _____.

10.2. QUAL O VALOR DA MAIORIA DAS LOCAÇÕES RESIDENCIAIS PARA OS:

Estudantes? _____. Funcionários? _____. Professores? _____.

11. QUAL FOI O MAIOR MOTIVO PARA INSTALAÇÃO DESTA IMOBILIÁRIA NESTE LOCAL?

_____.

12. A FACULDADE/UNIVERSIDADE TEVE ALGUMA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DA LOCALIZAÇÃO

DESTA IMOBILIÁRIA? () Não () Sim. Qual? _____.

13. AS FACULDADES/UNIVERSIDADES TÊM INFLUÊNCIA NO PREÇO DAS LOCAÇÕES COMERCIAIS?

() Muito alta () Alta () Média () Baixa () Muito baixa

14. A EMPRESA TERCEIRIZA ALGUMA ATIVIDADE? () Sim () Não.

Qual? _____.

15. QUAIS AS PRINCIPAIS FORMAS DE COMUNICAÇÕES UTILIZADAS PARA COM OS CLIENTES?

() Contato Pessoal; () Telefone; () Rádio; () Televisão; () Jornais; () Internet;

() Mala Direta; () Brindes; () Fax; () Panfletos; () Outros.